

Alessandra Aldé

“A construção da política”
Cidadão comum, mídia e atitude política

Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas: Ciência Política.

Banca examinadora:

Marcus Faria Figueiredo (orientador)

César Guimarães

Ricardo Benzaquem de Araújo

Afonso de Albuquerque

Antônio Albino Canelas Rubim

Rio de Janeiro
2001

A. O que você acha da corrupção na política? Basta ser político pra ser corrupto?

Vera. Não, não, mas existe. Existe no Brasil e no mundo inteiro, né?

A. E daí?

V. E aí, como é que eles falam, hein? Aí vem aquela explosão, as notícias.

Fraude, dinheiro foi desviado não sei pra onde, o banco suíço, o banco alemão, o banco não sei o quê...

O dinheiro que era pra um determinado projeto, saiu, foi pr'ali...

E a gente escuta, e a gente, como bom ouvinte, acata isso.

E sem nenhuma iniciativa própria, sem poder fazer nada, a gente escuta como cidadão.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	>	5
1. CIDADANIA NA DEMOCRACIA DE PÚBLICO	>	10
1.1. Discursividade e a produção de sentido para o mundo público	>	18
1.2. Discursividade e enquadramento	>	25
1.3. Atitudes do senso comum e explicações estruturais para a política	>	30
1.4. Alienação política	>	34
1.5. O eleitor brasileiro: um debate	>	39
2. ATITUDES POLÍTICAS DO CIDADÃO BRASILEIRO	>	47
2.1. Atitude política: valência e intensidade	>	51
- Atitude forte/positiva	>	54
- Atitude forte/negativa	>	64
- Atitude forte/tensa	>	76
- Atitude fraca/positiva	>	87
- Atitude fraca/negativa	>	105
2.2. Convergências: em busca do conhecimento político suficiente	>	113
3. ATITUDE POLÍTICA E A MÍDIA	>	115
3.1. Ambiente informacional: quadros de referência para explicar a política	>	120
3.2. Situações de comunicação: informação é poder	>	128
3.3. Uma tipologia do receptor: o espectador e os meios	>	132
- Ávidos	>	134
- Assíduos	>	140
- Consumidores de escândalos	>	147
- Frustrados	>	150
- Desinformados	>	155
3.4. Implicações para a atitude política	>	157
4. MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA: A TELEVISÃO COMO REPERTÓRIO DE EXPLICAÇÕES POLÍTICAS	>	162
4.1. Os jornalistas e a essência dos fatos	>	166
4.2. O estatuto visual da verdade: naturalização	>	172
4.3. Personagens da política: novelização	>	178
5. CONCLUSÃO: A DEMANDA DO PÚBLICO – MAIS CANAIS E MAIS SENTIDOS	>	186
6. APÊNDICE METODOLÓGICO: DESCOBRINDO OS PERSONAGENS	>	191
6.1. Seleção dos entrevistados: mídia e diversidade sociocultural	>	195
6.2. As entrevistas: observador como intérprete	>	200
6.3. Interferências: expectativas e ambiente	>	204
6.4. Anexo I: Questionários de seleção	>	210
6.5. Anexo II: Cronograma das entrevistas	>	213
6.6. Anexo III: Roteiros das entrevistas	>	214
7. BIBLIOGRAFIA	>	223

RELAÇÃO DE FIGURAS

QUADRO 1. <i>Elementos da atitude política e expressão da opinião</i>	>	38
FIGURA 1. <i>Tendências da atitude política: intensidade e valência</i>	>	44
QUADRO 2. <i>Atitude política dos tipos de receptor</i>	>	155
QUADRO 3. <i>Intensidade da atitude política dos tipos de receptor</i>	>	156
QUADRO 4. <i>Valência da atitude política dos tipos de receptor</i>	>	156
QUADRO 5. <i>Características dos entrevistados: alto interesse vs. acesso</i>	>	187
QUADRO 6. <i>Características dos entrevistados: baixo interesse vs. acesso</i>	>	188

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre o que pensam as pessoas comuns sempre teve um papel central na política, e portanto na ciência política. A indagação sobre a atribuição de razões pelos homens para suas próprias ações remonta à preocupação dos primeiros teóricos políticos com a natureza humana, sua relativa capacidade, habilidade, vontade e autonomia para a organização coletiva e a condução dos negócios comuns. No campo da política concreta, mesmo em regimes autoritários, em que a participação do povo não é efetiva, ela sempre foi estratégica. Já Maquiavel aconselhava ao príncipe que conhecesse os costumes e opiniões do povo; um certo grau de consenso sempre foi vantajoso para o exercício do poder. E, muito antes da atual democracia representativa, *vox populi* já era *vox Dei*. Manter favorável a “opinião popular”, nas palavras de Maquiavel, sempre tornou a política menos onerosa, tanto em termos financeiros quanto em termos sociais.

À medida que se expandem os direitos políticos e civis, ao longo dos últimos dois séculos, a questão das idéias que o povo tem sobre a política ganha novos contornos. A necessidade de conquistar e manter o favor popular, a ser periodicamente confirmado através das eleições, torna seu conhecimento cada vez mais importante tanto em termos estratégicos, para a condução do Estado e organização da sociedade, quanto em termos normativos, na medida em que é preciso incorporar este novo ator político, o cidadão comum, ao modelo de democracia a ser adotado como legítimo, com as implicações decorrentes de suas características específicas. O papel mais ativo previsto para o cidadão pelos modelos democráticos traz novos problemas, principalmente em relação ao conhecimento sobre a política como pré-requisito para sua participação, ainda que mínima, em uma esfera pública definida como racional e tendendo ao bem comum. A capacidade e disposição das pessoas comuns para buscar e obter conhecimentos sobre a política, bem como os processos e condições envolvidos nesta busca, passam ao primeiro plano da reflexão sobre a política e sociedade contemporâneas.

Estas transformações sociais e políticas foram acompanhadas por avanços científicos evidentes, por exemplo no campo da estatística, que permite a sistematização

cada vez mais acurada das informações sobre opiniões e escolhas políticas dos cidadãos no agregado. A análise dos mecanismos individuais relativos ao conhecimento e discurso político do cidadão comum, por outro lado, permite determinar algumas características básicas, fundamentais, que, justamente por serem “comuns”, interessam quer aos produtores da moderna comunicação de massa, quer aos políticos contemporâneos, interessados em dominar os códigos de novas exigências, por parte dos eleitores, bem como para avaliar e elaborar critérios de legitimidade úteis ao debate democrático.

A introdução da mídia de massa nesta equação, central para sua compreensão, também vai ganhar espaço crescente dentro do interesse científico. Hoje, acompanhamos nos jornais competições eleitorais marcadas pela corrida estatística, nas quais o povo, tomado agregadamente pelos institutos de pesquisa, pelas curvas de intenção de voto ou de popularidade do governo, ou ainda pelos resultados eleitorais, parece cada vez mais interagir com a política através da mídia de massa. Outras formas de comunicação, é claro, são relevantes no contexto de cada indivíduo, mas podemos afirmar que os meios de comunicação, e particularmente a televisão, são considerados, por parte significativa da grande maioria que os consome, fonte importante de referências a partir das quais organizam o mundo da política.

Foi buscando contribuir para a compreensão da formação das atitudes políticas do cidadão comum, e investigar a influência relativa da mídia de massa neste processo, que se definiu o presente trabalho de pesquisa. Para isso, partimos de algumas perguntas simples: uma pessoa qualquer, em qualquer cidade do país, que expectativas alimenta em relação ao Estado? Como justifica sua inserção, mesmo que mínima, em um mundo político no qual a sua participação é descrita como fundamental? A partir de quais quadros de referência o faz, e condicionado por que mecanismos cognitivos? Como situar os diferentes meios de comunicação nesta realidade política e cognitiva?

A partir de uma análise qualitativa, tendo por base entrevistas em profundidade, procurei levantar estes problemas a partir dos pontos de vista dos próprios indivíduos, para registrar e entender as idéias políticas do cidadão comum tal como formuladas por ele mesmo, afim de mapear as explicações estruturais de que os cidadãos lançam mão para organizar de maneira coerente o mundo da política, para se situar e agir num contexto democrático que, por definição, exige sua participação, ainda que esporádica e pouco motivada.

A intenção mais abrangente desta pesquisa é, portanto, examinar de que forma as situações de comunicação em que encontramos os indivíduos, em sua relação com a mídia, influem em suas respectivas atitudes políticas; investigar que condições propiciam uma vivência mais democrática deste sistema político por parte do cidadão comum, não especializado, que constitui a grande maioria da população.

O primeiro capítulo, “Cidadania na democracia virtual”, apresenta as principais perspectivas analíticas a partir das quais foram organizadas as entrevistas. Estamos diante de um tipo específico de ordem política e social, marcada pela presença ativa dos meios de comunicação de massa. Trata-se de um sistema que mantém características fundamentais de representação pelas quais podemos considerá-lo uma democracia, mas apresenta também traços específicos cujas implicações políticas são objeto, hoje, de grande interesse científico. Este novo cenário político é habitado por uma maioria de pessoas cuja interação com o mundo da política é predominantemente discursiva. A partir da constatação de uma democracia de público, este capítulo descreve a importância do processo de construção das atitudes políticas, com ênfase no caráter cognitivo: seu conteúdo são as explicações estruturais que os indivíduos elaboram para se situar, enquanto cidadãos, na política.

Para melhor estabelecer a perspectiva própria deste estudo, a exploração das atitudes políticas inclui a retomada de um conceito clássico da ciência política, o da alienação, cuja incorporação como chavão ao discurso comum para descrever o desinteresse político do homem contemporâneo é indicativa do espaço ocupado por essa percepção no imaginário social. Os desdobramentos do conceito de alienação e sua contrapartida, a idéia de integração, vão iluminar algumas características centrais das atitudes políticas, enfatizando sua distância ou proximidade em relação ao ideal do cidadão informado e integrado à polis.

Na indagação acerca da relação entre a atitude política dos entrevistados e os meios de comunicação, o período de democracia que vivemos, no Brasil, desde meados dos anos 80, coloca questões específicas para o entendimento das atitudes políticas de um cidadão carioca comum, tal como os que foram entrevistados. Pareceu importante apontar, assim, as principais perspectivas a partir das quais tem sido tratado o problema, no âmbito da produção recente da ciência política brasileira.

No segundo capítulo, “Atitudes políticas do cidadão brasileiro”, apresento uma alternativa analítica para a categorização das principais atitudes políticas reveladas na pesquisa, redimensionando as questões colocadas pelas diferentes perspectivas

presentes no capítulo anterior. Acredito ser possível explicar as atitudes políticas do cidadão comum a partir de duas tendências principais, ao longo das quais parecem se organizar as diferentes características percebidas tanto nas teorias da alienação, como na pesquisa empírica empreendida para este estudo. Trata-se de dois eixos fundamentais: a intensidade e a valência das atitudes políticas, na verdade presentes, de uma forma ou de outra, em todas as conceituações que envolvem o binômio alienação/integração. O primeiro eixo diz respeito à relativa centralidade da política entre as preocupações cotidianas do cidadão comum; o segundo ancora-se na constatação de que as atitudes políticas variam também de acordo com a perspectiva individual positiva ou negativa quanto às possibilidades e condições da política. Foi possível identificar cinco atitudes típicas em relação à política: forte/positiva, forte/negativa, forte/tensa, fraca/positiva e fraca/negativa.

Para além das diferenças entre os tipos atitudinais construídos, encontramos nos depoimentos uma convergência que aponta para duas características: a atribuição de um valor central à questão da informação, como indispensável ao conhecimento político; e um tratamento afetivo e personalista da política, marcado pela subjetividade e pela paixão. Estes focos, importantes como são no discurso dos cidadãos comuns, serão desenvolvidos nos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo, “Mídia e atitude política”, trata justamente do ambiente informacional em que encontramos estes cidadãos, contracenando com quadros de referência que alimentam as explicações que eles constroem para a política. As condições de acesso são especialmente significantes na diferenciação da recepção, mas seu efeito é modulado pelo interesse por assuntos políticos, ou seja, o grau de atividade com que cada um busca informar-se sobre a política, e pela relativa satisfação que obtém do que considera informação suficiente. O cidadão comum é receptor da comunicação de massa e usuário de um sistema diferenciado de informação e conhecimento político, a que recorre de forma mais ou menos ativa. Sua inserção no universo da comunicação de massa dá origem a uma classificação dos tipos de receptor, estabelecidos em função da situação de comunicação em que encontramos os indivíduos; assim, os cidadãos comuns se distribuem entre ávidos, assíduos, consumidores de escândalos, frustrados e desinformados.

Este capítulo encerra-se com uma descrição das principais tendências atitudinais encontradas em cada grupo de receptores, apontando para as relações entre as atitudes políticas e os tipos de recepção de comunicação dos indivíduos, com implicações

importantes para o que se pode dizer acerca das possibilidades e expectativas políticas deste cidadão.

O quarto capítulo, “Mecanismos de incorporação de explicações políticas: a televisão como repertório de exemplos”, também ganhou corpo a partir da análise da relação dos cidadãos com a mídia. Aqui, focalizamos a importância da televisão como um meio específico que, além do consumo qualificado e diversificado de informação política, implica, devido ao seu próprio formato, na utilização de mecanismos cognitivos comuns, a que todos os cidadãos parecem recorrer no momento de construir explicações políticas. Neste capítulo, apresento os três principais mecanismos cognitivos identificados na construção de explicações políticas pelos cidadãos-telespectadores, que elevam a televisão a uma posição singularmente vantajosa na constituição da opinião pública, e conseqüentemente central para a reflexão acerca de suas implicações políticas. Os mecanismos cognitivos de incorporação de explicações caracterizam-se pela “essência” dos fatos, com especial destaque à figura dos jornalistas e apresentadores de televisão; pelo estatuto visual da verdade; e pela personalização própria do enquadramento telejornalístico e das explicações populares para a política.

Ao focalizar este cenário e estes personagens, observamos que as pessoas comuns trafegam por um universo vasto e variado de informações, por vezes até excessivas, em sua interação rotineira com diferentes quadros de referência, disponíveis e elaborados de acordo com o ambiente cognitivo de cada um. Para evitar a paralisia, buscam marcas, sinais, uma orientação que contextualize, enquadre cada elemento particular numa moldura maior, dando-lhe sentido. Os meios de comunicação de massa se oferecem, neste contexto, como uma estrada sinalizada; propõem uma organização autorizada dos eventos. Não é pouco. As explosões de notícias que pontuam um cotidiano dedicado à esfera privada, de equilíbrio às vezes precário, orientam e informam as atitudes políticas do cidadão comum.

Além de algumas reflexões finais, e das referências bibliográficas de praxe, esta tese inclui um apêndice metodológico em que se explicitam os protocolos da pesquisa, descrevendo desde o processo de seleção dos dezenove entrevistados até as implicações da metodologia adotada para o andamento do trabalho de campo e para a posterior análise dos dados. Vários aspectos metodológicos relevantes, inseridos na discussão atual das ciências sociais, ficam assim reservados aos que se dispuserem a uma leitura mais paciente e específica.

1

CIDADANIA NA DEMOCRACIA DE PÚBLICO

O cenário em que encontramos os cidadãos da democracia contemporânea caracteriza-se por uma esfera pública cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa para a exposição de eventos, idéias, programas e líderes políticos. Os partidos parecem ter perdido o monopólio do espaço público da política para os meios de comunicação, que crescem em importância, tornando-se os canais de informação política mais importantes e universalmente acessíveis. Este canal “público” tem uma lógica perversa: a mídia oferece o máximo de informação sobre o máximo de assuntos, no mínimo de tempo.

Várias abordagens teóricas, tanto no campo da comunicação quanto no campo da ciência política, têm procurado dar conta desta nova realidade. Termos como videopolítica, telecracia, democracia midiacentrada, cibersociedade e outros tentam traduzir a especificidade política das relações de comunicação na sociedade contemporânea. A questão das relações entre mídia e sociedade e, principalmente, entre mídia e poder, está presente na reflexão de importantes pensadores sociais e políticos contemporâneos, como Umberto Eco e Pierre Bourdieu; a intelectualidade bem-pensante parece cada vez mais alarmada, no curso da expansão dos meios e das inovações da tecnologia – crescentemente com os jornais, o rádio e, finalmente, a televisão –, com os efeitos perniciosos da indústria cultural para a política e, mais especificamente, para a cidadania.

Em uma breve retrospectiva, vemos que a primeira vez em que o mundo acadêmico atentou para as possíveis conseqüências políticas dos meios de comunicação de massa remonta ao segundo pós-guerra, quando o profissionalismo e eficácia da comunicação política, cujo exemplo mais gritante era o do nazismo, geraram uma onda de espanto e pessimismo quanto à suposta onipotência persuasiva e manipuladora dos meios. O início do interesse pela recepção da comunicação política de massa coincide com a especulação a respeito dos possíveis efeitos da propaganda nazista e com fatos anedóticos, como o pânico causado pela transmissão radiofônica de Orson Welles

narrando uma invasão marciana. Crescia a sensação de que a mídia era capaz de manipular sem freios uma audiência passiva.

A partir de então, tanto estudiosos da comunicação quanto da política têm procurado dar conta das implicações do fenômeno da comunicação de massa, com seu desenvolvimento tecnológico e seus desdobramentos sociais, nas mais diversas frentes de pesquisa, e com resultados muitas vezes diferentes ou até contraditórios, mas que iluminam aspectos importantes da relação entre cidadania e mídia na democracia contemporânea. No campo da comunicação, o que se convencionou chamar de estudos de recepção ou audiência têm se alinhado segundo dois eixos antagônicos, alternando teorias que contrapõem, de um lado, a concepção dos meios de comunicação como todo-poderosos, que atribui os efeitos da comunicação via mídia exclusivamente à ação do emissor sobre o receptor, relegando este a um papel mais ou menos passivo; do outro, a ênfase na capacidade interpretativa do receptor que, como qualquer leitor pode modificar o significado das mensagens de acordo com suas próprias contingências. As diferentes orientações encontram explicação em questões históricas e metodológicas (Wolf, 1992; Gans, 1993), estruturais (Sampedro, 1999) ou evolutivas (Martins, 1996).

Em relação à ciência política, embora várias pesquisas internacionais e brasileiras apontem para a centralidade crescente da mídia no funcionamento do sistema político nas democracias da sociedade moderna (Matos, 1994; Swanson e Mancini, 1996; Wattenberg, 1991), a presença maciça dos meios de comunicação de massa como novo ator político relevante ainda não foi incorporada de maneira satisfatória às teorias democráticas correntes: “Seja porque minimizam o aspecto de construção social das preferências, presente na luta política, seja porque idealizam o processo comunicativo, ignorando seus constrangimentos concretos, as teorias da democracia têm dificuldade para trabalhar com os meios de comunicação” (Miguel, 2000, p. 51). Dentro do nosso propósito, é evidente a importância de esclarecer os motivos e conseqüências desta dificuldade teórica. Para tanto, organizamos nossas considerações em torno da reflexão esquemática e concisa de Bernard Manin.

Manin (1995) procura entender o que chama de “democracia de público” como uma transformação no sistema representativo, equivalente à que marca a passagem de um parlamentarismo de notáveis (sécs. XVII/XIX) à democracia de partido típica dos séculos XIX e XX. Assim, o que tem sido entendido como crise da democracia e declínio das relações de identificação entre representantes e representados seria para

Manin um novo modelo político, porém mantendo constantes as principais características democráticas.

O foco nas continuidades deste sistema de governo pode permitir um fio condutor para pensar normativamente a questão da informação do cidadão comum, e conseqüentemente dos fluxos sociais de comunicação. Por trabalhar com tipos ideais, que na prática política se encontram combinados em graus diferentes, o modelo de Manin também permite analisar especificamente os aspectos relacionados à comunicação e informação que, segundo ele, vão caracterizar o sistema político contemporâneo – que o autor chama de “democracia de público” – como uma mutação do governo representativo, equivalente à revolução promovida pelo sufrágio universal e pelos partidos.

Para ele, as características gerais do governo representativo seriam a eleição dos representantes, sua independência parcial, o debate parlamentar e a liberdade de opinião pública. Em relação à eleição de representantes para a administração da coisa pública, ela implica a atribuição de autoridade, o consentimento com um governo exercido indiretamente. Não se trata de um governo direto do povo, mas sim de seu governo autorizado. A relação mediada – pelos representantes – entre cidadãos e esfera pública é reforçada pela segunda característica do governo representativo: o mandato livre, a independência parcial que os representantes conservam.

Os dois outros aspectos sintetizam o pesado pressuposto cognitivo que uma visão deliberativa da democracia (ver também Manin, 1987) impõe sobre o cidadão comum, e nos interessam mais de perto, visto o foco deste trabalho na relação entre mídia e atitude política. Para que se considere um sistema político como representando legitimamente os interesses comuns, é requisito que a opinião pública sobre os assuntos políticos seja livre e plural, e que o cidadão comum, para desempenhar seu papel de eleitor, tenha acesso suficiente à informação sobre políticas e decisões governamentais. Assim, o amplo acesso, inteligibilidade e variedade da informação política são condições importantes para o funcionamento de uma democracia baseada na universalidade do voto: “Para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais” e demais processos políticos (Manin, 1995, p. 11), bem como a liberdade para expressar diferentes opiniões políticas.

O quarto e último ponto, relacionado ao anterior, é a norma de que as decisões políticas, para serem legítimas, são tomadas após debate. Democracia, segundo essa

visão, implica discussão para se chegar à “verdade”, competição entre opiniões estabelecendo um acordo entre interesses nem sempre convergentes.

O “governo representativo parlamentar”, primeiro tipo ideal de Manin, cujo exemplo modelar seria a Inglaterra do século XVIII, define-se pela eleição como relação de confiança de caráter pessoal, levando à escolha de personalidades proeminentes publicamente, os “notáveis”. A independência parcial dos representantes, que nessa época passa a ser defendida por autores ingleses como Edmund Burke, aparece como o desvinculamento do deputado em relação a suas bases eleitorais, agindo de acordo com sua “consciência e julgamento” pessoais. Assim, é grande o peso das associações políticas extra-parlamentares, que exercem ativamente a opinião pública como forma de pressão e controle sobre os representantes. Este modelo implica, ainda, que as decisões públicas sejam atingidas por meio do debate, da deliberação, exercida no âmbito do Parlamento. Os deputados não são porta-vozes de vontades preexistentes, ou de uma vontade geral universalmente conhecida, e podem mudar de opinião através da argumentação persuasiva e livre manifestação de idéias.

Trata-se, justamente, do modelo parlamentar que deu origem à influente concepção habermasiana de uma esfera pública, com sua ênfase na discussão livre e racional das questões de interesse coletivo; sua base de legitimidade consistiria na possibilidade de reunir um público, formado por pessoas privadas que constroem uma opinião pública com base na racionalidade do melhor argumento, e fora da influência do poder político e econômico e da ação estratégica dos grupos de interesse. Mesmo quando, em obras posteriores, Habermas amplia o conceito de deliberação para além das limitações históricas presentes em sua obra mais importante, *Mudança estrutural da esfera pública* (1996), de 1962, este princípio fundamental do debate racional e esclarecido permanece como o principal critério de legitimidade para uma democracia, dando grande dimensão ao fenômeno da comunicação em geral, sem no entanto admitir algumas das características concretas dos sistemas midiáticos contemporâneos (ver Habermas, 1995).

Na concepção historicizada de Manin, a representação política com predomínio do parlamento daria lugar, com a extensão gradual do direito ao voto, a uma “democracia de partido”, em que a relação entre representantes e representados não é mais pessoal, mas sim mediada pelos partidos. Os sistemas políticos históricos que inspiram o modelo são as democracias européias dos grandes partidos socialistas. O comportamento eleitoral tornava-se mais estável, reproduzindo as clivagens

socioeconômicas e o conflito entre as classes; a representação proporcional, neste sentido, passava a refletir a estrutura de interesses da sociedade.

Neste sistema, a independência do deputado é condicionada à disciplina partidária; é o partido que é parcialmente independente do programa e dos próprios eleitores. Em relação à liberdade da opinião pública, as associações políticas e a imprensa em geral apresentam-se marcadas por vínculos partidários. Os eleitores de cada partido, com o qual se alinham geralmente por identificação socioeconômica, são pouco expostos a pontos de vista divergentes. A liberdade, aqui, relaciona-se fundamentalmente com a livre organização e manifestação da oposição. O caráter deliberativo da representação estaria presente nos debates internos de cada partido, refletindo posições estáveis em cada campo, definidas previamente. As votações parlamentares, assim, conferem caráter legal às decisões, mas o fórum de discussão efetivo é transferido para as convenções e demais instâncias partidárias; a negociação no Parlamento se dá entre os partidos e, eventualmente, interesses organizados corporativamente.

Na democracia de público, o último modelo proposto por Manin, reconhecemos nossa democracia de massa contemporânea. Manin resume seus traços característicos. No que diz respeito à eleição dos representantes, indica a crescente personalização da escolha eleitoral, com foco no candidato, em oposição aos critérios partidários vigentes no modelo anterior, e a atribui, em primeiro lugar, a mudanças nos canais de comunicação política, que afetam a natureza da relação de representação. “Os candidatos se comunicam *diretamente* com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias” (Manin, 1995, p. 26, grifo meu); seriam beneficiados, segundo este modelo, os candidatos que melhor dominam as técnicas da mídia, os melhores comunicadores. Os partidos tendem, cada vez mais, a se colocar a serviço de um líder.

Mesmo no momento eleitoral, praticamente a ocasião exclusiva de participação mais ativa deste “público”, o político é que teria a iniciativa de oferecer alternativas, propor a cada vez os termos de clivagem para o eleitor, a partir de pesquisas de opinião. Assim, o resultado eleitoral tende a variar, independentemente da clivagem social; cresce a importância do eleitor flutuante. O voto ganha importante dimensão reativa: o eleitor reagiria aos termos específicos de cada eleição, muito suscetível às campanhas. A complexidade social crescente daria origem a categorias de identificação social múltiplas e superpostas, plurais.

Numa democracia de público, os eleitores passam a ter maior interação com as especificidades de cada eleição, mais do que expressar suas identidades sociais ou culturais através de um voto segmentado partidária ou ideologicamente em clivagens duradouras. Embora o voto ainda seja uma expressão do eleitorado, este apresenta-se desalinhado e atento à performance: a escolha decorre principalmente de ações relativamente independentes dos políticos, permanentemente empenhados em identificar as questões que melhor dividem o eleitorado, para poder adaptar seu discurso a suas expectativas e, num cálculo downsiano, procurar obter o sucesso eleitoral. Manin (1995) vê aí uma convergência entre os termos da escolha eleitoral e as divisões do público, apoiada nas pesquisas de opinião.

Os eleitores mantêm o poder de não renovar, na eleição seguinte, o mandato do candidato que não tiver correspondido a suas expectativas. Também neste caso, no entanto, o papel dos meios de comunicação de massa revela-se importante, uma vez que estes são fontes nada desprezíveis de informação sobre a atuação dos políticos. Como notado por diversos autores, os próprios partidos, a partir de um certo momento, alteram profundamente seu comportamento em função da televisão (Watterberg, 1991; Gans, 1993; Semetko, 1991), passando a promover eventos de acordo com critérios de “noticiabilidade”. O programa partidário perde força, devido à complexidade crescente do governo, que exige agilidade diante de situações muitas vezes imprevistas.

A independência parcial dos representantes manifesta-se, nesta variante de governo representativo, em vários níveis. Segundo Manin, a campanha constrói antagonismos de imagem entre os candidatos, em que os compromissos são vagos e a relação estabelecida com o eleitor é de confiança: a credibilidade do político substitui a possibilidade de verificação. Os cidadãos recebem uma variedade de imagens que competem entre si; trata-se, no entanto, de representações políticas muito simplificadas e esquematizadas. Para Manin, “é um meio de resolver o problema dos custos da informação política”, desproporcionais em relação à influência que o eleitor espera exercer sobre o resultado das eleições. E acrescenta que, “quando a identidade social e a identificação partidária perdem importância na determinação do voto, surge a necessidade de encontrar caminhos alternativos para obter informação política” (Manin, 1995, p. 30). No caso das modernas democracias de público, são os meios de comunicação de massa, e especialmente a televisão, que se encarregariam portanto de fornecer “atalhos” para a obtenção da informação política funcionalmente necessária para o cidadão comum, cumprindo papel equivalente ao que Downs atribuía aos

partidos políticos, eles próprios atalhos freqüentes nas simplificações cognitivas operadas pelo cidadão comum (Downs, 1957).

É também nos meios de comunicação de massa que se concretiza, para Manin, a liberdade de opinião pública na democracia de público. Uma especificidade politicamente relevante dos modernos meios de comunicação é sua declaração de neutralidade política, ou seja, sua não-filiação ideológica ou partidária. Ao contrário do que ocorre na democracia partidária, em que as pessoas escolhem suas fontes de informação de acordo com suas inclinações políticas, os partidos políticos não são mais proprietários de grandes jornais, e o rádio e a televisão não têm, oficialmente, orientação partidária. O caráter não-partidário dos institutos de pesquisa tem relevância ainda maior, uma vez que as sondagens de opinião dão voz ao cidadão comum, apático, e os políticos tendem a apresentar suas propostas considerando as demandas levantadas junto a este eleitor mediano, estabelecendo muitas vezes os próprios termos do debate (ver Champagne, 1998). Trata-se, como se vê, de modelo democrático bem distinto daquele em que os partidos vocalizam interesses de grupos abrangentes e socialmente definidos.

Neste tipo de sociedade, é possível observar um sistema jornalístico caracterizado pela crescente homogeneização da informação política: os indivíduos recebem informações equivalentes, independentemente de suas preferências políticas. A escolha de assistir determinado telejornal, por exemplo, se dá de acordo com outros critérios, sejam de conteúdo, estéticos ou de imitação. Um segmento importante do eleitorado passa a ser flutuante, ou seja, passa a votar de acordo com a pauta de problemas e questões levantada a cada eleição, identificada pelos institutos de pesquisa e fartamente evidenciada pela cobertura jornalística. Trata-se de uma informação, no entanto, simplificada, em que problemas complexos são expressos de acordo com o meio, tornados curtos, simples e espetaculares, para reter a atenção do espectador.

Quanto à premissa de que as decisões políticas sejam tomadas a partir do debate público, quarto princípio do sistema representativo, para Manin seu novo fórum são os meios de comunicação de massa. É aí que se discutem, a cada eleição, as prioridades e problemas políticos de maior “audiência”, levantados pelos institutos de pesquisa; os eleitores, geralmente flutuantes, ou seja, sem identificações políticas mais duradouras, são vistos como “público”, responsável por receber e avaliar as informações e produzir a decisão eleitoral. Podemos imaginar uma pauta de prioridades públicas estabelecida a partir das relações entre os emissores e os diversos atores políticos, todos atentos às

manifestações da opinião pública e às oportunidades de mobilizá-la a seu favor, “política de opinião” (Gomes, 2000).

Esta visão esquemática evidencia os problemas efetivos e potenciais do modelo. Manin não deixa claro, ao que parece, a dimensão condicional que assume a questão da representação legítima de interesses, especialmente em relação aos dois últimos pontos, mais especificamente comunicacionais. Se cotejarmos a realidade política com estes pressupostos, várias das questões levantadas por um sistema político sujeito a grande influência dos meios de comunicação de massa ficam diminuídas em sua possibilidade analítica.

A própria estrutura econômica de propriedade dos meios tem graves conseqüências políticas. Esta preocupação ganha cores bastante concretas quando se sabe que, no Brasil, mais da metade das emissoras de rádio e televisão pertencem a políticos, parentes ou pessoas ligadas a políticos¹.

Uma das questões centrais, para uma concepção democrática dos meios de comunicação, passível ainda de muita investigação, é a dependência recíproca entre mídia e política: o governo e os políticos são fontes indispensáveis para o jornalismo, que por sua vez, com suas rotinas industriais de produção, exige a incorporação, pelos políticos e governos, de uma série de transformações técnicas e estratégicas. O crescente “profissionalismo” midiático dos políticos, por sua vez, tem implicações nos critérios de cobertura da política.

Há um abismo entre a produção de decisões políticas e o mundo da política tal como representado na TV. Mídia e esfera pública tendem a seguir lógicas diferentes: os meios de comunicação de massa seguem critérios de captação da atenção. Especialmente em termos de televisão, muito já se ouviu sobre sua tendência ao entretenimento no tratamento da informação jornalística e espetacularização da política; o valor da notícia segue a necessidade de “captação da atenção”, com critérios de noticiabilidade e espetáculo. A notícia, industrialmente produzida para estar sempre “fresquinha” (e portanto vender mais, como no anúncio de biscoitos), depende de elementos de apelo popular como a novidade, o negativismo, o escândalo, a presença de

¹ Cerca de 60% das emissoras de rádio e TV passaram, na década de 90, para os beneficiários da generosa política de concessões adotada em 1988 pelo então presidente José Sarney, na negociação da prorrogação em um ano de seu mandato (Aldé, 2000). Outros dados mostram que, na eleição de 1998, em 13 estados havia candidatos ao governo que eram donos de rádios e televisões locais, sem considerar jornais impressos. “No Congresso daquele ano, 96 parlamentares eram detentores de concessões, dentre os mais influentes” (Godoi, 2001, p. 102).

atores proeminentes, a personalização, o conflito, a exceção. A política adapta-se a estas exigências, mas não sem perda de confiabilidade por parte do grande público.

Como fica, nesta nova democracia, o cidadão – peça-chave para a compreensão e avaliação do cenário? Em que medida as expectativas dos modelos democráticos precisam ser adaptadas, ou revistas? E, mais importante, como pensa o cidadão brasileiro comum sobre a política, num ambiente informativo em que predominam os meios de comunicação de massa? Apesar da centralidade crescente do cidadão-receptor, tanto na ciência política quanto na comunicação a maioria das pesquisas relativas à interpretação e atividade das audiências tem presumido, mais do que examinado, as explicações do cidadão comum sobre o mundo, valendo-se de teorias de fundo econômico ou ideológico.

Acredito que, iluminando os caminhos percorridos pelo cidadão comum no processo de construir suas opiniões políticas, é possível tentar preencher algumas das principais brechas ou questões abertas por este novo sistema político. Em especial pela articulação entre os sistemas da comunicação e da política, através da análise de um ator situado em sua interseção, e importante para ambos: ao mesmo tempo cidadão e receptor de mídia de massa. Numa democracia de público tal como vimos que a nossa se afigura, seja qual for a centralidade relativa atribuída aos meios, a coincidência destes dois aspectos nos mesmos sujeitos aponta para a importância crucial do estudo de suas relações e influências recíprocas.

Empreenderemos assim, em primeiro lugar, uma revisão da origem e importância das atitudes políticas para a formação das opiniões e escolhas políticas dos indivíduos; esta preocupação inclui o esclarecimento de seu caráter discursivo, ou seja, a compreensão do “raciocínio do senso comum” como sendo composto de relatos, versões, explicações ou esquemas que se concretizam na elaboração narrativa.

1.1. DISCURSIVIDADE E A PRODUÇÃO DE SENTIDO PARA O MUNDO PÚBLICO

A presente pesquisa de doutorado orientou-se desde o início para as versões oferecidas pelos próprios sujeitos sobre os acontecimentos públicos. A decisão de procurar junto aos indivíduos suas formulações acerca do mundo político, e a maneira pela qual articulam seu discurso com os ecos dos meios de comunicação de massa, colocou uma série de questões metodológicas. Como reconstruir a “ideologia do cidadão comum” e sua interação com a mídia de massa? Como investigar a maneira pela qual as pessoas conferem sentido ao mundo público no qual estão inseridas²?

A opção por uma abordagem qualitativa sustenta-se na idéia de que, para melhor entender os dados agregados quer nas pesquisas de opinião, quer nos resultados eleitorais, necessariamente organizados de acordo com categorias ou alternativas “fechadas”, é preciso investigar os discursos das pessoas sobre a política. O ponto de partida do estudo foi justamente este discurso explícito, os relatos elaborados pelos próprios cidadãos sobre o mundo público, para investigar suas atitudes políticas e as principais variáveis relacionadas à sua formação e transformação. É a partir da versão deste outro lado, seu discurso, a expressão da opinião com seus elementos de explicação, que podemos nos aproximar das atitudes que orientam a ação política dos cidadãos.

Os indivíduos procuram justificativas válidas para se orientar e agir num contexto político do qual, querendo ou não, são obrigados a participar e em relação ao qual, às vezes contra sua vontade, precisam se posicionar. Para o cidadão comum, a construção destas justificativas se apóia em discursos elaborados e recebidos. Discursos ao mesmo tempo informados e limitados pelos diversos quadros de referência a que os cidadãos recorrem. O próprio processo de construção das atitudes políticas é um processo comunicacional, uma vez que estes quadros de referência – mais ou menos importantes na elaboração das explicações com que organiza o mundo da política – têm natureza discursiva.

Embora a situação ordinária do cidadão comum seja a de não pensar sobre a política, assunto marginal em relação aos seus interesses mais imediatos, as ocasiões que se apresentam para o conhecimento e expressão da opinião política são sempre situações de comunicação, que condicionam uma elaboração da opinião. A vivência política em primeira pessoa da maioria dificilmente abarca a gama de informações

necessárias para entender todos os aspectos e se posicionar ativamente numa esfera pública cuja condução e processos de tomada de decisão parecem cada vez mais complexos e distantes da prática cotidiana de pessoas que, afinal, têm nos interesses privados seu foco de atenção.

A discussão sobre a política pressupõe a existência de uma pluralidade de opiniões – evidente no velho e ainda usado ditado segundo o qual é falta de cortesia falar de política, religião e futebol, por serem temas que envolvem “as paixões”, mais do que a razão. É neste momento que o argumento, enquanto ferramenta discursiva para validar uma posição ou atitude, mostra sua relevância. Ao mesmo tempo, fica claro que as explicações discursivas construídas pelas pessoas para a política ou qualquer outro assunto não se dão em bases puramente racionais; a opinião política envolve, além da razão interesseira dos meios/fins, valores e pressupostos sobre o funcionamento do mundo, afetos e identificações não necessariamente científicos ou filosóficos.

Encontramo-nos na iminência de investigar a controversa mente humana, a parte da comunicação social que diz respeito à cognição, ou seja, aos vários processos psicológicos através dos quais as pessoas lidam com a informação à sua volta. Nosso foco será necessariamente o indivíduo – embora sem perder de vista os fatores sociais e estruturais que influenciam o processo global da comunicação política. As questões relativas ao mundo público, no entanto, não pertencem ao centro das preocupações cotidianas do cidadão comum, ao menos desde a cisão moderna entre público e privado. Neste sentido, talvez em relação às atitudes políticas, mais do que a qualquer outro aspecto psicológico, faça sentido a investigação discursiva, uma vez que é na construção do discurso, muito mais do que pela ação, que o homem contemporâneo pode e quer participar da política.

O esforço no sentido de entender como as pessoas definem, em seus próprios termos, o mundo da política, atribuindo-lhe sentido, deve ser compreendido dentro de um panorama mais global de transformação do pensamento social, que tem testemunhado a importância crescente das noções de interpretação e discurso. As ciências sociais viveram, nas últimas três décadas, um processo de questionamento e auto-reflexão evidente na filosofia da ciência produzida por diversas áreas, e que recebeu o nome geral de *viragem narrativa* ou “*conversão lingüística*”³. Seja na filosofia

² O aspecto metodológico que esta questão implica está tratado em maior detalhe no apêndice metodológico que fecha este trabalho.

³ A partir do inglês *narrative* ou *linguistic turn*. Ver, especialmente, Habermas (1987).

da história, na história das ciências, na sociologia da vida cotidiana ou na leitura mais recente da experiência etnográfica, esta abordagem aponta para o caráter discursivo e, portanto, construído, de qualquer relato.

Depois do objetivismo, naturalismo e funcionalismo predominantes na sociologia americana, principal influência nas ciências sociais de todo o mundo desde o começo do século até o período do pós-guerra, a tradição interpretativa volta nos anos 60 e 70 para o primeiro plano no pensamento social, retomando fundadores clássicos como Weber, que atentara para a multiplicidade de leituras possíveis do mundo social. O papel central da linguagem e das faculdades cognitivas dos atores humanos encontra a dimensão interpretativa mesmo na filosofia das ciências naturais, domínio até então aparentemente refratário a qualquer subjetivismo. Essas concepções, influenciadas pela filosofia da linguagem, apontam para o caráter ativo e reflexivo da conduta humana, enfatizando o agente humano cognitivo. A perspectiva discursiva rejeita a noção de uma determinação exclusivamente externa para o comportamento humano. Os sujeitos não são regido por forças sobre as quais não têm controle ou possibilidade cognitiva; ao contrário, são produtores de sentido.

Embora sejam muitos os exemplos possíveis, a visão de Michel Foucault (1971) – para quem “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um número de procedimentos para conjurar seus poderes e perigos” – parece emblemática desta nova perspectiva sobre a ciência social. A síntese proposta por Anthony Giddens (1989), em sua teoria da estruturação, também aponta para a possibilidade de elaborar concepções acerca da natureza concreta da atividade social humana, sem pretender no entanto organizar seus múltiplos significados em um conjunto de leis dedutivas, que não se constituem na única aproximação analítica em que a teoria social pode apoiar generalizações explicativas – perspectiva à qual nos alinhamos aqui. Contextual em mais de um sentido, a explicação depende das próprias indagações para as quais busca esclarecimento. A descoberta de generalizações não é, tampouco, a única nem a mais importante missão da teoria social, fornecendo-nos também os meios conceituais para analisar o que os atores sabem acerca das razões que os levam a atuar da forma como atuam (Giddens, 1989, Introdução).

Esta visão alterada da interseção entre dizer e fazer, ou seja, entre a produção de sentido e a ação social, parte do pressuposto de que os atores têm uma capacidade inerente de entender o que fazem, no ato mesmo de fazê-lo. Não se trata apenas de uma cognoscibilidade discursiva, mas de uma consciência prática, distinta tanto do discurso

lógico como do inconsciente. Na atividade social cotidiana, a rotinização de convenções aparentemente secundárias na verdade organiza o mundo, restringindo fontes potenciais de tensão. Os atores são capazes de prestar contas, em seus próprios termos e através de ações coerentemente justificáveis, de seus motivos para a ação, da ideologia, se quisermos, a partir da qual constroem sentidos.

Por que este e não aquele candidato? Política pública? Opinião? Quer sejam usadas para se justificar diante de si mesmos, argumentar com quem pensa diferente, convencer o outro de algo em que se acredita, é sempre na forma de explicações comunicativas que as pessoas organizam e expressam suas opiniões e atitudes acerca da política. Os caminhos cognitivos para a construção destas explicações podem ser mais ou menos sofisticados; podem incluir processos de seleção, dedução, inferência, interpretação e análise, e também imagens emblemáticas, anedotas e parábolas, generalizações moralistas, enfim, marcos e sinais que forneçam chaves de leitura para o mundo social e político. Os diferentes processos não são excludentes; o importante é lembrar que o cidadão comum geralmente considera ter discernimento suficiente para não agir de forma aleatória, e busca portanto uma coerência interna para o conjunto de opiniões que emite sobre o mundo. Quando tem ocasião de fazê-lo, o próprio processo de construir explicações em forma de comunicação lhes dá consistência cognitiva.

A partir desta perspectiva, a abordagem etnometodológica mostrou-se um instrumento valioso na aproximação à “atitude do senso comum” (Schutz, 1953), segundo a qual adultos perseguindo objetivos práticos raciocinam normalmente por tipicidade, ou seja, através de expressões indiciais suficientes para orientar a ação. Segundo Schutz, falhas menores não abalam, para pessoas envolvidas nas pressões múltiplas da vida cotidiana, o sentido geral do mundo. Mais importante do que estabelecer regras fixas e inquestionáveis, é ser capaz, através de explicações desta natureza, de conferir previsibilidade ao mundo social, possibilitando a concretização dos planos elaborados a partir delas. Cada fenômeno cultural ou social, assim, é evidência de padrões mais abrangentes, que dão sentido – sempre historicamente produzido – às manifestações particulares.

Partindo do pressuposto de que as pessoas procuram economizar o esforço cognitivo envolvido em observar e considerar os eventos cuidadosamente, e priorizam os assuntos que consideram mais importantes, a etnometodologia focaliza problemas considerados cotidianos, comuns. Do ponto de vista do ator, trata-se de situações analisadas de maneira superficial; a atenção que o homem comum presta ao mundo é

dada de maneira rotineira, habitual. O universo da política está inserido nesta perspectiva cotidiana; apreender as rotinas e hábitos dos indivíduos, bem como a versão que oferecem para os eventos públicos e o ideário político, é tarefa central na teorização acerca de suas escolhas e ações⁴.

É significativo o uso, por Handel (1982) e outros etnometodólogos, do termo *account*, com suas variações, para dar conta do processo que usam os sujeitos para justificar suas motivações. As múltiplas acepções do termo em inglês (dar razões, causas; avaliar; conferir valor, importância; considerar, ter em conta, julgar – mas também tomar nota, e prestar contas), bem como dos derivados *accountability* (responsabilidade) e *accountable* (responsável; explicável, justificável), remetem à mesma idéia: a de um relato significativo mas, ao mesmo tempo, construído à maneira de um esquema que simplifique a tarefa do sujeito de conferir ao mundo compreensibilidade.

A estrutura destes relatos não segue as regras da lógica formal, mas nem por isso deixa de ser coerente; trata-se do que Handel (1982) chama de raciocínio cotidiano, outro tipo de sistema para desenvolver argumentos e inferências orientadores da ação. As categorias usadas pelas pessoas na vida cotidiana, ao contrário dos argumentos da lógica tradicional, são conceitos “frouxos”, definidos empiricamente a partir de julgamentos imprecisos, necessários no entanto para guiar a conduta prática dos atores⁵.

A noção de “raciocínio do senso comum” vem iluminar a idéia, importante nesta tese, de explicação estrutural – construções discursivas que fundamentam as atitudes dos indivíduos em relação ao “mundo lá fora”; no nosso caso, o mundo público, a política. Os cidadãos comuns elaboram categorias a partir das quais conseguem explicar a política e situar, mais ou menos confortavelmente, suas ações e tomadas de posição. Partimos do pressuposto de que a elaboração dos argumentos que usam para justificar suas opiniões é coerente e busca validar-se e atualizar-se de acordo com critérios de validade argumentativa, explícitos ou não. As construções discursivas dos sujeitos funcionam como “chaves de leitura” (Goffman, 1974) que lhes permitem dar coerência a suas opiniões, escolhas e ações.

É possível aproximar estas concepções acerca do conhecimento humano à “racionalidade discursiva” de Habermas (1987), se levarmos em conta que, mais do que

⁴ Uma das conseqüências da abordagem etnometodológica é a atenção para a interferência na análise – no “relato científico” – do ponto de vista do próprio pesquisador, com suas rotinas de percepção e seu envolvimento específico nos incidentes que baseiam seu relato, contribuindo na construção do sentido. Este ponto encontra-se desenvolvido no apêndice metodológico.

padrões estruturados e formais, abstratos, os discursos que são instados a construir para justificar suas atitudes políticas, que sempre envolvem escolhas, obedecem a uma lógica argumentativa, em que as razões e exemplos aceitáveis obedecem também a critérios pessoais, afetivos, retóricos (ver também Magalhães, 2000). Podemos pensar, assim, em tipos de informação recolhidos por sua pertinência, ligados aos modos de explicação e de justificação das ações nas quais estas informações são usadas. Sua organização depende do rendimento cognitivo que têm para cada cidadão, o que inclui a valorização de determinadas fontes e quadros de referências, capazes de minimizar o custo envolvido na elaboração de explicações aceitáveis e reproduzíveis discursivamente. Muitas vezes, questões do cotidiano podem ser resolvidas recorrendo-se a instrumentos cognitivos de baixo custo, sobre os quais repousam “juízos domésticos comuns” (Thévenot, 1992).

A noção de esquema, tomada emprestada à psicologia cognitiva, também aproxima-se da concepção de *account* e de minha idéia de explicações estruturais. Segundo a abordagem cognitiva, entender o significado de algo não é apenas reproduzir um conteúdo, perceber sensorialmente um objeto, arquivá-lo e buscá-lo quando necessário, mas aceitar uma versão sobre como opera, que conseqüências advêm dele, o que o causa e que usos pode ter.

O significado de determinada informação aumenta para o indivíduo à medida que este domina o contexto que a delimita. Este contexto pode incluir informação sobre eventos abstratos, ou seja, estabelecer regularidades das quais vários objetos específicos podem fazer parte. Isto permite isolar causas possíveis para os eventos, e identificar hipóteses explicativas razoáveis. O conhecimento que a pessoa tem de seu ambiente contextual é mais rico do que o conhecimento das características do objeto isolado; procura-se incorporar cada nova informação ao esquema preexistente, que é flexível e reflexivo, dinâmico e constantemente atualizado. O processo de compreensão, em suma, é basicamente construtivo. Se determinada informação não tem “ganchos” que a relacionem ao contexto preexistente, sua compreensão torna-se mais difícil. Um fragmento de informação, ao contrário, pode ter suas lacunas complementadas por inferência (Bransford e McCarrell, 1974, p. 207).

A estrutura formal desta “razão prática” não é um conjunto de regras neutro e universalmente reconhecível. Exige, ao contrário, a aceitação de axiomas e definições que lhe conferem sentido, ativamente produzido e constantemente refeito em cooperação com outros indivíduos. As características básicas destes relatos, ou versões,

são sua reflexividade e sua referencialidade (*indexicality*) – a capacidade de fazer sentido a partir de indícios, indutivamente. O caráter indicial ou referencial das explicações remete ao fato de que qualquer objeto traz em si índices da atividade humana com a qual se relacionam, quer em relação à sua confecção, quer no que diz respeito ao seu uso. A percepção que se tem deles, porém, os manipula. Podem existir fora dos nossos relatos, mas não têm significação humana fora das explicações de que nos servimos para conferir sentido ao mundo (Handel, 1982). Não há verdade final, apenas verdades relatadas.

A explicação estrutural tem ação reflexiva, ou seja, age sobre si mesma. Cada relato, na medida em que produz uma definição do real que serve de base para a ação, produz também conseqüências. Trata-se de um acordo socialmente ratificado, em que as pessoas acreditam e que aceitam como “certo”, apropriado. A tentativa de entender algo baseia-se na necessidade de tomar, ou justificar, decisões (Handel, 1982, p. 37.) As explicações estruturais indicam o que é compreensível, em cada situação. Quando mudanças de situação tornam insatisfatória a explicação ou versão dos fatos utilizada, ela é atualizada. Se a atualização não parece necessária, a mesma explicação tende a subsistir.

1.2. DISCURSIVIDADE E ENQUADRAMENTO

A idéia de que as pessoas operam cognitivamente recorrendo a repertórios relativamente constantes de exemplos ajuda a entender por que a tendência é incorporar aos esquemas explicativos apenas a “conclusão” ou a “moral” de uma seqüência de fatos, descartando os “detalhes”. Trata-se de um mecanismo que apareceu de modo freqüente nas entrevistas, utilizado às vezes conscientemente pelo cidadão comum.

Na entrevista de seis de novembro, para explicar por que considera a Rede Manchete melhor do que a Globo – embora, por hábito, assista mais ao *Jornal Nacional* – Leonardo sugere que o compromisso desta última com interesses econômicos seria prejudicial para uma cobertura política completa e imparcial. “Os telejornais da Manchete mostram mais as coisas”, conclui. Quando se pede para que ele seja mais específico, Leonardo recorre à autoridade de certas pessoas do seu círculo de relações interpessoais para justificar sua convicção de que “é o Roberto Marinho que comanda nosso país”. As informações que fundamentam esta opinião, uma vez entendidas,

incorporadas, não estão mais disponíveis para que ele defenda seus argumentos, mas isso não os torna menos convincentes para a “certeza” de sua opinião.

Leonardo. Na realidade, essas firmas... Por exemplo, minha concunhada trabalha na Petrobrás, então a privatização da Petrobrás, esse negócio todo, essas firmas que estão comprando isso, aquilo, e tal, você pode ter certeza que junto com elas tem um pé do Roberto Marinho. Eu tenho certeza disto. Pessoas que eu conheço, que são graduadas, de um certo nível, dessas empresas maiores, que concorrem aí – meu cunhado que procura se informar, corre atrás, meu irmão é outro – e daí vai saindo as informações. De onde tiram essas informações, não sei. A gente tá conversando aqui, vamos supor, você me explicou aquele negócio, tal, tal, tal, aquilo vai entrar na cabeça, agora, se você vier daqui a três, quatro meses, conversar comigo, eu já formei opinião daquilo que entrou na minha cabeça. O que você me falou mais ou menos a respeito daquilo, eu não vou me lembrar, dificilmente...

O mecanismo de “formar opinião” descrito por Leonardo ilustra o uso da memória semântica (Wolf, 1992), que serve para atribuir significados a um mundo complexo, sem sobrecarregar intelectualmente o indivíduo com a necessidade de comprovação, evidência e demonstração do processo de julgamento. Uma vez aceito o argumento, guarda-se a conclusão, capaz de orientar o cidadão quanto às suas posições e escolhas. Desta forma, “os fatos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura” (Bird e Dardenne, 1988, p. 265). Tanto nas relações interpessoais quanto nos meios de comunicação de massa, um dos elementos centrais na adoção ou não de determinados enquadramentos pelas pessoas é a atribuição de autoridade ao emissor, ao qual se confere a responsabilidade de organizar cognitivamente uma grande quantidade de informações sobre um mundo complexo, auxiliando o cidadão a adquirir e demonstrar a competência mínima que lhe exige a política.

Estas chaves de compreensão do mundo podem vir de vários quadros de referência, de acesso e credibilidade variados para cada pessoa. No exemplo de Leonardo, o quadro de referência a partir do qual constrói a explicação de que Roberto Marinho é uma força política oculta e influente remete à autoridade de pessoas do seu círculo, “graduadas, de um certo nível”, que procuram se informar. São os famosos formadores de opinião, identificados nas teorias de aprendizado indireto, segundo as quais lideranças reconhecidas no meio social do receptor são fundamentais para pautar os interesses e prioridades de uma audiência seletiva, parte de um fluxo comunicativo em duas etapas (*two-step flow of communication*) (Berelson, Lazarsfeld e McPhee, 1954). Assim, a explicação a que o entrevistado recorre para avaliar a credibilidade relativa dos

dois meios é externa aos próprios meios, provém de sua interação em primeira mão com estas pessoas⁶.

Estas explicações relativamente simples, de preferência comuns, às quais as pessoas recorrem para articular suas atitudes políticas, têm sido tratadas por alguns autores, especialmente os ligados à pesquisa das audiências dos meios de comunicação de massa, como *enquadramentos*. Para Erving Goffman, um dos primeiros a sistematizar o conceito, estes são “definições da situação construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos – ao menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles” (1974, p. 10).

Estas estruturas cognitivas, que organizam o pensamento, são compostas de crenças, atitudes, valores e preferências, bem como de regras a respeito de como ligar diferentes idéias. São esquemas, que “dirigem a atenção para a informação relevante, guiam sua interpretação e avaliação, fornecem inferências quando a informação é falha ou ambígua, e facilitam sua retenção” (Fiske e Kinder, citados por Entman, 1989). Trata-se, portanto, de construções culturais que se realizam na narrativa, na articulação.

Como o mito, o estereótipo e o arquétipo, as notícias podem atuar na difusão de valores e explicações estruturais a respeito da esfera pública, naturalizando um mundo distante da experiência direta dos indivíduos. “Enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual” (Gitlin, 1980, p. 7).

Isso não quer dizer que a via seja de mão única; a mídia não opera no vazio, e as narrativas que produz são resultado de sua interação com os eventos e seus protagonistas – sua matéria-prima –, além de uma série de expectativas com relação à audiência, cuja fidelidade é vital para os meios de comunicação de massa e que convive com outros enquadramentos, oriundos de outras fontes. No estabelecimento dessa sintonia com a audiência, a televisão muitas vezes reproduz e reforça elementos dominantes de cada cultura, num círculo de que é difícil determinar o ponto de partida, e que se retroalimenta de forma dinâmica.

Um dos campos privilegiados de produção de enquadramentos, uma vez aceita a realidade de um mundo em que a política e a cultura atuam crescentemente na esfera da

⁶ À diferença da teoria lazarsfeldiana, no entanto, os formadores de opinião que encontramos na pesquisa são definidos e aceitos socialmente como emissores autorizados de opinião sobre a política,

mídia, é portanto o dos meios de comunicação de massa. Todas as ramificações da cultura de massa ocupam esse espaço, fornecendo explicações que servem aos cidadãos para entender as estruturas e eventos políticos. Um exemplo interessante é dado por Pedro, que, depois de apresentar explicações conspiratórias para as mortes de Tancredo Neves e da princesa Diana, segundo ele assassinatos, justifica como um fim provável para quem “se mete” com os poderosos:

Pedro. Isso não é d'agora não, isso é do tempo de outrora. A gente lê esses livrinhos, esse livros que eu falei a você que lia a uns tempos, do Oeste americano, e aqui mesmo já acontecia esses lances. [...] Crimes que se transformam em acidente.

Pedro refere-se a uma coleção de livros de banguê-banguê chamada *Stefania*, que é vendida em bancas de jornal e da qual chegava a ler cinco ou seis livros por semana, geralmente no ônibus, entre a casa e o trabalho. A partir dos esquemas explicativos oferecidos nas tramas ambientadas no velho Oeste, Pedro generaliza o enquadramento para o gênero humano; conclui que sempre se maquiaram crimes para que parecessem acidentes.

De acordo com o enfoque da presente pesquisa, é importante chamar a atenção para a importância dos meios de comunicação, e especialmente a televisão, como quadros de referência dos mais relevantes no fornecimento de explicações para a política. Basta lembrar que a mídia, justamente por seu caráter de massa, divulga enquadramentos mais homogêneos que outros quadros de referência, como a experiência idiossincrática de cada um, as diferentes igrejas, ambientes familiares e profissionais. Num sistema informativo como o nosso, em que poucos canais dominam a emissão regular de comunicação de massa, as explicações que aí se repetem tornam-se especialmente acessíveis e frequentes.

Na pesquisa, constatamos justamente que a importância dos meios cresce em sentido inverso à variedade e proximidade de outros quadros de referência. Mesmo fontes interpessoais de idéias sobre a política, no entanto, têm lugar num ambiente informativo em que a mídia tem papel preponderante, como sugerem vários estudos. “A situação receptiva das mensagens televisivas é marcada pelo *espaço familiar*. A tevê interpela o espectador enquanto indivíduo-membro da comunidade familiar, reunida na parte

principalmente, em função de seu acesso qualificado à informação considerada relevante. Este ponto será desenvolvido adiante.

da casa onde se concentra a atividade coletiva”, fornecendo muitas vezes assunto, ou ao menos pano de fundo, para a comunicação interpessoal (Sodré, 1984, p. 58).

Além de sua importância na comunicação indireta, a televisão assume, em muitos casos, o papel de repertório primário de exemplos, fornecendo explicações prontas, incorporadas pelas pessoas à compreensão que têm do mundo político. O *Fantástico*, programa dominical da Rede Globo, é recorrente no discurso de muitos dos entrevistados como referência a partir da qual avaliam a política, como fica claro no exemplo de Felipe: para “traduzir”, “retratar” a ineficiência burocrática e o jogo de influências do INSS, ele descreve uma matéria emblemática do programa.

Felipe. Você viu a reportagem do *Fantástico*? Eles traduzem muito bem o que é o INSS. Vou resumir: o cara queria a aposentadoria dele e não saía de jeito nenhum. Ele foi diversas vezes em diversos departamentos do INSS, e não resolvia. Ele resolveu, por dica de alguém, viver um personagem. Então ele ligava pros departamentos e dizia: ‘Aqui é o Dr. Fulano de Tal, olha, resolve o caso aí do meu amigo fulano de tal’. Um personagem. Deu no *Fantástico*. E ele conseguiu se aposentar assim, depois chamou a televisão. Isso é um retrato do INSS.

São estas explicações que constituem uma realidade, para aqueles que estão nela envolvidos. As explicações estruturais estabelecem o que é pertinente num cenário; este, no entanto, é construído pelos próprios relatos. Os processos de produção e aceitação de explicações são fundamentais na compreensão do mundo social, e incluem as maneiras pelas quais os indivíduos fazem sentido suficiente do mundo político para funcionar enquanto cidadãos.

O discurso, como uma espécie de “razão prática”, pode ser entendido então como justificativa para a ação, uma vez que é através de narrativas que as pessoas alimentam suas interpretações do mundo, e é também na construção discursiva que as expressam, procurando apresentá-las como plausíveis e coerentes, enfim, como alternativas políticas válidas. Para que seja possível apontar limitações na concepção de esfera pública em que participam cidadãos igual e perfeitamente informados, é preciso entender o fenômeno da opinião política como algo essencialmente discursivo, construído na expressão, argumentação e defesa.

É a partir desta visão acerca do cidadão e suas possibilidades de articulação acerca do mundo da política que retomamos a preocupação com sua inserção na democracia de público. Na medida em que o tema tem sido recorrente no pensamento político moderno, cabe esclarecer, aqui, o que se entende por atitude política em relação

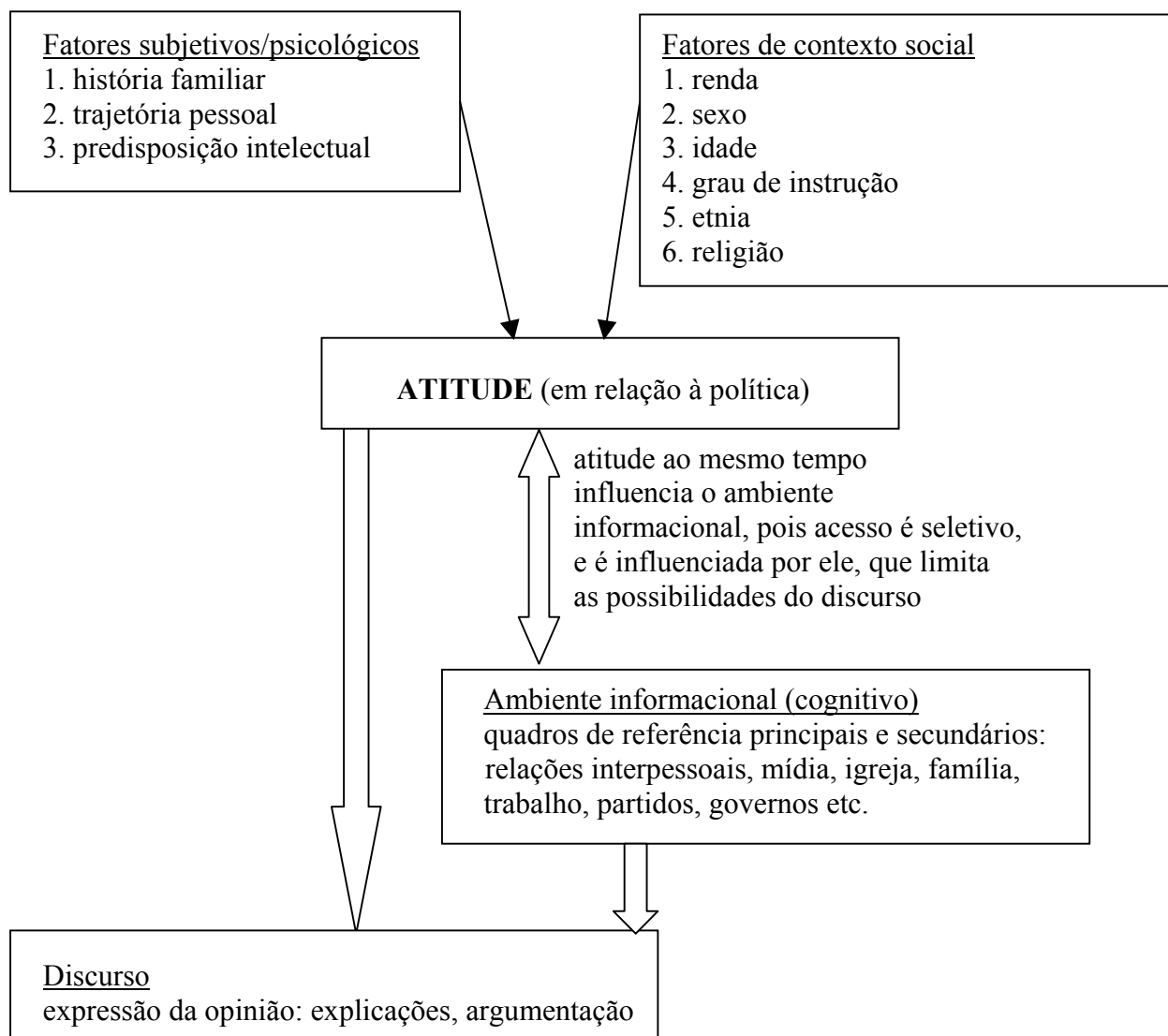
ao cidadão comum da democracia de massa, procurando avaliar o rendimento de algumas abordagens relevantes da questão, como os conceitos de alienação e integração e suas variantes, bem como as análises recentes sobre as atitudes políticas do cidadão brasileiro. A compreensão do processo através do qual as pessoas formam idéias políticas pretende servir, em suma, para falarmos de questões básicas da democracia, tais como as qualificações necessárias à noção de um cidadão interessado e bem-informado, a natureza e estrutura das atitudes políticas e, não menos importante, que papel têm, na construção destas explicações, os meios de comunicação de massa.

1.3. ATITUDES DO SENSO COMUM E EXPLICAÇÕES ESTRUTURAIS PARA A POLÍTICA

O processo de formação da atitude tem sido um campo fértil para as investigações da ciência política, preocupada em explicar as diferentes orientações dos cidadãos, que se manifestam em suas opiniões e comportamentos. Atitudes são geralmente entendidas como um quadro relativamente estável de crenças, cuja origem e flexibilidade relativa são matéria de grande controvérsia. Atitudes políticas são centrais na definição da opinião e da ação políticas. Afinal, a maneira como os cidadãos encaram a política tem papel fundamental na estrutura e processos dos sistemas políticos desde Maquiavel, quanto mais em regimes democráticos, crescendo em importância à medida que aumenta a participação dos cidadãos, senão na definição das políticas públicas, ao menos na escolha dos governantes através do sufrágio. O estudo das atitudes políticas não é recente. Depois de viver seu momento áureo nos anos 70, tem sido crescentemente recuperado por autores contemporâneos (ver, por exemplo, Wolling, 2001).

A partir do estudo das atitudes políticas, entendidas em relação dinâmica com o ambiente informacional em que se inserem, é possível: 1) analisar os campos de influência a que estão submetidas e investigar sua origem e construção; 2) avaliá-las como preditoras do comportamento político dos cidadãos. O primeiro ponto é o que interessa especificamente nesta pesquisa. Vários estudos têm investigado os principais elementos identificados na formação da atitude política, que podem ser resumidos no quadro abaixo.

QUADRO 1. Elementos da atitude política e expressão da opinião



As diversas relações destes elementos na produção da opinião pública têm sido objeto de investigação recorrente na ciência política. A sociologia, de modo geral, é contemporânea do crescimento, em termos de poder explicativo, das divisões e identidades sociais dos cidadãos. O que se convencionou chamar de explicação sociológica para o voto, que viveu seu momento mais profícuo com a “democracia de partido” tal como descrita por Manin, considera as influências de características estruturais dos cidadãos tais como sua renda, idade, sexo, religião e etnia. Os primeiros *surveys* realizados nos Estados Unidos, como o estudo clássico de Lazarsfeld com o intuito de medir as múltiplas influências da opinião do eleitor comum durante o processo eleitoral de 1948, apontavam justamente para as identificações sociais de

longo prazo como os principais indicadores a partir dos quais seria possível prever o voto. Embora tenham certamente influência sobre as atitudes políticas do cidadão comum, dado o enfoque discursivo desta pesquisa, estas variáveis não serão detalhadamente analisadas.

Já Lippman (1960) chamava a atenção para o fato de que o conhecimento que o cidadão comum pode obter sobre a política é indireto, mediado pelas imagens de nossa mente – “*the symbolic pictures in our heads*”, estereótipos constantemente comparados, checados, argumentados e, portanto, dinâmicos. Fatores não diretamente estruturais, como história familiar, trajetória pessoal e predisposição intelectual, também são vistos por muitos autores, especialmente os que trabalham com paradigmas da psicologia social, como fundamentais para entender as diferenças de atitude entre os cidadãos (ver Smith, Bruner e White, 1967).

De acordo com os teóricos da escola de Michigan, de matriz psicológica, as atitudes se formam individualmente, a partir da socialização política, reflexo de seu ambiente social imediato, especialmente o familiar. Converse (1962), um dos principais teóricos desta linha de pensamento, situa a explicação para as crenças políticas nos diferentes níveis de conceitualização com que os cidadãos são capazes de elaborar o mundo político, e que variam de acordo com o nível de centralidade e o grau de motivação para a política. Um “sistema de crenças de massa” seria um conjunto de idéias e opiniões sobre o mundo social cujos elementos estão interligados por esquemas cognitivos funcionais, e cuja consistência exige uma coerência entre os vários elementos, de modo que uma mudança de opinião requereria outras mudanças que adaptassem todo o sistema, evitando contradições.

Converse acreditava que os indivíduos capazes de apresentar um sistema de crenças reconhecível utilizavam níveis de conceitualização mais altos e com dimensão abstrata para definir suas opiniões sobre temas políticos específicos, como o papel do Estado e políticas governamentais. A grande maioria dos eleitores americanos, no entanto, de acordo com sua pesquisa, mostrou avaliar as questões políticas sem levar em conta critérios significativos nesse sentido, entre os quais enfatizou a dimensão liberal/conservador da atitude política. Sem o nível de consistência ideológica e organização lógica característico de um sistema de crenças, o cidadão comum seria incapaz de desenvolver pontos de vista mais globais sobre a política (Converse, 1962, pp. 245-247). Esse modelo sobre a estrutura – ou, no caso, a falta de – das atitudes políticas do cidadão comum é bastante influente no campo de estudos, mas pesquisas

empíricas posteriores revelaram que as medidas de sofisticação política usadas por Converse não são muito precisas, e que não existe diferença significativa entre os sistemas de crenças dos líderes e aqueles dos cidadãos. Os pressupostos e resultados do modelo dos sistemas de crenças têm sido, portanto, submetidos a críticas severas, como revela o próprio Converse em análise mais recente (1980, citado por Porto, 1999).

A investigação do que ele chamava de “mente política” do cidadão comum foi o maior objetivo de Robert Lane, explícito em suas obras fundamentais *Political Life* e *Political Ideology*, cuja leitura foi de extrema importância para esta tese, desde a inspiração metodológica até alguns pressupostos sobre a inserção do cidadão comum no mundo da política. Lane procura entender a ideologia latente do homem urbano comum a partir de entrevistas com quinze cidadãos, escolhidos entre os trabalhadores de uma pequena cidade americana. Vai então buscar as fontes do sistema de crenças na cultura e experiência de vida destas pessoas, atribuindo a esta ideologia do senso comum o papel central de justificar e definir as relações dos indivíduos com a esfera pública. Ao contrário de Converse, Lane vê no discurso do homem comum sobre a política uma coerência própria, embora não necessariamente convergente com os pontos de referência dos pesquisadores, ou das teorias clássicas. Mas atribui importância à capacidade variável dos indivíduos de contextualizar as informações políticas para lhes dar sentido.

Mais recentemente, também Boudon (1997) chama a atenção para a capacidade dos atores, mesmo sem as ferramentas do raciocínio lógico clássico, de atribuir sentido a seus próprios atos, longe de agir irracionalmente. Trata-se de uma concepção cognitivista e discursiva da elaboração das atitudes políticas, importante na medida em que contribui para a definição e explicação das crenças coletivas. Para Boudon, “os processos de formação das crenças são largamente independentes da natureza e do conteúdo destas crenças. Crenças científicas e crenças ‘ordinárias’, crenças políticas e crenças privadas se instalam da mesma forma: elas ‘pegam’ se, e somente se, são percebidas para o sujeito implicado (de maneira mais ou menos confusa) como fazendo sentido para ele, ou seja, como fundadas em razões sólidas” (p. 21). Boudon as chama de “razões transubjetivas”: para terem credibilidade, estas razões devem ser vistas pelo sujeito, senão como demonstráveis, ao menos como convincentes.

As atitudes dos cidadãos comuns em relação à política caracterizam-se por uma estrutura esquemática que, embora complexa em graus variados, sempre simplifica o mundo político percebido, transformando o excesso de informação, que poderia gerar

confusão e paralisia, em quadros norteadores suficientes para a avaliação do mundo público e definição da inserção de cada sujeito. No esforço para evitar o sentimento de aleatoriedade, profundamente incômodo, os indivíduos elaboram atitudes do que vêm como senso comum, e as utilizam para enquadrar o mundo o suficiente para orientar, ou ao menos justificar, qualquer ação, inclusive política.

A informação disponível para que o cidadão comum tome decisões é sempre incompleta e nunca perfeitamente clara, tendo em vista que cada pessoa “deixa passar” falhas e incongruências que não prejudicam o sentido. Pode, no entanto, ser satisfatória, ou seja, permitir ao indivíduo agir sem se dar ao luxo de procurar informação adicional (Handel, 1982). Os indivíduos, instados de uma forma ou de outra – em uma conversa no trem ou à mesa, no momento eleitoral ou respondendo a uma pesquisadora insistente – manifestam suas atitudes políticas recorrendo a explicações simplificadas e conclusivas a respeito do mundo da política. Os processos de construção e legitimação destas explicações e atitudes passam, assim, para o primeiro plano de uma reflexão sobre a democracia contemporânea.

Em relação às tendências das atitudes, diferentes abordagens na ciência política procuram descrever e explicar as variações no interesse e participação dos cidadãos na esfera pública e na adesão ao governo ou ao sistema político. Uma das mais importantes é a que identifica nos cidadãos da democracia de massa a tendência para a alienação política, com suas variantes e conceitos complementares.

1.4. ALIENAÇÃO POLÍTICA

Alienação é um conceito clássico da filosofia política, que designa um processo de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e falta de autonomia. É possível entender o conceito de alienação por uma perspectiva sociológica, como em Marx, que descreve o modo de produção capitalista em oposição a uma unidade ideal entre indivíduo e comunidade rompida pela alienação – concepção mais tarde enriquecida pelas idéias de reificação e fetichismo. Estranhamento da própria essência humana, sua superação só pode se dar através da abolição da propriedade privada e do trabalho alienado. Transpondo a noção marxista de alienação para a política, podemos dizer que esta é experimentada como

externa; pode até ser o meio para alcançar algum objetivo, mas não um fim em si mesma. O homem deixa de se realizar nesta esfera, e passa a negar sua natureza.

A idéia de alienação tem no conceito durkheimiano de anomia uma de suas variantes mais importantes. Denota uma situação em que as normas sociais que regulam o comportamento individual não são mais reconhecidas como válidas; a ausência mesmo de um sistema ético, especialmente na esfera econômica da sociedade. Assim como em Marx, esta é uma concepção de alienação sociologicamente orientada, ou seja, relativa às condições objetivas da sociedade. A condição de anomia é causa, e não consequência, dos conflitos sociais: um estado que impede o bom funcionamento da sociedade, sua coesão e ordem (Israel, 1971, p. 138).

Ainda na vertente sociológica, Merton (195..) desenvolve alguns tipos de “adaptações” atitudinais por parte dos indivíduos, da conformidade ao desvio, que podem ser percebidos em situações de anomia, em que objetivos culturalmente prescritos (como, por, exemplo, o sucesso na sociedade americana) não são congruentes com os meios disponíveis para atingi-los.

Os anos 50 trazem um momento de extremo florescimento do conceito de alienação nas ciências sociais americanas, embora com uma inflexão substantiva em relação ao tratamento sociológico predominante até então. Seguindo uma matriz psicológica, vários autores passaram a apontar para a importância de variáveis subjetivas relacionadas, por exemplo, à personalidade, ou à capacidade cognitiva e afetiva dos indivíduos. Robert Lane (1962), um dos pioneiros desta linha de investigação, pesquisou a ideologia do cidadão comum nos Estados Unidos dos anos 50 e concluiu que a alienação política reflete sentimentos de afastamento em relação ao mundo público. Segundo este autor, o indivíduo alienado sente-se objeto, e não sujeito da política, e acredita que o governo não se preocupa com seus interesses. Não concorda com as decisões ou regras; não vê benefícios públicos, só deveres, como impostos e obrigações.

Tal concepção psicológica aproxima o conceito de alienação dos termos desta pesquisa, cujo objetivo é analisar as atitudes políticas individuais. Embora cada pessoa esteja inserida em um contexto social mais amplo que modula sua abordagem da política, consideramos sua atitude em seus fundamentos psicológicos, individuais. Neste sentido, os diferentes aspectos da alienação política, bem como as expectativas destas teorias quanto às possibilidades e condições para a integração ou engajamento do

cidadão, contribuem para uma compreensão mais abrangente e política do papel desempenhado pelas atitudes políticas na ideologia e comportamento do cidadão comum.

Em 1959, Melvin Seeman sistematizou os principais sentidos adquiridos pelo termo “alienação” ao longo de sua trajetória no pensamento político e social. São cinco variações sobre o tema, que Seeman, a partir da perspectiva psicológica de alienação política, descreve com base nos conceitos de expectativa e remuneração, ou valor, termos oriundos da psicologia cognitiva.

Em termos psicológicos, a alienação pode ser entendida genericamente como uma discrepância entre as expectativas do indivíduo e a maneira como o sistema social efetivamente funciona, que impede a concretização dos objetivos de tais expectativas. O conceito é desdobrado por Seeman em cinco significados mais particulares, identificados pelo autor na vasta literatura sobre o tema: o de impotência (*powerlessness*), ininteligibilidade (*meaninglessness*), ausência de normas (*normlessness*), isolamento (*isolation*) e estranhamento (*self-estrangement*).

Seeman define impotência como “a expectativa ou probabilidade, por parte do indivíduo, de que seu próprio comportamento não pode determinar a ocorrência dos resultados que busca” (Seeman, 1959, p. 784). Aponta para o sentimento do sujeito de que os resultados independem de seu controle pessoal, determinados que são por fatores externos como o acaso, a sorte ou a manipulação por parte de outras pessoas. Trata-se da frustração de expectativas de influenciar eventos sociopolíticos como o sistema político, a economia industrial ou as relações internacionais. O segundo uso de alienação pode ser sintetizado no conceito de ininteligibilidade. A atitude alienada, neste caso, se daria quando é “baixa a expectativa de fazer previsões satisfatórias sobre resultados futuros do comportamento” (Seeman, p. 786); se o mundo não faz sentido, se é considerado excessivamente complexo, a condição é mais uma vez de alienação.

A ausência de normas ou regras para a ação deriva do conceito durkheimiano de anomia. Seeman descreve este tipo de alienação como uma discrepância fundamental entre os fins desejados e os meios necessários para atingi-los: do ponto de vista individual, pode ser entendida como uma “alta expectativa de que comportamentos socialmente reprovados são necessários para atingir determinados objetivos” (Seeman, p. 788). O quarto desdobramento, isolamento, descreve os indivíduos alienados como aqueles que “atribuem baixo valor remunerativo a objetivos ou crenças que são tipicamente valorizados em determinada sociedade” (Seeman, p. 789). Trata-se de um

“apartamento” do indivíduo, típico do rebelde para quem a própria estrutura social situa-se fora de padrões aceitáveis.

O quinto e último significado rastreado por Seeman para o conceito de alienação na literatura das ciências sociais é o de *self-estrangement*, que pode ser traduzido como estranhamento ou auto-estranhamento. Diz respeito ao afastamento do indivíduo de sua condição humana ideal. A discussão de Riesman (1971) sobre a personalidade alter-dirigida encaixa-se neste sentido do termo, na medida em que aponta para a perda da satisfação significativa intrínseca à atividade humana, substituída por atividade alienada avaliada pelo “grau de dependência de determinado comportamento em relação a recompensas futuras antecipadas”, ou seja, a incapacidade do sujeito de engajar-se em atividades que sejam fins em si mesmas.

A classificação de Seeman é de extrema importância para a leitura que faz da alienação a escola de psicologia social americana, que retoma o conceito nos anos 60 e 70. Ela dá origem a definições mais especificamente políticas, como a de Ada Finifter (1970), que retoma quatro das definições de Seeman, apontando de modo semelhante para as múltiplas dimensões da alienação política:

- a) impotência política: sentimento do indivíduo de que não pode afetar as ações do governo, de que a alocação autoritária de recursos para a sociedade, centro do processo político, não está sujeita à sua influência. Inversamente relacionado com o conceito de eficácia política, sentimento de que seus desejos e julgamentos encontram respaldo na atuação pública.
- b) ausência de sentido da política, ou seja, a percepção de que as decisões políticas são imprevisíveis, regidas por um padrão aleatório que foge ao entendimento do cidadão.
- c) ausência de normas da política, descrita como a percepção de que as regras estabelecidas para o funcionamento do mundo público são sistematicamente burladas, como no caso, mais uma vez apontado pela presente pesquisa, da crença generalizada no comportamento ilegal e imoral da classe política.
- d) isolamento político, caracterizado pela rejeição de normas políticas e de objetivos amplamente compartilhados na sociedade, majoritários ou consensuais.

As diferentes dimensões da alienação política indicam, portanto, uma percepção negativa, por parte dos sujeitos, das possibilidades da política. Como podemos perceber, elas se organizam em torno de dois eixos principais: em seu aspecto valorativo, o cida-

dão alienado percebe a política como ineficaz, mentirosa, comprometida com interesses outros que não o bem coletivo. A idéia de alienação também inclui elementos ligados a outro aspecto, relativo à distância percebida entre os indivíduos e a esfera pública. É para este sentido que apontam as dimensões de ininteligibilidade e isolamento. Como veremos adiante, separar estes dois eixos é analiticamente útil, uma vez que os cidadãos da democracia de público podem estar bem próximos da política mesmo a partir de uma atitude negativa ou, da mesma forma, perceberem-na como distante sem vê-la necessariamente como negativa. E isto têm implicações nas expectativas e decisões que envolvem seu potencial de compreensão e vivência da esfera pública.

A idéia de integração é o contraponto clássico ao conceito de alienação, relacionando-se ao conjunto oposto de atitudes políticas. O sentimento predominante, no caso, é o da validade e legitimidade do mundo público e suas regras, embora possa se dar, como é o caso da alienação, em diferentes níveis, da política pública específica ao pacote democrático, passando pelo governo em exercício. Adesão, obediência ou submissão e fidelidade (*allegiance*) são termos afins.

David Easton (1962), um dos teóricos mais influentes da visão do sistema político como um processo de *input* (demandas) e *output* (respostas), vê a adesão ou apoio político dividido em três objetos fundamentais: o cidadão pode apoiar, simplesmente, a comunidade política, a “nação”, sentindo-se, por exemplo, integrado à comunidade brasileira, independentemente do sistema político; o segundo nível de adesão consistiria no apoio ao regime, com seus valores e normas básicas de funcionamento; em terceiro lugar, os cidadãos também podem apoiar, em maior ou menor escala, as autoridades, ou seja, a personificação temporal das regras do regime: o governo, os representantes eleitos naquele mandato específico, com seus elementos de personalismo e carisma.

A idéia de integração também é desdobrada em dimensões básicas por Lipset (1967), cujas noções de apoio difuso e específico referem-se à legitimidade percebida do sistema político e a crença na eficácia do governo, motivada pela performance imediata dos governantes.

A partir de uma visão, como vemos, bastante pessimista quanto à vocação cívica do cidadão contemporâneo, não é possível evitar o questionamento da nossa perspectiva específica: e no Brasil, que tipos de alienação é possível verificar? Como tem sido traduzido o comportamento político e eleitoral do cidadão comum? Quais os principais achados e disputas neste campo? A partir desta série de novos questionamentos,

organizamos a exposição de alguns dos principais achados, entre analistas brasileiros, quanto às características e dimensões das atitudes políticas dos cidadãos comuns. Descartando a possibilidade de uma revisão exaustiva da literatura pertinente ao comportamento político e eleitoral, que é extensa e abrangente, constituindo uma das áreas clássicas de estudo da disciplina no Brasil, a alternativa foi focalizar as duas vertentes de pesquisa mais significativas para esta tese: a discussão quanto à relativa legitimidade ou desencanto dos brasileiros em relação ao sistema democrático, e a possível competência do cidadão comum no exercício do voto.

O objetivo desta exposição, na verdade, é investigar o rendimento destes conceitos na análise dos cidadãos brasileiros que encontramos na pesquisa, habitantes de um sistema democrático em que os meios de comunicação política desempenham um papel fundamental. As hipóteses e expectativas em relação ao comportamento político e eleitoral nacional, que, como veremos, não são nada consensuais, tornaram-se mais um incentivo para a elaboração empírica das categorias alternativas apresentadas adiante.

1.5. COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL DO BRASILEIRO: ALGUMAS ABORDAGENS

Dentro desta investigação inicial das expectativas a partir das quais seria possível formular uma análise das atitudes políticas do cidadão comum e sua relação com a política, resta esclarecer as especificidades nacionais, regionais e locais significativas para o nosso estudo, encontradas em outras pesquisas sobre o cidadão comum brasileiro, e sua possível relevância para a análise. Hipóteses acerca das atitudes políticas do cidadão brasileiro têm emergido especialmente no âmbito dos estudos de comportamento eleitoral, mais pródigo em dados empíricos sistematizáveis.

Entre os estudos sobre as atitudes políticas recentes dos brasileiros, uma parte importante enfoca o problema da transição, e de como os valores democráticos são incorporados pelos cidadãos no período de redemocratização que se inicia com o movimento pelas eleições diretas para presidente e a eleição, ainda indireta, de Tancredo Neves, depois de duas décadas de ditadura militar. Dentro deste marco maior, as principais questões têm girado, por um lado, em torno dos sentimentos de legitimidade ou desencanto do cidadão em relação ao regime democrático. Outra

vertente, mais ligada aos estudos eleitorais, concentra o debate em torno da relativa competência e racionalidade do cidadão comum no exercício do voto.

Esta última questão é mais abrangente, e algumas de suas principais contribuições antecedem o período específico de redemocratização de enfatizamos aqui, procurando estabelecer um perfil mais estrutural do eleitor brasileiro. Este problema tem sido visto a partir de diferentes perspectivas, em que características distintas são vistas como qualificando a relação do homem comum com a esfera pública. De modo geral, estes estudos podem ser enquadrados de acordo com o predomínio de elementos sociológicos, psicológicos ou institucionais. Sem pretender exaurir a literatura existente, esta seção busca apresentar resumidamente as principais explicações atribuídas ao comportamento político e eleitoral dos brasileiros nos anos recentes⁷.

Estudos baseados em uma perspectiva sociológica ou marxista, como os de Soares (1973) e Reis (1978), entre outros, atribuem ao cidadão maior ou menor competência em função da coerência entre situação socioeconômica e adesão partidária. Os resultados eleitorais, assim, são analisados em termos de alinhamentos de classe social, blocos religiosos, étnicos ou de gênero. A expectativa sociológica quanto a um indivíduo consciente e informado, integrado a seu grupo social, seria sua consistência para com as preferências daquele grupo.

A partir desta expectativa, muitos estudos constataam a aparente incompetência do cidadão comum, visto que ele não se comporta de acordo com as expectativas classistas. Algumas análises, no entanto, procuram atribuir ao eleitor algum nível de coerência partidária, como no caso do próprio Soares (1973) e de Souza, Lima Jr. e Figueiredo (1982). Estes autores enfatizam o caráter mais oposicionista que ideológico do voto, descrevendo-o, no entanto, como “claramente partidário, e não uma resposta a apelos meramente populistas” (Souza, Lima Jr. e Figueiredo, 1982, p. 13).

Os autores que apontam a inconsistência dos partidos tendem a enfatizar as relações entre indivíduos e lideranças políticas, culminando no clientelismo e no personalismo político. É uma outra ordem de explicações, como o populismo identificado por Weffort (1980) nas regiões urbanas, e que é descrito como uma forma de identificação pessoal na relação entre o Estado e a base eleitoral, através do contato direto do líder com os indivíduos. No Rio de Janeiro, em particular, o fenômeno do brizolismo originou estudos interessantes sobre um tipo de partidarismo personalista em

⁷ Para uma revisão atualizada das teorias de comportamento eleitoral, ver Radmann, 2001.

que a marca do partido é seu líder, tendo como resultado lealdades duradouras sem, no entanto, um vínculo de classe ou ideologia (ver Guanabara, 1999).

O comportamento volátil de boa parte do eleitorado, “flutuante” em relação às expectativas sociológicas, deu origem a uma série de explicações alternativas, uma vez que mudanças de curto prazo, ou envolvendo lógicas distintas, não podiam ser explicadas sob essa perspectiva. Uma importante tentativa de superar as limitações da explicação sociológica partiu de uma linha mais psicológica de pesquisa, em que são especialmente relevantes os estudos de Baquero (1985), Lavareda (1991) e Reis (1978), que procuravam explicar o comportamento eleitoral do cidadão comum a partir de suas atitudes e percepções sobre a política. Em termos de perspectiva, tais abordagens aproximam-se do referencial adotado nesta tese.

De modo geral, seus resultados apontam para a baixa consistência ideológica do cidadão brasileiro. Com o processo de redemocratização e a volta das eleições diretas, a maior parte das pesquisas realizadas tende a confirmar o baixo nível de estruturação ideológica e de identificação partidária da maioria do eleitorado. Uma resposta a este problema aparece nos estudos que se propõem a distinguir categorias em relação à capacidade ideológica dos eleitores, atribuindo características específicas a uma minoria participativa, enquanto reafirmam a tese de uma maioria desinteressada e apática.

Destaca-se a aplicação, por Marcelo Baquero (1985), da classificação de Converse relativa aos níveis de conceitualização dos eleitores, uma vez que seus sistemas de crenças são entendidos como ferramenta cognitiva básica para o interesse e acompanhamento da política. De acordo com a pesquisa, realizada em Porto Alegre, a maior parte dos eleitores vê a política como uma coisa abstrata, não procurando se informar de maneira ativa sobre as questões da pauta pública, e não se mobilizando para a participação política, nem mesmo eleitoral. No entanto, é possível perceber que a variação no interesse acompanha os níveis de conceitualização política; quanto maior a capacidade de abstração e contextualização, maior o interesse e a coerência política e eleitoral, bem como os níveis de preferência partidária.

A maioria dos estudos, no entanto, segue atribuindo ao personalismo alto poder explicativo quanto ao comportamento político e eleitoral do brasileiro. O voto personalista é identificado em Baquero (1985 e 1997), Goldman e Sant’Ana (1996) e Silveira (1998).

Para Flavio Silveira (1998), a principal característica do eleitor brasileiro seria não sua identificação ideológica, mas a emoção; desenvolvendo a descrição de um

eleitor “intuitivo”, o autor defende que a maioria do eleitorado se identifica com um novo tipo de comportamento eleitoral, “não-racional”, em que elementos afetivos como amizade, imagem e gosto ocupam o lugar das lealdades partidárias ou clientelistas tradicionais. Mesmo nestes casos, Silveira aponta para o caráter personalista, muitas vezes, das escolhas e justificativas. A novidade do comportamento intuitivo estaria no predomínio de uma imagem genérica, especialmente nos níveis de governo mais afastados da vivência pessoal em primeira pessoa. Para este novo eleitor “não-racional”, portanto, cresce significativamente a importância da mídia na definição do voto. O autor não vê, nas justificativas apresentadas para o voto, os requisitos mínimos para se falar de racionalidade.

André Singer, por outro lado, encontra lógica cognitiva e coerência ideológica no voto do brasileiro nas eleições presidenciais de 1989 e 94. Para o autor, a capacidade das pessoas de se localizar espontaneamente em relação às ideologias políticas reflete clareza quanto a expectativas e demandas que podem ser entendidas ideologicamente, e que têm peso na decisão eleitoral. Assim, nas eleições de 1994, mais do que votar retrospectivamente em função de melhora pessoal de salário e nível de vida, as principais explicações para o voto foram, segundo Singer, a identificação partidária, a satisfação com o Plano Real e a identificação ideológica. No entanto, para o cidadão comum brasileiro as diferenças entre direita e esquerda não correspondem aos usos clássicos dos termos.

Esquerda e direita teriam em comum uma identificação com objetivos pró-estatizantes, enquanto o centro representaria, para o cidadão comum, a proposta econômica de cunho menos intervencionista, mais liberal. Direita, além disso, seria identificada de alguma forma com a manutenção da ordem, ou a autoridade atribuída ao Estado para reprimir movimentos sociais; esquerda, por sua vez, remete os eleitores ao atendimento às reivindicações dos movimentos populares e à contestação desta autoridade do Estado. “O conservadorismo dos eleitores que se colocam à direita se expressa não numa rejeição às mudanças, mas no apego à autoridade e à ordem” (Singer, 2000, p. 164).

Outros autores, ainda, discutem a relativa competência do cidadão comum – principalmente para o exercício do voto – a partir de critérios mais ou menos abrangentes de racionalidade (Figueiredo, 1991 e Radmann, 2001), encontrando um eleitor que se comporta de modo bastante coerente. Baquero contribui para esta avaliação com sua análise do comportamento pragmático do eleitor gaúcho (1997), em

que descreve um cidadão preocupado em avaliar as ações administrativas dos governantes e optar por um candidato a partir de considerações de natureza pragmática.

Outra vertente importante dos estudos recentes sobre o comportamento e atitude política do cidadão comum brasileiro é mais nova, e enfatiza as especificidades da sociedade brasileira pós-redemocratização, com atenção especial aos anos 80 e 90 e à volta das eleições diretas. Um dos pontos relevantes levantados por esta literatura tem interesse direto para esta tese: a existência de uma geração de brasileiros que se decepcionaram depois do surto de civismo das Diretas-Já (Kotscho, 1986). Os estudos de Baquero (1994) sobre a cultura política dos gaúchos também enfatizam as incertezas e o descrédito dos eleitores em relação à política, focalizando especialmente a deterioração social gerada por uma seqüência de planos econômicos mal-sucedidos. O pessimismo da população acentua-se com sentimento de ineficácia política, alimentado pelos escândalos de corrupção, que adquirem grande visibilidade na mídia de massa.

Para outros autores, no entanto, essa decepção não se traduz em uma rejeição aos valores democráticos fundamentais. É o caso de José Álvaro Moisés (1995), que conclui que “o mal-estar generalizado com a ‘inefetividade’ dos governos democráticos e a desconfiança diante de políticos e de algumas instituições políticas” têm coexistido com uma espécie de “reserva” de legitimidade do regime (p. 190). Mesmo com a evidente insatisfação tanto com a performance econômica do governo como com sua atuação política mais estrita, associada à corrupção e ao clientelismo, a crença do público brasileiro no regime *per se* revelou-se, segundo Moisés, menos instável. Para o autor, seria necessário realizar um refinamento analítico nas noções de ‘apoio político’, ‘confiança no governo’ e legitimidade política” (p. 197).

Também Céli Pinto (1994) analisa o comportamento político brasileiro como caracterizado pela crença nos direitos democráticos como essenciais, e diagnostica o pessimismo e desconfiança percebidos em pesquisas de opinião como essencialmente conjunturais. A autora identifica também a existência, no Brasil pós-redemocratização, de um discurso popular de ampla aceitação, que constrói a competição política em torno de uma unidade imaginária do “povo”, contra a qual identificam o “inimigo”, seja ele a inflação, a corrupção ou o interesse dos poderosos. Nota-se a existência de um ideal de bem-comum, uma unidade que deveria ser promovida pela política entre os diferentes interesses. A democracia não seria entendida, de acordo com esta perspectiva, como uma competição, com regras justas, pela alocação dos recursos comuns, mas de modo mais substantivo, como responsável pelo bem-estar de “todos”. Trata-se de um enqua-

dramamento que privilegia o discurso personalista, salvacionista, da política nacional e que, como demonstramos nesta tese, tem grande repercussão junto ao cidadão comum.

A partir de outra perspectiva, o psicanalista Jurandir Freire Costa (1999) vê a “privatização da felicidade” das décadas de 80 e 90, no Brasil, como um afastamento em relação aos interesses públicos que mobilizaram muitos grupos sociais em prol da democracia no momento anterior. Trata-se de um ponto já indicado por Moisés (1995) e outros, sobre o sentimento de frustração e decepção de grande parte do eleitorado brasileiro após os governos Sarney e Collor, ambos empossados em meio a grande mobilização e apoio popular e execrados quando de seu afastamento. O clima de opinião resultante seria de desencanto e apatia.

Poderíamos identificar uma semelhança com Hirschman (1983), que nota ciclos alternados de participação política intensa e volta à atividade privada, muitas vezes como resultado de uma alta expectativa quanto às possibilidades de concretização dos interesses coletivos que levam à ação, frustrada por uma realidade cuja condução escapa ao cidadão comum. Para Hirschman, no entanto, este não seria um sintoma de alienação ou afastamento definitivo da esfera pública, mas de ciclos normais no processo democrático.

As mais recentes eleições presidenciais, de 1994 e 1998, no processo de consolidação democrática depois da ditadura militar, deram por sua vez origem a descrições e avaliações específicas. É este o contexto político que nos interessa mais de perto nesta tese, e convém portanto destacar alguns pontos comuns e relevantes.

Jorge Almeida (1998), que analisou o comportamento e opinião do cidadão brasileiro a partir de *surveys* realizados durante o ano eleitoral de 1994, apresenta um cidadão disposto à mudança, como mostra a votação expressiva em Lula, mas marcado por uma forte rejeição aos políticos e instituições eleitos pelo voto popular, como o Congresso e a Presidência da República; a ausência de partidos autênticos, com exceção do PT, faz com que a identificação e confiança nos partidos seja fraca. Um significativo desinteresse pelas eleições perdurou até o final do pleito de 1998, mostrando possivelmente o desgaste que os entusiastas das “diretas” demonstravam depois dos escândalos e do *impeachment* de Collor. Também era baixa a confiança no empresariado, banqueiros e empreiteiros, bem como em suas associações.

Para Almeida, o cidadão comum é capaz de priorizar suas preocupações, apontando os principais problemas do país como a carestia, desemprego, fome, educação, saúde, violência e corrupção. Diante de palavras e conceitos mais abstratos,

como capitalismo, socialismo, direita e esquerda, o eleitorado se distribuía entre a desinformação ou incompreensão, ou ainda posicionamentos contraditórios, dificultando uma caracterização do ponto de vista político-ideológico. Assim,

“a maioria dizia não gostar do conceito de esquerda, e preferir o de direita, enquanto afirmava preferir o socialismo que o capitalismo e apoiar uma série de bandeiras tradicionais da esquerda. Ou apoiava palavras da moda como ‘privatização’ e se dizia contra o ‘monopólio de Estado’, enquanto diante de um questionamento mais concreto se mostrava mais defensora das principais estatais e do monopólio estatal do que o próprio programa do PT.” (Almeida, 1998, p. 138)

No mesmo sentido, Luciana Veiga (1998), em suas análises psicológicas sobre a relação do eleitor com a propaganda política, também desenvolve uma descrição genérica do eleitor brasileiro, revelando sujeitos cognitivos ativos, dotados de uma “ideologia do cidadão comum” centrada nos grupos de referência e opinião política herdados de seu ambiente social. Seu fundo prévio de conhecimento e postura será determinante de seu comportamento político e da interpretação que dá à informação política que recebe, mas em condições de defasagem cognitiva, ou seja, de pouco estímulo para acompanhar e muita dificuldade para entender o noticiário corrente sobre a política. Seriam centrais, nesta ideologia, o desafeto e a alienação, que levam os indivíduos a sentir-se como objetos, e não sujeitos da vida política, frustrados com a falta de influência, participação e informação política.

Venturi, analisando as sondagens de opinião que monitoraram a eleição de 1998, chama a atenção para a importância da mídia em geral no processo eleitoral, enfatizando a introdução do mecanismo da reeleição e as consequências da alta visibilidade do mandatário na mídia cotidiana para seu bom desempenho eleitoral.

Alguns autores dão grande peso, por outro lado, à variável econômica do voto nas últimas duas eleições (Camargos, 1999). A percepção da eficácia do Plano Real no nível do bem-estar pessoal seria, de acordo com esta perspectiva, uma das principais explicações para o voto presidencial, assim como os investimentos permitidos aos prefeitos nos orçamentos municipais engordados pela Constituição de 1988 teria resultado no alto índice de aprovação, reeleição e eleição dos sucessores nos pleitos de 1996 e 2000.

Estes dados contraditórios apontam para a importância da análise qualitativa das atitudes e posições diante de conceitos cuja definição prática, usada na orientação e explicações oferecidas pelos cidadãos comuns, pode ser significativamente diferente das acepções clássicas e das expectativas teóricas de correntes políticas antagônicas. Em relação às noções de direita e esquerda, por exemplo, nossas entrevistas indicam que estes são conceitos de baixo poder explicativo em relação à atitude política do cidadão comum brasileiro.

Como explicar as atitudes políticas dos cidadãos brasileiros a partir de tantas aparentes contradições? Como avaliar a sua competência para participar, enquanto um ator cujo comportamento é relevante no processo político democrático? Qual a legitimidade, para os eleitores, das várias instituições democráticas? A pesquisa parte da retomada destas questões, centrando-se em um dos aspectos menos focalizados e, no entanto, mais influentes na atitude política do cidadão comum: sua existência em um ambiente político em que os meios de comunicação são um ator fundamental.

A partir das variadas expectativas teóricas apresentadas, nosso problema inicial – investigar as formas de articulação entre cidadania e meios de comunicação de massa – adquiriu contornos mais precisos. Procuramos, nesta tese, adotar uma nova perspectiva de análise da relativa competência do cidadão comum para a política, bem como redimensionar a disputa em torno dos sentimentos de desencanto ou legitimidade dos brasileiros para com a democracia. Os capítulos que se seguem buscam, justamente, oferecer explicações para o comportamento político-eleitoral do cidadão comum incorporando um elemento fundamental da democracia contemporânea: o fato de que estes cidadãos-eleitores se caracterizam politicamente também por seus padrões de recepção. Incorporando, portanto, suas relações, enquanto consumidores, com este ambiente específico de comunicações de massa.

Nos marcos da democracia midiacentrada que decidimos analisar, a primeira tarefa que se desenhou, portanto, foi a de identificar traços comuns nas atitudes dos cidadãos sobre a política, propondo uma categorização alternativa para suas diferentes orientações políticas.

ATITUDES POLÍTICAS DO CIDADÃO BRASILEIRO

O impulso inicial desta tese foi explorar as atitudes políticas dos entrevistados, através da maneira pela qual se manifestam no seu discurso. Esta investigação dos discursos políticos do cidadão comum confirmou o carácter esquemático da orientação política dos cidadãos, construído a partir de explicações recorrentes provenientes de diferentes quadros de referência e constituindo diferentes níveis de aproximação da realidade política, quer atribuindo significados mais abrangentes (nível esquemático) ou avaliando conjunturas específicas (nível factual). Os dados da presente pesquisa também sugeriram uma classificação alternativa das atitudes políticas. Pois, através de enquadramentos e explicações esquemáticas, os indivíduos expressam atitudes que podem ter diferentes valências e intensidades. Todos conhecemos o cidadão “certinho”, que procura respeitar todas as leis e relativiza, em termos ideológicos ou históricos, os problemas da política; o “alienado”, que anula o voto por não acreditar em nada que venha da esfera política, que procura ignorar; o “maria-vai-com-as-outras” passivo, que normalmente não se interessa, mas empolga-se às vésperas da eleição pelo candidato favorito nas pesquisas; o sujeito amargurado que já desistiu de ver suas demandas atendidas por governos que só representam seus próprios interesses.

Na verdade, mais do que propor uma classificação inédita, a intenção é aglutinar as diferentes dimensões identificadas nas atitudes políticas em torno de dois eixos principais: intensidade e valência da atitude em relação à política. A partir das entrevistas, foi possível perceber que o que mais varia entre as pessoas é a centralidade da política, o interesse que ela desperta e se, importante ou não, é vista e vivida de forma positiva ou negativa.

Por que insistir numa classificação alternativa das atitudes políticas, tendo em vista o evidente rendimento dos conceitos clássicos? Uma das características centrais do conceito de alienação é a necessidade de estabelecer, ainda que implicitamente, um contraponto ideal, baseado no mais das vezes em determinada concepção da natureza humana “essencial”; se alguém se aliena, aliena-se de algo. Em outras palavras, a ideia de que o cidadão possa “alienar-se” da política pressupõe uma situação ideal, quando

não um cidadão ideal, que participasse efetivamente do mundo público: o integrado, cidadão plenamente consciente, informado e participante da vida pública.

O desdobramento efetuado por Seeman no conceito, bem como as versões mais especificamente políticas de Lane e Finifter, pressupõem igualmente a informação perfeita do cidadão ideal; mesmo que implícito, ele está presente na teoria, impedindo que consideremos como pode agir e pensar a política o cidadão menos que perfeito e desigualmente informado, que efetivamente habita a democracia de público – o cidadão comum, com seus mecanismos específicos de relacionamento com a esfera pública concreta.

Acredito que a análise das atitudes pode ser enriquecida se, além de tendências de valência como as descritas pelo conceito de alienação, incluirmos a idéia de que a intensidade das atitudes políticas também varia entre os indivíduos. Analisando as combinações possíveis a partir deste segundo eixo, relativo à centralidade que o mundo político tem para diferentes cidadãos, passamos a investigar as variáveis passíveis de influenciá-lo.

A constatação do afastamento do cidadão comum da condução dos negócios públicos assombra a ciência política desde Marx e Tocqueville, que identificavam no cidadão moderno uma cisão entre o mundo privado dos interesses ordinários e a esfera pública de comunidade na pólis. Efetivamente, o cidadão comum que emerge neste estudo apresenta-se majoritariamente desinteressado; a política ocupa um lugar marginal entre suas preocupações cotidianas. Dentro deste afastamento característico de toda uma civilização, no entanto, há níveis distintos de relacionamento entre cidadão e esfera pública, que parece possível descrever como diferentes situações de proximidade, combinada ou não a uma visão positiva do mundo político, a partir de uma concepção menos rígida do que seria a atitude “válida” – não-alienada – do cidadão. Vimos nas entrevistas que, embora não sejam centrais no interesse do homem contemporâneo, a reflexão e ação sobre a política podem interessá-lo, talvez o suficiente para participar de alguma forma de democracia, ainda a ser plenamente compreendida. Mesmo sem se sentirem perfeitamente integradas a uma esfera pública que as represente plenamente, várias pessoas têm interesse pelo destino dos negócios comuns. Para se ter uma idéia de como pode ser prosaica esta aproximação, muitas colocam o problema em termos de impostos. Márcia, como outros, encara os serviços públicos como uma retribuição devida ao imposto pago.

Márcia. [Um bom cidadão] tem que trabalhar direito, não roubar ninguém, pagar os impostos em dia e cobrar. O que paga tem que receber de volta. Aqui nesse país é difícil. Como é que a gente cobrou a queda do Collor? Só se unindo. O dia que o Brasil pare de pagar o Imposto de Renda eles vão tomar uma atitude, mas é o Brasil inteiro. [...] Enquanto não tiver saúde e educação que meu imposto paga, não pago mais nada, eu estou pagando e não estou tendo. Ações públicas, vamos entrar todos na justiça contra o INSS, por quê? Várias pessoas aqui têm plano de saúde porque não são atendidas. Os grupos [têm que] se organizar. Como é que os aposentados conseguiram recuperar os atrasados, que pagaram a vida toda? Só entrando na justiça. Agora, nossa lei é bem clara: deu para um, tem que dar para todos. O governo não cumpre a outra parte, só dá para quem entra na justiça? Então tem que ser grupos, grupos e grupos.

Embora admitindo que “é difícil” cobrar, mobilizar “o Brasil inteiro”, e constatando que o governo não atende às demandas do contribuinte, Márcia, como outros entrevistados, acha que suas demandas podem ser atendidas pela via política da organização de interesses. Afinal, “a união aconteceu para derrubar Collor”, num exemplo citado por muitos entrevistados para ilustrar o alcance potencial da vontade popular.

Outro indicador importante é que a democracia aparece como um valor a ser preservado para quase todos, especialmente para os mais velhos. A única exceção, digna de maior detalhamento adiante, é o pessimista Mário. No entanto, os mais pobres reclamam uma democracia mais “completa” ou “real”, capaz de minimizar a desigualdade e seus efeitos. Nesse sentido, percebemos uma demanda por igualdade que vai além da equiparação jurídica e política, mas indica uma aspiração à distribuição mais justa da riqueza, um bem-estar material assegurado pelo Estado. É interessante notar a diferença feita entre o Estado, geralmente visto como benfeitor e responsável pela solução das mazelas sociais, ao menos em potencial, e o governo e os políticos, muito concretamente entendidos como os responsáveis pela incapacidade do Estado de cumprir tão elevado papel.

Parece possível afirmar que, muitas vezes, por trás de uma aparente apatia em relação às questões políticas, encontra-se na verdade um sentimento de incompreensão, uma defasagem cognitiva quanto aos termos em que os problemas são oferecidos pelos emissores dominantes, geralmente formulado a partir de concepções teóricas e abstratas, distantes do cotidiano dos cidadãos. Quando consegue traduzir os problemas públicos em termos compreensíveis, coerentes dentro do sentido que atribui ao mundo, o cidadão comum tende a tomar um partido, emitir uma opinião. Constatamos, talvez contra-intuitivamente, que a política é “assunto” para boa parte dos entrevistados; ou seja, faz parte das conversas cotidianas, exige a elaboração de argumentos e a tomada de

posições ou, no mínimo, a reprodução de chavões acerca do que “está acontecendo”. Estas justificativas permitem aos indivíduos elaborar concepções práticas acerca de conceitos fundamentais da vida política, como direita e esquerda, socialismo, impostos e corrupção, entre outros.

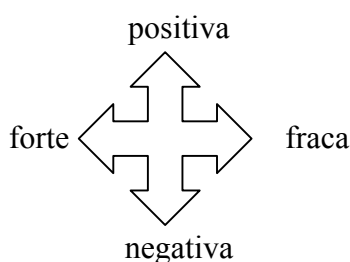
Trata-se de uma política próxima, prática, construída a partir de referências do cotidiano, entre as quais se inclui o que é visto diariamente, narrado por parentes, vizinhos e colegas ou, freqüentemente, comentado a partir dos meios de comunicação de massa. Como veremos adiante, um dos elementos centrais nessa atitude é a valorização da informação, em que os cidadãos comuns se vêem divididos entre uma elite cognitiva, que se julga habilitada para avaliar e avalizar escolhas políticas, e uma massa ignorante, da qual poucos admitem fazer parte, mas que é vista como o maior empecilho para o bom funcionamento das instituições políticas. A autoridade adquirida pelo grupo de formadores de opinião, capacitados justamente por seu acesso qualificado aos meios de informação política, é ratificada e consolidada socialmente: eles próprios se vêem como uma categoria à parte, em termos de conhecimento político, e são buscados pelos outros para fornecer explicações consideradas válidas para fundamentar suas escolhas e atitudes políticas.

Na medida em que a intenção da pesquisa é justamente descrever os cidadãos comuns, e propor que suas atitudes são esquemáticas – ou seja, suficientes, embora imperfeitas, para construir opiniões e fundamentar ações políticas – nos afastamos da concepção dicotômica alienação/integração, que supõe a possibilidade de um mundo público vivido plenamente, e passamos a vê-lo também como precário, sem que por isso o cidadão seja obrigado a abrir mão de toda forma de ação e reflexão política. Ou seja, alguns dos cidadãos que, de acordo com o modelo clássico, seriam classificados como alienados, na verdade estão, a seu modo, próximos da política.

2.1. VALÊNCIA E INTENSIDADE DAS ATITUDES POLÍTICAS

O debate teórico acerca da intensidade e valência das atitudes políticas pode ser esquematicamente agrupado, a partir das diferentes dimensões identificadas pelos estudos na área, em dois eixos principais, um padrão de tendências que é possível simplificar no “campo de forças” abaixo.

FIGURA 1. Tendências da atitude política: intensidade e valência.



A atitude política do cidadão em relação à política pode ser, em primeiro lugar, de intensidade forte ou fraca. Esta proximidade, ou saliência, da política, pode ser observada na disponibilidade e interesse pelo tema, em sua recorrência no discurso cotidiano e conversas com outras pessoas, na espontaneidade com que os assuntos políticos surgem no discurso dos cidadãos. Podemos portanto dizer que um cidadão tem uma atitude tanto mais forte em relação à política quanto mais central esta for no universo de suas preocupações cotidianas. É claro que tal centralidade, em se tratando de cidadãos comuns, não especializados, é relativa: são os assuntos eminentemente privados da família, trabalho e interação social mais próxima que ocupam primordialmente quase todas estas pessoas.

As atitudes políticas dos indivíduos também variam de um extremo a outro de um segundo eixo, positivo/negativo, que contempla a valência atribuída ao mundo político: em que medida acreditam nas instituições existentes, professam valores políticos positivos e admitem a possibilidade de melhorar o mundo público através da política. Neste eixo, também interessa a postura de cada um quanto às possibilidades, individuais ou coletivas, de promover mudanças num quadro político visto como negativo – mesmo

que, pessoalmente, não se disponham a empreender esforços neste sentido. Neste caso, no entanto, a opção pela passividade política não gera frustração.

Analisando os depoimentos, foi possível identificar diferentes posições em torno dos eixos de intensidade e valência, resultando em algumas combinações que ora se esboçam e, acredito, podem ser úteis para a compreensão das variações possíveis nas atitudes políticas dos cidadãos. Para cada indivíduo, a tendência da atitude evidencia-se de diferentes formas, a partir dos quadros de referência a que tem acesso e de que faz uso mais ou menos freqüente.

Uma atitude forte e positiva identifica o que poderíamos chamar de cidadãos integrados. A política ocupa um lugar importante nas preocupações e conversas do seu dia-a-dia, mesmo fora do período eleitoral, e está relacionada a um sentimento de validade do mundo público, conhecimento e aceitação das regras do jogo, mesmo quando acompanhado de uma avaliação conjuntural crítica ao governo ou aos políticos. Estão neste grupo Leonardo, Luís e Joana.

Outras pessoas têm uma atitude cética em relação à política, ao mesmo tempo forte em sua intensidade e negativa quanto à valência. Extremamente críticos em relação à política, se interessam e acompanham, no entanto, a conjuntura do país. O mundo público, ações de políticos e explicações recorrentes sobre o tema são salientes em seu discurso espontâneo e nas conversas cotidianas, mas sua atitude em relação às possibilidades da política é de ceticismo. De modo geral são pessoas que experimentaram – e abriram mão de – formas de ação política institucionalizada, como sindicato e associação de moradores, ou já tiveram experiência como cabos eleitorais; muitas vezes o sentimento em relação à política é de trauma. Grupo majoritariamente masculino, inclui Geraldo, Ivone, Mário e Wilson.

Um terceiro e importante grupo é o dos cidadãos que podemos chamar de angustiados, com uma atitude claramente forte em relação à política, mas tensa quanto à valência que lhe atribui. Motivados pelos temas políticos, sentem-se tensionados entre a falta de perspectivas positivas em relação à política e o sentimento de cidadania ou patriotismo como um dever, mesmo intuitivamente, ou a vocação espontânea para as preocupações públicas, o altruísmo visto como excepcional em teorias como a de Olson (1965). Há certa frustração, no sentido de entender o potencial da política como produtora de bem-estar, mas ao mesmo tempo não acreditar nas vias institucionais disponíveis para a ação política, ou não conhecer as vias possíveis de inserção na vida pública. São tensos em relação à política Felipe, Márcia, Pedro, Otávio e Solange.

Outra atitude bastante comum em relação à política é mais passiva: fraca e positiva. O mundo político apresenta-se distante do cotidiano dessas pessoas. Não é um tema prioritário em seu leque de interesses e não tomam a iniciativa de participar. Quando instados a fazê-lo – ou quando questionados, como no caso das entrevistas, sobre o tema –, no entanto, não se sentem particularmente ofendidos por regras e procedimentos que consideram, senão perfeitamente legítimos, ao menos usuais, corriqueiros – humanos, em última instância. Geralmente deixam-se mobilizar pela proximidade das eleições, no “tempo da política”⁸. Contrapondo-se à tendência forte/negativa, este grupo é formado predominantemente por mulheres: Ana, Cláudia, Míriam, Vera e Roberto.

O último grupo, de atitude fraca e negativa, é composto de cidadãos que demonstram uma indiferença em relação à política que se traduz em impaciência e irritabilidade sempre que o tema aparece. Geralmente, são pessoas com histórico de pouco contato com a política, que preferem não considerar os problemas da pauta pública como de sua alçada ou interesse, procurando evitar um tema que só lhes provoca sensações de fraude e impotência, e portanto rejeitam. Carlos e Cristina são os que melhor exemplificam esta tendência, embora em certos momentos entrevistados de outros grupos manifestem a mesma atitude. São cidadãos que gostam de declarar que anulam o voto e ignoram a política, enfatizando este ponto em diversas entrevistas. Embora esteja distante, assim, de seus interesses, sua disposição em relação à política é claramente negativa.

Cabe enfatizar que as pessoas não são unívocas em suas atitudes. Indivíduos cuja atitude é tendencialmente fraca em relação à política podem, por ocasião de um escândalo ou das eleições, demonstrar mais interesse, assim como, mesmo tendendo para uma aproximação negativa da política, mobilizar-se positivamente em relação a algum ponto da pauta pública ou algum personagem político específico. É importante também ressaltar que, ao longo dos depoimentos, não houve nenhum entrevistado que não tivesse críticas, em alguma medida, em relação à condução das políticas públicas, ao comportamento dos políticos e outros temas da pauta pública. Quando me refiro à tendência positiva das atitudes políticas de alguns deles, portanto, isso não significa sua adesão incondicional ao mundo da política tal como é conduzido, mas uma aceitação –

⁸ Palmeira e Heredia (1995) tomam a expressão emprestada ao vocabulário popular, e chamam a atenção para a dinâmica social distinta que marca esse período.

mais ou menos realista – das possibilidades e limitações da arena política, e uma avaliação de sua possibilidade de participação como relativamente satisfatória.

A apresentação das características mais importantes de cada grupo, que reúne combinações de tendências evidenciadas na pesquisa, opta por seguir nossos personagens. À medida que tomamos conhecimento dos mecanismos e explicações de cada um para lidar com a política, mostrando como as categorias transparecem no discurso dos próprios sujeitos, os cinco “tipos” identificados ganham consistência, evocando cidadãos de carne e osso da nossa vivência política cotidiana. Os exemplos escolhidos têm a intenção de mostrar como as diferentes atitudes políticas se revelam no discurso dos cidadãos.

Ao longo da descrição das tendências de atitude identificadas na pesquisa, torna-se evidente a importância do aspecto que interessa, presentemente, focalizar: as relações entre atitude e meios de comunicação.

ATITUDE FORTE/POSITIVA

Alguns cidadãos têm um alto grau de interesse por assuntos políticos, combinado à crença de que é possível modificar a realidade (nem sempre vista como positiva) através da política. Em comum, esses cidadãos têm uma percepção que podemos classificar como otimista, de que nos encaminhamos para um mundo melhor em termos políticos, embora haja diferenças importantes quanto ao horizonte em que situam a melhora⁹. Mais importante, falam da política como o espaço próprio para a negociação da sociedade, em que a mudança para melhor pode ser obtida, conhecem e acreditam nas instituições democráticas. O engajamento marca a trajetória pessoal de nossos três cidadãos “integrados” – que coincidem, entre outras coisas, na passagem pelo ativismo social católico e de esquerda. A atitude forte e positiva não é exclusiva de cidadãos de educação superior e renda alta, mas está relacionada ao consumo ávido, ou ao menos assíduo, de informação política, como veremos em mais detalhe no próximo capítulo.

Uma das características centrais deste discurso é a diferenciação entre a legitimidade do sistema democrático e a eventual crítica ao governo em curso, como nos casos de Joana e Leonardo que, críticos em relação à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, depositam esperanças num governo de esquerda, que

⁹ O que nos distancia definitivamente do conceito de eficácia política, entendido como a adesão à administração em curso.

mudaria o encaminhamento das políticas públicas. Joana, por exemplo, afirma em muitas ocasiões sua orientação política de esquerda, antagônica ao governo, que classifica como “neoliberalista”, movido pela lógica do dinheiro e a serviço dos “vencedores” e do capitalismo em nível global. Sua atitude em relação à política, no entanto, pode ser classificada como positiva, uma vez que aceita as regras do modelo democrático, e vê os problemas sociais como solúveis através desta esfera. A resposta estaria numa mudança de paradigma para uma perspectiva mais humana e ecológica, à qual mesmo o capitalismo terá que se adaptar, se quiser sobreviver.

Joana. Não sei se tivesse outro governo qual seria a saída, eu acredito que todo governo não seria muito bom. É uma coisa do momento. Este governo, por exemplo, é um governo que eu não votei. Nem digo que Lula seja um dos melhores, certo? Mas se você faz um governo neoliberalista é fazer um governo para os vencedores, aqueles que te apoiaram. [...] Inclusive estava lendo que o capitalismo também é uma coisa que está meio balançando, que também vai acabar. Tinha um artigo guardado, recortei do jornal, dizia assim que o comunismo e o capitalismo foram criados numa mesma época, um vive em função do outro, então se um acaba o outro acaba. E ante a dialética das coisas, eu acredito que vai haver um ajuste. Nesse novo século que vem aí vai ter umas discussões bem mais reais, porque eram umas discussões muito fantasiosas, as discussões do século passado [XX]. [O homem] criava alguma coisa, destruía tudo, nem prestava atenção àquilo que poderia fazer, ao desequilíbrio que poderia trazer para a natureza, isso tudo está sendo mais discutido. Eu acho que é a educação, acho que vai haver um ajuste de coisas, porque se continuar nessa exclusão o capitalismo tem seus dias contados, ou eles colaboram com a sociedade ou...

As mudanças vistas como possíveis são decorrentes da vontade política, ou seja, o problema não é a inoperância do sistema político em si, mas o comprometimento dos seus ocupantes, aliados dos “vencedores”. O capitalismo pode ser forçado a colaborar com a sociedade, pela própria “dialética das coisas”. Uma das características centrais deste grupo de entrevistados é que não abrem mão da participação de acordo com as regras vigentes, mesmo quando se posicionam ideologicamente contra “o sistema”. É o caso de Joana, que mesmo tendo largo histórico de oposição, participa ativamente do processo pré-eleitoral, engajando-se, procurando informar-se por diversos canais, divulgando e distribuindo santinhos de seus candidatos. Da mesma forma, a opção de Leonardo pela esquerda é justificada a partir da vontade de mudança:

Leonardo. [Direita e centro são] as pessoas que estão gostando agora, do jeito que o país está com o Real, quer continuar do jeito que está administrando, de repente tentando melhorar algumas coisas mas em cima do que já está. A esquerda não, a esquerda quer melhorar de 100% o que está aí, vai aproveitar 30 e 70 vai ter que modificar.

Mesmo achando que não é suficiente simplesmente melhorar “o que já está”, Leonardo acredita que as reformas sociais mais profundas, necessárias, podem ser feitas através dos canais institucionais existentes, da informação e do voto. Também para Joana, uma mudança partidária em nível de governo, promovida pelo voto de uma população disposta a “experimental”, pode trazer a transformação necessária.

As deficiências da política são muitas vezes relativizadas a partir de explicações ideológicas, históricas ou macroeconômicas. Estes cidadãos vêem a política como passível de “conserto”, e procuram contextualizar a ação dos indivíduos em explicações mais abrangentes. O recurso à história para explicar a política é recorrente, por exemplo, no discurso de Luís, para quem o desrespeito às normas e o comportamento desviante dos políticos têm explicação histórica e fazem parte do amadurecimento democrático da sociedade.

Luís. Eu acho que o grande problema do Brasil, com essa cultura portuguesa, nós herdamos uma tradição sebastianista. Quando Portugal foi anexado à Espanha, o rei de Portugal, Dom Sebastião, virou o sujeito que ia salvar Portugal. O Brasil sempre teve um Dom Sebastião. Se chamou Jânio Quadros, se chamou Fernando Collor... É uma característica nossa, ter um salvador da pátria. Eu já tive discussões com pessoas que acham que o governo que se vire, tem que resolver as coisas. Olha, não dá pra você resolver em dois, quatro anos, nem em oito, um processo que vem se deteriorando ao longo dos anos. Realmente, é uma continuidade. O que tem que se olhar é se o que está sendo feito neste momento, se está correto ou não. [...] Tem que ter um projeto pra consertar. E ele [Fernando Henrique] tá tentando aplicar esse projeto. Você não faz omelete sem quebrar os ovos. Tem gente que vai ser prejudicado. Eu, com a inflação, vivia muito bem. Por isso eu vou ficar com a inflação? Não, claro que não. Tô vivendo muito apertado agora, mas e daí? O dinheiro não dá pra pagar alguns funcionários públicos, não dá!

Luís vê os problemas do país a partir de um enfoque informado e sofisticado, próximo da política. Diagnostica como históricas as causas de erros políticos como a busca de salvadores da pátria, consequência da tendência herdada dos portugueses para o “sebastianismo”, e usa o argumento para enfatizar as mudanças e benefícios obtidos por um governo com projeto de longo prazo, como o que acredita estar fazendo Fernando Henrique, cujo partido apóia, mesmo tendo como consequência prejuízos pessoais de curto prazo. Na crítica ao patrimonialismo das elites políticas e empresariais brasileiras, Luís reforça e atualiza a explicação histórica pelo recurso aos meios de comunicação de massa, especialmente o *Jornal do Brasil* e a revista *Veja*. Embora também seja assíduo consumidor de televisão, os exemplos retirados daí são menos importantes e menos recorrentes no discurso de Luís, o que está relacionado a seu valor enquanto quadro de referência para explicar a política, como veremos mais adiante. Outro ponto

significativo, no depoimento abaixo, é também comum nas entrevistas destas pessoas: a identificação com a nação – a páolis – a ponto de usar a expressão “a gente” para falar das políticas de importação e subsídios do governo.

A. O que você entende por patrimonialismo e paternalismo?

Luís. Patrimonialismo é as elites brasileiras se apropriarem do Estado e fazerem dele o seu balcão de negócios. O prejuízo é socializado. José Ermírio de Moraes outro dia estava reclamando, deu entrevista na *Veja*, estava enfiando o cacete no Fernando Henrique. Não está nem um pouco conformado que a gente está importando cimento da Tchecoslováquia e fazendo concorrência ao cimento dele aqui. Na realidade, ele queria que o Estado continuasse a dar subsídios pro cimento, e ele continuasse a ganhar muito dinheiro.

Leonardo, por sua vez, reconhece que as pessoas têm uma visão negativa dos partidos políticos, mas a atribui à tendência geral de reclamar, “mais fácil” do que “ver o outro lado”. Também aproxima a política da religião, um de seus quadros de referência mais importantes, para enfatizar seu caráter ideológico: cada partido tem uma “finalidade” diferente, um caminho próprio para chegar ao mesmo objetivo, a “melhoria”. Distorções podem ocorrer, mas a política não é intrinsecamente má, como para os cidadãos de atitude negativa. O contra-exemplo escolhido para ilustrar essa constatação é interessante: Leonardo cita os policiais de Diadema¹⁰, para concluir que, assim como em outros campos da atividade humana, também na polícia há bons e maus. Luís parte de perspectiva semelhante quando diz que o fenômeno da corrupção na política não é privilégio do Brasil: “Ela permeia o ser humano”.

Leonardo. Eu acho que cada partido tem a sua finalidade, é tipo uma religião, na realidade o ideal é um só. Cristo, Deus. Cada um chega por um caminho. Acho que a política é a mesma coisa. Cada partido, vai querer o quê? A melhoria. Eu não acho que ela cria aquele partido diretamente querendo se dar bem, em termos financeiros, agora a partir que essas pessoas criaram o partido, a gente vai ver se valeu, se o partido vai continuar com aquela finalidade. [...] Tem partidos que sim, tem partidos que não. É aquela história do policiamento – aquele negócio em Diadema, tal, tal, tal, tá legal, teve aquilo, mas será que a polícia toda é culpada? Tudo bem, de mil policiais, tem 500 bons, 500 ruins. Porque a boa coisa que o cara tá fazendo, você não vê, só vê o outro lado... É mais fácil estar sempre reclamando de uma pessoa do que estar sempre elogiando. Você pode ver isso no geral. O pessoal da rua tá sempre comentando, fulano faz isso, fulano faz aquilo... De dez vizinhos que o cara reclamou, ele fala de um que fez um negócio bom. [...] De repente um que pertence àquele partido e fez um determinado trabalho que não foi bom pra comunidade, não vai riscar o partido inteiro. Apesar que o partido, ele tem o dever de estar sempre auxiliando, sempre fiscalizando, acho que o partido existe pra isso. Se eu sou

¹⁰ O episódio foi gravado clandestinamente e depois exibido no *Jornal Nacional*, em 1997. As cenas mostravam um grupo de policiais militares paulistas extorquindo, espancando e atirando em cidadãos pacíficos, numa favela em Diadema. Uma das vítimas morreu, baleada pelas costas, e alguns policiais foram julgados e cumpriram pena.

candidato a vereador, ganhei pelo PT, acho que o PT tem sempre que estar fiscalizando o meu trabalho na Câmara Municipal pra ver se eu tô fazendo o trabalho do partido. Mas é aquilo que a gente fala, reclama que a política é isso, é aquilo, mas na realidade, se a gente tivesse lá, a gente não ia agir igual a eles? Eu não sei, não tenho certeza, eu vou lutar pelo que eu quero, mas será que vão deixar eu lutar?

Corolário deste conjunto de explicações é a atribuição de importância crucial ao papel da sociedade civil, apontada freqüentemente, neste grupo, como co-responsável pelos resultados, geralmente vistos como insatisfatórios, das políticas estatais. O que precisa mudar é a “postura” do cidadão. Para Luís, cabe à sociedade civil – da qual se vê como membro – organizar-se, para escapar da ganância e burrice das elites. É comum a referência à instrução, conhecimento, informação e cultura como as armas para esta mudança estrutural da sociedade. Sem a “adesão” das pessoas, mesmo um grupo com projeto, uma necessária elite esclarecida, não consegue resolver os problemas comuns.

A. Como é que você acha que a situação do país pode mudar?

Luís. É um processo. Tem que ter um grupo que tenha um projeto. E esse grupo propor esse projeto e as pessoas começarem a aderir. As coisas só acontecem quando a sociedade... Por exemplo, a inflação acabou porque a sociedade não agüentava mais a inflação. Na realidade, a elite tinha mecanismos compensatórios nessa inflação, tinha correção monetária, etc. e tal. Quando o povo, a classe média, resolveu que ia acabar a inflação, acabou a inflação. [...] Um grupo de pessoas pode fazer uma proposta; se você não tiver apoio da sociedade civil, ela não acontece. A reforma agrária mais radical que já foi feita foi a reforma agrária do Peru. Mais radical até que a de Cuba. Dez anos [depois] tinha voltado o latifúndio.

(...)

Luís. Eu estava conversando outro dia e o cara falou: “Poxa, o colégio troca o livro de um ano pro outro, e o governo não faz nada”. O que nós estamos falando é de uma postura – você espera tudo de um governo e não espera nada de você como cidadão. O cidadão tem que chegar e dizer: “Eu vou lá na escola, vou reclamar, vou entrar na associação de pais e alunos porque o livro mudou”. [...] Na realidade nós vivemos num estado patrimonialista e paternalista. As pessoas continuam a achar que o governo vai resolver os problemas, que é obrigação do Estado.

Assim, a atitude perante o mundo público também não é de impotência, uma vez que acreditam na ação coletiva da sociedade civil. Leonardo sempre se remete a organizações como a igreja e sindicatos importantes, como o dos Correios, do qual seu irmão é dirigente, ou a partidos, como o PT, com que simpatiza e já colaborou, freqüentando passeatas e comícios e participando de um projeto do partido junto à favela de Acari. Todos se referem aos partidos como atalhos cognitivos eficientes para orientar suas opiniões sobre a política. Atento para a realidade política própria do subúrbio, onde vive, Leonardo, por exemplo, critica o comportamento eleitoral da população, observando que as pessoas votam em busca de benefícios pessoais,

afirmando um ponto que vai ser determinante na definição das características deste grupo: sua excepcionalidade, enquanto cidadão, está justamente no interesse regular pelos temas da política, e a conseqüente busca de informação cotidiana, não condicionada pelo escândalo ou pelo calor de momentos como o eleitoral, que mobiliza indiscriminadamente a todos.

De modo geral, os entrevistados de atitude forte e positiva excluem a si próprios da crítica à alienação da sociedade civil, por se considerarem cidadãos acima da média, próximos do ideal. Na visão deste grupo de cidadãos, falta conhecimento na população em geral, que não sabe nem distinguir as atribuições do prefeito das do vereador. Uma das conclusões freqüentes é de que “o povo” é facilmente enganável e, quando se manifesta contra os abusos do governo, o faz de forma desorganizada. Para Joana, a reação violenta, por exemplo, revela uma população sem consciência política. No entanto, seria um sinal de que “já está começando a querer falar”. Como para Luís, a cidadania é um aprendizado ainda incompleto, atrapalhado no caso brasileiro pela contingência autoritária das últimas décadas.

Joana. Acho que depende da gente, a gente viveu uma ditadura durante muitos anos e era proibido você opinar, foram 30 anos, é uma geração. Uma geração que era proibido criar, era proibido ser gente – porque o que diferencia a gente dos animais é essa capacidade de criar e de mudar. Falava em mudança era cortada sua cabeça, as escolas foram proibidas de criar, é uma geração que sente dificuldades em fazer mudança. [...] Ainda é tempo para você aprender, e a população vem experimentando, vem mudando, ela tem essa esperança, ela vem mudando de partido, “eu já votei em tal partido...” E eu acho que a população chega lá, se não tiver outro golpe. Porque o Brasil saiu da ditadura do Getúlio e teve dois ou três anos livre, entre as ditaduras. É o país das ditaduras. A população não teve a oportunidade de treinar sua cidadania, eu acho que isso é um aprendizado, hoje a população presta mais atenção que antigamente.

Mesmo não participando de nenhuma atividade associativa ou política continuada, estes entrevistados se caracterizam por um interesse político que vai além das conjunturas particulares, embora conversem mais sobre o assunto no período eleitoral devido à disponibilidade da família, vizinhos e amigos para o tema. Nem sempre ativos politicamente, se consideram no entanto – e são considerados – como especialmente competentes para emitir opiniões sobre a política. Geralmente, acreditam ter informação e discernimento acima da média, o que não é de se desprezar, tendo em vista a

importância atribuída à informação e competência cognitiva para ocupar posições mais ativas e proeminentes nas redes de comunicação existentes entre as pessoas¹¹.

Para eles, a política é um assunto presente espontaneamente nas conversas do dia-a-dia. Para Luís, por exemplo, política e cultura são assuntos preferidos nas conversas com os amigos, namorada e mesmo com as filhas adolescentes, petistas - opção política que considera coerente com sua juventude, uma vez que ele próprio foi militante de esquerda quando estudante. Fica clara a centralidade da política também na vida cotidiana de Leonardo, mesmo indo contra a tendência que ele mesmo observa nos familiares e amigos mais próximos. O período eleitoral, para ele, é uma época de distorção da política, de sua “novelização”, transformação em “ficção”. Para saber como realmente funciona, é preciso estar atento, em época extra-eleitoral, aos noticiários, mas também à propaganda, considerada por ele elemento importante na comunicação política.

Leonardo. Eu tiro aquilo como se fosse uma novela. Programa eleitoral, a pessoa só coloca o que fala bem do partido dela. Se eu for por aquilo ali, eu vou votar em todos os partidos. Agora, e o outro lado? Você pode pegar um partido falando alguma coisa do outro partido, você não vai ter certeza se é verdade ou não. Essa época agora [novembro de 97], já é o contrário. Como não é época de eleição, quando tem um político falando a respeito de partido, eu já gosto de ver. É nessas épocas que você vê o que existe nesses partidos. Porque se eles fizerem um bom trabalho, mostrando que o partido deles é bom, você já pensa que a pessoa pra entrar praquela partido tem que ser boa também. Então, não importa quantas pessoas tem neste partido, quantas pessoas tem naquele. Importa o que o partido representa. Acho que por isso eles têm que ter, mais ou menos, o tempo igual. Quero saber porque aquele partido surgiu, como surgiu, quem botou ele, como ele é manuseado. Isso eles não colocam pra gente. Vão colocar essa obra ali, é tanta propaganda. Tem uma propaganda aí, do Marcelo Alencar, você tem que prestar bastante atenção no anúncio, senão, pra você, já está funcionando o metrô até a Pavuna. Eles colocam como se a Linha Amarela do César Maia tivesse pronta. Só está pronta uma terça parte dela. Isso não interessa, o que interessa é o fundamento do partido deles. *Porque* o partido deles está fazendo aquilo.

Uma das características dos cidadãos que têm uma atitude forte em relação à política é, justamente, a valorização da informação “neutra” (mesmo quando esta neutralidade é qualificada) que se pode obter com o acompanhamento rotineiro dos meios de comunicação de massa. A propaganda eleitoral, por outro lado, costuma ser desqualificada pelos que consideram já acompanhar a política cotidianamente, como Luís, Leonardo e outros entrevistados; o que interessa saber, em política, é o “fundamento” dos diferentes partidos, sua essência, ou seja, sua ideologia – “por que”

¹¹ Este ponto será desenvolvido no próximo capítulo.

está fazendo aquilo. Joana também aponta para a importância de uma cidadania vigilante, através dos meios, mas com foco nos partidos. Como os demais entrevistados de atitude forte, considera-se mais informada e preparada que a média dos cidadãos, atenta “o ano inteiro” às atividades da política.

Joana. [...] Não é só no horário eleitoral que você vai... Uma coisa interessante, mas geralmente a gente não gosta, é esse horário de partidos. Durante o ano inteiro o partido sai. Antigamente você tinha os comícios, mas hoje, um deputado estadual, um deputado federal, de repente dá curiosidade porque você não conhece, de repente você fica ouvindo através do rádio, da televisão... A propaganda dos políticos tem que ser através desse tipo de coisas. Para identificar o partido esses programas de partidos eu acho muito interessantes, eu assisto.

A. Você acha que as pessoas assistem?

J. Eu acho que não.

A. Porquê?

J. Porque as pessoas ainda não têm esse sentido de fiscalizar os políticos. [...] Você tem uma população muito pequena de votantes que têm uma consciência política, eu não sei dizer porcentagem mas é muito pouca, uns 10% com consciência política, você tem um grupo do tipo voto populista e você tem o grupo que vende seu voto, vende em troca de uma vaga da escola, uma casa, um saco de cimento.

(...)

J. Um salário de deputado não é de se jogar fora, e o do vereador também. Você não encontra em lugar nenhum, emprego que você entre sem saber fazer nada, simplesmente porque você conseguiu enrolar as pessoas. [...] O povo está desesperançado, aí fica mais fácil tudo de ser comprado.

A vivência política em primeira pessoa, sem dúvida, tem papel importante no estabelecimento desta centralidade. A experiência política pessoal é quadro de referência permanente e importante para estes cidadãos. Todos passaram por experiências marcantes e, embora não militem mais, sua atitude reflete este gosto pessoal.

Joana, com seu longo histórico de militância, primeiro em sua cidade de origem, no Nordeste, passando da juventude católica para o movimento estudantil, e mais tarde, no Rio, com sua intensa atividade na saúde pública, é a única entrevistada para quem as atividades ligadas aos interesses públicos eram as principais: sem filhos nem família no Rio de Janeiro, com uma relação estável bastante aberta mas morando sozinha, ela se dedicava a projetos políticos na área da saúde, participava de mobilizações populares, parcerias com ONGs e outras formas de atividade política. Seus quadros de referência eram portanto bem variados, incluindo sua experiência política em primeira pessoa, “a voz do povo” que escuta em seu trabalho na Baixada e diversos meios de comunicação, especialmente rádio e jornais. No caso de Luís, a experiência pessoal da juventude lhe serve para desqualificar o governo Brizola, cujos efeitos de falta de autoridade “assistiu” quando trabalhava com grupos carentes no morro Dona Marta. Ela não faz

oscilar, no entanto, suas convicções políticas mais profundas. Não se trata, portanto, de uma avaliação positiva do governo simplesmente atrelada à performance econômica medida a partir do bem-estar pessoal. Tanto é assim que Luís perde o emprego logo no começo do processo de entrevistas, não consegue se recolocar no mercado até o final e, embora fique crescentemente tenso com o fim de suas reservas e a falta de perspectivas, não atribui a culpa à política econômica do governo que apóia.

Neste sentido, há que observar que a experiência direta destas três pessoas com a política teve momentos frustrantes, e acabou sendo interrompida, a não ser no caso de Joana. No entanto, ao contrário de outros entrevistados, isto não resulta em ceticismo quanto às possibilidades da política. No nível da política mais próxima, local, passível de ser acompanhada – e controlada – no dia-a-dia, o cidadão integrado encontra possibilidades de transformação. Mesmo que seja, como no exemplo trazido por Joana, na contramão do “poder do dinheiro” e sem muita divulgação. “Essa turma”, com a qual se identifica ideologicamente, prova que é possível organizar a coletividade: é preciso empenho e, mais uma vez, vontade política, ou seja, uma opção moral, valorativa, pelo bem-estar comum.

Joana. Muitos têm boa vontade, tem políticos que têm feito de fato alguma coisa, mas tão pequena que não tem grande repercussão. Essa turma, não sei se é porque não tem acesso à mídia ou porque não sabe fazer... Você fica sabendo à medida que você trabalha com a população, então você encontra prefeituras que de fato têm conseguido alguma coisa, mas existe o poder do dinheiro que desmancha tudo. Eu não sou brizolista, peguei uma briga muito grande na área de saúde com Brizola, mas uma coisa que eu vi: foi criado onde eu trabalhava três brizolões, Cieps, e a população ajudou a construir, escolheu quem seria a direção. Tinha um terreno enorme, que a população tinha planos de fazer criação de porcos e galinhas para fazer adubo para hortas, para dar assistência à criançada toda da região. Quando muda de governo, entra Moreira Franco, aí eu assisti uma diretora que foi imposta, a população na porta jogando pedras, e a polícia dando cobertura para a diretora. Todo o trabalho que a gente estava montando lá dentro acabou. É uma coisa pequena, mas aconteceu em vários locais. Os Cieps estão todos fechados. Um faz, o outro desmancha.

O exemplo com que Joana ilustra a competição estéril pelo poder político, que acaba abafando as boas iniciativas, vem de sua experiência pessoal, do que viu, assistiu onde trabalhava. A referência à interrupção do projeto educacional do governo Brizola, recorrente em mais de uma entrevista, é comum justamente devido ao seu caráter próximo, aos efeitos que tem sobre a vida cotidiana dos cidadãos, em seu momento de dependência em relação ao Estado. A atitude forte e positiva admite no entanto uma boa dose de pragmatismo, como fica claro no depoimento de Leonardo, condescendente em

relação ao comportamento eventualmente desviante dos políticos, como o nepotismo; o importante é que seu representante – que, afinal, foi colocado em seu cargo pela própria sociedade – esteja “fazendo alguma coisa”, que esteja “dando certo”.

Leonardo. Eu não esquento muito a cabeça, eu voto em quem eu acho, eu gosto de votar consciente de quem eu estou votando, votar na pessoa que eu acho que vai fazer alguma coisa lá dentro. Agora, ficar falando, fulano e sicrano roubou ali, fulano e sicrano tá fazendo aquilo, mas botou o filho, botou o tio pra trabalhar com ele... Eu não esquento muito a cabeça não... O problema é dele. Se ele estiver fazendo alguma coisa, pode estar pai, mulher, mãe, filho dele, mas tá fazendo alguma coisa que tá dando certo, deixa ele trabalhar. Agora se não estiver dando certo, ainda tem quatro anos, ele pode botar quantas pessoas quiser. E eu vou ficar reclamando do cara por quê? Ele tá ali porque a gente quer. [...] Acho que temos bons políticos, não é tão ruim quanto o povo fala, não. Acho que é condição, né, quando chega um vendedor aqui, ninguém gosta de vendedor, né?

Parece natural que as pessoas não gostem de política, quase inerente à própria atividade. Por outro lado, é uma atividade vista como legítima; o papel do cidadão não é reclamar, visto como estéril, mas se informar para votar coerentemente com suas necessidades e convicções, e atuar através dos canais existentes ou possíveis na sociedade civil. O eleitor, afinal, é responsável pelos resultados da política, e caso se arrependa do voto, quatro anos mais tarde terá a chance de mostrar seu descontentamento. Assim, embora sempre atualizado em relação aos escândalos e impasses da política, descontente e crítico em relação às várias esferas do governo, Leonardo é um cidadão próximo da política, com atitude forte e positiva.

Os exemplos usados por cada um para construir explicações que dêem sentido ao mundo da política provêm de sua vivência, dos quadros de referência que têm disponíveis; a variedade e riqueza destes quadros têm importância evidente na proximidade com que o sujeito se relaciona com o mundo público, e na avaliação de suas possibilidades de ação política. A multiplicidade de quadros de referência - a igreja, os partidos, a universidade, a literatura, jornais, rádio, televisão, interação social – é uma das características centrais na atitude de cidadãos que se relacionam de forma próxima e positiva com a política.

ATITUDE FORTE/NEGATIVA

Respondendo a um *survey* que pretendesse identificar cidadãos alienados, os deste grupo provavelmente se enquadrariam nessa categoria, pois a percepção que têm da política é claramente negativa. Não acreditam nas instituições, sentem-se impotentes e geralmente lesados pela condução dos negócios públicos. No entanto, são pessoas com um grande potencial para a política. Não é por pura morbidez – ou “masoquismo”, como diz um deles – que se interessam e acompanham o noticiário, e que todos já se envolveram ou foram envolvidos pela política, ainda que em seu aspecto “festivo” e competitivo, eleitoral. Como os outros cidadãos de atitude forte, se julgam mais sabidos, mais vividos, menos “trouxas” que a massa desinformada.

Trata-se, efetivamente, de um grupo que procura manter-se a par dos acontecimentos políticos, nem que seja para desqualificá-los ou usá-los como exemplos em esquemas explicativos negativos. O cidadão bem-intencionado, minoritário e isolado, é visto como impotente diante de uma sociedade injusta e individualista; mesmo o voto, única oportunidade deixada para a participação popular, é visto com desconfiança.

Em seu discurso, mais do que desinteresse, constatamos o afastamento provocado pela decepção com a ineficiência e má-vontade da burocracia, o desrespeito às normas, a corrupção e abuso das autoridades, que só respeitam o poder do dinheiro. O poder informal dos empresários é considerado maior que o das instituições democráticas. Apresentam características em comum com a geração de brasileiros identificados nas pesquisas usadas por Moisés (1995) como cínicos, que se decepcionaram depois do surto de civismo das Diretas-Já.

Nos depoimentos, fica clara a decepção, ou frustração, em relação à política. Wilson, um mecânico inteligente e curioso, demonstra de forma recorrente seu interesse pelos assuntos políticos. Os primeiros estímulos ocorreram já na infância, quando conviveu com os filhos de Carlos Lamarca, seus vizinhos no bairro pobre onde morava. A amizade propiciou-lhe ouvir repetidamente as histórias heróicas que os meninos contavam sobre o pai, inculcando em Wilson um sentimento revolucionário que o levou a filiar-se no PCB e participar ativamente da associação de moradores de Magé. Com as frustrações decorrentes destas experiências, no entanto, Wilson passou a sentir-se pessoalmente impotente para promover as mudanças que considera necessárias no mundo político. A solução seria “as pessoas se revoltarem”, uma insurreição popular que desse cabo de um sistema político visto como corrompido e insensível,

possibilidade considerada remota e independente de seus esforços pessoais, que só a fome generalizada – difícil, num país de produção farta como o Brasil – poderia causar. A experiência política em primeira mão, em eleições ou dirigindo a associação de moradores, transformou-se em afastamento. Mais uma vez, o caso é de decepção: “hoje em dia” o que impera é a desconfiança, a desmobilização entre as pessoas, atribuída à falta de cultura e solidariedade.

Wilson. Olha, já tentei fazer tanta mudança no mundo... Não foi gratificante não, foi sacrificante e triste. Já trabalhei com associação de moradores e essas coisas às vezes sai até crime. Você quer o correto, o bem-estar das pessoas, mas as pessoas não querem. Nem aquela que você quer ajudar, nem aquela que quer enganar as outras. É por falta de uma cultura. Hoje em dia a gente não pode nem olhar muito pra cara do vizinho que ele já está perguntando: Que é? O que está olhando? Duvida de tudo e de todos. Se fosse uma cultura mais homogênea, de conhecimento, a gente estava mais de braço dado um com outro, em busca de melhorias.

De modo geral, esta frustração com a política está associada a uma desilusão mais profunda com o gênero humano como um todo. Wilson exemplifica abundantemente o desrespeito das autoridades às leis e à ética, do policial da esquina aos políticos em Brasília. O porteiro Geraldo, desconfiado e pessimista quanto à natureza humana, é outro que se indigna contra a política, sente-se injustiçado pela sociedade e por uma organização de interesses que privilegia os poderosos e premia os corruptos. As pessoas em geral, e os políticos em particular, só pensam nos próprios interesses. O mundo político é obscuro, misterioso, guiado por interesses escusos. A imagem que Geraldo tem da PM, forjada na experiência em primeira mão de seus anos na favela, é ilustrativa de uma atitude anômica, de sua percepção de que as regras não são cumpridas. Nem o argumento recorrente dos baixos salários é desculpa para o comportamento ilícito dos policiais, no que é apenas um dos exemplos que usa para falar do descaso e desrespeito das autoridades para com o cidadão comum.

Geraldo. São tudo uns corruptos. Tanto os policiais, os coronéis, os comandantes... No tempo que eu morava na comunidade – porque eu agora moro na rua, pago aluguel. Fui criado no morro, então eu via de tudo que era corrupção, polícia indo pegar dinheiro do tráfico, polícia pegar bandido seqüestrado de outro morro, os outros caras pagaram mais dinheiro. É uma classe que não presta. Como é que o cara trabalha – ganha uma miséria, eu entendo, acho que eles deveriam ganhar melhor, mas eles foram pra lá sabendo que era aquilo, assinou um contrato pra ganhar aquilo, sabia quanto era o salário, então não posso reclamar que eu ganho mal. Eu sou pago pra fazer esse trabalho. Tenho que executá-lo, eu já vim sabendo disso e eles se corrompem por pouco, pouca coisa. Eles fumam, eles cheiram, tudo isso eu via com os meus olhos quando eu morava na comunidade. O que mais se vê é seqüestro de

policial, a polícia seqüestra mesmo, os empresários, as coisas, então é uma classe que não vale nada.

O morro – a comunidade, onde construiu com dificuldade uma casa para a família, mas de onde foi expulso pela violência do tráfico – e a rua são vistos como ordens políticas distintas, mas nenhuma das duas oferece conforto para os muitos problemas do trabalhador. Ao contrário dos cidadãos integrados, que descrevem a esfera pública como um espaço para a negociação, ainda que desigual, de interesses nem sempre convergentes, para Geraldo existe um grande lesado, o povo, um “nós” identificável eternamente prejudicado por “eles”, os detentores do poder. Sempre faz referência à falta de transparência do sistema político, fechado em sua cúpula, que não deixa “sair pra fora” as reais dimensões dos roubos. Geraldo chega a parecer paranóico, tal a intensidade com que se sente lesado pelos poderosos, coerentemente com a centralidade dedicada à política em suas preocupações. Fala em máfia, em cúpula, associando a política ao crime e atribuindo caráter violento à disputa. Mesmo os que um dia obtiveram seu voto de confiança mostraram mais tarde ter esquecido do povo.

Geraldo. Como o Brizola. Brizola era do meu partido, PDT, Marcelo Alencar também, fizeram um trabalho comunitário lá onde eu moro, no Grotão, mas depois ficou um clima meio de guerra entre os dois e esqueceram do povo, ficaram na cúpula deles, na panela lá... Coisas de política. Então ficou claro: pra mim, nenhum deles vale nada, são todos ladrões e corruptos. Não sei o que rola na vida deles, mas com certeza pra você querer entrar na política, tem muita coisa pra rolar. Senão todo mundo não ia querer entrar. Eles fazem uma reunião extra e ganham uma grana violenta, ouvi falar que é coisa de R\$10 mil por um dia de trabalho. Assim diz a televisão. Isso é uma pouca vergonha, como pode o deputado federal, ele elabora o salário dele? E o povo, quem vota o salário do povo? Eles... É cômodo você dar um salário mínimo pro povo de R\$120, e pra eles dar mil salários.

A conclusão natural destas explicações é que a corrupção da política se estende ao procedimento eleitoral, visto como fraudulento e pouco confiável, um desestímulo ao voto.

Geraldo. A política, votos, eleição, isso pra mim é uma grande máfia. O voto é secreto, o cara vai lá e vota... Na minha concepção o povo não arbitra isso, eles botam quem eles querem.

A. Você acha que o voto que você dá não vale nada?

G. Não vale, porque somem urnas, aparecem urnas, mata-se candidatos... Eu não acredito que o povo, o povão mesmo – a maior parte da população, pobre, da classe baixa, e que nem tem classe, que são as comunidades de favelas, da classe miserável – eu não acredito que esse povo, em maioria, votaria em César Maia. No entanto, ele era o prefeito. Pelo que se ouve dele, não são coisas que a

comunidade quer ouvir. Eu não acredito que o povo vá votar num político que vai fazer as coisas só pra classe alta e esquecer da classe baixa.

A atitude exemplificada pelos depoimentos de Geraldo e Wilson é de decepção com a política, que não cumpre seu papel de geradora de bem-estar. O fato de dependerem do Estado, em maior ou menor grau, para a obtenção de serviços essenciais, induz estes cidadãos à consciência dessa dependência, como deixa claro Geraldo, e isso torna especialmente dolorosas as sucessivas decepções políticas. Estes cidadãos não responsabilizam a si mesmos, vistos enquanto sociedade civil, por estes resultados, pois não vêem o poder público como extensão legítima do seu interesse, e sim como um “eles” inimigo e predatório, que não cumpre suas atribuições mais básicas. Além disso, o povo já é suficientemente sacrificado em sua labuta privada para que tenha que despende esforços adicionais, como o de se organizar, para obter os benefícios coletivos mais ordinários de que se sentem privados.

A decepção com a política por parte de cidadãos potencialmente ativos, interessados pelos negócios públicos, alimentada por quadros de referência predominantemente negativos, pode levar à rejeição do próprio sistema democrático. A percepção do autoritarismo como uma solução a ser considerada para o país é recorrente entre os entrevistados deste grupo. A insatisfação com a organização coletiva é tal que a demanda pela ordem – e os direitos e benefícios básicos que julgam decorrer daí – é muito mais importante do que a preocupação com a representação, a liberdade ou outros valores democráticos. A saída revolucionária, mais do que uma possibilidade concreta, afigura-se às vezes como um ícone, um símbolo da falta de perspectivas, porque mesmo a eventual insurreição dependeria de uma participação de que não julgam capaz o brasileiro. Isso fica claro no depoimento de Geraldo, que sugere uma saída revolucionária, anti-sistêmica, explicada em termos de uma união geral – “greve geral, paralisação do país inteiro” – que porém não acontece “porque as pessoas têm medo”. Por outro lado, a saída poderia também ser um golpe militar, um sistema autoritário que devolvesse a ética à administração pública.

Geraldo. Medo de poder, medo de política, medo da polícia, se você faz alguma coisa, você vai levar porrada por isso, enquanto se todo mundo parasse, inclusive todas as classes, até a própria polícia, se parasse por um salário melhor, junto com todo mundo, tudo seria melhor. Digamos, se o país todo parasse para tirar todos os corruptos de lá, acho que não ia ficar ninguém lá. Poderia a gente, um golpe militar... Acho que o militarismo, eu não conheci, mas dizem que era melhor que agora.

Mário é o exemplo mais radical deste discurso anti-democrático. Ele é veemente e loquaz nas entrevistas, e a política é, espontaneamente, um dos temas prediletos do vendedor. Crítico do sistema, ele é a favor da volta dos militares, de um regime político que restabelecesse pela força a ordem perdida. Sua convivência com a deterioração do bairro em que vive, onde o crescimento de uma grande favela submeteu os moradores mais antigos ao crime e ao tráfico, é usada como exemplo de que a democracia não funciona. Como outros cariocas de classe baixa, Mário se vê expropriado em seu espaço social pela “invasão de paraibas”, responsável pela deterioração da periferia, e que atribui ao excesso de “democracia” do Rio de Janeiro. Sua referência política é regional, pois a corrupção e a bagunça democráticas parecem ser um fenômeno político característico do sudeste do país. Em outros lugares, como Belém, onde passou uma temporada com a mulher, ainda vigora a “ditadura”.

Mário. Na época dos militares, eu por exemplo fiz uma ponte no dente, as que eu fiz agora, pagas, já caíram, era muito diferente. E na época era saúde pública! [...] Podia botar os militares de novo, acabar com o Congresso, assim é como tem que ser. Antigamente tinha educação, entrava para um colégio e você saía bem, entendia tudo o que estava acontecendo. Hoje em dia tem uma porção de crianças que não vai na escola, não tem interesse de ir.

A. O que você acha que os militares faziam diferente?

M. Ordem. Organizavam muito melhor isso aqui. A democracia, o que fez a democracia? Nada! Fez com que, por exemplo, se dez querem o ruim e um quer o bom, vai ter que ficar com o ruim. Isso é o que a democracia fez aqui, porque aqui não tem qualidade de vida, você sabe disso...

Mário contrapõe claramente a normatividade da democracia, centrada em seu aspecto procedimental, a seus poucos resultados. O princípio numérico da maioria não é qualitativo, não garante o melhor resultado, obrigando a sociedade a aceitar que, “se dez querem o ruim e um quer o bom, vai ter que ficar com o ruim”, em suas próprias palavras. Mais do que representação, para Mário, o bem comum se traduz em eficácia, no grau de bem-estar obtido pelo cidadão, independentemente dos procedimentos de decisão coletiva. A política seria responsável, para usar seus próprios termos, por fornecer serviço público de qualidade, e não proteção a bandidos, desorganização e roubalheira, que é como vê o governo democrático, pós-Figueiredo. É a partir de referências pessoais de acesso a bons serviços públicos, como o canal que fez no dente na época da ditadura, que julga a decadência do sistema político. As privatizações são vistas neste mesmo prisma: as empresas estatais poderiam gerar riqueza, mas foram quebradas pela corrupção dos agentes públicos.

Mário sente-se “enrolado” pelos políticos. Tendo acompanhado a conjuntura recente do país, interessado em política e consumidor de informações sobre o assunto, sente-se decepcionado por não ver relação entre o discurso e os atos dos políticos. A decepção com a transição para a democracia engloba alguns de seus principais atores, inclusive ícones culturais como Chico Buarque, de quem era fã mas tornou-se uma decepção recorrentemente lamentada: “Por que é que ele não vem eleito a alguma coisa? A democracia está aí para ele, ele se envolveu tanto, fez a cabeça da gente que era novo... O que ele queria ele conseguiu: fama e dinheiro”. Mário não vê relação entre o Estado democrático e a sociedade civil que o legitima, expressa na figura do compositor, de quem cobra responsabilidade pública e representação política. Frustrado tanto em sua identificação política quanto na avaliação pragmática dos benefícios providos pelo Estado, Mário parece fazer questão de manter-se informado para alimentar esta perspectiva negativa da política. Os militares são a única categoria em que deposita esperanças de honestidade e organização.

Mário. Eles são honestos, não podem se aproveitar de nada. Agora não existe nada disso. O cara que hoje em dia é honesto ele passa como bobo, certo, ele se dá de bobeira, porque honesto, lá, eu acho que eles pensam nisso em seguida.

A. Lá, onde?

M. Lá no Congresso e de modo geral neste país. [...] Este governo não tem organização, a democracia matou o nosso país, o Brasil não tem condições de ser democracia, aqui tem que ser ditadura. Porque, você vê, quem está administrando hoje em dia rouba. Por que é que uma siderúrgica nacional vai dar prejuízo? O cara está roubando, entendeu? Então tem que privatizar. [...] O único jeito de melhorar condução, segurança, tudo, de modo geral, é acabar com a democracia, é voltar a ditadura. Era lindo esse bairro, qualquer um podia vir aqui, sentia orgulho desse meio ambiente.

Os militares parecem os únicos com força o bastante para se opor ao único outro poder organizado que Mário vê de perto: o dos traficantes, “quem manda mesmo”. Mas mesmo os bandidos “de antes”, com o Escadinha, eram mais dignos, mais responsáveis, não deixavam “favelado mandar na gente”, jovens de 17 anos exercendo arbitrariamente o poder das armas e do tráfico, como na favela de hoje. Era um regime duro, mas garantia a segurança da comunidade mais próxima. “Vacilão roubava ou fazia alguma merda aqui, morria”. O único Estado possível, nesta situação, para Mário, é o hobbesiano: a segurança e o bem-estar garantidos a qualquer preço, independentemente de garantias democráticas ou representativas.

É importante esclarecer que Mário não repudia o sistema democrático em si. É a frustração das expectativas em relação à política que o leva a considerar o brasileiro

incapaz, despreparado para a democracia. (“o povo desse país é ignorante, não tem cabeça para isso, para ser democrata”). A explicação, como no caso de Wilson, é em parte geográfica – atribuída ao tamanho e riqueza do Brasil, pois se a alimentação não fosse tão fácil, como por exemplo no Japão, não haveria “tanta vagabundagem”. Mas ele também aponta, em vários momentos, para a falta de educação, cultura, “cabeça” do povo.

Mário. Não tem cultura para fazer uma democracia aqui, não tem educação. É como colocar macaco para tomar conta de banana.

A. Em outro lugar dá certo?

M. Na Inglaterra dá certo, lá é pequeno, menor que Minas Gerais, lá dá para controlar. Dá pra controlar isso aqui? Não dá, tem muita saída e muita entrada, tem gente estúpida.

Em diversos momentos, Mário chega a negar qualquer virtude à sociedade e ao progresso. Parece desejar a volta a um Estado de natureza em que os indivíduos contassem apenas como as próprias forças para “se defender dos outros”. Este mesmo trecho, no entanto, indica que a leitura negativa provém da frustração das expectativas positivas possíveis. Se usasse termos do jargão mais politizado, Mário talvez dissesse que falta “vontade política”; pois, se sabemos o que é bom e temos tecnologia para concretizá-lo, por que não fazemos?

A. Você acha que é culpa de quem, esses desastres ecológicos?

Mário. Da tecnologia, a tecnologia traz muito mais prejuízo do que benefício. Não tem nem comparação o problema que ela causa. E dizem o seguinte, dizem que se acabasse com todas as fábricas ia dar mais vida para nós do que a tecnologia traz. Por que que a gente sabe o que é bom e temos a tecnologia para fazer o que é bom e não fazemos?

A. O que você acha que poderia ser feito?

M. Por mim arrancava as fábricas todinhas, não precisa ficar fábrica nenhuma, nem de papel.

A. O seu trabalho depende de fábrica de papel...

M. O meu trabalho está acabando com o mundo, pode registrar isso aí. Eu não gosto de trabalhar, eu trabalho por necessidade de trabalhar, esse trabalho pelo menos a gente encontra muita gente boa, muita amizade se faz. Eu preferia não trabalhar, só viver. [...] Viver, sei lá. Fazer tudo, me defender dos outros, viver a vida... Cada lugar tem seu [desconforto], não sei o que aconteceria aqui. Ninguém vai se deixar de alimentar por causa das fábricas, a alimentação basicamente não vem de fábrica nenhuma. Carne não vem de fábrica, a fruta vem da árvore.

A partir desta perspectiva para a vida em sociedade, em que parece negado ao cidadão a mínima garantia de sobrevivência, parece natural que o discurso destas pessoas enfatize a manutenção da ordem. Assim, além dos militares, como Newton

Cruz, Mário identifica-se com o nacionalismo raivoso de Enéas e com César Maia, cujo discurso é centrado na recuperação da ordem¹².

Cidadãos de atitude forte e negativa como Mário, Wilson e Geraldo mostram desânimo e impotência diante das possibilidades do cidadão de operar mudanças no mundo público. O cidadão é colocado numa situação de dependência: tudo o que pode fazer é se informar, votar e torcer, tentar acreditar.

Geraldo. Nós poderíamos ver, não sei, se informar e votar nas pessoas que a gente acredita que possa melhorar isso, já que a gente é obrigada a votar. Não temos poder de mudar isso, só eles. Acho que através deles a gente deveria se informar e ver qual deles poderia fazer um governo bom, e acreditar no cara, esperar por isso. E se não fizesse, nas próximas eleições procurar um outro, tentar de novo, que a gente não tem perspectiva nenhuma e nem condições nenhuma de mudar nada.

Chama a atenção, no entanto, a importância atribuída neste grupo ao tema, e a esperança presente em depoimentos como o de Geraldo, que, embora sem perspectiva de mudança, valoriza a informação e o voto consciente. A crítica evidente destes cidadãos às instituições e mecanismos políticos mostra uma descrença fundamental quanto às possibilidades de regeneração do mundo político, mas encontra-se associada, neste grupo, ao que identificamos como uma atitude forte: eles têm um nível bastante alto de interesse, principalmente considerando o pouco tempo disponível e o acesso limitado que têm à informação política. Ao contrário dos entrevistados de atitude fraca – para quem os assuntos preferidos, entre uma entrevista e outra, podem ser as desventuras amorosas ou as pescarias com os amigos – Geraldo puxa assunto sobre os políticos e os tentáculos do poder, que não se ocupam do bem público mas exclusivamente de seus próprios interesses. O luxo egoísta da classe política, pago pelo povo, causa indignação, e portanto mobiliza uma atitude que está longe de ser apática.

Apesar de apresentarem a atitude política negativa, são pessoas que já participaram ativamente, se julgam mais “escolados” e interessados, valorizam o sentimento de sentir-se “em dia” com o que se passa. Alguns chegaram a filiar-se em algum partido político, todos os três atuaram como cabos eleitorais. As más notícias que evocam espontaneamente geralmente versam sobre temas políticos, ao contrário dos cidadãos menos interessados, que muitas vezes se referem a problemas pessoais ou a

¹² O voto em Enéas, desde sua primeira candidatura à Presidência, em 1989, concentra-se nas periferias e satélites das grandes metrópoles industriais, relativamente educadas, como as que habitam os entrevistados deste grupo (Jacob e outros, 2000).

dramas de grande repercussão. Além de acompanhar e comentar o noticiário, geralmente se interessam também pela política local.

Como os outros integrantes deste grupo, Wilson reclama da falta de informação e transparência das atividades do governo na mídia a que tem acesso. A explicação subjacente é de que a cultura, o conhecimento sobre os atos do governo e dos direitos e deveres de cada um, por parte do povo, é a saída para que a sociedade possa exigir mais dos políticos. Não há, no entanto, canais competentes para tanto: por um lado, o povo não toma conhecimento; por outro, não há como transformar a indignação em resultados concretos, no fornecimento pelo Estado das condições mínimas de que julgam necessitar enquanto membros da sociedade. A televisão, em muitos momentos, é vista como um instrumento capaz de pressionar e vigiar os gastos públicos. Para estes cidadãos, no entanto, mesmo aí predomina a visão negativa: tanto para Wilson quanto para Mário, “a coisa não é divulgada”; as informações – ou explicações que dessem sentido a uma interpretação contra-hegemônica dos fatos políticos – estão ausentes do seu universo. Os custos de obtê-las ultrapassam os recursos e a disponibilidade destes indivíduos.

A vontade de exercer mais ativamente sua cidadania, “cobrar”, esbarra na sensação de impotência, construída a partir de uma vivência negativa que os meios de comunicação amplificam: se por um lado são considerados importantes para a educação do cidadão, na prática são parcialmente responsáveis pelo processo de deterioração da moral e bons costumes, e partícipes na conspiração dos poderosos, como no caso, citado mais de uma vez, do “assassinato” de Tancredo Neves, camuflado pelos meios em função de interesses políticos. Para Mário, a “imprensa” democrática, que é como identifica os meios de comunicação em geral, também é alvo de duras críticas, vista como responsável pela imoralidade reinante na sociedade. A solução, para ele, seria que as notícias fossem “peneiradas”, censuradas, como na época dos militares.

Mário. É *O Povo*, agora *A Notícia*, e *O Dia*, na época... Divulgar a desgraça. Antigamente isso não existia, na época dos militares era raro tu ver no jornal uma coisa dessas. Não sei se por que eles escondiam, mas pelo menos... Agora a chacina é normal, a notícia vai passando, o cara é matador de tal lugar, vou matar também pra ser igual a ele; aproveito, me vingo. Só pode ser isso. [...] Isso é um dos que causa essa violência. A notícia, essa liberdade de imprensa que veio depois da ditadura, arrasou esse Estado; pelo menos aqui, no subúrbio, arrasou, estragou, a liberdade de imprensa. Vai se espalhando a violência. O cara pega o jornal, vê uma desgraça, fica normal, fica banal. Porra! O cara pra ser vagabundo precisa ter um currículo de matador, pra ser respeitado no lugar. O que é que ele vai fazer? Vai aproveitar que tão arrancando a cabeça, ele vai arrancar também.

(...)

M. Começou a divulgar cadáver, mulher pelada, divulgar tudo quanto é tipo de notícia, qualquer notícia eles multiplicam por dez, batia na mesma tecla. A imprensa, televisão, tudo junto, acabou com o Estado do Rio de Janeiro.

A política sendo impenetrável e corrupta, cidadãos como estes, interessados no destino dos negócios públicos, do dinheiro do povo, “que paga”, acabam viciados em “más notícias”, sua forma de acompanhar a política. A mídia ganha para estes cidadãos uma grave responsabilidade, o papel de conferir transparência aos desmandos do Estado e educar a sociedade, de fiscalizar as realizações e denunciar as irregularidades das instituições e órgãos políticos. Embora Mário e Wilson não achem que ela cumpra a contento este papel, sua expectativa explica o que buscam na audiência assídua dos meios de comunicação. Para Geraldo, ainda mais claramente, a televisão é vista através deste prisma heróico, um meio, seja no programa do Ratinho ou no noticiário, de obter dos políticos a informação a que o povo tem direito, mas que eles não “transparecem” – mesmo contra a sua vontade. “Eles falam porque os repórteres dizem: ‘Presidente, prefeito, qual projeto o senhor pretende fazer?’ Mas não se expõem. Se expõem no horário político, por quê? No interesse político”, avalia Geraldo.

Geraldo. É incrível, mas acho que sou meio masoquista. Gosto quando prendem, flagram corruptos na televisão, tipo o fiscal do imposto de renda, é tipo o lance da polícia de Diadema, a covardia que fizeram com o pessoal, traficante ou não, não sei, mas não deveriam fazer isso com o ser humano. Tipo o político envolvido com vantagens que eles dizem que não. Eu gosto dessas notícias assim.

Para os cidadãos deste grupo, sua atitude negativa não significa um afastamento definitivo em relação aos assuntos políticos. Além da identificação com propostas autoritárias, outra alternativa política para pessoas com atitude forte e negativa é a valorização de propostas de mudança, identificadas, mesmo a partir do “jeito”, como populares ou dissociadas “disso que está aí”. É o caso, exemplificado recorrentemente neste grupo, de Enéas. Também é comum o voto em políticos novos do PT, como Chico Alencar e mesmo Lula, vistos por Mário como não-políticos que nunca tiveram uma oportunidade, ao contrário desses “que estão aí há muito tempo”. Mesmo sem acreditar na eficácia da política democrática, Mário conhece vários partidos, presta atenção à propaganda na televisão, respondeu ao questionário inicial da pesquisa indicando preferência pelo PT, PTB e PRONA. Usa seu voto como forma de inserção na esfera pública. Alguns personagens políticos concentram sua revolta com o governo, colocada em termos subjetivos. Vota na direita nacionalista e histórica de Enéas, pois gosta do

seu “jeito de pobre”, o acha “parecido com o sofrimento que o brasileiro passa aí”. Além desta identificação, a sinceridade e espontaneidade que atribui ao “jeito” de Enéas também influenciam esta opinião positiva: “Eu não sei se o que ele fala, tudo aí, tem razão, mas o jeito que ele fala já me agrada. Aquele jeito transmite o que devia ser todo político no país, não aquele jeito que todo mundo está vendo que o cara está enrolando, dos outros partidos, PMDB, PSDB.”

Mário acompanha a conjuntura do país, interessando-se pelo seu aspecto negativo – os escândalos – e pelas estratégias adotadas por partidos e políticos no cotidiano da política, especialmente no que diz respeito à competição eleitoral. Logo antes das eleições para governador, por exemplo, achava que saberia o que fazer para que seu candidato, César Maia, não perdesse as eleições, como àquela altura já parecia claro que iria acontecer. Da mesma forma, critica a estratégia do PT, acha Lula “meio burro”, por não aproveitar o cansaço da população com os mesmos. Embora desqualificando a “imprensa”, Mário é um consumidor de notícias, entrevistas e debates políticos na televisão, informado sobre pontos específicos como a visita de Clinton e votações no Congresso. Lembra espontaneamente, entre outras coisas, uma entrevista de Enéas no programa de Carlos Chagas, na Manchete, que diminuiu seu entusiasmo pelo político.

Os meios de comunicação interagem ativamente com este filão de consumidores, como podemos perceber pela proliferação de programas que se propõem a substituir ou cobrar da esfera pública a solução de problemas sociais, promovendo uma “unidade” impossível para os políticos, fragmentados em partidos burocratizados e que “não colaboram entre si”. Já que os políticos são omissos, não fazem o que deveriam fazer, os únicos que se salvam são políticos “novos”, como os do PT, ou ligados aos meios de comunicação, como Roberto Jefferson e Garotinho. Geraldo, que lembra desses nomes, não associa Garotinho ao “seu” partido, o PDT, mas sim à sua inserção nos meios de comunicação de massa: “Ele era um cara de uma rádio, né? E eles começam assim, se candidatam a vereador, tem o impulso do povo, aí conseguem fazer um bom trabalho”.

Geraldo. [...] Dentro do partido alguém quer fazer alguma coisa, mas depende de uma série de burocracias, de apelações de pessoas que são do mesmo partido porém não se dão muito bem, inventam, não colaboram, não assinam os documentos. Acham que tem que ser os seus e os dos outros não. Eles deveriam, em vez de brigarem, se unificarem, e fazer o programa de todos do partido que têm interesse. Pra modificar, acho que já está havendo isso, o Roberto Jefferson – eu falo nesse cara porque eu gostava dele no programa de TV e tal, foi um cara que sempre fez um bom programa, desde a televisão, no SBT mesmo, TVS na época, tinha um programa *Aqui e Agora* que beneficiava as pessoas, que conseguia coisas, não sei se o Sílvio Santos,

por aí também, é mais pra clientes dele, né? São programas construtivos, são pessoas que começaram assim, na TV, ou antes disso...

Geraldo parece atribuir a estas personalidades, tornadas públicas na mídia e dependentes dela para sua comunicação com o eleitorado, a missão e capacidade de promover a “comunhão” de que sente falta. A evidência dos políticos via meios de comunicação responde a uma carência destes cidadãos de alternativas políticas, tendo frustradas suas tentativas de participar, e não vendo nas instituições tradicionais canais competentes ou legítimos de representação de interesses. Na fala abaixo, fica claro que os partidos menores, que poderiam representar interesses mais específicos da população, não têm força para enfrentar a máquina dos grandes partidos:

Mário. Partido mesmo é o PMDB, agora o PSDB, o resto é tudo coitado. O PT, o PFL, esses que você já conhece. Agora, vamos dizer, PRONA, PMN, PSTU, essas porcarias que tem por aí... Eu fui na administração do PV. Quando cheguei lá, a maior bagunça! Eu fui lá pra me cadastrar, tudo o que eu adoro a natureza, o cara é protetor da natureza... Mas, porra, eles são mais partido do que verde, eles são políticos, iguais aos outros. Eu me inscrevi no PV, eu sou filiado ao PV. [...] Uma casa velha, caindo aos pedaços, o pessoal mal-humorado, como é que pode! Acha que um partido desses vai chegar aonde? Se o PFL, o PMDB, o PSDB, esses partidos que são os mais fortes, a maioria já antigo na política e com várias empresas, um curral eleitoral certo, certo de ter seis mil votos... Pra não votar nele, vai perder a mordomia que tem, você vai perder o emprego, pode até não perder o emprego, mas o cara saindo de lá não vai ter um salário mais, não vai ter a mordomia que tem numa empresa, entendeu, certo. Vai votar em quem, em mim ou vai votar no patrão dele?

A. Como você acha que os partidos deveriam ser?

M. Um partido deve funcionar o seguinte, que é que ele quer, quer fazer sua base política, quer fazer seus vereadores, no caso deputados estaduais e federais e chegar pra ser presidente. Tem o ideal do partido, todo partido tem um ideal diferente.

O seu próprio ideal, um enquadramento ecológico e nacionalista da economia, que deveria ser subordinada às necessidades ambientais, não encontra repercussão na esfera pública, embora esteja presente no discurso da política. Os partidos pequenos, com os quais se identifica, estão fadados ao fracasso devido à própria engrenagem política, para a qual não tem esperança de melhora.

Mais uma vez, fica clara a característica central deste conjunto de atitudes: a discrepância entre a intensidade com que é vivida a política e a impotência perante sua condução, vista como negativa. A conseqüência, para o indivíduo, é a desistência da política no nível mais próximo, pessoal. Como no caso extremo de Mário, que conhecia todo mundo em Acari mas dizia não poder se preocupar com as “coisas do bairro” por não ter tempo – na verdade, expulso pela nova realidade da favela dominada pelo tráfico impondo a violência sobre o que fora um bairro afável da periferia carioca. Preferiu

isolar-se até fisicamente: mudou-se, assim que foi possível, para uma área quase rural da cidade, levando a mulher e as filhas para um sítio isolado de onde só sai para fazer suas entregas de vendedor e para o qual volta assim que pode. Sobram, em seu universo político, as más notícias cotidianas da televisão.

ATITUDE FORTE/TENSA

Talvez a combinação menos óbvia de tendências quanto à atitude política, a atitude forte/tensa caracteriza-se por um certo grau de angústia pois, ao contrário dos céticos do grupo anterior, estes cidadãos sentem-se pressionados a uma participação política maior do que o espaço que vêem disponível para agir, não se sentem confortáveis em sua declaração de desencanto com o mundo político.

Embora de maneiras diferentes, estes cidadãos manifestam um certo interesse pelos assuntos políticos, mas que acaba abafado pela sensação de impotência; na prática, sentem-se paralisados entre a vontade de atuar politicamente, ou uma recriminação por não o fazerem, e a descrição do mundo político como negativo, acima das possibilidades individuais de transformá-lo. É o caso de Márcia, quando diz que a política seria melhor se os universitários, as pessoas de maior preparo e conhecimento – entre as quais se inclui – assumissem cargos públicos, se dispusessem a exercer funções políticas.

Márcia responsabiliza essa elite cultural, que deveria assumir os assuntos públicos, dedicar-se à República em vez de deixá-la nas mãos de líderes políticos incompetentes e corruptos, não dedicados ao bem comum. Muitas vezes coloca os problemas do país em termos de falta de patriotismo, da ausência de uma cultura cívica arraigada na população. Para recuperar o amor à pátria que diz faltar no brasileiro, chega inclusive a valorizar as aulas de OSPB que tinha em criança, no Rio Grande do Sul. É comum, neste grupo, a referência ao exemplo do civismo democrático dos americanos, atribuível a fatores como o clima e a alimentação. Os Estados Unidos são uma referência positiva em vários aspectos, especialmente no que diz respeito ao patriotismo e à cidadania. Quanto à entrevistada, embora, pessoalmente, professe esses valores positivos, e demonstre interesse e proximidade com a política, mostra-se também desiludida em relação à condução dos negócios públicos no país. Em sua visão, falta cultura às elites brasileiras – entendida, juntamente com a educação, como o antídoto para os males da sociedade. Falta, também, humanidade para moderar a ganância dos empresários, que poderiam se contentar com uma margem menor de lucro.

Solange e Otávio, por sua vez, consideraram mais de uma vez a possibilidade de “entrar para a política”. Por um ou outro motivo, acabam nunca concretizando tais planos, mas é significativo que a possibilidade não os revolte, nem seja vista como absurda ou inútil. Apesar desta abertura potencial para o tema, e de defenderem, no discurso, a participação institucionalizada como caminho possível para a necessária reforma do sistema político, não desenvolvem ações do gênero no cotidiano. Em certa medida, isto representa um certo “sentimento de culpa” – em parte, talvez, estimulado pela insistência das entrevistas no tema – em relação a sua passividade enquanto descontentes com o atual estado de coisas.

Funcionário público com nível superior, Otávio, por exemplo, já teve experiência indireta de engajamento, e sofre por ter chegado à conclusão, baseada na vivência pessoal, de que mesmo os sindicatos e os políticos de oposição, com que se identifica ideologicamente, podem ser corrompidos pelo governo. Próximo da política, presente em suas conversas cotidianas com o pai a partir das notícias dos jornais e outros quadros de referência, identifica-se com a esquerda definida em oposição ao “mal”, as classes privilegiadas.

Otávio. Se você é da esquerda, você vai funcionar como um vigia, ficar esperando uma brecha para acabar com a direita. Eu, por exemplo, sou da esquerda. Eu tenho que ficar vendo o que é que o governo está fazendo de bom ou de ruim. Se me perguntar se nos Estados Unidos tem esquerda, eu não sei. Para mim só vai ter esquerda em países que realmente você tenha governos fracos. Se você tem um país com um governo forte, que atenda os anseios da população, você pode até ter pessoas que querem ser oposição, contra o governo por mania, por revanchismo. Direita são as pessoas que estão numa determinada situação, privilegiada, e esquerda são as que estão sentindo as maldades. Se fosse um governo forte, num país forte, não teria nem esquerda nem direita, todos estariam unidos. Se nós tivéssemos um país equilibrado nós não precisávamos.

A. Então em termos de idéias não é tão diferente?

O. Isso é relativo, em termos de idéias acho que é o momento. A pessoa critica o governo, mas a partir do momento que passar para o outro lado, ele vai fazer a mesma coisa. É igual aqui [na empresa], suponhamos que a direção é a direita e os funcionários a esquerda, aí o pessoal da associação seria CUT, CGT, esse pessoal da vida. O pessoal do sindicato faz um discurso bonito... Sabe o que é que estão fazendo agora na direção, de repente eles chegam, “[Fulana], tem um cargo aí”, aquela gratificação melhor do governo. A pessoa aceita, nunca mais aparece no sindicato, rompe com o sindicato e vai defender a presidência [da empresa]. Então é jogo de interesses, cada um está ocupado com seus interesses. Existe um ideal enquanto você está por baixo, quando você tem uma oportunidade você esquece tudo.

A partir do quadro de referência pessoal do sindicato de sua categoria, cujas atividades acompanhou durante os quinze anos de emprego, Otávio acaba concluindo que a ideologia do “bem”, da união, do equilíbrio, em suma, de um governo que

atendesse aos anseios da população, pregada pela esquerda, acaba na verdade subordinada aos interesses pessoais, e é passível de corrupção. Na mesma perspectiva, partidos políticos não têm ideais, “na essência da palavra”, o que fica claro na facilidade com que as pessoas mudam de partido: “Querem levar vantagem em tudo. Os interesses pessoais. Acaba, no final das contas, sendo tudo igual. [...] Ninguém vota no partido”. Os líderes políticos também têm uma imagem negativa. A maioria não tem vergonha na cara, faz de tudo para agradar o eleitor quando é o momento. Nem todos são necessariamente corruptos, mas não são sérios. Otávio critica a falta de organização da sociedade para enfrentar o governo, as classes dominantes e a corrupção.

Geralmente, os quadros de exemplos para as explicações deste grupo são mais variados que os de atitude negativa. Para Otávio, provêm principalmente de seus anos como funcionário público, da mídia e de conversas familiares. Embora reclame de estresse, Otávio encontra tempo para se interessar e se informar sobre a política, para a qual constrói explicações multicausais e às vezes sofisticadas, como no exemplo do desemprego, que explica a partir das políticas públicas, da competição desleal em nível internacional por parte dos países asiáticos e da informatização. Como é de se esperar de cidadãos com atitude forte em relação à política, muitos dos assuntos que indignam Otávio são políticos, como a reforma administrativa e a troca de favores envolvida em sua negociação, a privatização das empresas públicas, cuja má administração, como no exemplo da previdência, é proposital: um sucateamento com o intuito de beneficiar as empresas privadas, elites, porque “tão levando algum”.

Otávio. [FHC] está usando o funcionário público como bode expiatório. Na realidade, o que está acontecendo? O dinheiro todo está indo pro esgoto, você vê aí o ensino, está se falando em privatizações, estão sucateando, beneficiando a escola particular, a saúde particular, os bancos, os planos médicos... O cara passa pro povo que a privatização é importante, mas na realidade – você vê o caso da ponte Rio-Niterói, ah, os serviços são excelentes agora que privatizou – nós poderíamos ter um serviço bom na área de saúde, as estradas boas, o ensino, ao mesmo tempo tendo lucro, só que este lucro seria revertido para o ensino, para a saúde, para a educação. Com a privatização, você está tendo lucro, mas o lucro está sendo revertido pra onde? Pros proprietários agora comprem casa de praia, mansões, e o povo não vê isso.

Explicações negativas deste tipo alternam-se com o contraponto positivo, ainda que no terreno da possibilidade: Otávio acredita que, se as elites fossem mais espertas, fariam melhor distribuição de renda, para evitar uma guerra civil já aparente nos seqüestros e no encastelamento dos ricos. Se os representantes do público não mostram respeito pelas normas “corretas” de comportamento ético, o resultado para pessoas

como Otávio é a angústia quanto às possíveis saídas políticas. Como no caso dos outros cidadãos angustiados, tensos com a política, ela ocupa um lugar de destaque nos seus assuntos cotidianos, mas a continuada frustração de expectativas faz com que o impulso para a participação seja freado pela previsibilidade de novas frustrações, pela expectativa negativa.

Otávio. É difícil, será que o povo ou os políticos estão tão preocupados com o bem do país? Acho que cada um está preocupado consigo próprio. Acho que você não tem uma pessoa que tenha um ideal, seja patriótica. É difícil, e na atual conjuntura a pessoa está preocupada com seu bem-estar mesmo. No fundo o político é o povo lá, é você lá, eu lá. Eu me considero um cara patriótico, idealista, se um dia assumisse um cargo desses eu acho que eu colocaria em prática. Porque eu acho que você tem que fazer, já que não pode fazer muito tem que fazer alguma coisa.

O contraponto entre a situação ideal – como as coisas deveriam ser – e a realidade – como efetivamente são – é constante entre estes entrevistados. O problema não é o sistema democrático, que em teoria conhecem e aprovam, mas a qualidade das elites políticas e do próprio povo. Em certos momentos, mostram-se descrentes do brasileiro, visto como egoísta, desinteressado dos negócios públicos, acomodado. Ao contrário do “americano, que pensa realmente na pátria” – exemplo comum a todos os entrevistados deste grupo:

Otávio. Pelo que você lê, pela história, ele pensa na pátria dele, independente de tudo. As pessoas têm que pensar no neto, bisneto... Pensar no país. Não é isso que acontece. [O brasileiro] está voltado totalmente para seus interesses. Se eu, que sou povo, penso assim, sem ter acesso aos meios de enriquecer, imagina quem tem esses meios... O camarada está reclamando porque está sendo prejudicado. Mas se mais tarde ele tiver oportunidade de agir da mesma maneira, ele vai agir. Poucos são aqueles que vão ter um ideal e vão continuar tendo ideal, mesmo tendo as facilidades para chegar e roubar. [...] Eu sou um deles. Eu me considero por eles. Mas não adianta, você é minado. Uma pessoa só não vai resolver. O cara tem uma posição no governo e começa a desviar direção da nação.

Como todos os integrantes deste grupo, a explicação idealista, do que deveria ser feito, e mesmo do que ele pessoalmente, enquanto cidadão, faria, se lhe fossem dadas as condições de participar, é seguida pela manifestação negativa de descrença no gênero humano, ou no brasileiro. Como consequência, em vários momentos manifesta descrença quanto à possibilidade de democracia no Brasil, e fala do ideal de um governo central radical, autoritário, que pusesse fim ao desgoverno com “mão de ferro”. Neste sentido, sua visão da democracia tem um componente claramente negativo: Otávio não acredita que possa se chegar a resultados satisfatórios com a democracia que, na prática, existe

no Brasil. “Teoricamente, tudo bem, mas na prática as coisas são todas meio desvirtuadas”.

Otávio. Eu sempre tive o ponto de vista de que a democracia era o primeiro passo pra um negócio chamado anarquia. Pro Brasil, tem que ser um governo central, radical. Só na mão de ferro aqui.

A. Uma ditadura?

O. Não aquela ditadura militar. Mas só uma ditadura mesmo. [...] Tem que ser pessoas com ideais firmes, e partir do zero. Primeira coisa que acho que devia ser feita: acabar com a liberdade de imprensa. A televisão é um dos fatores que está fazendo com que a nossa juventude esteja se perdendo. O jovem só vê falar em crime, corrupção, o corrupto não pagando pelo que faz, o assassino não pagando pelo que faz... As pessoas agindo de maneira ilícita, se beneficiando... A impunidade. Então, o jovem pensa, eu trabalhar, por quê? Ele vai querer trabalhar para ganhar dois salários mínimos? A partir do momento que você mostra para a juventude a impunidade, já está atrapalhando. . .

O discurso, à primeira vista, assemelha-se ao dos céticos analisados há pouco, inclusive na referência negativa à liberdade de imprensa. O caso de Otávio foi um dos mais difíceis de classificar. Forte quanto à intensidade de sua atitude política, ele foi enquadrado, num primeiro momento, como negativo. Só com a análise mais cuidadosa das entrevistas é que os aspectos positivos vieram à tona. A principal diferença do grupo de atitude forte/tensa é que, embora possam ser bastante críticos quanto à legitimidade e eficácia do governo, e mesmo pessimistas quanto aos resultados que é possível esperar da esfera pública, eles têm um forte impulso em direção à participação. Quer entendendo este impulso como patriotismo, civismo ou consciência política, o fato é que é possível mobilizar estes sujeitos em relação ao mundo público. Sua atitude, próxima da política, mas tensa entre os dois pólos valorativos que vimos considerando, pode pender para a aceitação do jogo político. No caso de Otávio, isso acontece quando o objetivo político a ser alcançado é próximo, e seu esforço de organização gira em torno de um interesse coletivo – no caso, impedir a obra de um milhão de reais que arrancaria as amendoieiras tradicionais do calçadão de Muriqui, onde seus pais têm casa de veraneio. O conhecimento em primeira mão do problema e seus personagens, e o envolvimento do pai na campanha, bem como a possibilidade concreta de resultados, acabaram mobilizando o cidadão, disposto mesmo a entrar em uma ação judicial contra o prefeito da cidade, responsável pelo projeto de reforma. Interessante notar a proeminência, nessa narrativa, da imprensa como instrumento de ação política.

Otávio. Ninguém lá se manifestou. Mas eu e meu pai já ligamos pro jornal *O Globo*, nós vamos ser entrevistados. Eu já estou lá no movimento, que o prefeito é meu vizinho. Particularmente eu estou para o movimento de conscientização junto à

população, mas infelizmente a maioria, o pessoal não tem visão. O prefeito fala, as pessoas ligadas ao prefeito falam com eles, mas eles... Estão olhando outros interesses, que eu não sei quais são. Infelizmente, o pessoal tem medo de ir contra o prefeito, porque todos eles têm na cabeça que vão precisar de um favor, não vão querer se queimar.

Assim, mesmo indo na contramão da maioria, Otávio se considera participante do “movimento” de conscientização. Em outro momento, descrevendo as características de um líder comunitário ideal, ele conclui que tem o carisma, a humanidade, dedicação e honestidade necessários. É raro que este impulso se traduza em atividade política efetiva – em certos momentos, os ardores cidadãos destes entrevistados parecem retóricos, uma espécie de lição de casa recitada para “os outros”. Muitas vezes, sua capacidade de organização realiza-se na esfera do trabalho, da vizinhança ou da família. A visão desencantada que manifestam sobre a política serve para justificar, em vários depoimentos, o afastamento de instâncias políticas locais e a “falta de tempo” para uma participação mais ativa. Mas uma atitude tensa em relação à política faz com que estas pessoas, que acompanham com algum interesse a conjuntura política do país, possam vislumbrar alternativas políticas positivas, preocupando-se com o andamento dos negócios públicos.

Márcia também apresenta estas características, que tensionam o cidadão entre a vontade de agir e percepções negativas sobre a política, como a constatação de que as normas éticas não são obedecidas. Para ela, o governo brasileiro atual não tem humanidade nem ética; é este o problema, e não a linha política econômica liberal adotada, pois em termos ideológicos é a favor de um governo só de proteção, que inclua o social, mas sem subsídios ou controle de mercado. Mais do que distinguir entre esquerda e direita, situação e oposição, para ela o problema político define-se em termos de bem público, que não deveria se organizar em torno de interesses de classes ou grupos, mas em “leis que ajudassem” igualmente pobres e ricos.

Márcia. Aqui é sempre a turma da situação, a mesma coisa que respondi da esquerda e direita. O ideal, para mim, seria um meio termo que não existe, o cara que defendesse acima de tudo os direitos dos ricos e dos pobres e também fizesse leis que ajudassem a ambos, e cobrasse deveres de ambos, e direitos para ambos. Seria a idéia do social da esquerda com a força do capitalismo da direita. Se misturasse as duas coisas, daria certo, dentro de um pensamento de igualdade – é utopia.

A. Você acha que tem alguma corrente política que exprima essa sua vontade de juntar as duas coisas?

M. Pode até ter, mas vai depender do número de indivíduos mandantes dentro dessa política. Onde 15 pensassem em fazer a coisa direita, os outros cinco seguiriam; agora, se os 15 pensassem no seu bem próprio – estou falando de corrupção, de clientelismo, está tudo incubado aí.

A estrutura típica do discurso do cidadão tenso se repete: depois de expor seu “ideal”, Márcia aponta para o auto-interesse da maioria dos políticos, responsável pelo resultado final negativo. A tensão fica clara na prática, comum neste grupo, do “advogado do diabo”: de modo geral, cada vez que elaboram uma explicação positiva para a política, os cidadãos angustiados logo em seguida apresentam uma explicação correspondente ao mesmo assunto, só que negativa. Sente-se uma preocupação em ser realista, em não passar por trouxa, muito menos diante da entrevistadora, que “entende do assunto”, como dizem os entrevistados. Bem informada sobre a política, Márcia admite que esta envolve negociação, conciliação de interesses múltiplos, e vê saídas em mobilizações públicas como quando “tiram os Collor”. Reproduz, no entanto, também enquadramentos negativos, como o argumento, comum na mídia, de que os deputados roubam e não cumprem horário de trabalho, sendo a minoria honesta pressionada pela maioria corrupta. Trata-se de uma explicação recorrente para vários dos entrevistados. Se os congressistas simplesmente cumprissem as leis, já seria uma solução.

Solange também demonstra grande preocupação com o bem-estar público, tem interesse pelos temas políticos e curiosidade em relação a como “as coisas” funcionam e como deveriam funcionar, apesar do baixo grau de instrução e da falta de “paciência” para ler jornais, especialmente os mais “intelectuais”, como *O Globo* e o *JB*. Tem orgulho da imagem do Brasil grande, de natureza farta, mas revolta-se contra a injustiça social. Também se incomoda com a falta de iniciativa da sociedade civil em casos como a privatização da Vale do Rio Doce, em que uma manifestação na PUC a lembrou do movimento estudantil dos anos 70, visto com admiração, especialmente depois da leitura casual (o livro foi esquecido no táxi do marido) de *Brasil: Tortura nunca mais*.

Esta “vocação” para os assuntos sociais pode ser difícil de perceber, num primeiro momento, diante do aparente desinteresse, pois é preciso formular os problemas políticos em termos da vida ordinária, que o afeta de perto, para que este tipo de cidadão demonstre seu interesse e demanda por acesso à informação, especialmente no que diz respeito aos seus direitos. No caso de Solange, este interesse “pelos outros” se traduz em sua intensa atividade na rede de favores (e fofocas) do prédio em que vive, mas tem pouco estímulo para concretizar-se na esfera pública, o que resulta num sentimento de impotência política: ela reclama da falta de canais de comunicação entre os cidadãos e o governo, e chega a indicar a mídia como uma possível solução, através de reportagens reveladoras e da promoção de debates. O governo, por outro lado, não

sabe o que pensa o povo, e não o respeita; prefere que o povo fique burro, não se esclareça. A barreira entre cidadão e Estado é colocada muitas vezes, por estes cidadãos, em termos de comunicação e informação, à qual não acreditam ter suficiente acesso.

A tensão na atitude de Solange fica clara quando revela que, embora a intenção do governo seja negativa, de “emburrecer” o cidadão comum, sua percepção é de que o povo está na verdade ficando mais esperto, como ela, que não se ilude mais quando lhe oferecem como sendo favores, em troca de votos, benefícios cuja concessão seria obrigação do Estado. Os partidos, segundo ela, são acomodados porque tiram proveito da situação, sem trazer mudanças; isso vale mesmo para o PT, que fala muito mas também se aproveita dos benefícios do poder. Mesmo sem muita sofisticação ideológica, entende direita e esquerda como representando o conflito entre as classes. Solange, embora ache que o povo está ficando mais esperto, acredita que os candidatos continuam querendo iludi-lo, e são bem-sucedidos porque a maioria não tem “uma cultura melhor”. Assim, sua fala explicita a preocupação dos cidadãos tensos em não generalizar as explicações negativas sobre a política.

Solange. [Os políticos] sabem [o que é melhor para o país], mas eles pensam em tudo que é melhor para eles, apesar que tem muito político justo. Tem um canal que de vez em quando dou uma olhadinha, o Canal de Brasília “TV Senado”, aí eles falam e tem os políticos que às vezes a gente vê que batalha.

A. E você grava o nome deles?

S. Não gravo não, político é muito chato, a gente esquece. É uma falsidade, quando eles querem o voto, passam aqui no prédio, apertam tua mão, de repente ele é um bom candidato, ele faz uma boa política, ele cresce, aí ele não vem mais, ele esquece aquilo. Mas, por exemplo, ele prometeu, ele fez, “não, realmente ele batalha, o que ele prometeu cumpriu”, a gente vê que ele faz coisas boas, a gente vota outra vez nele.

A. Tem alguém que você tenha ficado satisfeita?

S. Tem sim, quando a gente fala assim, não é acusando a todos, tem bastantes políticos bons.

Normalmente, sua própria atitude – preocupada, interessada com a política – é vista pelos entrevistados como excepcional. Otávio entende que a maior parte dos cidadãos, pressionada pelos problemas particulares da vida cotidiana, tem bons motivos para se alienar, desinteressar-se dos problemas públicos. É mais fácil manter-se atualizado para alguém como ele, cuja vida privada não oferece “barreira”:

Otávio. Conversando com um primo meu chegamos à seguinte conclusão: as coisas estão tão pretas que dá vontade de você se alienar. É tanta revolta que vai tendo em relação aos fatos que vêm sendo apresentados, que não está fazendo bem. [...] Tem pessoas que têm essa capacidade, de não absorver, não se preocupar... Outras pessoas têm capacidade de absorver e de se preocupar quando as coisas atingem a si

próprios. Eu não. Eu sou solteiro, meu pai tem uma situaçãozinha boa pra eles lá, eu tenho alguns bens, o dinheiro dá muito bem pra mim... Eu acabo me revoltando mais, por quê? Eu não tenho problemas em casa, prestação pra pagar, uma série de incumbências, ele acaba não tendo tempo pra se revoltar tanto! O tempo que ele tem é pra pensar como ele vai arcar. Eu não tenho essa barreira, meu interior está totalmente aberto para absorver esses problemas que estão acontecendo no país. Eu fico indignado não é comigo não, é o que está acontecendo com todo mundo aí. Você vê o país sendo esfacelado, desemprego comendo solto. . .

(...)

Otávio. Esse desânimo está atingindo todas as classes. As pessoas estão sem esperança e por isso estão sem poder de luta. Acho que está todo mundo muito mal conseguindo sobreviver, pro cara levar pra casa o leitinho das crianças, então você vai ficando debilitada. Você não vê as pessoas se revoltando, se indignando, esse é o primeiro passo, eu não vejo isso na condução, as pessoas conversando de uma maneira mais exaltada, nos grupos. [As pessoas] estão ficando impotentes em função disso, estão tentando preservar o mínimo.

Todos se descrevem como bons cidadãos, recitam os princípios democráticos, se indignam com os escândalos políticos, consideram sua consciência política acima da média dos cidadãos brasileiros. Assim, acreditam estar cumprindo, dentro das possibilidades, seu papel político na democracia. No entanto, sentem que isso é atributo de uma minoria especialmente esclarecida. A sociedade em geral é vista como apática e desinformada, e portanto incompetente para uma cidadania mais participativa.

A grande responsável pela ineficiência na condução dos negócios públicos, no entanto, é a elite política. Repetindo um chavão comum na imprensa, tendem a achar que os políticos saberiam como resolver os problemas da pauta pública, falta é vontade. Solange, por exemplo, acha que o governo não tem – ou não quer ter – conhecimento exato dos problemas do país, que poderia ser obtido através de censos. Depois, bastaria ter vontade política para resolvê-los, estabelecendo o bem comum.

Este é outro ponto que chama a atenção, neste grupo de entrevistados: parecem compartilhar a idéia, às vezes implícita, de que existe um bem comum, para além da disputa ideológica ou partidária. Os interesses da nação, do povo, uma orientação ideológica que satisfizesse ambas as classes: a insatisfação destas pessoas denota a demanda por uma “vontade geral” cuja expressão não encontram na disputa partidária, que parecem associar à exibição despudorada do interesse pessoal, sem ética nem escrúpulos, pelos políticos que conhecem. Para pessoas de atitude forte e tensa, a consequência destas constatações sobre o mundo da política é que, para preservar as esperanças que ainda depositam na política, passam a atribuir grande importância a aspectos subjetivos, personalizando sua perspectiva. Todos eles, assim, falam da falta de renovação na política brasileira, na expectativa de um líder carismático e bem-

intencionado. “Gente nova”, nas palavras de Solange, e não os mesmos da ditadura, ou seus familiares.

Márcia. Os que estão aí são os mesmos, e quando não são os mesmos, são os filhos dos mesmos. O filho do ACM está lá, o filho do Sarney está lá, o neto daquele de Minas, Tancredo Neves, está lá, a mulher dele está lá, o filho do Brizola está aqui metido e por aí afora. [...] Esses caras que eu citei se deram bem na política, por que é que os filhos vão mudar? Falta nacionalismo, falta um líder que queira lutar por um todo. Nossa liderança é muito pobre. Nós choramos pelo Senna, nós choramos muito pouco pelo Betinho, cadê a comoção nacional pelo homem que cuidava da fome? Todo mundo que é pobre, que recebeu sua cestinha básica, fazer pelo menos uma passeata, alguma coisa. Fiquei tão magoada porque Betinho morreu. Eu acho que a mídia é quem faz nossa cabeça e cria esse sentimento. Porque é tão bonito ver um cara bonito, num carro bonito, que tem família bonita, que morava em Mônaco, que é um grande campeão mundial. O bonito, o rico atrai a todos, é a tal história do ouro, tudo brilha. O Betinho era tão magrinho, pobre, classe média ali, que é que tinha de bonito no Betinho? A não ser o ato.

A mídia tem um papel importante na construção destas explicações. Márcia vota em pessoas, e não em partidos, porque estes “não têm ideologia”. O que chama de ideologia, e busca como base para suas explicações e argumentos políticos, é um sentido que possa considerar razoável. Betinho, com sua cruzada – vista como pessoal – por um objetivo tão incontestável, é uma resposta possível para esta demanda por valores políticos com os quais se identificar. Embora Márcia critique a fraca cobertura dada à morte de Betinho, é preciso notar como a disputa pelo afeto popular passa para a arena dos meios de comunicação; uma vez que as instituições e os partidos parecem incapazes de fornecer estas pistas ou atalhos, sem dúvida a mídia apresenta-se como um quadro de referência confiável e acessível para estes cidadãos se situarem e organizarem suas explicações e discursos sobre a política.

A personalização da política não se limita ao momento da escolha eleitoral, mas está presente também na condução ordinária dos assuntos públicos, como quando atribui a Fernando Henrique a culpa pelo desemprego: porque o presidente “tem a obrigação de saber”, é responsável pelo que se passa no país.

Márcia. O desemprego está nesse nível porque nós mais uma vez temos um governo que não se preocupa com o social. Você tem que proteger suas empresas. O que é que Fernando Henrique fez com a cidade de Americana? Deixou os coreanos acabar com 25 mil empregos. A cidade de Americana é basicamente têxtil, tinha suas fábricas, “mas não eram altamente competitivos, os produtos não eram tão maravilhosos como os do exterior”... Tudo bem, mas o produto que derrubou Americana é o pior do mundo, é o coreano. [...] Ele baixou as alíquotas e permitiu que essa importação entrasse às toneladas, então o confeccionista deixou de confeccionar e comprava pronto, ele botou toda a confecção na rua. As madames de grifes deixaram de ter suas fábricas, fecharam todas e compraram tudo pronto, qualquer dona de Maria Bonita ia

para Miami e chegava com três malas de blazers prontos, com um blazer importado ela tinha o lucro de dez blazers nacionais. Por que o americano não deixa nosso algodão entrar às toneladas lá? Porque vai derrubar a indústria deles, tem quotas. Fernando Henrique deixou entrar tudo. Abertura de mercado errada, porque ele abriu tudo, aqui é oito ou 80, tudo ou nada...

Fica difícil para o cidadão correto, honesto e solidário, que é como se consideram, fazer valer seus direitos através das instituições. Assim, em muitos momentos, o recurso aos meios de comunicação é vislumbrado como uma possível garantia da cidadania, um mecanismo de representação de interesses. Para Felipe, como para outros entrevistados deste grupo, uma solução seria vincular o cumprimento de promessas à manutenção do mandato, numa responsabilização semelhante à da defesa do consumidor, presente também no discurso de Márcia, que atribui à mídia uma função de proteção dos direitos do cidadão.

Como os demais cidadãos de atitude forte, lamentam a “insuficiência” da informação disponível sobre política. O que indica, mais uma vez, a centralidade atribuída à comunicação de massa nas relações entre cidadãos e Estado, política e sociedade. A carência de instrução e a falta de acesso geral e especializado a diferentes veículos são consideradas um grave impedimento ao bom funcionamento da democracia. O antídoto para a prática da compra de votos pelos políticos, que Solange conhece em primeira mão, é a obtenção de uma cultura melhor. Nesta fala, a entrevistada mostra com orgulho conhecer melhor seus próprios direitos do que a maioria desinformada.

Solange. Vão num lugar fazem uma escada, botam lá não sei quê e como você tem uma obrigação, as pessoas votam nele. Quando eu terminei de pagar meu apartamento ia ter uma eleição, aí um candidato pediu a escritura definitiva para a gente, e falou “o que a senhora acha?”. Eu falei: “Eu acho que não é mais do que obrigação do sindicato porque eu acabei de pagar meu apartamento, você não tem que fazer nada para mim”.

A. Você acha que as pessoas votam nos candidatos que fazem coisas para elas?

S. Eu acho, a não ser as pessoas que têm uma cultura melhor. Essa escolhe porque ela sabe, tem mais informação, ela sabe o que é bom. Eu às vezes vejo o debate [horário gratuito], aí tem coisas que eles falam, pode ser mentira mas assim eu escolho de quem gosto.

Nos depoimentos de Márcia, a boa política também é relacionada ao grau de instrução. O exemplo utilizado é o de Lula, a quem falta cultura, educação, que não “enxerga” como ela, não tem a “cabeça aberta pelos livros”. Felipe também considera a informação fundamental para a qualidade do mundo político, um antídoto contra a corrupção: o povo tem que aprender a votar, conhecer para depois poder cobrar dos políticos. Atribui parte dos males da política, justamente, à definição das eleições pelos

mais carentes, desenganados pela repetição de “pancada” e comprados pelo clientelismo, “na base do sopão”. O povo, no entanto, está mais “esperto”, mais maduro politicamente do que no passado. Os leitores de jornal em particular, mas as pessoas mais informadas em geral tendem a se colocar acima deste voto desinformado, embora identificando-o como majoritário na sociedade.

Como entre os entrevistados do grupo anterior, de atitude forte/negativa, o pessimismo de sua perspectiva política manifesta-se pela descrença nos canais institucionalizados de exercício da cidadania. No entanto, talvez por não terem vivido as frustrações em primeira mão dos cidadãos de atitude forte/negativa, estes se mostram mais otimistas quanto aos possíveis resultados de um “bom” governo. Esta oscilação entre perspectivas otimistas e pessimistas acerca do mundo político, aliada à centralidade que atribuem à mídia na representação dos interesses públicos, faz com que estes cidadãos sejam especialmente “flutuantes”, ou seja, suscetíveis às variações percebidas no clima de opinião em cuja construção a mídia contribui significativamente.

ATITUDE FRACA/POSITIVA

Estes eleitores apresentam-se como desinteressados da política, que geralmente vêem como estando além de seu campo de ação, totalmente absorvido por problemas particulares – pessoais, profissionais, familiares – ou mesmo existenciais, mas sem preocupação pela organização dos interesses coletivos.

Ana, Cláudia, Míriam, Vera e Roberto são cidadãos que procuram manter-se afastados da esfera pública, cumprindo em geral suas atribuições de eleitores nos momentos prescritos, pagando os impostos e procurando ter o menor custo possível com a solução dos problemas coletivos. Não se envergonham, ao contrário dos cidadãos tensos, de ser menos informados ou participantes do que o ideal democrático; sua história de vida afastou-os da política, o que é visto com naturalidade. Embora reclamem, como todos, dos políticos e dos resultados da atuação do Estado, em geral consideram a informação que lhes chega e o nível de participação que lhes é exigido como suficientes, senão excessivos. Predomina em suas preocupações a esfera privada, os interesses do trabalho, família e círculo social mais próximo. Para preservar sua tranquilidade ou conquistas pessoais, preferem ignorar tanto quanto possível as más notícias. Muito freqüentemente incorporam, portanto, os enquadramentos predominantes nos meios de comunicação sobre os variados assuntos políticos, uma vez que a mídia minimiza os esforços que o cidadão precisa empenhar na obtenção de justificativas

razoáveis e abalizadas para expressar as opiniões e tomar decisões políticas, mesmo limitando-se ao exercício básico do voto.

Esta atitude, que pode ser vista como um tipo de alienação, é considerada por muitos autores um elemento de estabilidade para o sistema político, quer isso seja entendido como positivo, na medida em que minimiza o conflito político, quer seja enfatizado o seu aspecto negativo, centrado nas maiores possibilidades de “manipulação da consciência” ou fabricação do consenso.

No primeiro sentido, um certo grau de apatia política, aliado a um sentimento de que as normas fundamentais são seguidas – ou, ao menos, a um conformismo do tipo “as coisas são como sempre foram” – reflete para alguns autores um apoio difuso que pode ser útil na manutenção do consenso necessário à legitimidade da democracia representativa (ver Easton, 1965). É para este caráter que apontam os analistas do comportamento eleitoral brasileiro, quando explicam os altos índices de desinteresse, abstenção e voto nulo nas mais recentes eleições como produto da “normalização” do processo democrático. A partir de uma perspectiva mais crítica, no entanto, a passividade no exercício deste tipo de cidadania reativa interfere na plenitude da vivência política destes cidadãos.

É importante não subestimar as conseqüências da existência de um grande grupo deste tipo numa democracia. No Brasil, podemos presumir suas dimensões, considerando as características das atitudes destes entrevistados, e o já comentado viés desta pesquisa, que toma cidadãos urbanos, consumidores em alguma medida de informações sobre a política e dispostos o suficiente para aceitar o ônus envolvido em participar das entrevistas. Assim, é de se imaginar que, na população em geral, a proporção de cidadãos de atitude fraca e positiva seja muito maior.

Um exemplo típico desta atitude é a da secretária Vera, que não se interessa pelos temas políticos, a não ser quando apresentam um componente sensacional, como a viagem de Fernando Henrique à Inglaterra, em que descobriu que ele e a Rainha Elizabeth se presentearam e foram colegas numa universidade “lá de fora”. Ela “não se liga em negócio de partido”, não se lembra em quem votou, nem de que partido é o prefeito, que ajudou a eleger, e acha que Fernando Henrique é do PMDB. Para eleitores como ela, que não sabem “discutir política”, a adesão ou antipatia por determinado político é determinada pelo que ele “passa”, a partir de estereótipos ou atalhos cognitivos, que podem provir de quadros de referência distintos, mas entre os quais a mídia, por sua acessibilidade e credibilidade, desempenha papel predominante.

Os cidadãos de atitude fraca e positiva tendem a uma visão afetiva e personalista da política; buscam marcas emblemáticas que facilitem sua orientação num universo que lhes aparece como complexo e distante. Uma pista para entender este tipo de relação com a política nos é fornecida pela espantosa comparação feita por Vera, depois de uma empolgada elegia à apresentadora Xuxa: “Já não gosto da Angélica, é igual Brizola: não sei por quê.” Como nos exemplos de Fernando Henrique, Itamar Franco, Ciro Gomes, os personagens políticos são transformados em ícones, caricaturas deles mesmos, a partir de referências extremamente subjetivas e, muitas vezes, visuais.

Suas explicações sobre por que gostava de Moreira Franco demonstram uma adesão afetiva, motivada pela “imagem”, uma afinidade que lhe é difícil explicar. A antipatia por Brizola segue a mesma linha, sem qualquer referência mais objetiva a questões administrativas, políticas e muito menos ideológicas.

Vera. Eu comecei a votar aqui no Rio. Eu era de menor quando vim pra cá. Praticamente me tornei cidadã aqui no Rio, mesmo. Tinha 17 anos. Eu gostava muito do PMDB, Ulysses Guimarães, eu lembro desses grandes nomes. Eu tinha pavor do Brizola. Eu tenho ojeriza a Brizola. Não gosto assim de política, não sei discutir política, mas ele não me passa nada que... É de ouvir os procedimentos da gestão dele na época de governador, baixaria, entendeu? Das pessoas humildes, sempre falando do povão, desprezando...

A. Você acha que ele menosprezava?

V. Eu acho. Tudo isso, essa coisa, a correria, mas a pessoa dele em si, e ele como político, pra mim, não sei, tudo isso, e ele principalmente... A figura dele não... [...] O Moreira, já tem assim – pode dizer, os políticos, as pessoas criticam, falam isso, falam aquilo, mas o Moreira tem afinidade como político, como cidadão.

Nas primeiras entrevistas, Vera falava muito de Moreira Franco. Era uma de suas únicas referências políticas positivas, contraposta a Brizola no pólo negativo. Gostava do político, mesmo sem saber dizer bem por quê. Analisando seus depoimentos, no entanto, foi possível associar este afeto ao PMDB, partido admirado por seus “grandes nomes” e por seu papel na transição democrática, principalmente na campanha pelas eleições diretas para presidente, episódio marcante na trajetória política da cidadã Vera. Moreira Franco, expressão estadual do partido que lhe servia como atalho, herdou o mesmo prestígio.

É muito interessante acompanhar o processo de decepção de Vera com Moreira, por ocasião da divulgação – via mídia – do dinheiro gasto pelo governo do Estado, em sua gestão, com propaganda política. A princípio, mesmo afirmando conhecer denúncias a respeito de seu governo, dizia que não deixaria de gostar dele. Mais adiante, depois da divulgação dos gastos irregulares, disse ter se decepcionado, mas não deixado

de “gostar”. Em uma das últimas entrevistas, Vera já afirmava não gostar mais de Moreira Franco, que não ganhou seu voto para senador.

Vera. [O que o governo] não deveria fazer? Gastar o dinheiro do povo com política, como fez o Moreira Franco. É, com propaganda política, que a partir do momento, eu sou uma candidata, se eu não tiver posses nem recursos nenhum para poder me lançar a qualquer cargo, eu não vou meter a mão no que é dos outros, estou mostrando a minha desonestidade já diante do público, então se eles se mostram tão bonzinhos, tão certinhos como é que eu posso confiar em uma pessoa? Eu me decepcionei com o Moreira Franco, o desfalque, eu acredito que tenha feito. Me decepcionei, mas não deixei de gostar, para mim ele é um cara certinho, eu gostava do partido, PMDB, achava um partido forte, na época eu curtia o Ulisses Guimarães, achava assim, coisa de simpatia entendeu, que eu não tenho pelo partido do Brizola, que eu não sei nem qual é, não tenho certeza, acho que é do PT. Tenho antipatia do Brizola, não sei por que, coitado, outro dia eu estava olhando ele na televisão, mas não era propaganda política. Me deu uma pena dele, sabe aquelas feiçõezinhas dele de velhinho. Geralmente eu olho para as pessoas assim, não sei, eu fico pensado como é que as coisas acabam sabe, [...] fiquei olhando para ele, não fiquei mais com aquela raiva, quando ele fazia as políticas dele, que eu achava que era horrível.

O personalismo presente nestes depoimentos não indica escolhas políticas irracionais ou desprovidas de sentido. Indica, antes de mais nada, a atenção seletiva para determinados personagens políticos preferidos. Respondendo à pergunta sobre o que o governo não deveria fazer – e depois de discorrer sobre o que ele deveria fazer, como “saúde e educação, que são primordiais” –, o que vem à mente é a traição da confiança por um político que considerava “certinho”, motivo para não mais votar nele, e desqualificar inclusive a referência a seu partido como elemento decisivo para o voto. A decepção só anula a afeição quando Vera encontra, na televisão, a confirmação da corrupção de que antes tinha “ouvido falar”, e que portanto lhe parecia vaga.

A procura por estereótipos explicativos afetivos já se concretizara, para Vera, através de um partido, o PMDB – que ela caracteriza a partir de seu personagem mais mítico, Ulysses Guimarães, usando termos como “curtir” e “simpatia”. Vera foi uma das muitas pessoas a se mobilizar com o movimento das diretas-já e da redemocratização, liderado pelo PMDB. Tratou-se, na verdade, de um daqueles momentos em que mesmo os cidadãos mais voltados para a esfera privada se vêem atraídos por movimentos públicos que atingem toda a sociedade, e que Hirschman (1983) vê como cíclicos.

É interessante notar o papel da mídia na difusão dos movimentos sociais em geral e da campanha das diretas-já em particular, contribuindo para dar-lhes visibilidade e relevância e conferindo-lhes um caráter espetacular e personalizado (Guimarães e Vieira, 1985; Aldé, 2001). Quando eventos políticos deste tipo ganham a mídia e as ruas, cidadãos passivos, de atitude fraca e positiva, como Vera, podem ver-se

envolvidos na mobilização coletiva. A participação, contudo, mantém seu caráter de adesão personalista, motivada pela excepcionalidade de algum líder ou momento político. No trecho abaixo, em outra entrevista, Vera mostra como o partido, autorizado como legítimo por seus grandes personagens, serviu-lhe de atalho para argumentos e escolhas posteriores; da mesma forma, é pelo pecado pessoal de Moreira que lhe retira a credibilidade. É sempre o mesmo exemplo que lhe vem à mente para ilustrar sua decepção com a política. O atalho partidário, também potencialmente importante para este tipo de eleitor, no caso de Vera perdeu credibilidade. O PMDB não serve mais para marcar candidatos “fortes”, deixando uma sensação de desorientação (“Hoje nem sei quem é quem”) que a mídia, com sua fartura de enquadramentos prontos e sua tendência à personalização, ajuda a mitigar.

A. Tem alguma coisa que você tenha mudado em relação a política, alguma coisa que você gostava e não gosta mais?

Vera. Não. Só o PMDB. Eu achava o PMDB um partido muito forte. Ulysses Guimarães, Moreira Franco. Pela primeira vez na minha vida eu me interessei, e agora me decepcionei com eles. O Moreira, depois que falaram daquele escândalo da campanha, não gosto mais dele. Mesmo que eu não conhecesse o candidato, se ele fosse do PMDB eu achava que era forte. Hoje nem sei quem é quem.

Mesmo no caso em que usa o partido como orientação política, os exemplos de Vera são geralmente calcados em imagens genéricas, valorativas, a partir de quadros de referência como o rádio e a televisão. Quando esclarece que sua perene e reiterada antipatia por Brizola é mitigada pela imagem de “velhinho” desamparado vista na propaganda, mais uma vez a avaliação do político se dá com base em características humanas, subjetivas, dentro da mesma lógica que faz com que Vera se emocione até às lágrimas ao ver crianças abandonadas na rua, sem no entanto sentir-se culpada ou impelida à ação. O foco de seu interesse são pessoas públicas tratadas de maneira afetiva, como na ocasião da morte de Lady Di, que a fez chorar ao lembrar-se do episódio numa entrevista, meses depois. Perguntada a respeito de Bill Clinton, acha o presidente americano “um coroa bonito”, mas sobre sua política diz não saber nada.

Essa adesão – ou rejeição – afetiva aos políticos, embora tenha na mídia um de seus principais quadros de referência, é mais forte ainda quando o conhecimento é pessoal, ou próximo da vivência em primeira pessoa dos entrevistados. O conhecimento em primeira mão é importante o suficiente para questionar mesmo fontes de explicação sempre usadas, como no caso de Vera, que geralmente recorre aos advogados “intelectuais” da firma em que trabalha para escolher em quem votar. Na eleição de

Collor, a experiência pessoal e o depoimento de parentes de Vera, nascida e criada em Alagoas, falaram mais alto que a orientação, usualmente procurada, dos formadores de opinião. Suplantando inclusive o argumento do esclarecimento, que confere conotação positiva a políticos que preencham a imagem de mais cultos, de preferência com curso superior “para poder se expressar, falar”. Lula, mais uma vez, é usado como exemplo de despreparo político, mas acaba tornando-se uma opção contra o que já conhece e rejeita, como Collor.

Vera. [Um político deve ter] conhecimento de tudo, que abranja todos os setores, um pouco de cada coisa, tem que ter uma condição. O Lula, para mim, é um candidato que não me... Mal ele sabe falar, se expressar, muito mal, como é que a gente vai ter uma pessoa para ser o espelho de um país?

A. Então você não votaria nele?

V. De jeito nenhum, embora votei na época do Collor só pra contrariar.

São cidadãos que se vêem distantes da política, mas mostram uma diferença significativa em relação à atitude negativa vista em outros grupos. Sua visão eminentemente privada da vida social requer uma aceitação das coisas como são, sob pena de verem-se compelidos a querer mudanças. É neste sentido que caracterizamos sua atitude como fraca e positiva: embora adotando chavões acerca do comportamento político, como o de que os políticos não querem o bem comum (“querem é encher o bolso de dinheiro do povo, todo mundo viajando”), Vera, por exemplo, minimiza o caráter negativo dessa afirmação e de sua impossibilidade de agir a respeito, inserindo-as numa perspectiva mais ampla sobre a natureza humana, que só poderia ser mudada por milagre: “É assim o tempo todo, desde a época que eu sou criança. Se vai ser sempre assim, eu não sei. Pode ser que exista um milagre, né?”. A corrupção política, assim, existe no Brasil e no mundo todo. De vez em quando vem “aquela explosão, as notícias”, acompanhadas em função do destaque que recebem, mas a sensação, em geral, é a da impotência do cidadão, elemento passivo do processo político, fadado a acatar o que sempre foi igual. A solução, mais uma vez, é a publicidade via mídia, que permite este exercício passivo de cidadania.

Vera. [...] Fraude, dinheiro foi desviado não sei pra onde, o banco suíço, o banco alemão... O dinheiro que era pra um determinado projeto, saiu, foi pra ali... E a gente escuta, como bom ouvinte. Acato isso e sem nenhuma iniciativa própria, sem poder fazer nada, a gente escuta como cidadão. É o que eu te falo, desde a época que eu sou criança, adolescente, agora mulher, adulta...

A. Acha que tem algum jeito de acabar com a corrupção na política?

V. Entre eles, que eles se educassem entre si, né? Eu não posso fazer nada.

A. Mas você acha que tem políticos que não são corruptos?

Vera. [...] Existe político safado, existe político não safado, o que tem boas intenções, os que são coagidos, são levados, são fragilizados pela situação, enfim, e tudo que a gente entende da vida, de tudo existe um pouco.

A. Você acha que se poderia fazer alguma coisa pra melhorar a corrupção?

V. Como houve a CPI do Orçamento, tudo, lógico, é isso que tinha que se fazer, dos escândalos vir à tona, e a gente fica sabendo o que está acontecendo.

Embora distante e desinteressada do mundo político, que vê como genericamente corrupto e a respeito do qual não há nada que acredite poder fazer, em outra fala, característica dos cidadãos de atitude fraca e positiva, Vera deixa claro que os problemas da política são de alçada do governo; ao contrário do que pensam os cidadãos mais integrados, para ela não cabe exigir da sociedade civil a gestão dos interesses coletivos. É uma visão basicamente positiva: políticos e povo são como são e, “mal ou bem”, cada um cumpre seu papel.

A. Quem você acha que sabe mais o que é melhor para o país? O povo ou os políticos?

Vera. Eu acho que um pouco de cada um. O povo vivencia a situação sempre que o sapato aperta, e os políticos que ficam na frente, que têm que escutar a opinião do povo para poder chegar a uma base. O que seria o político sem o povo? Teria que ter um povo para eles comandar e tem que ter a gente para eles poderem estudar cada situação, cada coisa, a sociedade, senão, não ia ter graça um político fazer um escopo de alguma coisa em cima de quê? Se mal ou bem eles estão sempre pensando no povo, no bem-estar, na sociedade, no país, no Estado. [...] O político com ajuda da gente, quem não chora não mama, tem que ter os dois.

Como outros entrevistados menos interessados em política, Vera critica de maneira genérica os ataques entre políticos na mídia, nem sempre lembrando exemplos. Disputas entre políticos no horário eleitoral são malvistas, em função da noção de que existe um único “bem comum”, o melhor para o povo, que pode ser alcançado se as facções, que disputam por interesses próprios, entrassem em acordo. É uma visão bastante difundida, que reflete noções personalistas e estereotipadas sobre os partidos, raramente usados como explicação para as escolhas eleitorais. Vera explica que, para ela, política deveria ser união e não conflito. “Tipo uma família”.

Vera. É até agressão quando um partido se refere a outro, coisa que não poderia acontecer. Pô, como agora, apareceu o César assim parado e o outro falando, “ah, coisa que não prometeu e fez”. É tipo assim, o Marcelo dizendo que o prefeito não fez e ele vai fazer. A Linha Amarela, o investimento seria de tantos milhões e se gastou tanto... Quando eles poderiam se unir, não haver rivalidade, porque tá trabalhando em cima, é como se fosse pai e mãe dentro de uma casa - pai e mãe não pode jogar filho contra filho. O governo, o prefeito e o presidente deviam ser assim. Tipo uma família. [...] Como é que eu vou ferir o teu partido ou você o meu se a gente está com o mesmo intuito de mostrar pro povo que queremos melhoria? Eles

não estão pensando em melhorar as coisas em si, no Estado. Estão querendo é se eleger, ser melhor do que o outro.

Vera não se sente, no entanto, lesada pela política. Num exemplo eloqüente, ao contrário de todos os entrevistados de atitude forte – Luís, Leonardo e Joana, positivos, e Felipe, Otávio e Márcia, tensos – ela não se sente prejudicada pelos impostos que paga: só se lembra do IPTU, “que é mínimo”. Os entrevistados de atitude fraca, de modo geral, não consideram excessiva a presença do Estado; o governo afeta pouco suas vidas, e não lembram com facilidade de “experiências” pessoais de interação com a esfera pública, a não ser o voto, obrigatório. Suas preocupações centram-se na condução, às vezes laboriosa, da vida privada.

A política também é um assunto marginal nas preocupações de Cláudia, a única estudante entre todos os entrevistados e que, com 19 anos, iria votar em 1998 pela primeira vez. Desinteressada do mundo público, Cláudia constrói suas explicações sobre o assunto a partir de informações que lhe chegam casualmente através da televisão e do discurso de pessoas próximas – como a cunhada jornalista, experiente, que ensina sobre o casamento e a vida em geral. Sua visão é de que “político é tudo mentiroso”. Pessoas comuns, sem instrução, e o povo, entendem mais os problemas do país que os políticos. Quanto aos partidos, Cláudia não confia em nenhum deles, “porque eles enganam muito o povo”.

Cláudia. [Corrupção na política] não tinha que existir. Num país como o nosso... Por isso também não vai pra frente. [Os eleitores] deviam escolher muito bem as pessoas que vão botar lá dentro. Tem que pesquisar muito sobre a vida... Uma pessoa entra, conhece assim, um ano, tá se candidatando, quer ser presidente... O que a gente tem que fazer? Umhas pesquisas, sobre o que passou na vida, se a pessoa é honesta mesmo...

A. Como você acha que devia procurar essas informações? Descobrir essas coisas?

C. Será que é o repórter? Porque o do governo, vem de lá mesmo, o presidente, se ele já foi, ele não vai tentar investigar outro que vai pro lugar dele.

Cláudia também critica a propaganda negativa, em que os políticos “ficam atacando um ao outro”, e produz uma proposta ouvida de mais de um entrevistado: que os políticos fossem obrigados por lei a cumprir o que prometeram. Trata-se, como é comum neste grupo, de uma perspectiva privada e personalizada da esfera pública.

Da mesma forma, quando se referem às deficiências da sociedade civil, estes cidadãos costumam enfatizar as dificuldades dos indivíduos em se adequar à alta exigência do sistema político democrático, e não em uma maior demanda de participação, centrada, por exemplo, nas dificuldades de organização de interesses ou acesso à

representação. Nem todos os cidadãos, por exemplo, estão preparados para votar. É certo que, no exemplo abaixo, reconhecemos um tipo de alienação entre o cidadão e a política: uma esfera do conhecimento e comportamento humanos tão distante da vida ordinária que, para considerar alguém habilitado a participar dela caberia, segundo Cláudia, um teste para medir, justamente, seu grau de informação – esta, portanto, vista como uma possível ponte para superar a distância entre o cidadão e o Estado.

A. Numa democracia todo mundo vota, você acha isso certo?

Cláudia. Não, porque tem pessoas que não querem votar, não querem saber de nada. Os analfabetos – não é nem culpa deles, não tem alguém para explicar umas coisas – mas tem pessoas que não estão nem aí, que não tinham que se meter não. Acho que tinha que ter um teste, se você quer saber ou não, se você tem capacidade para votar ou não.

A. Um teste de que tipo?

C. Tipo esse teste que você está me fazendo. Tipo entrevista sobre política, essas coisas, pelo menos se sabe alguma coisa de algum político.

A. O que você acha importante a pessoa saber para poder votar?

C. [Se está] certo que vai votar, se é isso mesmo que quer, se o deputado está fazendo isso que tem que fazer, entender um pouquinho se está bem, alguma coisa do passado.

A. O analfabeto, não tiraria ele?

C. Não, porque eles são cidadãos também.

A. O que você perguntaria para as pessoas?

C. Em quem vai votar, o motivo, o que fez descobrir, onde a pessoa tirou a informação. [Se a pessoa] não sabe em quem vai votar é difícil. [...] “Vou votar em fulano”, ter alguém na mente, dúvida entre essa e essa pessoa, já sabe pelo menos, mais ou menos, em quem vai votar.

A. Qual seria uma resposta ruim, que não passaria no seu teste?

C. “Porque eu acho que é legal, porque eu fui com a cara dele, porque ele é bonitinho”. Como que soube, “alguém me disse”, alguém não informada.

O discurso de valorização do conhecimento, comum a todos os entrevistados e que retomaremos em mais detalhe adiante, inclui cidadãos mas também políticos, que deveriam ser mais preparados. Como de hábito neste grupo, a responsabilidade pela condução dos assuntos públicos é atribuída à elite política e social, pessoas mais preparadas e dispostas, em relação às quais se colocam numa situação de dependência para a construção de suas explicações e justificativas políticas. Neste mesmo espaço, concorrem as explicações e enquadramentos oferecidos pelos meios de comunicação de massa, valorizados como provenientes de fontes autorizadas a emitir opiniões e julgamentos políticos.

A tendência, para as pessoas de atitude fraca e positiva, é votar na situação, aceitar a descrição de mundo oferecida pelos mandatários, positivo, relativamente organizado – embora “o governo” seja um dos focos de reclamação, e os políticos, sem

distinção ideológica, malvistas. Assim, embora tenha preenchido o formulário de seleção da pesquisa dizendo ter preferência pelo PT, explica depois que o irmão “fez a cabeça”, e descreve o partido como sendo mais atraente por ter “gente mais jovem”. Quando se trata, mais tarde, de avaliar o candidato do partido, é conservadora, apontando para a falta de formação de Lula como empecilho para sua atuação política.

A experiência política em primeira ou segunda mão, como vimos, é sempre proeminente nas explicações produzidas pelo cidadão comum. Assim, Cláudia refere-se à estabilidade nos preços pagos pela mãe no supermercado e aos depoimentos de amigos camelôs sobre os desmandos de César Maia. A política, para este tipo de cidadão, é vista a partir de uma perspectiva bastante privada, tendo em vista o bem-estar dos mais próximos, ligados por vínculos de conhecimento.

A. O que acha do César Maia?

Cláudia. Eu não acho nada dele, só acho que ele não serve não, esse tempo que ele ficou lá – que ele já foi, né. Não melhorou nada e todo mundo reclama dele, pelo menos camelô. Se ele ganhar, vai tirar todo mundo da rua. Eu acho que ele devia deixar as pessoas trabalhar. [Conheço o camelô] ali debaixo da academia, ele vende incenso, outro dia ele estava falando alguma coisa de política, se ele ganhar, que ele estava ferrado, que ia tirar todos os camelôs da rua.

A. E por causa disso você não gosta do César Maia?

C. Não é por isso, mas eu acho que, eu não lembro nada que ele tenha feito, assim, de bom, que chamou atenção na época do mandato dele.

Apesar de não se engajar, não se considerar próxima da política e ver os políticos com desconfiança, a atitude de Cláudia não pode ser descrita como negativa. A corrupção na política, por exemplo, pode melhorar, pois “depende da pessoa”; nem todos são “maus políticos”, como acredita ser Collor; alguns simplesmente cedem à tentação. Sem interesse particular pela política, como fica claro em sua opção por não votar antes de ser obrigada a isso, aos 18 anos, Cláudia vê seu papel como cidadã através de um prisma positivo, sentindo-se parcialmente responsável pelos resultados eleitorais e compelida a “formar uma opinião”.

A. Você votou nas eleições passadas?

Cláudia. Eu podia, mas não era obrigatório. Tem gente que gosta. Eu tirei [o título de eleitor] porque era obrigação minha.

A. Se não fosse obrigação, você não tinha feito?

C. Pra depois não botar a culpa em alguém. Eu votei nele, não foi legal... culpa minha também, porque eu não fiz uma escolha legal.

[...]

A. Você vai procurar seu irmão e sua cunhada para saber em quem vão votar?

C. Cada um tem sua cabeça, mas pelo menos com uma opinião de um, de outro, eu faço a minha. Esse ano vai acontecer isso. Agora, vou também ver mais horário político, as coisas que vão passar mais, porque é meu primeiro ano que vou votar,

vou prestar atenção. Todo mundo fala “meu primeiro ano, anulei”. Eu não quero, quero prestar atenção para ver em quem vou votar. Porque se acontece alguma coisa aí vou me sentir mais responsável. Quem vota é para votar mesmo, para escolher quem quer, nem sempre a gente sabe quem a gente quer mas para dar opinião, seu voto, não para qualquer um.

Outra entrevistada deste grupo, Ana, explica seu desinteresse a partir de sua trajetória pessoal, e fala de como a vida cotidiana – o casamento, o trabalho, filhos e netos, pais idosos – ocupa seu tempo, deixando pouco espaço para se dedicar aos temas da agenda pública. Interessada no lado “humano” e cultural, seu foco de atenção é o aspecto subjetivo, o ponto de vista dos sentimentos individuais frente aos problemas sociais, como quando se refere ao caso da grávida retirada da sala de cirurgia para falar dos planos de saúde. Fala do trauma de ter convivido com pessoas perseguidas pela ditadura. Fala do regime autoritário com reticências, como se tivesse medo de se comprometer. Sua experiência mais contemporânea com a política tem como quadro de referência principal os colegas de magistério “mais politizados”.

Ana. Para dizer a verdade, sou super, assim – não desinteressada, porque eu me interesse por política, mas eu acho supercomplicado, superdecepcionante e até traumatizante para mim. Na época de universidade eu convivi com algumas pessoas que foram prejudicadas [pela ditadura], e isso me deu uma vontade incrível de me afastar, umas pessoas que eu gostava muito, era muito chegada, e a gente ficou muito aflita em saber onde estão, onde não estão. Pessoas que eu conhecia conheceram pessoas que passaram por esses processos e aí... Até me alienei, conscientemente, não tive vontade de saber de nada, de participar de nada, não me politizar, entre aspas. Aí casei jovem e tive filhos, trabalhei, fiz faculdade, professora para sobreviver, marido professor também...

(...)

Ana. A maioria se aliena, alguns poucos se revoltam, aqueles grupos que são mais politizados... Minha experiência é muito no magistério, e tenho colegas politicamente muito atuantes, faziam as greves, participavam dos movimentos de rua. E na hora da competência com o aluno deixavam muito a desejar. Eu me decepcionei muito porque via que as pessoas pregavam uma coisa e lutavam por um ideal e na hora de representar seu papel deixavam a desejar. [...] São muito envolventes, pregam muitas coisas e na hora de fazer bem feito, de ser profissional, deixa a desejar.

O resultado de sua trajetória é que Ana tem medo de se envolver, de comícios e de grandes multidões em geral, suficiente para impedir que vá ver o Papa no aterro do Flamengo ou eventos culturais que adora. Esse afastamento da política, no entanto, não implica uma visão derrotada ou impotente. Ana insere as deficiências da política dentro de um paradigma maior, que acredita estarmos vivendo, de crise de valores, em que as pessoas não sabem mais o que é certo e errado. A corrupção, por exemplo, existe de forma geral, também em outros países e outros tempos: “O próprio Noel Rosa, tantos

anos atrás, já falava nisso”. A dinâmica própria da política leva mesmo os honestos e bem-intencionados a abrir mão de seus ideais, em função das negociações e “armações” necessárias para conseguir coisas “superimportantes”. Como Vera, Ana tem a impressão que a maior parte dos cidadãos fala da política em tom de deboche, gozação. A diferença entre teoria e prática nas políticas públicas, como no exemplo dos Cieps, poderia ser solucionada a partir da valorização da educação. Em muitos momentos, a política torna-se inacessível, ininteligível.

Ana. A política para mim é muito confusa, tem fachadas, negociações, o governante tem que abrir mão de determinada crença dele para defender um grupo ou outro político de outro partido. De repente o cara tem uma proposta, uma visão, e você acredita naquilo que está falando, e de repente você tem que entender que não pode fazer aquilo, que precisou de um grupo para fazer uma outra coisa. [...] Eu não entendo, mas talvez por causa dessas armações que têm que ser feitas, e que uma pessoa para realizar uma coisa superimportante tem que abrir mão, acho que político fica meio preso. Acho que políticos honestos às vezes se deixam levar para poder alcançar outra, e existem outros que são por aproveitamento, para favorecer determinados grupos, ter prestígio... A gente ouve muito falar, é muito escrachado, é aquela gozação. E isso não é de agora não, agora a mídia explora mais isso, [mas] outro dia estava ouvindo uma música de Noel Rosa, cantada por Ivan Lins, que fala sobre isso, os políticos “eu prometo, eu prometo”. O próprio Noel Rosa, tantos anos atrás, já falava nisso. [O político honesto] acaba abrindo mão de determinados padrões, ideais que ele tinha, a ponto de se corromper.

A informação política que estes cidadãos buscam geralmente é motivada pela sua funcionalidade social. No caso de Ana, ela deixa claro que se interessava e lia mais sobre o assunto na época em que isso era importante para sua dinâmica com os alunos. Hoje, a discrepância entre o custo de se manter atualizada e os resultados passíveis de se obter com a interferência individual na esfera pública a leva a abrir mão da participação, sem grandes ressentimentos. A tentativa de incutir nos alunos e nos filhos – a nova geração – um interesse político que não teve revela que, mais do que considerar negativa a política como um todo, Ana acredita não ter a vocação necessária. Como cidadã, considera que “faz a sua parte” tentando ajudar pessoas do círculo mais próximo, como as empregadas jovens que teve.

Ana. Acho que às vezes você ficar só lendo o que está importando muito, e você não vai atuar diretamente... Chega um momento, na minha faixa de idade... Eu era professora, eu tinha alunos em classe, aí eu tentava ver notícias, para que pudesse discutir com eles, para que eles que são jovens se interessassem mais. Por exemplo, em época de eleição, se eles tivessem interesse, buscava assuntos que estavam saindo naquele momento, do que cada partido se propõe, orientar um pouco, para que eles comesçassem a se interessar por aquele processo, né? Coisa que eu não tive na minha adolescência.
(...)

Ana. Um pouquinho vou acompanhando, algumas coisas que estão acontecendo, mas realmente não tenho vontade de ir fundo nesse assunto, não. Acho que desgasta muito, para mim é difícil, né? E eu sei que não vou ter uma interferência direta, sabe? Não tive quando fui mais jovem, não acho que agora... Não tenho vontade, não tô trabalhando mais em setor nenhum que eu possa... Quando eu era professora me sentia na obrigação de estar mais consciente pra poder estimular os jovens.

Como veremos no próximo capítulo, o caso de Ana exemplifica que não é simplesmente o acesso ou não à informação que determina uma perspectiva sobre a política. Ela elabora explicações sofisticadas sobre os assuntos que a motivam, como a violência e a impunidade para o crime, e mostra-se atualizada sobre temas correntes, reproduzindo muitas vezes o enquadramento midiático, como no caso da reforma da previdência, caracterizada, como é comum quando fala da política em geral, pelas centenas de emendas e pela lentidão do processo. Em outro exemplo, para explicar a queda das bolsas, Ana fala da situação de dependência do país no contexto político internacional. Assumidamente mais interessada em outras coisas, Ana mantém-se atualizada sobre as principais notícias políticas, reforçando seus esquemas explicativos usuais e tornando mais freqüente seu emprego na elaboração de justificativas políticas.

Roberto é outro entrevistado desinteressado pela maior parte dos assuntos especificamente políticos, a não ser quando envolvem aspectos econômicos. Ele “acha chato” o assunto, embora possa ser considerado bem-informado sobre as reformas e iniciativas do governo, que apóia. É otimista quanto aos resultados da política: acredita que o sistema vai melhorando, avançando aos poucos, e que esta melhora é espontânea, manifestando-se contra a pressão sindical. Mudanças, para Roberto (alto executivo de uma empresa nacional), acontecem por iniciativa, por exemplo, de uma geração de empresários mais sensíveis, como a de que se considera parte, que vêm na melhora das condições dos trabalhadores um benefício para a própria empresa.

Procura conversar sobre política com pessoas “ponderadas” e manifesta-se contra “radicalismos”. Considera os conceitos de direita e esquerda estereótipos radicais que não refletem a moderação que tanto preza. Os problemas políticos que o mobilizam são aqueles mais diretamente relacionados à sua vida pessoal, como os impostos, para os quais acha necessária uma reforma, e a segurança, tema central especialmente depois que se viu vítima de uma tentativa de seqüestro.

Para cidadãos como Roberto, a personalização da política e o uso da mídia para economizar os custos do processo de decisão são recursos comuns. Ele deixa claro que

escolhe o candidato, e não o partido, na hora de votar, e que informação suficiente chega até ele através da mídia.

Roberto. Escolho pessoas que já conheço alguma coisa do passado, que tenha alguma coisa que foi relevante, um pouco da história, contada, vista... Caso eu não consiga preencher a cédula toda, eu posso eventualmente votar num conhecido, mas de preferência eu voto numa pessoa. O partido não influi. Tem dois partidos que eu não gosto – o PT e o PDT. Mas se for uma pessoa do PT ou do PDT e eu achar que é uma pessoa interessante... Eu te dou exemplo: o Darcy Ribeiro. Votaria nele apesar de estar no PDT. Basicamente o que me faz votar numa pessoa é conhecer um pouco das idéias dela, o que pretende fazer, e alguma coisa do passado.

A. Como é que você procura se informar sobre os candidatos?

R. Normalmente, os “top de linha” você já tem algum conhecimento. Se vier a informação a mim, eu vou avaliar ele, mas se ela não vier... Honestamente, eu não vou buscar.

No caso de Roberto, é interessante notar a diferença que faz entre votar num conhecido, alguém indicado pessoalmente em quem se vota por obrigação social, e uma “pessoa”, alguém notável publicamente, cuja imagem é construída basicamente nos meios de comunicação, os “top de linha”. Para pessoas menos informadas do que ele, admite no entanto a importância do contato físico.

Roberto. O cara vai lá, aperta a mão dele... A minha mãe, uma vez, queria que todo mundo votasse no Paulo Maluf, porque ele apertou a mão dela. Num outro encontro ele aprendeu o nome dela. Então minha mãe queria convencer todo mundo no bairro dela a votar no Paulo Maluf.

Como para a maioria dos cidadãos comuns entrevistados, as eleições mobilizam uma atenção especial por parte deste grupo. A adesão é basicamente afetiva, se dá por simpatia, pelo que o político “passa” para o cidadão. A mídia, com veremos adiante em maior detalhe, é importante na construção desta imagem genérica, estereotipada, de políticos e eventos. As escolhas eleitorais também são personalizadas e baseadas em valores morais individuais, como foi possível constatar no percurso do voto de Vera para governador. Ela vinha declarando o voto para César Maia, justificando-se com argumentos remetidos a seus formadores de opinião habituais, os advogados da firma onde trabalha. Na véspera da eleição, no entanto, decidiu votar em Garotinho, devido à “covardia” de César, que não compareceu a um debate programado na televisão.

É importante lembrar que, embora habitualmente desinteressada da política, no período eleitoral, como é comum para os cidadãos deste grupo, Vera acaba se deixando mobilizar pelo clima competitivo e festivo, que ganha ênfase também na mídia (“A

gente sabe que muda, toda a história da política, todo mundo quer ficar inteirado, quer saber, que é que vai falar, que é que vai acontecer, os próprios políticos entre si, para ganhar votos”). Na época eleitoral, as notícias que chamam mais atenção, espontaneamente, passam a ser sobre o tema, como “a dupla Brizola e Lula”, que a deixou “irritada”. No começo de 1998, ano eleitoral, Vera ainda não havia entrado no clima da competição, mas já tinha idéias formadas sobre o “estilo” dos que achava que seriam os concorrentes: Fernando Henrique e Itamar Franco.

Vera. Agora é que vai ser a eleição pra presidente? Sabe que eu nem sabia, embora ouvia as pessoas comentar assim “ah, esse ano vai ser muito doido porque vai ter Copa, vai ter eleições, uma semana de carnaval, feriado à beça”, mas eu achava que era eleições para prefeito, para governador... Eu não sei, para mim o Fernando Henrique é bom, se ele for reeleito vou reelegê-lo, porque eu acho o Itamar meio paradinho, uma tartaruginha, meio boiolazinho, melindroso, esse jeitinho dele de homem babaca, eu não gosto de homem babaca. É o estilo dele, a estampa dele, é aquela timidez, aquele homem sem iniciativa. Fernando Henrique eu acho dentro do estilo, já o Itamar acho meio assim paradinho demais.

Para estes cidadãos, imagens genéricas captadas em programas eleitorais vistos poucas vezes, em um ambiente de relativa desatenção, ganham bastante importância na construção de explicações políticas e justificações para o voto. Para Cláudia, o pouco que vê do Horário Eleitoral Gratuito, durante o qual geralmente prefere tentar estudar, serve para balizar sua opção eleitoral, na medida em que “vai descartando” os que não sabem nem falar nada mas postulam a condução dos negócios públicos. A informação adquirida assim é vista como legítima, à diferença do voto ou apoio político em troca de dinheiro, como no caso de seu pai.

A. Você viu algum dia o horário político?

Cláudia. Um dia, eu vi metade do programa. Eu acho que não tinha aparecido ninguém de importante não, mais conhecido. Tinha uns candidatos, a câmera aqui e ficava lendo ali. Eu morri de rir, até falei, gente que nem decorar uma fala eles conseguem, eles tinham que ter mais preparação. Não sabe nem falar, chega na televisão, quer pedir votos. Eu penso um dia ver todo, para ver quem eu vou descartando, porque eu ainda não sei em quem vou votar, mas está difícil de assistir.

A. Como é que você descarta?

C. Eu procuro escutar e entender o que eles estão falando, ou pela pessoa mesmo, porque tem pessoas que não sabem falar nada, quer ser governador, deputado de alguma coisa, se não tem estrutura pelas promessas, tem muita gente que promete e não cumpre, né, pelo jeito...

A. Esses mais importantes você viu algum?

C. Não, eu só vi pouco. Eu acho que eu vi o Enéas. Ele fica falando a mesma coisa, todos os anos, ele não é muito conhecido, mas eu acho que ele fala bem. Ele é inteligente, mas ele é meio louco, maluco...

(...)

A. Como é que você acha que as pessoas fazem para escolher em quem votar?

L. Tem uma idéia deles, né? Até lá em casa mesmo, na última eleição, [um candidato] deu R\$100 pra botar uma faixa na janela, mais algumas camisas, aí botou uma faixa enorme, meu pai votou nele, disse: “Nunca ninguém me dá nada, foram na minha casa, me deram R\$100 pra botar uma faixa na janela”. Eu acho que não tem nada a ver. Perto das eleições, a pessoas não têm muita idéia, né? Mas a pessoa [deveria] votar porque acreditou, não porque deu dinheiro, comprou.

O acompanhamento do processo eleitoral também é centrado em seu aspecto sensacional e competitivo. Para Vera, como para Cláudia, a impressão mais forte que fica do Horário Eleitoral diz respeito ao seu lado cômico, pouco sério. Mais do que esclarecer o programa substantivo de cada candidato, a propaganda e os debates e noticiários do período eleitoral parecem divulgar, a julgar pelos depoimentos destes entrevistados, uma imagem genérica, a “coragem” ou “iniciativa” integrando um “estilo” próprio de cada um. É como avalia o candidato Ciro Gomes, em quem pretende votar por seu “aspecto”.

Vera. Acho que deveriam apresentar pessoas mais sérias. Vota no Zequinha das Flores, vota no não-sei-que-do-Mocotó. Cada nome!

A. E dos outros, candidatos principais à presidência, você viu alguma coisa deles?

V. Vi, vi. Conversei com pessoas de cabeças boas, instruídas. [...] Dizem que o Garotinho é a mesma coisa que o Brizola, vai ficar igual na época do Brizola. Camelôs na rua, roubalheira. O César Maia segura mais um pouco. Vou votar pra governador no César Maia, pra senador Roberto Campos.

(...)

A. E a propaganda do Fernando Henrique, você viu?

V. Vi, não tem nada demais não, sabe? Eu acho que vou votar no Ciro.

A. O que você acha do Ciro?

V. Não tenho muita informação sobre o Ciro não, mas acho que ele traz coisa nova.

A. Você disse que viu a propaganda do Ciro Gomes.

V. Vi... vi, mas também não fiquei escutando o que ele vai fazer de bom, o que não vai fazer. Fico mais com o Ciro pelo aspecto dele.

A. O que você achou do aspecto dele?

V. Bom... bom.

Embora o processo de seleção tenha privilegiado pessoas com ao menos um mínimo de interesse¹³, o caso de Míriam pode ser semelhante ao de um grande número de cidadãos. Analfabeta, alheia à política, ela não sabe nem o que é sindicato, e muitas vezes escolheu em quem votar na fila de sua seção, olhando o retrato de um santinho. Em outras ocasiões, valeram as promessas de emprego “pro pessoal”, especialmente para cargos locais, em que o político é pessoalmente conhecido.

Míriam. Como eu sou analfabeta, quando eu chego lá tem as pessoas que: “Aí, não se preocupe”, e se eu vejo que o que aquela pessoa está falando está certo, voto

¹³ Ver apêndice metodológico.

naquela pessoa. Tem muitos que prometem emprego pro pessoal, para ganhar votos promete empregos pro desempregado. Eu acho legal, nesse eu voto.

Como os outros cidadãos passivos, Míriam não se preocupa muito com a política, deixando para pensar no assunto quando instada, como por exemplo nas entrevistas, mas mudando de assunto sempre que possível. Quanto a suas escolhas eleitorais, há um alto grau de imprevisibilidade e subjetividade, uma vez que é capaz de deixar para decidir apenas quando não há outra opção, como na fila para o voto obrigatório, em que avalia a confiabilidade dos candidatos a partir das fotos nos santinhos e da persuasão dos cabos eleitorais. Em outros casos, mostrou usar atributos subjetivos para avaliar políticos, como a aparência, as “pessoas de presença”, que chamam a atenção e sabem falar melhor, geralmente vistos na televisão.

Míriam. Eu acho [os políticos] umas pessoas gentil, no momento que eles estão fazendo aquela propaganda, eles são gentil. Falam com todo mundo, sabe conversar com as pessoas.

A. Você acha que são assim só na hora da propaganda?

M. Não, tem muitos que cumprem depois que acaba a propaganda e permanece sendo o que eles falam, tem muito aqui.

A. Você assiste propaganda política na televisão?

M. Quando tem partido político sempre assisto.

A. Tem alguns que você prefere e outros que você não gosta?

M. Eu vou mais pela atração que eu sinto pelas pessoas de presença. Eu quero aqueles de presença, que chamam mais a atenção, que sabem falar melhor. Tem muitos que falam uma coisa mais assim confusa, e tem outros que têm firmeza no que está falando.

Justificando ter votado em Lula, Míriam remete a outro quadro de referência importante de sua atitude sobre a política: o partido, conhecido através de um dos únicos políticos que elegeu mais objetivamente, um líder comunitário do bairro pobre de periferia em que vive, com o qual mostra uma identificação marcadamente clientelista e que foi assassinado antes de tomar posse, aparentemente em função de questões envolvendo a doação e legalização de posses populares. O uso do partido como atalho, e especialmente a partir de uma identificação marcadamente sócio-econômica, com “os pobres”, como no caso deste depoimento, não é comum entre estes entrevistados. Trata-se, no entanto, de um uso esquemático, simbólico da legenda partidária. O partido não aparece em outras ocasiões no discurso de Míriam.

Míriam. Votei no Lula.

A. Votou no Lula por quê?

M. Por causa do partido e do candidato.

A. Você gostava do partido?

M. Gostava.

A. Por quê?

M. Sei lá, o que eles falavam, falavam do povo, os pobres, essas coisas todas...

Eu escutei e por acaso eu me interessei e votei.

Estamos diante de um grupo de pessoas que se apóia em chaves explicativas geralmente bastante esquemáticas e simplificadas para orientar-se na política. Ganham relevo, como vimos, aspectos ligados aos afetos e sentimentos, e às imagens personalistas projetadas pelos líderes políticos, percebidas pessoalmente ou, nos níveis mais centrais do governo, através dos meios de comunicação, especialmente da televisão, uma vez que estes cidadãos não estão empenhados na busca ativa de participação ou informação política. Não obstante, todos aprovam o sistema democrático e buscam atender a sua demanda mínima enquanto cidadãos; acreditam que a mídia desempenha com eficiência seu papel de transmitir ao cidadão não especializado informação suficiente para este funcionamento mínimo. Neste sentido, os cidadãos deste grupo podem ser uma base de apoio fundamental para a manutenção e avanço da democracia. Ao mesmo tempo, são particularmente suscetíveis às oscilações da mídia, tanto pelos picos de cobertura que dão a certos eventos a possibilidade de “ganhar a rua”, quanto pela manipulação das imagens eleitorais baseadas em marketing e pesquisas de opinião.

ATITUDE FRACA/NEGATIVA

O desgosto com a atuação dos políticos é a principal alegação para a apatia destes entrevistados. São cidadãos que gostam de se declarar apolíticos e de dizer que votam nulo, enfatizando este ponto em diversas entrevistas; mas eventualmente, diante da urna, acabam escolhendo um candidato, para reproduzir o voto a pedido de alguém próximo e mais interessado, como o marido de Cristina. A escolha política não vale o custo de formar ou manter uma opinião. Diante de uma esfera pública que desprezam, e de um Estado que vêm como incompetente e corrupto, estas pessoas se distanciam, buscando ignorar por meio da apatia uma arena de conflito que não visa seus interesses. Se forçados a manifestar-se, reproduzem enquadramentos negativos generalistas e vagos.

Trata-se de outra vertente da atitude passiva, que, à diferença dos cidadãos positivos do grupo anterior, aparece aqui acompanhada de uma perspectiva exclusivamente negativa da política. Não há bom político, a disputa pelo poder e pelo

dinheiro corrompe indistintamente toda a elite; a atuação do governo sobre os cidadãos é sempre em prejuízo destes últimos, que arcam, com seus suados impostos, pelas mordomias e enriquecimento ilícito de representantes vistos como ilegítimos. Quando se lembram de algum fato político, isto se dá negativamente. Os políticos são vistos geralmente como uma “cambada que tem prazer em falar meia dúzia de palavras e enganar gente ignorante”, nas palavras de Carlos.

Carlos. Eu não vejo credibilidade. Eu tenho nojo, raiva de políticos porque eles são os verdadeiros culpados de tudo, o cara não ter onde morar, eles é que fazem, que estão no Congresso. Agora chegam na frente da televisão com uma fisionomia, “olha, eu vou ajudar, vote em mim”. É que o brasileiro, a maioria da população, é ignorante. O Congresso fica baseado neles e aí, por essa ignorância, por esse aperto da vida que está passando, a pessoa chega a se vender. Chega lá o deputado, faz o churrasquinho, dá a cervejinha, pagode... Favelado só sabe disso: pagode, mulher e samba. Não pensa em progredir, em ser alguém na vida. Tá morando no barraco, tem arroz e feijão, tá tudo bem, não tem problema. Ganhou o voto deles porque é legal, bacana, aperta a mão.

Para Carlos, as leis são pouco rígidas, não punem as monstruosidades cometidas, que são seu assunto preferido tanto no consumo de mídia como na produção de explicações recorrentes sobre a natureza e o comportamento humanos, que também generaliza para a política. Ele é a favor da pena de morte e fala contra a liberalização dos costumes, mas gosta de assuntos sensacionais, como estupros de crianças, assassinatos de grávidas, bombas em aviões, liberação da prostituição – ou, ainda, grandes eventos esportivos como o campeonato brasileiro de futebol. Relaciona política a máfia, a “máquina”, sempre falando de objetivos ocultos e negociações “por debaixo dos panos”, mas sem exemplos específicos nem atenção para o noticiário sobre o tema, a não ser para os grandes escândalos que transcendem o espaço jornalístico propriamente dito.

Carlos. Aquilo ali é uma panela. É como se fosse assim: o Carlos se candidatou, falou que ia ajudar todo mundo, aí chega no meio daquela panelinha e alguém fala assim: “Olha, você foi eleito, você pode ganhar A, B, C, ou D e Y”. Você começa a se interessar pela quantia, começa a pegar o sistema deles, quando você menos vê você está no meio da panela deles. [...] Acho que tem uma cúpula, e quem manda nisso é o dinheiro, e tem um lado que nós mesmos talvez... Aí o cara passa a não se interessar mais pela política que manifestou antes de tudo. A corrupção vai existir e sempre existiu e sempre vai existir.

A. Não tem modo de acabar com a corrupção?

C. Não tem, não tem, isso está em todos os lugares, em todos os lugares.

Os principais problemas políticos lembrados por estes cidadãos costumam remeter à esfera da proteção pessoal, do modo mais individualista. A única lembrança positiva de Carlos, por exemplo, diz respeito ao prefeito Conde como tendo feito algo pela segurança na zona Sul do Rio, utilizando a Guarda Municipal – embora enfatize que o prefeito tenha ignorado o subúrbio. A relação clientelista, embora vista negativamente como parte de um sistema político baseado na corrupção e favores pessoais, também pode levar ao voto destas pessoas, como no caso de Cristina, que votou, sempre acompanhando o marido, na vereadora que prometeu trazer o encanamento de água para um quarteirão mais próximo de seu prédio.

Carlos revolta-se com os “bandidos menores de idade”, que ficam sem punição, protegidos pela lei, pelos assistentes sociais e pelo discurso dos direitos humanos. A explicação, para ele, é “o sistema da vida”, noção muito recorrente que engloba situação social e psicológica da família, influenciando o caráter e personalidade dos menores carentes. Pouco confiantes no gênero humano, entrevistados de atitude política fraca e negativa, como Carlos, não prezam especialmente os valores democráticos, e sentem a sociedade civil não só como impotente, mas também como incapaz de contribuir para o bem comum.

A constatação da situação política e social negativa e insatisfatória que descrevem não tem como resultado, para estes cidadãos, nenhum tipo de responsabilidade, positiva ou negativa: não se sentem nem parcialmente responsáveis pelo estado de coisas, como os cidadãos de atitude positiva, nem compelidos a exercer um direito para o qual não vêem espaço ou frustrados com a impermeabilidade da política às tentativas de organização de minorias ou grupos sociais marginalizados, como os de atitude tensa. Procuram afastar-se de um tema tão desagradável e pouco pertinente às suas preocupações cotidianas. Ao contrário de cidadãos de atitude forte como Mário ou Geraldo, Carlos e Cristina evitam tanto quanto possível pensar e falar em política.

Carlos. Olha, eu não sou muito baseado em política, não. Três coisas que eu não gosto de debater: política, futebol e religião, porque cada um tem o seu caráter e a sua personalidade.

Carlos exemplifica claramente este tipo de atitude. Sente-se alheio à política em todos os níveis: acha-a inacessível, distante, pouco transparente, como fica claro na explicação sobre a visita de Clinton ao Brasil.

A. E com o presidente, você sabe de que eles conversaram?

Carlos. Olha, até agora não conversaram absolutamente nada. Se encontraram, foram a entrevistas... Dos assuntos deles, concretos, é óbvio que a gente vai ser o último a saber, e se saber também.

Sobre assuntos políticos da agenda de cada momento, estes cidadãos tendem a encaixá-los em explicações mais abrangentes e estereotipadas, alimentadas pelos escândalos de grande visibilidade e pela experiência em segunda mão, a partir de relatos de conhecidos e parentes. Carlos, questionado sobre os motivos do desemprego, por exemplo, vai responder que é um problema antigo, devido à acomodação, e que não há nada que o governo possa fazer a respeito. A explicação, como sempre, é a falta de informação e cultura das pessoas comuns. Se as pessoas são acomodadas, é “porque a metade da população é uma população semi-analfabeta ou analfabeta ou ignorante”. A novidade, neste tipo de atitude, é que o cidadão vê, nesta descrição do mundo, incentivo para evitar a participação e mesmo os custos de manter-se informado. A solução, embora improvável, tem que vir de cima; só um poder autoritário é capaz de impor pela força leis que obriguem um povo acomodado e inconsciente a fazer melhor para si mesmo.

Carlos. Essa é uma coisa que vem de cada pessoa. Se você for entrar numa favela, você vai ver um barraco, dormindo no chão, uma televisão, um vaso sanitário, essa é que é a verdade. Não tem nem que comer, mas em compensação está grávida, tem três filhos e o marido... Agora, um amigo meu falou: isso é pura ignorância. É talvez de uma personalidade, de um caráter, de um respeito – não é pelas pessoas, mas por ela mesma e pelas crianças, tá me entendendo? Porque ela está assim acomodada daquele jeito, daquele sistema de vida medíocre, tá passando também aquilo pras crianças, qual vai ser o futuro das crianças a não ser esse, depois? Uma garota de 12, 13 anos engravidada, vai o mesmo sistema começar a mesma coisa [...] Tinha que ter uma lei, hoje em dia tinha que ter um filho de acordo com o salário da pessoa.

Em relação a um dos problemas sociais mais recorrentes em seus depoimentos, o dos menores de rua, Carlos é capaz de propor soluções, mas sempre remete a responsabilidade ao governo, a instâncias superiores, inacessíveis e fora da alçada dos indivíduos. Ele lembra a visita do Papa ao Rio, durante a qual notou no Centro, onde trabalha, a ausência dos habituais meninos de rua. Para Carlos, isso mostra que o problema das crianças de rua, o principal do Rio de Janeiro, só não é resolvido por falta de iniciativa das autoridades competentes. Em determinada ocasião, oferece uma solução bem elaborada: fala de instituições que oferecessem acompanhamento psicológico e reintegração à sociedade. No curso da sessão, esclarece que as idéias provêm de uma conversa que teve com um amigo no dia anterior; o próprio Carlos parece responder aos argumentos do amigo, pois termina cada dissertação sobre a tal instituição ideal de recuperação dizendo que a família à qual o menino seria reintegrado

possivelmente também era um inferno e que há pessoas que já nascem com má índole. Sua atitude predominante, pessimista, prevalece mesmo quando usa argumentos mais elaborados, reproduzidos a partir do discurso de um amigo apresentado como competente para falar no assunto. Embora freqüentemente pareça apontar como única saída a intervenção paternalista do Estado – fala de instituições como a Funabem e despreza os resultados da caridade particular –, Carlos é cético quanto a seus possíveis resultados. Mesmo campanhas de solidariedade amplamente divulgadas e aceitas, como o Criança Esperança, da Rede Globo, são vistas por este grupo de cidadãos com desconfiança, como provavelmente destinadas a algum proveito de seus patrocinadores.

Sem conhecer detalhes das políticas implementadas, como a muito noticiada reforma da Previdência, que acabara de ser votada, Carlos apoiava o governo Fernando Henrique. É uma maneira de encerrar rapidamente um assunto para ele penoso: a política, e minha insistência em saber “os porquês”. Ele muda de assunto à força, comentando que vão tirar as revistas pornográficas dos jornalheiros, insistindo em um tema que lhe é caro: a imoralidade.

Carlos. Tô gostando [do Fernando Henrique] porque ele está fazendo de tudo. Talvez que nosso real se iguale a um dólar, e pode ver, um real hoje em dia tá uma coisa a mais, não muita, mas alguma coisa a mais que você pode fazer, ele valoriza muito, valoriza muito através do trabalho dele, através do esforço dele então tô gostando, tô gostando, tô gostando dele, acho que não tem nada pra falar dele, tô gostando, tô gostando.

Cristina, dona-de-casa com poucos quadros de referência além da televisão, entende os principais problemas do país a partir de uma explicação que batiza de “o problema do dinheiro”, que inclui o desemprego, o salário mínimo e a miséria de um lado, e os altos salários, mordomias e viagens dos políticos de outro. Ela sente-se lesada pelo Estado, roubada nos impostos até mesmo pelos presidiários, que deviam trabalhar e pagar por seu sustento. A solução, para Cristina, seria todos pararem de votar, para forçar os políticos a trabalhar.

A. O que você diria que é o principal problema do Brasil hoje?

Cristina. O maior é essa dívida que está tendo aí. Que eles querem pagar e não conseguem. Parece que aumenta, eu já escutei. Eles pedem dinheiro lá fora, no final a conta vai crescendo e não pagam. E quem paga o pato é a gente. Inventaram mais esse imposto, o IPMF. Pra quê? Pra poder arrecadar dinheiro, não é para ajudar a saúde. Juntar dinheiro para eles poderem pagar lá fora. Nunca que paga.

A. O que eles poderiam fazer?

C. Já que eles estão fazendo economia no bolso do povo, eles deveriam fazer economia no bolso deles também. Acabar com aquelas mordomias todas, ficar

andando de carro pra lá e pra cá. Um deputado está lá em Brasília, tem oportunidade de viajar com a família, de avião, fica não sei quantos dias, não sei aonde, pra descansar. O povo trabalha pra caramba, ganha aquela droga de salário e qual a diversão que o povo tem? Ficar vendo televisão. Eles deviam trabalhar igual ao povo, o ano todo, com um salariozinho igual ao povo. O povo assalariado pode descansar 2 ou 3 vezes no ano? Não pode. Eu acho que eles deviam botar isso lá também: fosse viajar, só vai pro Mercosul, pra reunião, mas é pra trabalhar, pra resolver as coisas. Não é porque eu não vou não, mas eu acho desaforo... Eles são todos pagos pra isso, pra resolver, resolve alguma coisa?

Estes cidadãos se consideram alijados da esfera pública, e não enxergam, nem utopicamente, como a política poderia funcionar para promover o bem comum. Cristina enxerga o mundo, inclusive a política, como regulado pela lógica do dinheiro, numa competição em que se vê constantemente desfavorecida. É uma atitude que situa a maioria dos brasileiros, “o povo”, como ao mesmo tempo abandonado pelas autoridades, a quem caberia providenciar a solução de problemas coletivos básicos como a segurança, a saúde e a educação, e impotente para agir no sentido de mudar tal estado de coisas.

Para cidadãos de atitude fraca e negativa, as eleições são momentos de reafirmar sua relação privatizada e pessimista em relação à política. Quando cheguei para uma entrevista já em pleno período eleitoral, toda a varanda no apartamento de Cristina, numa movimentada avenida do subúrbio carioca, estampava a propaganda de um candidato a deputado estadual. Vinha a ser um ex-chefe do marido, para quem o filho estava trabalhando na panfletagem de rua. Em todo o relato, o foco da mãe foi na remuneração – pouca, atrasada –, no caráter de trabalho da atividade política do filho (“ele ainda não arrumou [outro] trabalho”) e no tempo tomado aos estudos. Cristina disse não saber se o marido votaria no candidato, em quem os filhos votariam, e disse não ter intenção de votar nem neste, nem em nenhum. A atitude “do contra”, no entanto, justamente por preferir evitar custos excessivos na construção de explicações, acaba sendo bastante permeável às notícias e enquadramentos predominantes dos quadros de referência mais significativos, com ênfase para os meios de comunicação e a propaganda. A ameaça de um novo pacote caso Fernando Henrique fosse reeleito, por exemplo, parece ter saído dos comerciais eleitorais do PSTU, que na época abordavam o tema.

A. O que você tá achando desses candidatos que estão aí?

Cristina. Eu nem sei, eu desligo a televisão. Começa aquela brigalhada, um contra o outro. O Lula fala do Fernando Henrique, o outro fala do Brizola... Acho que o Brizola tá com o Lula. Fica um metendo o malho no outro. Eu digo: chega! Vou lá e desligo o rádio ou a televisão, não quero nem escutar.

A. Sei, mas aí como é que você vai saber se eles são...

- C. É, mas quando já começa assim, um acusando o outro, eu como já não gosto disso eu desligo.
- A. Mas tem vezes que passam esses anúncios curtinhos.
- C. Aí eu levanto, vou para a cozinha estender roupa, lavar louça, fazer comida.
- A. Você não assiste mesmo. O que você acha dele, do Fernando Henrique, e do Lula?
- C. Olha, pelo que eu escutei, dizem que se o Fernando Henrique ganhar vem mais imposto e vem um pacotão aí, tá lascado o povo. Eu já escutei até falar que vai vir mais impostos pra pagar. Se o dinheiro já não tá sobrando pra nada... Se o dinheiro já tá pouco e vem mais imposto, aonde é que o povo vai parar? No buraco, debaixo da ponte, não vai ter dinheiro nem pra comprar comida de tanto imposto que pagam.
- A. Quem você viu comentar que o imposto vai subir?
- C. Tenho visto aí na televisão, e o pessoal falando, entendeu? E nesses “breakzinhos” da propaganda, tem uma mulher falando: disse que se ele se reeleger vai sair um pacotão.
- A. Você acha que vai sair mesmo?
- C. Olha, não duvido muito não, viu?
- A. Por que é que você acha?
- C. É tanta gente falando. Já escutei até falar... não sei se foi na televisão ou no rádio, que ele já gastou o dinheiro todinho do que recebeu dessa, acho que é venda que se fala, daquelas coisas que saíram privatizando tudo.

Cristina argumenta que Fernando Henrique não tem sido um bom presidente, exemplificando em primeiro lugar com o desemprego, e logo com a política de privatizações. Ou seja, embora pessimista e desinteressada, e fugindo tanto quanto possível das informações sobre a política, algumas passam, e ela mostra-se sempre suficientemente informada para confirmar uma perspectiva negativa diante das possibilidades de organização dos esforços públicos em benefício da sociedade.

Perguntada sobre Lula, Cristina disse que uma vez já quis votar nele, “só pra não votar no outro, pra ele não ganhar”. Predominou a atitude negativa que caracteriza sua visão de mundo: embora Lula transmitisse uma imagem mais popular, a diferença entre os partidos foi avaliada como pura encenação eleitoral “na frente do povo”; indiferenciados, os candidatos não valiam o voto. Cristina anulou.

- Cristina.** Eu nunca tenho candidato. Uma vez eu quis votar nele (Lula), mas desisti, anulei meu voto, não votei em ninguém, que vai dar no mesmo. Depois todo mundo faz as pazes, a pinimba é só na frente do povo, depois todo mundo faz as pazes lá. Cada um pega um pouquinho da idéia do outro, mas ninguém vê o povo aqui.
- A. Por que você quase votou no Lula? O que ele tinha? Por que ele e não outro?
- C. Ah, sei lá, porque acho que ele é mais povão, né? Às vezes eu não sei, eu não escuto. Sei que ele deve ser mais povão.
- A. E pro governo do estado? O que você está achando dos candidatos?
- C. É o Garotinho, né, o Luiz Paulo e um outro aí...
- A. César Maia.
- C. Também não voto em nenhum deles.
- A. Não? O que você acha? Fala de cada um deles.

C. Ah, eu... Os outros eu não conheço. O Garotinho disseram que ele, passa na televisão que lá no Espírito Santo onde ele foi lá não sei o quê, ele fez as coisas lá, deu casa pro povo. O César Maia, é isso mesmo, só faz as coisas lá pra baixo [zona Sul]. Aqui pra cima ele não faz porcaria nenhuma. O outro eu não conheço, nunca ouvi falar dele.

[...]

C. Meu marido pretende votar naquele barbudo do Prona.

A. No Enéas, é? Ele já votou nele alguma vez?

C. Não. Sei que ele não vai ganhar mesmo, então pra não dar voto pros outros, aí é capaz de eu até votar nele. A minha filha é que fala pra mim votar em tudo quanto for mulher. “Vamos botar mulher na presidência, tem que botar mulher em tudo quanto é canto”.

A. Ela vota em mulher?

C. Não sei, eu acho que ela vai votar.

A. E o Enéas, por que o Enéas e não outro qualquer?

C. É porque o partido é fraquinho, não vai ganhar mesmo. Ah, é tudo... Eu não agüento mais. Quando eu deixo a televisão ligada, olha, aparece tanto homem ali, tanta gente falando, que eu não distingo partido por partido. Qualquer partido baixo desses que eu cismar, vou votar, é pra anular meu voto.

Indiferente à origem das explicações que repete, como propagandas ouvidas e informações truncadas – como a associação de Garotinho ao Espírito Santo – Cristina responde o que lhe vem em mente, mostrando a irrelevância do tema entre suas preocupações cotidianas, sobre as quais discorre fluentemente, como os filhos, o marido, sua falta de liberdade e as viagens que faria. Nesta entrevista, Cristina acabou se impacientando com a insistência de perguntas sobre política, sempre recebidas com um ar irônico e cansado: como se pensasse, “lá vem ela de novo”. Na entrevista posterior, disse que, a pedido do marido, o voto para deputado estadual acabara indo para o tal ex-chefe. Para os demais cargos, anulou.

Cristina e Carlos têm em comum esta desistência da política, uma atitude distante e pessimista que, embora não seja fruto de uma vivência e decepção direta, como para os cidadãos de atitude forte, é cristalizada e aparentemente inabalável. Os fortes estereótipos negativos sobre a política parecem encontrar respaldo na mídia tal como consumida por este desinteressado cidadão: os grandes escândalos incorporados através de prismas moralistas, e as propagandas que por acaso interferem na audiência de sua programação de interesse espontâneo, basicamente entretenimento ou jornalismo sensacionalista e de denúncia. Mais uma vez, vemos que a atitude política reforça e é reforçada por um tipo específico de relação com os meios de comunicação de massa e com a informação política em particular. O resultado é um voto que vale pouco para seus titulares; a política não compensa o esforço mínimo.

2.2. CONVERGÊNCIAS

Algumas convergências no discurso dos diferentes entrevistados, que se repetem independentemente da valência e intensidade da atitude política, apontam para o caminho a seguir nos próximos dois capítulos. Por um lado, a atribuição pelo cidadão comum de um papel central à mídia na elaboração de suas atitudes políticas impõe a tarefa de categorizar um universo variado e multifacetado de posições e atividades de comunicação, que têm lugar em um ambiente informacional também múltiplo e complexo. Em segundo lugar, alguns padrões de construção de explicações políticas parecem indicar semelhanças que perpassam os diferentes tipos de atitude e, como veremos, também as diferenças na recepção. Trata-se de mecanismos cognitivos comuns, que facilitam a incorporação de determinados esquemas e explicações somente por seu formato, mais adequado a estes atalhos psicológicos.

A centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum fica explícita em seu discurso e na interpretação que oferece para o mundo político. Implica porém em demandas, necessidades, gostos, possibilidades de acesso e recursos cognitivos que variam de pessoa para pessoa. Estabelecem-se, enfim, relações variadas entre cidadãos e meios. As diferentes situações de comunicação em que encontramos os sujeitos modificam o valor atribuído a sua própria inserção na reprodução e propagação das opiniões e explicações políticas.

Em outras palavras, o capital de conhecimento e informação torna-se fundamental na definição dos fluxos da opinião pública, atribuindo aos meios o papel de capacitar determinados cidadãos a emitir explicações mais aceitáveis, e portanto influentes, para um mundo público que se mostra distante das preocupações mais imediatas da maioria. As variáveis que modificam a relação com a mídia promovem uma considerável distribuição de poder na circulação de informações e opiniões políticas mais ou menos abalizadas, mais ou menos suscetíveis de serem adotadas como explicações estruturais sobre o mundo. O uso diferenciado da mídia traduz-se numa teia de relações interpessoais de comunicação política em que o próprio consumo ativo e qualificado dos meios de comunicação de massa é usado como justificativa para a atribuição de maior competência cognitiva a alguns cidadãos.

O segundo ponto que chama a atenção, nos discursos políticos analisados, é a constância de algumas perspectivas e prismas, recorrentes nas explicações de todos os tipos de entrevistados, independentemente de sua atitude política. Estaremos diante de

características mais gerais, de uma atitude “nacional” do cidadão brasileiro, ou mesmo do cidadão contemporâneo, do “público” da democracia midiacentrada? É o caso de uma perspectiva moral simplificada, fundamentada em valores genéricos e numa acepção de bem comum identificado como “do povo”, acima dos conflitos de interesses, e passível de ser avaliado em termos de bem e mal.

De forma semelhante, notamos o personalismo desideologizado, baseado em atributos subjetivos e estereotipados, que permeia tantos depoimentos. Estas convergências nas atitudes políticas do cidadão brasileiro contemporâneo podem contribuir para entender o papel e a influência exercidos pelos meios de comunicação, apontados como a principal maneira de obter conhecimento político suficiente para uma cidadania satisfatória, tanto em termos pessoais como em seus resultados agregados.

Tendo estabelecido o que se entende por atitude política e como esta se revela no discurso dos cidadãos comuns estudados, passamos então a examinar mais detidamente, no próximo capítulo, a relação entre as atitudes e os meios de comunicação de massa.

3**MÍDIA E ATITUDE POLÍTICA**

A partir da análise da dinâmica de estruturação das atitudes políticas, empreendida no capítulo precedente, evidencia-se a centralidade da mídia para a definição básica de aspectos fundamentais da democracia contemporânea, relacionados ao conhecimento e à elaboração dos discursos políticos pelos cidadãos comuns. Este elemento vital das atuais “democracias de público” tem recebido atenção relativa no terreno limítrofe que ocupa, entre os estudos de comunicação e a ciência política. No campo da comunicação, tem sido objeto das diferentes linhas dos estudos de recepção e audiência; no da ciência política, integra os esforços para dar conta do comportamento e atitudes dos cidadãos, com ênfase no momento eleitoral.

Assim, por um lado, as pesquisas de recepção apontam para a importância, na aquisição de informação e na construção da atitude política, do grau de exposição e modo de consumo dos meios de comunicação de massa como variável explicativa, enquanto outros estudos de comunicação indicam a existência de enquadramentos identificáveis, homogêneos ou não, exclusivos ou não, com que os meios oferecem sua interpretação das “coisas como elas são”. No campo da ciência política, é possível identificar nas várias vertentes da teoria democrática uma pesada demanda cognitiva sobre o cidadão, titular do direito à informação, instado a participar da esfera pública de maneira racional e informada; por outro lado, estudos apontam para a superficialidade e desinteresse com que o cidadão concreto parece dedicar-se a esta tarefa. Na medida em que os meios de comunicação de massa tornam-se extremamente relevantes na construção dos argumentos e explicações de que é constituída a opinião pública, vemos que a política exercida na contemporaneidade tem que incluir considerações a respeito das conseqüências, do ponto de vista do cidadão, de ser também telespectador, ouvinte de rádio, leitor de jornal. Este capítulo procura entender as influências mútuas que exerce a convivência, no mesmo sujeito, das condições de cidadão de uma democracia e receptor de comunicação de massa.

Como vimos no capítulo 1, as explicações com que os indivíduos organizam seu discurso sobre a política são elaboradas a partir de algumas aproximações quanto ao que é visto como o mundo real. Há diferentes níveis em que esta construção social da reali-

dade pode se dar, dependendo do grau de abstração, ou seja, da generalidade do “esquema”, da possibilidade daquela explicação em particular servir para enquadrar novas informações, de acordo com a perspectiva cognitivista deste trabalho. Assim, explicações podem ser construídas a partir da dimensão factual ou episódica dos eventos, quando o sujeito baseia-se na exemplaridade de determinada história, que passa a fazer parte do seu repertório recorrente, sendo usada para ilustrar “casos” variados. Por outro lado, explicações também podem constituir-se em construções a partir da dimensão esquemática ou semântica, como enquadramentos, as “chaves de leitura” de Goffman (1974).

É importante lembrar que estes enquadramentos, as chaves cognitivas que aqui chamamos de explicações estruturais, não são provenientes exclusivamente dos meios de comunicação de massa; vários quadros de referência – das histórias pessoais e de conhecidos à literatura científica – constroem para cada sujeito, como veremos, um universo mais ou menos plural de informação e esquemas explicativos, para a política como para qualquer outro domínio. A matéria-prima para a elaboração destas explicações estruturais para o mundo público, base das atitudes políticas, pode provir de qualquer quadro de referência, e as explicações serão tanto mais variadas e complexas quanto mais diferenciados forem estes. A variedade de quadros de referência é, efetivamente, um dos elementos centrais na capacidade cognitiva do sujeito de elaborar explicações mais autônomas e multicausais para os eventos (ver Lane, 1962).

Por outro lado, a reiteração de argumentos e explicações pela mídia, objeto de estudo nas análises de enquadramento, tem contrapartida, no campo da recepção, em situações de comunicação que modulam e em mecanismos de incorporação de explicações que facilitam a elaboração e atualização das explicações com que rotineiramente enquadram a política. Quando os enquadramentos propostos pelos meios são incorporados ao discurso dos cidadãos sobre a política, tornam-se explicações com que estes estruturam suas opiniões, atitudes e decisões políticas. O que nos interessa, portanto, é estabelecer que situações e mecanismos transformam a mídia num quadro de referência privilegiado para a obtenção de enquadramentos pelos sujeitos, capaz de fornecer as explicações mais recorrentes no discurso dos cidadãos comuns sobre a política.

Enquadramentos, entendidos genericamente, são “definições da situação construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos – ao menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles” (Goffman, 1974). Estas estruturas cognitivas, que organizam o pensamento, são compostas de crenças, atitudes, valores e preferências, bem como de regras a respeito de como ligar diferentes

idéias. São esquemas que “...dirigem a atenção para a informação relevante, guiam sua interpretação e avaliação, fornecem inferências quando a informação é falha ou ambígua, e facilitam sua retenção” (Fiske e Kinder, citados por Entman, 1989). Trata-se, portanto, de construções culturais que se realizam na narrativa, na articulação.

Ora, o enquadramento é um recurso discursivo dos meios de comunicação, que pode ou não “colar”, sendo incorporado ao repertório mais constante de explicações estruturantes de que os sujeitos precisam para justificar suas escolhas e ações. Quanto mais os meios utilizam-se de prismas de fácil assimilação pelos cidadãos para enquadrar as notícias, maior a probabilidade de influírem, na hora de escolher a explicação mais plausível para determinado cenário político. Esta assimilação pode ser potencializada pelas características formais dos próprios enquadramentos, relacionadas ao uso recorrente de determinados mecanismos psicológicos pelos indivíduos, em seu conhecimento do mundo. Por outro lado, elementos de avaliação relacionados à atribuição de funções e valores diferenciados, pelos sujeitos, aos emissores e mensagens com que interagem, também têm conseqüências na predileção por este ou aquele enquadramento. Ganham destaque, aqui, as diferentes situações de comunicação em que encontramos cada pessoa, que vão justificar determinados quadros de referência como confiáveis, acessíveis ou suficientes para elaborar explicações políticas, atribuindo também a determinados cidadãos a capacidade e autoridade para reproduzir por sua vez enquadramentos vistos como legítimos, tornando-se assim emissores no fluxo de comunicação política da sociedade.

Nesse sentido, mais do que a possibilidade ou habilidade do indivíduo para usar a razão na maximização dos próprios fins – objetivamente concebidos, sejam materiais ou simbólicos – pensamos na necessidade psicológica e social que sente de construir justificações plausíveis e defensáveis para suas atitudes e ações políticas. Como vimos anteriormente, as atitudes políticas manifestam-se numa série de argumentos e discursos produzidos pelos sujeitos para justificar e avalizar as opiniões que expressam. Embora o desenho das atuais democracias representativas não obrigue o cidadão à expressão pública das opiniões e argumentos políticos, permitindo-lhe uma atuação política reativa, restrita à participação eleitoral, na grande metrópole a vivência da política se dá freqüentemente em termos discursivos. São as conversas em família, as discussões e arengas ouvidas nas vans e ônibus, muitas vezes tendo como tema notícias veiculadas pelos meios de comunicação, além das narrativas e exemplos presentes na própria mídia, que dão substância ao cotidiano da política.

As justificativas racionais – ou racionalizantes – que precisa encontrar para suas ações e atitudes são portanto justificativas discursivas, porque construídas na e para a interação social. Como vimos no capítulo 1, é impossível tentar entender como os sujeitos agem no mundo social sem acreditar que eles atribuem sentido a estas ações e escolhas. A necessidade de construir justificativas discursivas tem como consequência o recurso, numa procura que pode ser mais ou menos ativa, a uma série de quadros de referência que, como vimos, informam diferentes perspectivas. Mesmo os indivíduos de atitude mais fraca elaboram explicações para dar conta de seu ceticismo ou falta de interesse. Explicações plausíveis, suficientes e facilmente recuperáveis, para a eventualidade, para uns mais freqüente que para outros, de se verem instados a formular sua opinião como discurso. E como o discurso é também um aprendizado de códigos que conformam a expressão dos indivíduos, quadros de referência predominantes que reiteram explicações facilmente assimiláveis, como os da mídia de massa, ganham importância central na democracia contemporânea.

Se a elaboração destas construções comunicativas não está diretamente relacionada com as escolhas políticas agregadas dos cidadãos em determinado momento, como podem sugerir análises de curto prazo, sem dúvida as características de sua circulação são determinantes para a fundamentação das atitudes políticas dos cidadãos. No processo de elaborar justificativas e discursos, os sujeitos apresentam critérios de incorporação de explicações que se inserem nas variadas situações de comunicação de cada um, com seus quadros de referência prevaletentes. Por que alguns discursos adquirem maior credibilidade ou ressonância do que outros? O que se argumenta aqui é que certas características dos meios de comunicação de massa, quer formais, quer relativas às diferenciadas situações de comunicação em que encontramos os indivíduos, tornam a mídia especialmente relevante na elaboração de discursos sobre a política.

O objetivo deste capítulo, portanto, é explicitar os códigos que transformam a mídia num quadro de referência privilegiado, num provedor de atalhos especialmente acessível e aceitável para contribuir na elaboração de explicações sobre a política. Para escapar ao frustrante sentimento de incoerência e aleatoriedade, a informação enquadrada dos meios pode conferir inteligibilidade mínima aos negócios públicos, vistos muitas vezes pelo cidadão comum como distantes, complexos e mesmo incompreensíveis.

Dada sua demanda, portanto, de racionalidade, ou ao menos de razoabilidade, os cidadãos se vêem envolvidos num processo comunicativo de construção de explicações que fundamentem suas atitudes políticas e justifiquem, quer no âmbito público quer no

privado, suas decisões e mesmo omissões políticas. Estamos próximos dos processos psicológicos conhecidos como racionalizações: as construções cognitivas com que os cidadãos fundamentam, para si mesmos ou para os outros, suas atitudes políticas, e que estão intimamente relacionadas com suas escolhas, ações e tomadas de decisão. Os mecanismos e situações cognitivas em que encontramos os sujeitos obedecem à lógica do senso comum, e incluem afetos e aparentes incoerências. Não são, no entanto, aleatórios. Obedecem a impulsos estruturantes individuais, à medida que se procura organizar de forma coerente o mundo político para si mesmo. A existência de explicações e perspectivas mais acessíveis e legítimas do que outras relaciona-se com a construção dessa ideologia do cidadão comum, justificando a investigação dos seus padrões.

Assim, dois objetivos se afiguram: sondar o discurso intencional destes cidadãos, que atribui aos meios de comunicação de massa um papel democrático fundamental para o exercício da política cotidiana; e explicitar as maneiras pelas quais se revelam as nuances da influência da mídia, especialmente a televisão, na construção de suas explicações acerca da política.

Em relação à demanda explícita dos cidadãos ao direito à informação, previsto no código democrático, não se trata simplesmente de reproduzi-la, mas de avaliar as conseqüências políticas da atribuição de um papel central para a mídia na escolha das explicações que informam suas atitudes políticas. Neste aspecto, este capítulo desenvolve alguns pontos sugeridos anteriormente: a valorização da informação, da educação e da cultura como pré-requisitos para uma “boa” cidadania, como o melhor parâmetro para diferenciar capazes e incapazes politicamente. Mais do que a educação formal, esta avaliação positiva do conhecimento engloba os meios de comunicação como a mais importante “arma” dos cidadãos para atuar – geralmente na defensiva – numa política vista predominantemente como incompetente e corrupta. Os jornais, telejornais e jornalistas são apontados como fundamentais para o acesso ao mundo público, promovendo a circulação de informação entre políticos e cidadãos. Os cidadãos com acesso amplo e qualificado, vistos como especialmente competentes, transformam-se assim numa elite cognitiva cujo papel é central na circulação de informações e na construção de explicações e atitudes políticas.

É preciso, contudo, ir além da vocalização da opinião consciente sobre a mídia, em que fica clara a demanda do cidadão comum por mais e melhor informação, analisando, dentro da perspectiva que nos propomos, a maneira pela qual a mídia apare-

ce na estruturação das explicações sobre a política. O primeiro objetivo deste capítulo, portanto, é situar o uso que cada um faz dos meios de comunicação de massa, entre os diversos quadros de referência disponíveis em seu ambiente informacional, ou cognitivo.

3.1. AMBIENTE INFORMACIONAL: QUADROS DE REFERÊNCIA PARA EXPLICAR A POLÍTICA

As pessoas recorrem consistentemente a um repertório de explicações e analogias, usadas para ilustrar temas, esclarecer conceitos um pouco abstratos, resumir cenários complexos. São “casos”, sempre repetidos, simples e conclusivos, “morais” reaproveitáveis em mais de um contexto. Vários quadros de referência podem formar a base a partir da qual cada indivíduo vai elaborar um conjunto coerente de explicações e analogias – um discurso – para orientar-se no mundo¹⁴. Eles fornecem a matéria-prima das explicações que as pessoas vão construir acerca da política. Cada cidadão tem acesso a um número variável de quadros de referência para buscar exemplos deste tipo; fontes importantes de exemplos, além da própria experiência, são a vida familiar e social, com ênfase para os relatos de pessoas conhecidas; a vida do trabalho; esferas de participação coletiva como a instituição religiosa, a militância política ou sindical, entre outras.

A mídia, evidentemente, ocupa um lugar de destaque no universo de referência de todos os indivíduos, quer pela sua homogeneidade discursiva, tendendo a repetir os principais enquadramentos, quer pela acessibilidade quase universal dos meios de massa – um conhecimento é mais acessível quanto mais recente, freqüente ou cronicamente disponível¹⁵. Enquanto cada indivíduo está sujeito a enormes variações no que diz respeito a outros quadros de referência, os meios de comunicação de massa oferecem maciçamente uma diversidade limitada de enquadramentos¹⁶. É claro que há tipos distintos de meios e campos diferenciados de informação, e o acesso e uso de determinados meios atribuem certas características a seus usuários, conferindo

¹⁴ Ver Quadro 1, Capítulo 1.

¹⁵ O conceito de “acessibilidade heurística” é desenvolvido por Tversky e Kahneman (1974), citados por D’Adamo, García Beaudoux e Freidenberg (2000).

¹⁶ Vários estudos, no Brasil e no exterior, apontam para a homogeneidade dos enquadramentos predominantes na grande imprensa. Ver, por exemplo Gitlin, Porto, Waisbord, Aldé e Lattman-Weltman.

complexidade ao quadro de referência composto pelos meios de comunicação, como veremos adiante.

Mas outros quadros de referência, interpessoais, interagem com cada indivíduo, modificando e condicionando seu uso da mídia. A variedade destes quadros de referência é influenciada pela proximidade de cada entrevistado com instituições e organizações coletivas: são tanto mais variados quanto maior a interação social do cidadão. Não é uma simples coincidência o fato de que, geralmente, as mesmas pessoas possuem mais de um quadro de referência além dos meios de comunicação de massa, engajando-se em mais de uma atividade coletiva. Estes são os cidadãos mais interessados em política, os que se situam no lado “forte” do espectro de atitudes políticas, tanto positivas quanto negativas¹⁷. Os cidadãos que consideram a política um assunto relevante, próximo, com conseqüências para suas vidas, tendem a buscar mais ativamente esferas de informação e participação políticas. A variedade cognitiva proporcionada por essa vivência política em primeira pessoa, por sua vez, permite a estes indivíduos construir explicações mais autônomas e consistentes sobre o mundo público.

Como Lane (1962), encontramos que a comparação de mais de um discurso, ou enquadramentos diferentes para os mesmos eventos, permite ao indivíduo contextualizar as explicações que elabora. A interseção de quadros de referência midiáticos com quadros interpessoais relevantes para os cidadãos reflete-se, assim, em discursos mais inteligentes sobre a política, em que o hábito de comparar diferentes enquadramentos dados aos mesmos eventos, instituições e pessoas políticas habitua o cidadão a receber novas informações com certo relativismo e autonomia, escolhendo, interpretando, “zapando” até encontrar assuntos entendidos como relevantes, ou procurando-os intencionalmente¹⁸. Para pessoas como Joana ou Luís, por exemplo, com uma história de vida rica de debate e atividade política, outros quadros de referência primários são mais importantes – mais usados e com maior confiança – do que exemplos retirados dos telejornais ou do horário eleitoral. Os jornais impressos ocupam um lugar importante na

¹⁷ A disponibilidade de um quadro de referência sobre a política não quer dizer que as explicações providas daí sejam positivas; no caso de Otávio, por exemplo, as referências ao sindicato ilustram seu ceticismo quanto às possibilidades de organizações políticas funcionarem honesta e eficientemente, exemplificam sua frustração: mesmo o discurso solidário da organização trabalhista encobre manobras e interesses particulares, como comprovado pelo exemplo, sempre repetido, da líder “comprada” com um cargo de chefia.

¹⁸ Pesquisas com o receptor brasileiro mostram a importância de quadros de referência interpessoais no uso diferenciado da comunicação de massa, inclusive política. Ver, por exemplo, Trigueiro (1995) e Jacks e Ronsini (1995), ambas abordando as especificidades do espectador rural, e os relatos de família de Jacks (2000).

constituição de seu repertório de exemplos, usados para avaliar e autorizar argumentos e explicações. Para estes cidadãos que, como notamos, têm uma atitude forte em relação à política, o recurso à mídia é no entanto sempre condicionado pelas premissas de interesse político de caracterizam seu pensamento, e muitas vezes enquadradas em perspectivas ideológicas do mundo, mesmo que simplificadas.

É nestes quadros de referência que os indivíduos buscam os elementos cognitivos e chaves interpretativas que lhes permitem dar sentido a suas idéias e escolhas políticas. A necessidade de relativa coerência interna das atitudes políticas traduz-se numa certa constância dos quadros de referência utilizados na construção de explicações estruturais, discursivas. Cada indivíduo recorre a uma rede de referências que pode ser mais ou menos complexa, combinando critérios como a facilidade, ou acessibilidade discursiva, a plausibilidade, a credibilidade da fonte, a ressonância ou clima de opinião (Noelle-Neuman, 1993) envolvendo explicações específicas. Para os diferentes cidadãos, o acesso prioritário a diferentes quadros de referência faz com que possamos falar em quadros primários e secundários, em que podemos situar influências interpessoais e via mídia. Neste sentido, a contradição estabelecida por autores como Lenart (1994) entre o recurso a quadros de referência interpessoais ou midiáticos pode, na verdade, ser entendida como uma relação de complementaridade, uma vez que mesmo as fontes interpessoais de informação, como conversas familiares ou entre amigos, têm lugar num ambiente informativo em que a mídia tem papel preponderante (ver Sodré, 1984).

Os meios de comunicação, cada qual com suas especificidades – rádio, televisão, jornais, revistas, internet –, interagem com os indivíduos no mesmo nível cognitivo que os outros quadros de referência, fornecendo enquadramentos e explicações para o mundo em geral e a vida política do país em particular. No entanto, as características de cada um desses emissores de comunicação incluem sua audiência e credibilidade, que lhes conferem uma autoridade pública que não tem sido lograda por outras organizações da sociedade civil (ver Figueiredo, 2000).

Os indivíduos de atitude fraca, pouco predispostos a buscar ativamente informações sobre a política, tendem a evitar os custos envolvidos no uso de outros quadros de referência. A televisão e o rádio são quase universalmente acessíveis; o jornal, embora implique um esforço maior, ainda assim é bastante acessível, principalmente tendo em conta seu grande retorno social: os leitores de jornal são vistos como uma elite cognitiva relevante na formação da opinião pública. As características

dos receptores destes meios e suas combinações serão desenvolvidas adiante. Por ora, é importante ressaltar a tendência, para um grupo grande de cidadãos, de se contentar com as explicações políticas mais acessíveis, recorrentes e redundantes, com o conhecimento dos eventos e enquadramentos que, amplificados pelos meios de massa, ganham visibilidade extraordinária.

Neste sentido, os meios de comunicação interpessoais e de massa tendem, para estes cidadãos, a reforçar-se mutuamente, no que Gerbner (citado por D'Adamo, García Beaudoux e Freidenberg, 2000) chama de efeito de ressonância. Em termos cognitivos, o efeito é inverso ao da disponibilidade de quadros de referência efetivamente plurais: a homogeneidade de enquadramentos típica dos meios encontra respaldo e justificação na sensação dos receptores de que simplesmente refletem “a vida tal como ela é”, sem manipulação, intencional ou não, dos fatos. Assim, muitas vezes, é difícil tratar um quadro interpessoal, como conversas familiares sobre política, como realmente separado da esfera dos meios. Para Otávio, por exemplo, um quadro de referência importante, além do funcionalismo público a que pertence e seu respectivo sindicato, são as conversas com o pai, que pré-processa boa parte da informação política usada nas explicações oferecidas por Otávio; assim, embora receptor assíduo dos meios de comunicação de massa, Otávio reforça os enquadramentos da mídia discutindo-os com a família, uma das atividades a que se dedica cotidianamente¹⁹.

Ao longo das entrevistas, vários exemplos espontâneos apontaram para a presença importante de diversos veículos de comunicação na construção e difusão de relatos explicativos sobre o mundo da política. É o caso de uma matéria sobre Fidel Castro, da revista *Manchete*, que Ivone diz ter mudado sua concepção a respeito do ditador cubano. Tão importante que a advogada foi procurar a revista, arrancou as páginas e nos deu para ler. Era uma crônica de Gabriel García Márquez, centrada no lado humano de Fidel. Para Luís, uma entrevista concedida por Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja* também é chave importante para sua compreensão do momento político contemporâneo, citada mais de uma vez como espelhando a clareza mental e boa-fé do presidente. Em pelo menos três encontros, ele perguntou se eu já lera a entrevista, e me aconselhou que o fizesse.

¹⁹ É interessante a função exercida por muitos aposentados que, com mais tempo e disposição, assumem para as famílias o papel de pré-processar conteúdos de mídia. O pai de Ana, como outros, também recorta matérias de interesse específico para familiares.

Dependendo de sua centralidade, os quadros de referência principais podem modificar e condicionar o uso de outros quadros de referência. É o caso de Cristina, cujas preocupações principais – o marido e os filhos – refletem-se no consumo direcionado da informação política disponível dos meios, único quadro de referência externo: quando assiste ao telejornal, Cristina o faz de maneira instrumental, buscando às vezes notícias úteis “encomendadas” pelo marido, monitorando assuntos como a previdência e a reforma administrativa que poderia atingi-lo, como funcionário de empresa estatal. Também “fica de olho” em informações sobre jovens, sendo no entanto muito seletiva: incorpora geralmente exemplos e explicações que reforçam seus esquemas prévios. Trata-se de uma perspectiva eminentemente “privada” da política, que traduz sua atitude fraca/negativa.

Os quadros de referência a partir dos quais os indivíduos constroem generalizações sobre a política – mais ou menos usados, mais ou menos proeminentes – indicam a existência subjacente de diferentes “estilos de vida” (ver Graber, 1988), noção que, embora vaga, tem a utilidade de nos lembrar as condições estruturais e históricas em que se situam as pessoas. Os quadros de referência variam em função da vivência de cada um, suas trajetórias pessoais e profissionais e suas diferentes interações sociais. Eles podem ser mais homogêneos, quando dois ou mais quadros de referência reforçam-se mutuamente – como no exemplo típico dos escândalos oriundos da mídia que alcançam grande repercussão – ou heterogêneos, quando o mesmo indivíduo obtém, a partir de seus quadros de referência habituais, interpretações ou enquadramentos conflitantes, sendo obrigado a processá-los e avaliá-los autonomamente.

É importante frisar que as relações dos cidadãos com estes quadros de referência são relações de comunicação; as pessoas estão inseridas em redes de mensagens recebidas e enviadas, em que os diferentes quadros de referências – e os próprios indivíduos, quando sua posição nessas redes de comunicação o permite – podem ser entendidos com emissores de mensagens e construtores ou multiplicadores de explicações sobre a política, ao menos potencialmente.

A centralidade da mídia no universo de referência dos cidadãos da democracia contemporânea tem duas conseqüências, em vista das ferramentas cognitivas disponíveis para que cada indivíduo construa explicações que vão possibilitar sua interação com o mundo público. Em primeiro lugar, como já ficou claro, importa a variedade e proximidade de quadros de referência pessoais alternativos à presença

homogeneizadora dos meios de comunicação de massa. O estímulo à associação e participação, portanto, também é um requisito indispensável à democratização da esfera comunicacional propriamente dita, importante para a construção de um ambiente cognitivo mais plural.

Em segundo lugar, as possibilidades políticas de pensar uma comunicação de massa democrática apontam para a necessidade de pluralidade também no consumo (e também, de alguma forma, na emissão) dos próprios meios de comunicação. O estreitamento dos quadros explicativos até o limite máximo da desinformação é favorecido por um ambiente informativo em que predominam canais uníssomos de informação, e tem como consequência um afastamento ainda maior entre os cidadãos e a esfera pública.

Fica evidente, assim, a importância de investigar as diferentes relações que os cidadãos estabelecem com estes meios, centrais no estabelecimento e alimentação das atitudes políticas, bem como os mecanismos discursivos que possibilitam sua maior aceitação, entre os quadros disponíveis. As questões que decorrem desta constatação referem-se, portanto, às características que modulam a recepção dos meios de comunicação de massa, dando origem a situações de comunicação distintas, com diferentes consequências políticas. Mais do que a quantidade de horas que cada pessoa passa em frente à televisão, nos interessa aqui um panorama global da mídia, na medida em que conforma seu universo cognitivo. *Como é usada?* Trata-se de uma abordagem fundamentalmente qualitativa da questão, justificada pela necessidade de explicitar as consequências políticas do consumo diferenciado dos meios de comunicação.

No âmbito desta pesquisa, o que se procurou foi evitar que os argumentos produzidos para explicar a relação entre mídia e cidadania caíssem na circularidade, evidente quando se sugere, por exemplo, que as pessoas que entendem, processam ou usam a mensagem ou serviço oferecido por um sistema de comunicação são as que são “capazes” disso, possuidoras dos recursos, tempo, habilidades e/ou acesso. De certa forma, é o que indicam as análises de fundo estrutural: os mais capazes de interagir proveitosamente com os meios de comunicação de massa disponíveis são, muito provavelmente, mais parecidos com seus emissores, mais educados, mais ricos, mais desenvolvidos em termos comunicacionais, melhor inseridos socialmente. O que está implícito é que os que não têm sua demanda de informação satisfeita precisam, de alguma forma, obter algo que lhes falta – educação, recursos econômicos ou de tempo,

motivação para ler jornais, complexidade cognitiva – de modo a se tornarem mais parecidos com os que já têm acesso.

Ora, estas considerações estruturais, embora importantes na definição de metas políticas visando a obtenção destes pré-requisitos para um uso mais aparelhado dos meios de comunicação, deslocam o problema do campo da comunicação propriamente dito para elementos de ordem socioeconômica, cujo tratamento escapa ao interesse mais direto desta pesquisa. Também tendem a permitir uma perspectiva elitista do problema, uma vez que se estabelece que os grupos de cidadãos de maior renda, maior educação e maior acesso coincidem na caracterização dos mais competentes. Não fornecem, no entanto, indicações para um uso inovador das novas tecnologias, ou para reformular sistemas cujos padrões de uso e exposição são monopolizados ou pouco democráticos.

Como alternativa, é possível pensar o processo comunicativo do ponto de vista do receptor, em relação a suas especificidades, investigando a situação de comunicação de cada indivíduo, ou seja, quais os constrangimentos e barreiras que indica como relevantes na busca e acesso a diferentes quadros de referência, qual o poder que atribui a si próprio na relação com o meio, qual o propósito da busca e processamento de informações. Afinal, os objetivos que motivam a busca por informação podem ser os mais variados: obter orientação, imagens sobre a realidade, um aprendizado com objetivos práticos ou motivacionais, sentir-se atualizado – grande premência do nosso tempo – ou simplesmente distrair-se, descansar, relaxar no pouco tempo de lazer, com ou sem a família (Dervin, 1989), enfim, as diferentes situações disso que se chama, generalizando, o consumo dos meios, as estratégias empregadas para buscar e usar informação, bem como os critérios e valores pelos quais o indivíduo vai avaliá-la.

A mídia não é simplesmente um veículo de informações à disposição de diferentes emissores, mas é ela mesma um quadro de referência principal, que antecede e orienta a percepção e apreciação dos eventos propriamente ditos. Entre os estudos de recepção, a perspectiva que mais se aproxima do nosso enfoque é justamente a que aponta para o fato de que mensagem e receptor são interdependentes, ou seja, necessitam um do outro para a construção do sentido. Como afirma Livingstone (1993, p. 7), “ao invés de conceber textos poderosos e espectadores passivos, ou textos indeterminados e espectadores poderosos, faz-se necessária uma posição negociada que reconheça a complexidade da interação entre texto e espectador, em que a codificação pode diferir radicalmente da decodificação”.

Trata-se do que Entman chama de “modelo de interdependência” entre audiência e mídia, em contraposição ao de uma audiência autônoma: “A opinião pública é formada pela interação das mensagens da mídia e o que a audiência saca delas” (Entman, 1989, p. 77). O sentido, por unívoco que possa parecer no momento da emissão da mensagem, só emerge totalmente na interação específica com o espectador concreto.

Isso não quer dizer que a mensagem, no momento de sua emissão, seja isenta de intencionalidade. O produtor da mensagem é agente privilegiado no processo da comunicação. O texto procura, sempre, posicionar seu futuro leitor como um tipo particular de receptor, endereçando-se a ele de determinada forma, e convidando-o a subscrever determinados conhecimentos específicos e perspectivas, propondo um “contrato de leitura” para o qual procura atrair o leitor (Verón, 1983). Este, por sua vez, está inserido num ambiente informativo em que os diversos quadros de referência têm presença e credibilidade desiguais. Também são diversas as capacidades de cada quadro de referência de repercutir junto ao público, ganhando visibilidade através da ressonância. O leitor desfruta do grau inevitável de abertura de qualquer texto, e pode aceitar ou negligenciar a direção de sentido proposta pela mensagem; isto é especialmente verdadeiro quanto mais abrangente e variado for o leque de informações com o qual contracenam. Mas é preciso não levar ao extremo a concepção de um espectador relativamente ativo, e não confundir sua ação sobre a mensagem com autonomia total em relação ao texto, sob pena de negligenciar o poder persuasivo do esquema explicativo oferecido pela mensagem. Apesar de polissêmico, ou seja, aberto a diferentes interpretações, um texto possui uma leitura preferencial, aquela para a qual a própria mensagem procura atrair o leitor.

Além disso, alguns fatores discursivos incidem na predominância dos meios de comunicação de massa como quadro de referência: as diferentes situações de comunicação, que envolvem as relações de identidade que cada indivíduo estabelece com determinados meios, e em cujo âmbito vamos situar muitas vezes aspectos cruciais como a acessibilidade, credibilidade e plausibilidade das explicações. Estas situações de comunicação dão origem a tipos de relação com os meios, ou tipos de recepção, que detalharei em seguida. Também ficou evidente, ao longo da pesquisa, a existência de mecanismos cognitivos recorrentes na construção de explicações para a política cujo funcionamento adequa-se particularmente bem ao modo, formato e enquadramentos da

televisão. Estes mecanismos, que perpassam os diferentes tipos de recepção, serão abordados no próximo capítulo.

3.2. SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO: INFORMAÇÃO É PODER

O principal ponto em relação à demanda explícita dos cidadãos com respeito aos meios de comunicação, recorrente no discurso de todos os entrevistados, é o sentimento de que a massa dos cidadãos é mais desinformada do que seria saudável para a política, e a democracia em particular. É esta a mais freqüente explicação para a má qualidade da elite política, resultados eleitorais insatisfatórios, falta de controle popular sobre as instituições e os representantes, e outras mazelas da vida política contemporânea. Os entrevistados podem ou não se incluir nesta maioria de “ignorantes”, mas todos concordam com o diagnóstico e com a importância de “estar por dentro”, saber o que vai no mundo, conhecer as “notícias importantes”, em evidência. Salta aos olhos a centralidade conferida por todos os entrevistados à informação, quando se trata de manifestar suas opiniões sobre a política.

A questão do conhecimento emerge nitidamente como um elemento básico na percepção que os indivíduos têm de si mesmos enquanto cidadãos e de sua capacidade de lidar com o mundo político. A “cultura” serve de referência não só para avaliar a qualidade do cidadão, mas também do político, e parece ser a maior causa da rejeição sofrida por Lula. De modo geral, pessoas com instrução, cultura, “graduadas”, são vistas como conhecedoras privilegiadas do mundo público, para além do cotidiano, uma elite cognitiva. Márcia exemplifica esta noção, embora ela não seja exclusiva dos mais instruídos.

Márcia. Por que o Lula? Por que não o Lula? Eu não posso achar, depois de tanta literatura – quando você se forma em política externa você lê feito um animal, nesse curso de relações internacionais não dá para computar o número de livros que você tinha que ler, a cabeça da gente quando você lê ela abre, não é possível que eu fosse admitir que alguém confiasse em Lula. Ele não tem a mesma literatura porque lhe falta conhecimento. Não tem a cabeça que eu espero. Não tem a discriminação de ser da classe trabalhadora porque eu também sou, não tem a discriminação do fator pobreza, é o fator "mente aberta" que ele não responde. Instrução. Não que o Lula seja pouco inteligente, na minha concepção ele tinha pouca abertura de idéias, sabe?

Destaca-se o papel importante de uma certa noção de conhecimento, vinculada à idéia de “graduação”, instrução, ou seja, escolaridade formal, combinada à valorização do acesso à informação. A questão da educação – e de seu reverso, a ignorância – também protagoniza uma versão freqüente para o comportamento eleitoral de políticos e cidadãos. É uma explicação, como vemos, que posiciona as pessoas de modo diferenciado em relação à política a partir da competência cognitiva que possuem ou acreditam possuir²⁰. Para os diferentes grupos de entrevistados, “saber como funcionam as coisas” da política é apontado como necessário para atuar politicamente.

A. Você acha que é uma coisa da política, ser sempre assim corrupta, ou acha que pode melhorar?

Felipe. Acho que pode melhorar sim. Com a educação. Por que educação? Com a educação, a pessoa vai tendo mais cultura. Não educação de somente estudar, tudo; estudar pra ler, pra saber que o senador está empregando crianças a R\$ 1 por dia, pergunta aí a milhares de pessoas, quem é esse anão do Orçamento? Pra saber o que o Antônio Carlos Magalhães escondeu na pasta rosa. Que é que tinha na pasta rosa? O nome de muita gente boa, né? Tanto tinha que o Econômico foi vendido para o Excel e morreu o assunto. Por que não fizeram a mesma coisa com o Andrade Vieira? Ele estava no governo, né? [...] Ninguém ouviu falar mais do Andrade Vieira. O dono do Bamerindus.

A. Você acha que faltam essas informações?

F. Falta muita informação pro povo tomar vergonha na cara e aprender a votar. Porque político, você tem que cobrar do político. Eu sempre pensei nisso, se eu fosse do meio eu ia fazer: a promessa que foi feita em campanha, se não for cumprida, a pessoa pode perder o mandato. Você tem a plataforma de campanha. [...] “Eu vou dar sopa pra todo mundo na ladeira, todo dia”. Aí não dou. Aí um dia o cara quer comer sopa na avenida. O homem da sopa lá. Aí não dou. Não tem condição. Se o cara renunciar ao mandato, ele não é reelegível. Aí o cara rouba pra caramba... sobra de campanha. Aí ele é novamente eleito. Político? Ele pode mudar sim, mas tem que ter a cobrança da sociedade.

A proficiência cívica descrita por Felipe, à medida que ele fala, distancia-se da imagem da educação formal, “educação de somente estudar”; trata-se, claramente, do acompanhamento das informações cotidianas da política, ganhando relevância os fatos presentes no noticiário jornalístico. A educação, assim, seria um passo no sentido de poder “ler”, obtendo informações acuradas sobre a política para poder exercer com competência o direito eleitoral, visto como a principal contribuição do cidadão comum para o andamento da democracia. Na fala de Felipe, nota-se a valorização da

²⁰ Vários entrevistados mostraram, em momentos diferentes das entrevistas, grande tensão e expectativa por colocarem a pesquisadora na posição do “saber”, apontando para uma defasagem cognitiva muitas vezes sentida como constrangedora. Os entrevistados se consideravam menos informados e conhecedores da política do que a pesquisadora, e muitos resistiam a falar de um tema que diziam dominar pouco. Às vezes reagiam como se estivessem tendo seu conhecimento testado. Estes e outros pontos da relação entre entrevistados e pesquisadora são retomados adiante, no apêndice metodológico.

informação jornalística cotidiana como a arma por excelência dos cidadãos “esclarecidos”, alimentando a possibilidade de denúncias. Mesmo sua idéia de um mandato atrelado às promessas feitas em campanha repousa no papel fundamental da mídia (no caso, a propaganda eleitoral) como documento. Outro aspecto de destaque no trecho citado, recorrente na reprodução das explicações políticas pelos cidadãos comuns, é a ênfase na importância de conhecer os nomes por trás dos feitos, negativos ou positivos. Trata-se de um dos mecanismos de incorporação mais frequentemente usados pelos receptores de todos os grupos, a ser analisado detalhadamente no próximo capítulo.

A. Como é que você acha que as pessoas escolhem em quem elas vão votar?

Felipe. Acho que o povo amadureceu, mas acho que ainda está à base do sopão. Isso acontece com muita gente que diz: ‘Que nada, chego lá, risco, boto um palavrão’. São pessoas que estudaram pouquinho, pessoas amargas, que dá chance pra um, pra dois, sofre pancada, pancada, pancada... Eu procuro saber, por isso é que eu digo que você tem que ler. Eu te falei que a Camata foi quem fez a lei dos 60%, porque eu li. Você sabe que ela fez essa lei, que o Brizola que fez os Cieps, que o Chico Vigilante criou isso e aquilo. Se você se informar quem são as pessoas, você pode até errar, mas vai estar com a consciência tranquila.

A. Você procura se informar mais na época das eleições?

F. Eu leio política o ano todo. Mas quando começa a propaganda política, eu vejo a propaganda política. Pode ser coisa de idiota, mas eu vejo propaganda política e escuto a *Hora do Brasil*.

Desenha-se uma elite cognitiva, que não inclui somente a educação formal, embora ela seja geralmente vista como requisito básico para a aquisição desta competência. As pessoas “estudadas”, que freqüentaram faculdades, como Ana, Luís e mesmo Vera, que apenas começou um curso de Comunicação numa faculdade privada do subúrbio, têm consciência e orgulho desta distinção, mas nem sempre isto coincide com sua inserção mais ativa na cadeia comunicacional. Também pertencem a essa elite cognitiva as pessoas que participam ativamente da vida política, seja em associações, na igreja, nos sindicatos. São pessoas capazes de traduzir o excesso e complexidade das informações disponíveis sobre o mundo público em atalhos práticos que facilitam a orientação e ação política dos demais.

O uso da imprensa escrita pelos receptores é de importância central para a compreensão da influência da mídia nas atitudes políticas. O acesso e hábito de leitura de jornais impressos é um dos principais diferenciais entre as várias modalidades de recepção, qualificando uma elite cognitiva com papel semelhante ao dos formadores de opinião das pesquisas clássicas. Ora, este grupo de formadores de opinião guarda muita semelhança com o processo de comunicação em duas etapas, já descrito por Lazarsfeld,

mas é importante ressaltar as diferenças significativas que caracterizam a elite cognitiva que identificamos aqui. Em primeiro lugar, sua qualificação como melhor habilitados que os outros para explicar (e portanto mediar explicações) reside não mais, como no modelo clássico, em sua proeminência social, sua atuação reconhecida na comunidade, mas sim no acesso e interesse pela informação especializada, no nosso caso, sobre a política. Os líderes de opinião detectados pelos estudos sobre a opinião pública operam hoje em uma sociedade em que a mídia é elemento central na explicação do mundo público; por mais plural que seja o universo de referências de cada cidadão particular, o quadro midiático é o mais diretamente acessível, dando conta também da dimensão temporal de atualização constante, presente na exigência do receptor de “saber as últimas”.

Ou seja, o capital de conhecimento e informação torna-se fundamental na definição dos fluxos da opinião pública, atribuindo aos meios o papel de capacitar determinados cidadãos a emitir explicações razoáveis para o mundo público, distante das preocupações mais imediatas da maioria. Os demais cidadãos justificam a busca destas opiniões argumentando que provêm de pessoas instruídas, informadas, “intelectuais” que, imagina-se, têm amplo acesso às notícias, cumprindo o papel de avaliá-las e tirar conclusões, oferecendo ao cidadão a “resposta certa”, o atalho cognitivo que economize os custos, necessariamente maiores, de construir explicações a partir de informações em primeira mão. Pois mesmo para Carlos, cujo consumo de informação é bastante limitado, sem se atualizar “a pessoa fica desorientada, sem assunto pra nada, você pára em um barzinho, a reportagem que passou ontem, as pessoas param pra conversar, no dia-a-dia”. Míriam e Cláudia, quando não conseguem responder a alguma das minhas perguntas, dizem que têm que se “ligar mais um pouquinho”.

Nesse sentido, o papel atribuído aos profissionais da imprensa corrobora a importância dos meios enquanto instrumento por excelência de conhecimento sobre a política, critério inclusive para o exercício da boa cidadania. Os jornalistas, especialmente, são vistos como responsáveis pela transparência da administração pública e pela denúncia e vigilância do poder político, através da incumbência, que lhes atribuem os espectadores, de fornecer-lhes a “essência dos fatos” políticos, como veremos adiante. Demanda ao mesmo tempo construída e respondida na ênfase da informação de massa no denunciismo e no jornalismo caracterizado como de serviço, que vem ganhando espaço e visibilidade especialmente no telejornalismo local. É alto, assim, o valor das denúncias políticas via mídia, seja nos programas televisivos de

escândalo como na mídia impressa, nas revistas semanais cujas matérias dificilmente passam sem comentário entre os receptores que costumam fazer da política um dos assuntos das conversas interpessoais, como Felipe e Luís.

A contrapartida de jornalistas individualmente heróicos é um sistema informativo visto por muitos como manipulado, controlado pelo governo e submisso aos poderosos. Trata-se de uma personalização do poder político, equiparável à que já encontramos quando os cidadãos criticam o sistema político e os políticos em geral, atribuindo no entanto o poder de mudar as coisas ao “presidente”, ou a outros personagens específicos do cenário político, como os jornalistas. Ou, ao menos, alguns deles: muitas vezes, o poder manipulador do sistema sobrepõe-se aos esforços dos heróis para cumprir sua missão de esclarecer o povo. Um exemplo recorrente em mais de um depoimento diz respeito a um boato conhecido, o de que Tancredo teria sido assassinado antes de tomar posse.

Wilson. Na minha opinião, o apresentador é manipulado a dar um tipo de notícia que o povo está esperando e não a informação real. Pra gente acho que não chega.
A. Quem você acha que manipula os apresentadores?

W. Deve ser o governo, indiretamente ou diretamente. Mesmo que o jornal queira publicar aquilo que ele quer, acho que não vai ter liberdade de expressar. Só pra ter uma idéia: foi comentado, não foi noticiado, que Tancredo foi assassinado. Diversas pessoas falaram. A Glória Maria presenciou. Ia começar a falar no jornal. E vamos dizer que tivesse acontecido isso, ele ter tomado um tiro. E se fosse noticiado isso na televisão, que seria do nosso país? O cara quando morreu, minha sogra chorou, minha filha chorou, todo mundo achando que seria esperança do país, de uma mudança. Quer dizer, seria uma notícia que o povo não poderia saber. Assim que o Tancredo morreu, ela ficou afastada um tempão. Naturalmente ela queria dizer ou botar a matéria no ar e não deixaram, seqüestraram ou sei lá o que fizeram. Ela mora numa mansão no Jardim Botânico, e hoje em dia só faz reportagem no exterior. De repente, “pô, você vai ganhar mais grana, vai ficar numa posição privilegiada dentro da emissora, você vai trabalhar lá fora”. De repente você vai numa boa, que vai fazer que milhões de gente não se enfureça. Mas de repente a nossa causa seria que um montão de gente se enfurecesse.

Wilson acha que os apresentadores, repórteres e telejornais são manipulados no sentido de manter as coisas como estão, têm função conservadora: a omissão do possível assassinato do primeiro presidente civil do país, uma morte que comoveu o país, pode ter impedido uma revolução de milhões de pessoas enfurecidas. Encontramos, no entanto, a mesma perspectiva em relação ao “dever-ser” do herói jornalístico e sua missão cívica, personalizante e moralizadora, e que contribui para a incorporação ao discurso comum de explicações jornalísticas que atendam a estes critérios cognitivos.

3.3. UMA TIPOLOGIA DO RECEPTOR: O ESPECTADOR E OS MEIOS

Embora variáveis sociais, culturais, psicológicas e conjunturais, como vimos, sejam importantes para entender o universo completo de referências de cada entrevistado, algumas explicações recorrentes em seu discurso, provenientes dos meios de comunicação, ajudam a delinear tipos de “receptor”, e diferentes relações com a mídia.

A influência dos meios de comunicação vai além do seu quadro de referência exclusivo, interferindo no que seriam consideradas, numa perspectiva mais limitada, relações de comunicação interpessoais. Falaremos, assim, de situações de comunicação, que envolvem a questão da vivência urbana destes indivíduos. Todos, à exceção de Cristina, trabalham fora de casa, e geralmente gastam muitas horas por dia no traslado entre a casa e o trabalho, alguns com o rádio ligado. À exceção de duas mulheres – Joana e Vera, que vivem sozinhas – e de Luís – que convive com a empregada –, todos vivem em famílias nucleares. A televisão ocupa um espaço importante no tempo livre de todos eles. Embora a estudante Cláudia assista rotineiramente sete horas por dia (o “recorde” entre os pesquisados), o fato de executivos ocupados costumarem assistir cerca de duas horas de televisão por dia continua sendo significativo.

Só foram selecionadas pessoas que responderam, no questionário que serviu de base para a escolha dos entrevistados, que assistiam toda noite a algum telejornal – pois a idéia era, justamente, comparar o consumo de meios específicos, com seus enquadramentos, às explicações construídas pelos indivíduos. A seleção procurou equilibrar, além disso, os espectadores escolhidos em função de seu acesso à informação de modo geral e do interesse pela informação política em particular²¹.

No entanto, ao longo das entrevistas, foi possível perceber que a assiduidade ao telejornal preferido varia, para alguns, de acordo com a intensidade do trabalho naquele período, a chegada do verão e do calor, contingências familiares, todas essas razões e outras mais justificando a “falta de cabeça” para assistir aos jornais. Da mesma forma, o recurso e a combinação diversificada de meios de comunicação com características próprias modula a recepção de cada um deles tanto quanto características demográficas ou econômicas. Em outras palavras, dados demográficos como a idade e o sexo têm

²¹ Inspirada na classificação de Graber (1988), que distribui os receptores de noticiário político em quatro grupos a partir de interesse (alto/baixo) e acesso (amplo/restrito), a seleção feita para a presente pesquisa procurou equilibrar os entrevistados de acordo com estes parâmetros, que têm validade explicativa, segundo Graber, no processamento das informações.

tanto peso, na análise de um espectador de televisão, quanto saber se ele tem ou não o hábito de ler jornal, ou que programas de televisão assiste assiduamente.

Neste sentido, entendo a mídia em geral, e a televisão em particular, como um quadro de referência no mesmo nível de outros a que cada indivíduo está sujeito. Em termos cognitivos, não faz diferença para o indivíduo se a explicação estrutural que usa recorrentemente para entender e explicar a política foi ouvida entre os amigos do bar, na van em que volta do trabalho ou no telejornal das oito. Justamente a riqueza e superposição de diferentes quadros de referência é um dos principais fatores que vai determinar a situação de comunicação de cada pessoa, relacionada por sua vez a uma atitude política mais forte e positiva. Como vimos, no entanto, a mídia de massa ocupa hoje um espaço privilegiado no universo da informação disponível para qualquer cidadão, caracterizando-se num quadro de referência especialmente acessível a qualquer cidadão, autorizado pelo status e credibilidade que lhe atribuem as pessoas na construção de seu universo de referências. Embora a emissão dos grandes meios tenda à homogeneidade, fato tanto mais significativo para uma grande maioria que não recorre a quadros de referência alternativos, as diferentes situações de comunicação em que se encontram os cidadãos modulam e pluralizam a recepção.

É claro que as características sócio-econômicas das pessoas, como seu nível educacional ou de renda, são determinantes para situações de comunicação diferenciadas, influenciando desde a capacidade e hábito de leitura quanto o acesso a quadros de referência midiáticos mais exclusivos como canais a cabo e internet. Aqui, no entanto, categorizaremos os diferentes tipos de recepção de acordo com elementos como o objetivo e motivação da busca e processamento de informações, as estratégias de uso da informação, bem como os critérios e valores pelos quais o indivíduo vai avaliá-la. O acesso – amplo ou restrito – e o tempo de exposição também modulam a recepção²², e se encontram portanto considerados nas relações dos indivíduos com os meios, que procuramos sistematizar.

A partir desta distinção básica, procuramos identificar padrões comuns de consumo dos meios, para então extrair conclusões a respeito da inter-relação entre este quadro de referência específico e a atitude política de cada cidadão. As modalidades ou tipos de recepção, as maneiras identificáveis pelas quais as pessoas usam os meios, vão

²² De acordo com a classificação de Gerbner (citado por D'Adamo, García Beaudoux e Freidenberg, 2000), os telespectadores dividem-se, de acordo com o número de horas de televisão a que assistem, entre “duros” (que consomem mais de quatro horas de televisão por dia), moderados e leves.

além da quantidade de informação disponível, embora influenciadas certamente pela intensidade com que cada cidadão procura manter-se a par dos assuntos públicos. Este interesse, por sua vez, pode ser relacionado com as diferentes atitudes políticas. Portanto, convém qualificar acesso ou não aos meios, levando em conta o conteúdo e o modo como usam o quadro de referência midiático, que varia muito entre os consumidores de meios de comunicação. Só assim é possível dar conta das diferenças entre pessoas que não saem da rotina de assistir toda noite ao *Jornal Nacional*, como Luís, Mário, Solange e Leonardo. O contato com a imprensa escrita, a comparação com outros jornais e com quadros de referência externos à mídia, a importância e credibilidade relativa dos meios determinam diferenças na recepção.

Esta categorização indutiva, resultado da análise de entrevistas em que os cidadãos foram instados a emitir e justificar suas opiniões políticas, nos permite uma perspectiva própria em relação a alguns achados e pressupostos dos estudos de audiência. Neste sentido, o que sugerimos é que determinados comportamentos e padrões de recepção da informação política, apontados pela literatura, parecem estar ligados aos diferentes modos específicos de recepção que, aqui, procuramos apreender. Mais do que simplesmente a variação das atitudes em função da quantidade de horas de televisão a que tal cidadão assiste, vamos investigar uma relação mais humana e, portanto, complexa, com uma rede de meios de comunicação com características e públicos distintos, cujas diferentes combinações de consumo dão origem a tipos de receptor, alguns dos quais nos remetem a comportamentos e estratégias já identificados em outros contextos.

De forma semelhante aos desdobramentos efetuados em relação às atitudes políticas, problematizando a dicotomia clássica alienado/integrado, o que encontramos não é uma divisão clara entre elite cognitiva e massa ignorante, mas uma série de nuances que diz respeito também à inserção destes cidadãos na cadeia de construção de explicações que confere sentido ao mundo político. Diferentes tipos de relação com o conjunto dos meios modulam a recepção específica de cada veículo, programa e notícia. É nesse sentido que se desdobram, aqui, os ditos receptores.

ÁVIDOS

Felipe, Luís, Joana e Márcia têm acesso plural e diversificado à mídia de massa: todos assistem com assiduidade vários canais de televisão, inclusive via cabo, procuram ler um ou mais jornais diariamente, lêem revistas e livros. Não chega a ser um grupo variado em sua composição educacional e socioeconômica, como é de se esperar, pois estes são elementos que tendem a abrir maiores possibilidades de acesso à informação, tanto especializada quanto geral. Luís e Márcia são de classe média-alta, mas Felipe é classe média e a médica Joana, embora tenha um alto nível educacional, tem baixa renda. Tomado em conjunto, é o grupo de mais alta escolaridade – todos, exceto Felipe, têm curso superior completo. Tendem a ter boa memória para a história recente e oferecer explicações multicausais para as questões levantadas, apresentando muitas vezes mais de um ponto de vista.

O que os caracteriza como ávidos é a inclinação quase compulsiva em relação a manter-se informados sobre o mundo em geral e a política em particular. O motivo da busca ávida por informação política pode atender ao desejo de bom funcionamento social, para a aceitação em círculos em que este é um assunto recorrente, como para Luís; ao sentimento de dever cívico, como para Felipe; ou, ainda, aos benefícios diretos que decorrem do capital de conhecimento, como para Márcia, recompensada por conhecer as mudanças na lei do Imposto de Renda, privilégio dos leitores de jornal, principalmente os muito atentos, beneficiários de uma informação política rotineira e confiável.

Márcia. Quando eu me separei eu fui no Banco Itaú: “eu sei que vocês estão me devendo”. “Mas como é que você sabe?” “Porque eu li que o Ministro tal falou que ia haver um negócio que ia ser assim”. Passou, ninguém mais falou nada, sabe aquelas coisas que ficam escondidas e que eles mencionam numa frase de jornal, se você pegou, pegou, se não, não pega mais. Se alguém for reclamar, estava no jornal. Eu acho que o cidadão tinha a obrigação de ler o jornal.

Este trecho ilustra uma percepção comum a estes entrevistados: a de que pertencem a uma “elite cognitiva”, melhor aparelhada para avaliar o mundo, com maiores possibilidades de escapar à falta de informação – ou manipulação – da televisão. De modo geral, pessoas com instrução, cultura, “graduadas”, são vistas como conhecedores privilegiados do mundo público, tanto por si mesmas quanto pelas pessoas dos demais grupos, que se descrevem como pouco informadas e pouco interessadas.

Em termos de seu consumo de mídia, são pessoas que valorizam a velocidade da informação, importante na medida em que “manter-se atualizado”, conhecendo os nomes e fatos em foco no noticiário cotidiano, é um dos critérios para a demarcação entre informados e desinformados. Neste sentido, também importa a novidade, o furo jornalístico, contraposto à sensação de redundância de que às vezes reclamam alguns destes receptores. Mas o que caracteriza especificamente os receptores ávidos é a tentativa de avaliar autonomamente as explicações propostas, valendo-se de sua capacidade de comparar diferentes canais e meios. Assim, na ânsia por obter informação qualificada, tendem a sobrepor várias fontes.

O recurso a mais de uma fonte obedece a critérios de abrangência, relativos à sensação de sentir-se suficientemente informado sobre “o que interessa”, e à demanda de veracidade, ou seja, a acurácia da cobertura jornalística. Para este tipo de receptor, com acesso múltiplo à comunicação de massa, os meios são considerados heterogêneos, e alguns mais valorizados. Para os que lêem jornal diariamente, esta é uma das fontes mais freqüentes de exemplos. Na verdade, o jornal impresso desempenha um papel importante para todos os grupos, na qualidade de documento confiável e capaz de dar a indicação valorativa demandada pelas pessoas. Embora nem todos o leiam, a autoridade e a credibilidade conferidas ao jornal perpassam os diferentes tipos de recepção. Luís enfatiza, no trecho abaixo, a necessidade de ir além da informação mais facilmente disponível na televisão, ou seja, no diferencial que é “ler o jornal todo dia”. O curioso é que as colunas citadas como exemplo de uma análise mais aprofundada, uma leitura mais “substanciosa”, são informes com notinhas curtas, de bastidores – o que há no jornal de mais parecido com a televisão²³.

A. Em matéria de televisão, quais assuntos chamam mais a sua atenção?

Luís. Nada de especial. Como eu estou dizendo, os jornais [da televisão] são muito vazios... Eu leio o jornal todo dia. Leio o *Jornal do Brasil* de cabo a rabo. Eu acho a mídia escrita mais densa, mais informativa. Te dá a possibilidade mais analítica, certo? O audiovisual não te dá essa possibilidade analítica. [...] Por exemplo, o “Informe JB”, ou “Informe Econômico”, a leitura exige de você mais atenção, mais concentração. Na realidade, eu ouço telejornal, eu ouço radiojornal – eu boto na rádio *Jornal do Brasil* – e é essa a sensação que eu tenho, de ser uma coisa muito superficial. Se você quiser uma coisa mais substanciosa, você tem que ler no jornal.

²³ Os próprios jornalistas de ambos os meios também consideram o jornal impresso o espaço adequado para a compreensão de temas mais “difíceis”, excessivamente novos, técnicos ou abstratos para a linguagem de televisão. Recentemente, o apresentador de um dos principais telejornais americanos, Dan Rather, a respeito do discurso do presidente Bush sobre as células-tronco, em um dos picos da polêmica da clonagem humana, declarou: “Esse é o tipo de assunto com que, francamente, o rádio e a televisão têm alguma dificuldade. (...) Se você estiver realmente interessado nisso, vai querer ler, em detalhe, um dos melhores jornais amanhã” (Revista *Time*, edição América Latina, agosto de 2001).

É interessante notar a semelhança entre a postura destes leitores assíduos de jornal e a tendência do enfoque destes veículos, que têm se caracterizado por uma orientação mais “cívica”, de guardiães das instituições democráticas, com uma ênfase maior nos partidos, governo etc., em oposição ao rádio e à televisão, mais sensacionalistas, personalistas e apelativos (ver Lattman-Weltman, 1998).

Corresponde a essa tendência a atitude predominantemente forte e positiva dos receptores ávidos, para os quais o jornal impresso é um importante quadro de referência²⁴. Neste sentido, cabe chamar a atenção sobre o status adquirido não apenas pelo aprendizado da leitura, o domínio simples das técnicas de ler e escrever, mas principalmente o aprendizado através da leitura, vista como uma ferramenta que permite o acesso a conhecimentos extremamente especializados, às vezes exclusivos²⁵.

O acesso diversificado é ampliado pelo conhecimento do funcionamento técnico dos meios, dando-lhes uma perspectiva mais crítica em relação aos enquadramentos predominantes²⁶. Estes receptores assistem e comentam inclusive programas “importantes”, mas de que não gostam, como o horário eleitoral. Conhecimentos provindos de outros quadros de referência também podem servir para qualificar a recepção da mídia de massa, como mostra Márcia, quando usa seu conhecimento acadêmico sobre as regras da economia de mercado para questionar o otimismo reinante na mídia e na opinião de seus interlocutores.

A. Compraram o quê?

Márcia. Carros e geladeiras, linha branca, eles compraram em 36 vezes. Eu tenho um colega lá da empresa que tá demitido agora que comprou carro atrelado ao dólar. Eu ainda falei: “Vocês são corajosos demais!”, “Não porque o dólar não vai mais aumentar”. “Gente vocês não sabem o que tá se passando. Não façam isso, peguem uma taxa fixa e assinem o contrato com taxa fixa e ponto final.” Compraram em dólar. O que aconteceu com o dólar, o dólar deu essa *vup*, os contratos *vup*, agora o dólar cai, tudo bem. E quando ele subir de novo? Então, pode ser que eu esteja falando uma grande bobagem. O pessoal diz que não. Todo mundo diz que quem comprou dólar se danou. Vamos ver, se tudo der certo, se o Fernando Henrique continuar com essa paridade. Essa paridade é irreal. Como é que pode o Brasil ter uma moeda mais alta do que o

²⁴ Um quadro completo das implicações dos tipos de recepção para as atitudes políticas finaliza este capítulo.

²⁵ Central na distinção entre capazes e incapazes politicamente, o domínio do aprendizado pela leitura também pode ser visto como elemento-chave para a demarcação clara do que hoje é conhecido como infância, fenômeno que para alguns autores coincide com a difusão da imprensa (ver Eisenstein, Elizabeth L., citada por Meyrowitz, 1985).

²⁶ Lins e Silva (1985) nota, em seu estudo sobre a recepção do *Jornal Nacional* entre trabalhadores, que, à medida que são apresentados a algumas técnicas de apuração e, especialmente, edição telejornalística, eles vão se tornando mais conscientes do potencial de manipulação do meio.

dólar? Não justifica isso, eu acho um absurdo. O dólar é uma moeda superforte no mundo todo, aqui é uma moeda mais baixa?

A *expertise* cognitiva que lhes é atribuída também os situa, como vimos, em posição especialmente proeminente em termos da construção de explicações políticas. Suas opiniões são demandadas, avaliadas e incorporadas por outras pessoas, justamente por possuírem o aval de um acesso amplo e especializado à informação. Essa busca intencional de informação política, motivada como é para a elaboração de justificativas suficientes e aceitáveis para a ação e opinião políticas, privilegia o uso de atalhos cognitivos, ou seja, explicações mais abrangentes, “essenciais”, que escusem o esforço de processar autonomamente grandes quantidades de informação sobre assuntos que, muitas vezes, são periféricos na “ordem do dia” pessoal de cada um, pois mesmo os cidadãos de atitude forte e positiva o são em comparação com os outros; foram selecionados todos por serem “comuns”, ou seja, não terem na política o centro de sua vida ordinária. A necessidade de que tais explicações sejam especializadas, como disse, significa que devem ser abalizadas, provir de fontes consideradas confiáveis. É por isso que a leitura de jornais vale mais, na definição deste grupo, do que o acesso a canais de TV a cabo ou à internet.

Consumidores ávidos de comunicação de massa consideram-se, portanto, especialmente qualificados quanto a seus conhecimentos políticos, em relação aos telespectadores “comuns”. No entanto, a própria pluralidade de quadros de referência a que têm acesso faz com que estabeleçam parâmetros de avaliação dos diferentes meios, priorizando os mais “confiáveis”, na falta de tempo para recorrer a quadros de referência externos à mídia. Embora todos estes cidadãos tenham recurso a quadros de referência alternativos à mídia de massa, esta torna-se muitas vezes um atalho, cognitivamente autorizado, destinado a poupar o sujeito do tempo e esforço necessários para processar autonomamente, em primeira mão, todos os fatos políticos.

Deste grupo, embora tenha outros quadros de referência (“saiu numa pesquisa, um amigo me contou”), Felipe é dos entrevistados que mais recorrem aos meios de comunicação, considerando-os fundamentais para o exercício de uma cidadania esclarecida, situando-se, como vimos, como parte da elite cognitiva autorizada a emitir juízos fundamentados sobre a política. Felipe é dos que mais assistem TV a cabo, especialmente esporte, programas jornalísticos e documentários, sempre reclamando da repetitividade dos noticiários da *Globonews*, dos quais não deixa no entanto de ver todas

as versões que consegue. Felipe gosta de conversar sobre conjuntura política e escândalos, de exercer com os amigos (e nas entrevistas da pesquisa) o papel de indignação fundamentada; quando proponho o assunto das empreiteiras a Felipe, ele reage dizendo que “esse assunto é gostoso”. Na televisão aberta também assiste basicamente a programas jornalísticos e esportes, cita muito o *Fantástico*, gosta de documentários e filmes. Quando não tem tempo de ler *O Globo*, que assina e leva de um lugar para o outro na esperança de ler, diz que “relaxou”, dando uma conotação culpada à afirmação. Felipe procura suprir sua alta demanda de informação política recorrendo quase exclusivamente aos meios de comunicação de massa, que informam suas explicações preferidas sobre a política; neste caso, eles tendem a se reforçar, numa circularidade que o próprio Felipe aponta quando reclama da “repetitividade” do noticiário.

Outro exemplo deste tipo de receptor é Joana, cuja relação mais ideológica com os meios tem conotação claramente crítica. Ela faz questão de frisar seu acesso e cultivo de fontes de informação ecléticas e variadas: procura em vários canais (particularmente a TVE, já que não conta com canais pagos) entrevistas que lhe interessem, ouve muito rádio de madrugada, gosta de saber o que está acontecendo na novela. No trem para a Baixada, usa o tempo para ler jornais, além de conversar com as pessoas. Sua rotina multi-informada inclui, quase todo dia, assistir ao *Jornal Nacional* e ao da *Manchete*, mesas redondas e programas políticos variados. A importância que dá ao conhecimento de informação política ilustra-se no hábito de recortar e guardar os artigos de jornal de que mais gosta – atestando, assim, o valor documental e o caráter confiável atribuídos a este veículo pelo grupo mais influente em termos de quadros de referência interpessoais. Para elaborar uma explicação a favor do argumento de que “se não houver uma melhor distribuição da riqueza, a vida vai ser inviável”, Joana recorre ao aval de um grupo de economistas, em caderno especial de jornal, o tipo de coisa que ela costuma recortar para guardar. É importante notar que o argumento não é reproduzido, mas passa a fazer parte de um substrato cognitivo que permite o uso de explicações simplificadas, porém “autorizadas”.

Joana. A confusão toda aí no mundo, e os que estão ganhando dinheiro querendo chupar as tetas. Eu tava vendo a turma falando – os economistas, né – eu tava lendo no *Jornal do Brasil*, na *Folha de São Paulo*. A opinião de vários economistas – porque essas coisas geralmente eu guardo, mas com a mudança tive de jogar fora muita coisa. Os economistas dizendo, e eles mesmo contestando, que tudo o que eles disseram, tudo o que eles diziam, eles não

tinham idéia do que ia acontecer depois, mas que tava acontecendo, tava. Todos eles, não sabiam o que estava acontecendo de fato. Todos eles – mas todos eles, certo? Era assim, a opinião de vários economistas brasileiros.

O acesso a tecnologias diversificadas de informação não necessariamente denota uma variedade de quadros de referência. É o caso da internet, que tem usos diferentes nas diferentes categorias de receptores: Ivone, do grupo dos assíduos, usa a internet para comunicar-se por e-mail com a sobrinha que mora nos Estados Unidos, simplesmente como um correio mais rápido, mantendo seu padrão de consumo mais passivo. Já Felipe, embora “não soubesse mexer direito”, entra no *site* do Supremo Tribunal Federal para obter uma informação específica para um amigo, mostrando um interesse mais ativo. E Vera, consumidora de escândalos, aproveita a possibilidade de se conectar no trabalho para checar as reportagens dos grandes jornais diários sobre o assunto “quente”, “do momento”.

Entre as características do grupo de receptores que caracterizamos como ávidos, destaca-se portanto a proeminência política que assumem, uma vez que se atribuem, e lhes é atribuído, o papel de traduzir para os cidadãos menos informados a “essência” dos fatos e notícias políticos, ocupando o lugar de “formadores de opinião”, não mais diretamente vinculado ao exercício de um papel socialmente significativo na comunidade e ao conhecimento em primeira mão de seus problemas, mas sim pelo consumo dos meios, ou seja, exatamente por sua condição percebida de ávidos.

ASSÍDUOS

Uma frase de Ana ajuda a entender este grupo de receptores: “A gente que é razoavelmente esclarecida fica confusa, imagine a maioria!”, espanta-se, tentando explicar à pesquisadora, e a si mesma, a intrincada lógica das coligações nos diferentes níveis – federal e estadual – das eleições de 1998. Decidida a votar em Fernando Henrique e não conseguindo distinguir, entre as sinalizações dúbias do presidente e os partidos aliados, o caminho para o “voto coerente” que gostaria de dar, ela parte para outros atributos na hora de definir seu voto, mais acessíveis a partir da mídia, quadro de referência central.

Roberto, Ana, Ivone, Leonardo e Otávio têm amplo acesso à TV aberta, hábitos de consumo regular de meios de comunicação, combinando um telejornal diário à leitura habitual de um jornal e à audiência, eventual, de algum outro meio. Ana, Ivone e Otávio são assinantes do jornal *O Globo*. Roberto folheia *O Globo* e a *Gazeta Mercantil*, no trabalho, parando realmente para ler uma vez por semana, quando muito.

O jornal que chega à casa de Otávio, na verdade, é lido cuidadosamente pelo pai, funcionário de empresa estatal aposentando, que gosta de política e é fonte de vários enquadramentos para as explicações preferidas pelo entrevistado. Roberto e Ana têm canais de TV por assinatura. Pedro ouve muito rádio e assiste ao Ratinho. De modo geral, consideram-se acima da média em termos de acesso e compreensão da informação política e são, em alguma medida, embora em menor escala que o grupo anterior, vistos e procurados como “explicadores” da política.

Excetuando-se Leonardo, que tem nível educacional secundário, os outros todos têm curso superior. Ana sente necessidade de justificar-se para poder comentar o programa do Ratinho, que é, junto com outros programas de auditório, assistido pelos pais, uma vez que “a expectativa de cultura deles é totalmente diferente da nossa”. No entanto, embora considerem importante manterem-se informados, se comparados às pessoas do grupo anterior, que se empenham ativamente na busca de informação, estes receptores são mais passivos em relação à procura por notícias políticas, geralmente limitando-se à audiência do telejornal habitual, à leitura eventual de um ou outro jornal e, para Pedro, o rádio. Tendem a prestar atenção ao que chega às suas mãos, pois são todos curiosos em relação ao mundo que os cerca, mas não têm motivações maiores para se mobilizarem na busca de informações para além das que lhes chegam, já em grande quantidade, pelos meios que usam rotineiramente. Os hábitos do consumo de informações têm papel importante para este grupo (ver D’Adamo, García Beaudoux e Freidenberg, 2000); seu consumo de uma variedade restrita de enquadramentos, tendencialmente homogêneos, faz com que funcionem como caixas de ressonância para os enquadramentos predominantes na mídia.

Enquanto os receptores ávidos procuram intencionalmente informações sobre a política, empenhados em comparar quadros ou, no mínimo, procurar informação “autorizada” por fontes especializadas, os receptores assíduos “deixam-se informar”, numa atitude basicamente passiva, privilegiando os meios, canais e horários “de maior audiência”, a informação mais prontamente acessível. A principal diferença em relação ao próximo grupo, dos consumidores de escândalos, é a preferência em geral pela mídia jornalística, e não só de entretenimento. Para este grupo, além do noticiário e documentários, o esporte ocupa lugar de destaque entre os interesses na oferta dos meios; para Ana, especificamente, o “mundo da cultura” – teatro, cinema, letras e artes – também é chave em sua relação com a mídia.

Embora apresentem maior uniformidade em termos dos tipos de mídia a que têm acesso, estes receptores podem ter um universo cognitivo bastante rico e plural, quando os indivíduos encontram-se em contato, como no caso de Leonardo e Otávio, com outros quadros de referência, interpessoais. O acesso a quadros de referência variados, como notamos em relação aos consumidores ávidos, permite uma perspectiva crítica em relação mesmo à imprensa cotidiana, levando Leonardo – o mais plural deste grupo em termos de referências externas à mídia – a comparar as diferentes coberturas dadas ao “arrastão” dos camelôs, avaliando inclusive suas implicações políticas.

Leonardo. Em cima da política tem muito trabalho de imprensa. Essa coisa que o Conde fez agora, de recolher os barracos na praia, padronizou, cortou muita coisa – a imprensa, pelo que eu vi, deu um apoio ao Conde. Hoje mesmo teve uma reportagem, foram confirmar como é que estava. Teve um apoio da imprensa, em termos de televisão e jornal, principalmente televisão. O 4 estava mais acompanhando, dando mais frequência, claramente eles estavam a favor do Conde, eles conseguiram não ter tumulto. Teve tumulto um dia só, não teve mais tumulto. Geralmente são coisas que dão vários tumultos, dá um, 2, 3 dias. Esse não, foi o dia da coleta mesmo e não teve mais, não teve manifestação, não teve nada. Agora, se a imprensa começa a partir do outro lado, o negócio seria um pouquinho diferente, Conde até que ia conseguir fazer o que ele fez, mas ia demorar um pouquinho de tempo.

A. O outro lado, é o dos camelôs?

L. Justamente. Começar a correr atrás, achar que não deveria ser naquele ponto... Por exemplo, tinha 500, agora vai ter 200. Se a imprensa acha que deveria ficar pelo menos 400, começa a questionar isso, se a imprensa puxa para esse lado, Conde até ia conseguir cortar os 300, mas eu acho que levaria mais tempo.

A. A mídia é que manda?

L. Eu creio que sim, não manda mais que o prefeito, é o que eu te falei, Conde poderia até conseguir fazer o que fez, mas não faria no tempo em que ele fez, ele conseguiu em duas semanas. A imprensa envolve muito essas coisas, facilita.

A tendência, no entanto, como não estão prioritariamente preocupados com a informação política, é uma certa circularidade, com forte presença das explicações oferecidas pela mídia de massa, pois os meios que consomem tendem a reforçar-se mutuamente, repetindo enquadramentos. Alguns receptores assíduos, dedicados exclusivamente a consumir variedades da mídia de massa, embora muito informados, têm portanto um universo de referências relativamente pobre.

O acesso assíduo à mídia de massa, embora com as limitações expostas, habilita mesmo estes a se pronunciarem com autoridade sobre a política. Roberto deixa claro que, no momento eleitoral, pode prescindir do horário eleitoral por ser um consumidor assíduo, conhecer os candidatos “*top* de linha”. Assim, políticos em evidência na mídia podem situar-se, para este grupo, acima das diferenças partidárias que, a princípio, poderiam ser um critério claro para a escolha eleitoral. Roberto deixa claro como é a

informação que chega até ele, sem que ele precise “buscar”, e quais os critérios para considerá-la suficiente. Considera-se competente para avaliar as opções disponíveis, e a informação existente é suficiente. Quando perguntado sobre seus critérios para votar em determinado candidato, começou apontando para o peso – negativo – das legendas de esquerda, afirmando “não gostar” do PT nem do PDT.

À medida que nos afastamos dos receptores mais ávidos por informação política, notamos que a motivação para informar-se vai ganhando caráter mais instrumental. As justificativas dadas para lembrar tal ou qual matéria remetem mais comumente à utilidade profissional, familiar ou pessoal, e menos à importância cívica e política de um exercício informado de cidadania. Assim, é o ponto de vista pessoal, a identificação dos problemas individuais que rege, muitas vezes, o padrão das matérias mais lembradas; as situações de comunicação estabelecem-se em função de suas conseqüências para o indivíduo. Estamos próximos do que Piaget chamou de egocentrismo intelectual (ver Levorato, 1988).

Roberto. Eu li uma notícia ontem que não me irritou, mas me deixou preocupado. Que o Carrefour vai centralizar as compras.

A. E isso quer dizer?

R. Que de repente ele passa a comprar de São Paulo. A central deles é São Paulo, e aí eu paro de vender para eles.

A. Você tinha me dito que já aconteceu com outro...

R. Aconteceu com o Pão de Açúcar, então é preocupante. Mas não chega a irritar, não vai matar ninguém.

A. E alguma notícia que tenha te desagradado?

R. Que Lula subiu nas pesquisas.

A. Isso te irritou?

R. Me irritou não, me desagradou.

A. Mas o Lula continua subindo nas pesquisas?

R. Acho que não, que ele deu uma estabilizada, ou uma queda pequena, e o Fernando Henrique subiu um pouco mais.

Curioso que ele faça questão de ser preciso na definição de sua reação, retirando-lhe o cunho emocional que a pesquisadora, com a insistência no termo “irritar”, parecia querer lhe impor. Os fatos são vistos desapassionadamente, como convém a um tipo de receptor declaradamente passivo em termos da informação e conhecimento políticos. Ao mesmo tempo, tendem a desprezar programas de auditório, novelas e programas sensacionalistas, a mídia mais “fácil”, identificada com o grupo de consumidores de escândalos. Ana exemplifica de maneira clara seu caminho de leitura do jornal *O Globo*, típico de um leitor assíduo: pautado pelas notícias da “ordem do dia” – mas superficialmente alinhavado:

Ana. Quando é uma coisa assim muito, muito atual, por exemplo, quando saiu o pacote de mudanças econômicas, aí eu vou dar uma olhada primeiro naquilo, ficar por dentro. Mas não tenho assim vontade maior de esmiuçar, questões econômicas, políticas, é uma coisa que não gosto. [...] Eu vou na notícia, vejo, tomo conhecimento, até para não ficar alienada, né? Saber das coisas. Mas logo em seguida procuro a parte de amenidades que é a parte cultural, eu quero saber o que está acontecendo na parte de cultura na cidade, da exposição de arte, mesmo que eu não vá.

A. Então o segundo caderno você lê inteiro?

Ana. É, eu vejo a parte de cinema, de teatro, de dança, a parte de entrevistas, se tem uma entrevista interessante, o editorial, dou uma olhada, vejo qual é o tema – nem sempre leio, né? E alguns artigos, os artigos eu vejo pelas pessoas, quem tá escrevendo.

Em relação aos temas que escapam de seus interesses mais pessoais, Ana exemplifica a reação comum dos espectadores deste grupo. É o padrão recorrente para as explicações oferecidas sobre o mundo político: a política interessa na medida em que me afeta de perto, seja com as mudanças nas taxas de juros ou com a ameaça de uma moeda única para todo o Mercosul. Quando sentem as notícias como “distantes”, estes espectadores tendem a diminuir a atenção e a desconsiderar os enquadramentos menos correntes.

A. Eu queria que você comentasse (...) a tal crise das bolsas.

Ana. Essa é uma coisa que me assusta e está distante de mim [...] A gente sabe que está muito próximo, que o que acontece lá tem repercussão aqui, então é uma coisa que me assusta, que eu não entendo.

A. E o que é que você sabe a respeito? O que aconteceu?

Ana. Ah, eu sei que acontece lá e que aqui começa todo mundo já a se [preocupar]. O governo e os empresários. As medidas do governo em função do que acontece lá fora, eu sei que tem.

A. E o que é que acontece lá fora, você sabe dizer?

Ana. Não, nem desconfio. [...] Acho que a crise econômica é do país, agora, gerada por quê e em função do tipo de economia, eu não entendo da economia, aqui do meu, quanto mais lá de fora, né? Mas é uma coisa que assusta.

A. Qual é a repercussão que tem aqui?

Ana. Mudanças de medidas, políticas, eu acho que a gente está atrelado a determinados países mais desenvolvidos, através das medidas de taxaço, de importação, de exportação, eu vejo relação nisso. As coisas que a gente importa e exporta têm a ver com o que eles decidem lá, como a gente é um país menor em termos econômicos, em termos financeiros mesmo, o que eu leio, o que eu percebo, [é] que a gente depende das decisões de lá para tomar as nossas aqui, o outro dia estava lendo daquela reunião também, dos presidentes do Sul, do Mercosul, é uma coisa que também tenho que começar a tomar consciência disso, que é que vai ser isso? Essa é uma coisa que vai mudar, inclusive eu li que vai haver mudanças de moeda, que é uma proposta nesse sentido [...]

A. Sabe quais foram as medidas (tomadas para prevenir a crise econômica)?

Ana. Aumento de taxas de juros, agora já estão voltando atrás, já estão diminuindo em função da recessão, do desemprego... Quer dizer, um pouquinho vou acompanhando, algumas coisas que estão acontecendo, mas

realmente não tenho vontade de ir fundo nesse assunto, acho que desgasta muito, que para mim é difícil. E eu sei que não vou ter uma interferência direta, sabe? [...] Quando eu era professora, ainda me sentia na obrigação de estar mais consciente pra poder estimular os jovens...

No momento eleitoral, Ana evidencia a importância do assunto para receptores pautados, como sabemos, pelo que está em evidência no noticiário. Para ela, neste momento o foco eram as eleições “para presidente, que é o voto maior”. E que envolve mesmo cidadãos de atitude política fraca, como Ana. O longo trecho citado justifica-se como o melhor exemplo de um cidadão cujo quadro de referência midiático é evidentemente o mais central em suas elaborações sobre os candidatos a presidente. Ela parte espontaneamente para o tema, descartando a pergunta, que era sobre Clinton. O cotidiano da política, alimento do noticiário televisivo, personalizado, superficial e antagonístico, com ênfase na competição, predomina em seu discurso sobre a política.

Ana. De política tenho lido mais essa parte da disputa presidencial. Lula e Brizola, não consigo entender, os dois juntos. Brigaram tanto e se xingaram tanto, era ‘sapo barbudo’ pra lá e pra cá e de repente estão aí. São essas coisas da política que não consigo entender, aceitar. Me soa muito falso, de repente num período as pessoas estão totalmente opostas, com idéias totalmente diferentes, propostas antagônicas, se digladiando e se xingando e de repente se juntam.

Uma das conseqüências da uniformidade informativa a que estão sujeitos os receptores assíduos está presente neste primeiro trecho, em que Ana ilustra a aversão de muitos cidadãos comuns ao conflito e à acomodação de interesses que caracteriza a democracia pluralista, representativa. Uma das principais demandas do cidadão comum, como vimos, é a orientação valorativa por parte dos meios; ora, a política, baseada na argumentação e deliberação, revela a existência de enquadramentos alternativos para os mesmos assuntos.

A. E outros candidatos?

Ana. Teve aí uma queda com relação ao racha do PMDB, o partido que iria dar apoio a ele está se dividindo. [...] A reeleição de Fernando Henrique e do Maciel, do Lula com Brizola e o Ciro Gomes, que está aparecendo agora aí também, para tirar alguns votos do Fernando Henrique, eu acho. E tem uma porção aí, que eu andei lendo, que eu não estava nem sabendo... Tem uma lista de uns 10 presidenciáveis. Como sempre, Enéas, tem um aí que saiu numa outra campanha e depois saiu fora, que até joga basquete com meu marido: Ivan Frota. Acho que ele é militar. Tem uma porção aí, que nunca ouvi falar, nomes que nem conheço.

A. E os mais importantes, o que está achando?

Ana. São os três. Novamente a tentativa do PT, que eu estou achando que está muito desgastado. A terceira candidatura do Lula. Acho que continuam insistindo e não acredito que vá. Eu acho que tem até pessoas que tem vontade de acreditar que venha um partido mais popular, mais do povo, com uma origem como o Lula, do trabalhador e tudo, mas já desgastou muito o discurso, as propostas.

A. O que é que ele tem dito que vai fazer, quais são as propostas?

Ana. Mudanças radicais, mudanças totais, em termos das ideologias. Mas eu estou achando muita divisão dentro do próprio PT. As pessoas não estavam aceitando muito a coligação com Brizola. E aí eu acho também que é uma tentativa última, e já está mesmo em fim de carreira, o Brizola. Já tem experiência, idade, e ultimamente vem sendo muito derrotado, nas pesquisas. Na própria prática da eleição já vem sendo derrotado, já teve o tempo dele. Não tenho nem vontade de ouvir a voz, só de ouvir...

Embora diga ter prestado mais atenção às críticas petistas ao presidente, seu argumento reproduz vários enquadramentos, antigos e modernos, da mídia, além de remeter a argumentos do próprio horário eleitoral de Fernando Henrique. O ponto de vista que adota, inclusive, é o do candidato-presidente, uma visão estratégica, que considera apoios e a força dos adversários. Quanto a Lula, Ana reproduz uma imagem genérica positiva de “homem do povo”, cujo potencial eleitoral é limitado por “propostas radicais” que critica, e que ilustram o recurso a um esquema explicativo pronto, uma vez que não se desdobra em argumentos que a esclareçam, dando lugar a uma explicação em torno das divisões internas do PT e da aliança com Brizola, mais fácil de alinhar tendo em conta a ênfase nos personagens e conflitos, e não programas, dos meios que cita como fontes.

Ana. Houve uma época que eu achava [o PT] mais ameaçador em termos de oposição, uma oposição forte. Mas eu acho que o próprio PT está muito dividido, muito rachado. Então na minha visão pode crescer a candidatura do Ciro: que é uma pessoa jovem, que está com algumas idéias diferentes. As pessoas sempre tendem a acreditar que vem alguém diferente.

A. Você gosta dele?

Ana. Não sei, eu fico muito desconfiada, ele me lembra muito quando começou a época do Collor. Que Collor começou a surgir como um político jovem. A primeira vez que li alguma coisa estava até no curso de inglês, de conversação, e a professora até perguntou. Se eu estava ouvindo falar do jovem, do Nordeste, começou aquela luta contra os marajás, comecei a me interessar por um novo líder que talvez estivesse surgindo, e realmente acreditei, e votei nele como candidato. E depois foi toda aquela decepção, e ele está aí.

Surge, mais uma vez, o efeito perverso da confiança depositada em Collor, que vimos ter traumatizado politicamente muitos brasileiros. Ana remete a primeira impressão, positiva, sobre “um novo líder”, em “luta contra os marajás”, a um quadro de referência peculiar: uma formadora de opinião, a professora do curso de conversação em inglês, cuja dinâmica consistia em conversarem sobre “temas da atualidade”, conferindo uma relevância especialmente autorizada aos assuntos, geralmente peneirados nos meios de comunicação de massa.

Os receptores assíduos de mídia, devido a seus hábitos de consumo ricos em informação política, também são vistos e procurados como parte da elite cognitiva habilitada a emitir opinião autorizada sobre o mundo público. Como vimos, no entanto, não necessariamente esta proeminência política vem acompanhada por um engajamento dos indivíduos no sentido de empreender ativamente a busca de quadros de referência menos facilmente acessíveis. Por sua vez, a mídia cotidiana, que “chega até eles”, nas palavras de Roberto, não necessariamente reflete pluralidade de enquadramentos, mas é vista como suficiente para uma orientação política “esclarecida”. É assim que o recurso a estas fontes interpessoais, por parte de cidadãos ainda menos interessados, pode simplesmente conferir maior ressonância aos enquadramentos veiculados, já bastante homoganeamente, pelos meios de comunicação.

CONSUMIDORES DE ESCÂNDALOS

Os consumidores de escândalos incorporam às suas explicações sobre a política principalmente as notícias que ganham destaque e evidência, especialmente nos canais abertos da televisão e em programas não diretamente jornalísticos, de revista, como o *Fantástico*. Assistem em geral muita televisão, em horários variados e alternativos ao horário nobre, sem interesse especial pelo telejornalismo. Têm atitude basicamente passiva em relação aos meios, que ocupam muitas horas de seus dias e contribuem significativamente para os enquadramentos apresentados sobre o mundo em geral. Assistem regularmente, embora sem a assiduidade do grupo anterior, ao *Jornal Nacional*, mas sua preferência é por outros gêneros de programação, como entretenimento e o para-jornalismo sensacional/policial que assola as televisões abertas. Também fazem parte da audiência de programas de auditório de vários formatos. Não têm o hábito de ler jornal.

Entre nossos entrevistados, enquadram-se nesta categoria Cláudia, Cristina, Vera, Carlos, Geraldo e Pedro. Parece razoável supor – dada a construção um tanto enviesada de nosso grupo, que procurou pessoas declaradamente assíduas em seu consumo da informação de massa – que este padrão de consumo esteja entre os mais freqüentes para o cidadão comum brasileiro contemporâneo. Veremos que são predominantemente distantes, fracos e negativos em termos de sua atitude política.

Este grupo guarda semelhanças interessantes com os telespectadores “hard” de Gerbner, receptores intensivos de televisão, se considerarmos a influência do que vêem neste meio – quase a totalidade da mídia a que têm acesso – em suas perspectivas e

atitudes políticas. Os principais critérios para a incorporação de explicações políticas são a proximidade, seja pelo tratamento “humano”, personalista, dado à notícia, seja por sua especificidade, sua aplicabilidade à vida privada, aos interesses mais restritos de cada um; e a visibilidade, ou seja, em que medida os eventos de mídia transcendem os meios de comunicação e ganham a rua, as conversas e comentários no trabalho, traslados e outras ocasiões de interação social. Geralmente, apenas os acontecimentos de maior destaque, os grandes escândalos, repercutem junto a estes indivíduos.

Todos consideram-se espectadores habituais de informação telejornalística; foram selecionados após confirmar, por telefone, este dado de seus questionários de seleção, que foi tomado como critério básico para a participação na pesquisa. No entanto, a atenção dispensada ao aparelho ligado na sala, em um momento geralmente tumultuado, principalmente dos que vivem em família, pode ser muito baixa. No único caso em que concretizei minha demanda de assistir ao telejornal com um entrevistado, o alvoroço causado pela minha presença, desviando a atenção do noticiário, remete a muitos momentos semelhantes. Para Cristina, como para a maioria deles, a atenção reservada pela família aos jogos da Copa, no único aparelho da casa, reduziu ainda mais o pouco tempo dedicado às notícias.

Vera, como quase todos os deste grupo, costuma deixar o aparelho ligado sempre que está em casa, à noite e nos fins-de-semana, mas assiste com atenção apenas, e esporadicamente, o telejornal noturno do SBT. Sua principal referência informativa é o programa de rádio do Antônio Carlos (Rádio Globo), que sempre ouve de manhã e que serve de quadro de referência para muitos exemplos. “Eu sou uma ouvinte muito assídua. Pior que eu adoro, sabe, ele fala de tudo”. Seu foco de interesse espontâneo, quando falamos em meios de comunicação de massa, são os bastidores e vida íntima de personalidades e artistas, bem como personagens do telejornalismo. Ganham destaque, por exemplo, o nascimento dos filhos do apresentador William Bonner, ou a festa de comemoração de dois anos do programa de Márcia Peltier.

Entre as explicações mais usadas por estes entrevistados, acaba predominando, muitas vezes, o anedotário político que parece abastecer a mídia de novidades. O discurso político da era pré-televisão, programático e ideológico, que podia ser repetido muitas vezes a diversas audiências, deu lugar ao imediatismo da televisão, que não pode contentar-se em repetir as linhas mestras do programa de governo, mas busca também as gafes e escorregões responsáveis por boas sensações e altos índices de audiência (ver Meyrowitz, 1985). As “fococas” políticas e seu lado competitivo, centrado no conflito

peçoal, têm grande aceitação entre estes indivíduos. Também ganham espaço os estereótipos construídos nos programas não-jornalísticos, como por exemplo os humorísticos, e reproduzidos nas conversas do dia-a-dia. Mesmo sem a convicção de seus interlocutores, Vera incorpora as “gozações” do programa *Casseta & Planeta* a FHC às suas explicações sobre as limitações da democracia efetivamente existente.

A. Que tipo de coisas você considera não-democráticas?

Vera. Não sei, tipo as viagens de Fernando Henrique, que viaja muito com o dinheiro do povo, eu acho errado e antidemocrático porque eu ouço falar “pô, Fernando Henrique só vive viajando com o dinheiro do povo”, ele faz mais essas viagens por lazer, eu não sei mas é o que passa, até *Casseta & Planeta* faz gozações em cima disso, eu acho um pouco, mas também não tenho certeza, coitado, porque as pessoas falam com muita convicção, estou falando o que falam mas sem muita convicção [...] De ouvir, na televisão, estou sempre vindo de van, você ouve “pô, esses políticos são isso e o outro, vive viajando às custas, Conde está querendo tirar proveito, agora parece que o Conde está querendo ajudar as pessoas querendo se reeleger”, só ouve sempre que está querendo tirar vantagens em cima de alguma coisa, aí é antidemocrático...

A. Rola muito nas vans?

Vera. Rola, sobre política...

A. O pessoal gosta de política?

Vera. Gosta, mas sempre esculachando, eu não entro não, fico na minha, não falo nada mas o que eu escuto é assim dessa forma, de gozação, quando passa *Casseta & Planeta*, chamam de Fernando Henrique “Caridoso”, eles sacaneiam.

Programas sensacionalistas e de denúncias também repercutem junto a este grupo de receptores. É o caso de Geraldo, que lembra-se principalmente dos programas “mundo cão”, como o de Ratinho. Embora tenha pouco tempo e uma “vida corrida”, sacrificada, assiste na televisão aos jornais e ao futebol, quando a mulher enferma e a filha pequena não monopolizam o único televisor e cômodo da casa com novelas mexicanas e programas de auditório. De atitude forte e negativa, é um espectador que valoriza o caráter policial do jornalismo, em que repórteres e apresentadores ganham a aura de “investigadores em nome do povo”. A valorização da oposição à política tradicional inclui também políticos vistos sob este prisma, como o “vereador” Sérgio Cabral, que ganha seu voto e apreço por ter sido “até ameaçado por políticos corruptos”. O mesmo indica Carlos, quando elogia programas como *Realidade* (Band), caracterizados por um jornalismo mais sensacionalista, denunciasta e reivindicatório do que a naturalização realista de um *Jornal Nacional*.²⁷

Para estes receptores, a mídia também é vista como requisito para funcionar socialmente, na expectativa de possíveis interações a respeito das quais a expressão da

opinião será tanto mais valorizada quanto mais abalizada for considerada. Muitas vezes, esta sinalização ou marcação de relevância parte, para estes entrevistados, dos indivíduos identificados nos grupos anteriores como elite cognitiva. A mídia cumpre um papel fundamental na distinção entre os capazes e incapazes de articular tais opiniões. Para os consumidores de escândalos, que não demandam um papel mais ativo nem o acesso a quadros de referência plurais, a televisão tem a função de dar a sensação de estar em dia com os principais acontecimentos do país, uma vez que estes, justamente por sua grande visibilidade, atingem os espaços não-jornalísticos e as conversas inter-pessoais, principal parâmetro de importância para o grupo de consumidores de escândalos. O rádio cumpre o mesmo papel: os programas que privilegiam são de bastidores e comentários, mais do que os de notícias.

Trata-se de reforço entre mídia e fontes interpessoais de opinião, tal como concebido no modelo de Ball-Rokeach e Defleur (Citados por D’Adamo, García Beaudoux e Freidenberg, 2000). Isto é especialmente verdadeiro em relação à política, distante da vivência em primeira pessoa. Assim, as explicações incorporadas por este grupo geralmente são as que deixam o âmbito exclusivo dos meios e ganham “a rua”, ou seja, transformam-se em peças de conversa nas relações interpessoais, seja nos comentários entre os passageiros da van que leva Vera ao trabalho, seja na escola de Cláudia, ou no trabalho de Geraldo e Pedro, que interagem com o público e vários colegas.

Assim, mesmo consumindo com assiduidade notícias sobre a política, geralmente isto acontece com pouca atenção para as matérias já não previamente “marcadas” como importantes. Convém lembrar que a própria mídia, com a reiteração e insistência em determinados assuntos, tende a priorizar e enfatizar determinados eventos. A influência da mídia, na verdade, é contingente à dependência em relação aos meios: quanto maior a interação social do indivíduo, e mais variados seus quadros de referência não-midiáticos, menor a influência direta, os famosos “efeitos”, da mídia.

FRUSTRADOS

Basicamente consumidores de televisão, Solange, Wilson e Mário gostam de noticiários, a que assistem diariamente, e programas de informação em geral, como documentários e debates, mas criticam o conteúdo dos meios de comunicação. Valori-

²⁷ O núcleo de telejornalismo da Rede Globo parece estar investindo neste segmento ao elaborar programas jornalísticos e parajornalísticos como *Linha Direta* e *No Limite*.

zam um ideal de alta informação como importante para o funcionamento satisfatório do cidadão na democracia, mas não encontram esta informação disponível no ambiente cognitivo a que têm acesso. Coincidem na atitude forte em relação à política, mas não positiva: Wilson e Mário são negativos, Solange é tensa. Os meios de comunicação de massa, e especialmente a televisão, desempenham um papel singular para estes entrevistados, ao mesmo tempo atentos e críticos. Solange explicita esta frustração, tipificada em seu discurso tenso sobre a política. A informação é vista como ferramenta para conquistas políticas e sinal de avanço em direção à liberdade que faltava na ditadura, mas ao mesmo tempo é responsável pela decadência moral da atual geração de adolescentes.

Solange. Olha, esse livro esqueceram dentro do carro do meu marido (*Brasil nunca mais*, com dados sobre a tortura). Eu li um pedaço dele porque eu me senti muito chocada quando fiquei lendo aquelas coisas, aqueles depoimentos do que fizeram com eles, fui me entristecendo. A gente ficou assim muitos anos, na ditadura, e poucos foram os que lutaram, eu acho, pelo número de pessoas que tem no Brasil... Eu não sei também, porque hoje nós estamos mais bem-informados, né?

A. Você acha?

S. Eu acho, estamos mais bem-informados.

A. Pela televisão?

S. Televisão, jornal, revistas, as pessoas também, a gente conversa, na rua as pessoas falam, né, se expressam, sei lá, eu acho que é bem melhor hoje.

A. Por que você acha que a informação é importante?

S. Ah! Porque você fica sabendo de coisas, agora você vê, na minha época... Eu acho que hoje mesmo com muita informação também estragou um pouco, né? Tem mais adolescentes engravidando; na minha época as moças se perdiam com o namorado dela, hoje elas ficam com um que elas nem conhecem, ainda ficam com os filhos que nem assumem, aquelas coisas que a gente vê.

Para Mário e Wilson, a imoralidade e falta de decência da mídia são responsáveis pelos maus costumes vigentes, pelas atitudes consumistas dos jovens e a liberdade excessiva em relação a sexo, drogas e violência. Programas como os do Ratinho e da Márcia são exemplos típicos do “lixo” com que as pessoas perdem tempo assistindo televisão. O mais enfático é Mário, para quem a principal culpada pela degeneração moral que vê na sociedade é a “imprensa” (como chama os meios de comunicação de massa), entendida num contexto mais amplo de crítica à própria democracia.

Mário. Já viu como são as notícias nesses jornais vagabundos que tem por aí? “Sem cabeça”... *O Povo*, agora *A Notícia*, *O Dia*, na época, foi um dos que mais divulgava a desgraça. Antigamente isso não existia, na época dos militares, era raro tu ver no jornal uma coisa dessas. Não sei se porque eles escondiam, mas pelo menos... Agora, a chacina é normal, passou, a notícia vai passando. O cara é matador de tal lugar, vou

matar também pra ser igual a ele; aproveito, me vingou. Só pode ser isso. [...] Isso é uma das [coisas] que causa essa violência. A notícia, essa liberdade de imprensa que veio depois da ditadura, arrasou esse Estado; pelo menos aqui, no subúrbio, arrasou, estragou, a liberdade de imprensa.

A. Você acha? Em que é que interfere?

M. Você acha que não interfere? A violência, vai se espalhando a violência. O cara pega o jornal, vê uma desgraça, fica normal, fica banal. O cara pra ser vagabundo precisa ter um *know-how* desses aí, um currículo de matador, pra ser respeitado no lugar. Que é o que ele vai fazer? Vai aproveitar que tão arrancando cabeça, ele vai arrancar também.

Mário exemplifica uma relação forte e negativa com a política, que tem como consequência, ao mesmo tempo, uma grande atenção ao tema – Mário costuma assistir a todos os telejornais da televisão aberta, programas de debates e horário eleitoral, quando chega a época – e um sentimento de frustração quanto ao sensacionalismo da cobertura jornalística e quanto aos resultados passíveis de serem obtidos pelo cidadão comum. Imprensa e televisão acabam sendo responsabilizadas por nossa democracia ser “uma bagunça”: “Começou a divulgar cadáver, mulher pelada, divulgar tudo quanto é tipo de notícia, qualquer notícia eles multiplicam por dez, bate na mesma tecla.” Esses espectadores – à diferença dos consumidores de escândalos, relativamente satisfeitos com uma atenção superficial ao mundo da política – indignam-se com veemência falando de política.

Mário, revoltado com a notícia de um filho que matou a mãe, atribui como sempre a culpa à imprensa. O desrespeito generalizado para com os mais velhos e “a degradação do ambiente geral”, Mário também atribui à imprensa. “Mesmo que o mais velho não merecesse respeito, antigamente a gente respeitava. Hoje em dia não, existe uma disputa até entre crianças, na TV a gente vê isso, isso influi mesmo”. A avaliação que este cidadão forte e negativo faz das instituições democráticas, já vimos, é péssima. Por outro lado, a mídia, último recurso do cidadão para “descobrir” as coisas da política, também é vista com desconfiança.

Mário. O Congresso é uma bagunça, não tem como funcionar, nada leva a nada, CPI nenhuma leva a lugar nenhum, toda CPI acaba no meio do caminho. Só essa aí é que vai vigorar, o cara que o prédio caiu, e se não caísse, ninguém ia descobrir, ia viver a vida toda fazendo besteiras e ninguém ia fazer nada, o prédio caiu e está arriscado a não acontecer nada. Esse cara, o Sérgio Naya, é um idiota, o cara é deputado federal e não sabe nem se expressar, não sabe nem explicar o que aconteceu. Eu ouvi ele [no Bóris] falando sobre um lance que ia se defender, falou que era bravata e tal. Ele não tem concordância, não tem fluência verbal, é um idiota que está aí, o diploma dele deve ter sido comprado.

A. O Bóris Casoy entrevistou ele, falou o quê?

M. Entrevistou sobre aquela fita que foi gravada, falando que [ele] tinha condições de obter assinaturas de qualquer pessoa, falsificar. Aí ele se explicou, mas se explicou

estupidamente. [...] Eu acho que ele vai ser punido, porque ele é idiota. Já estão esquecendo, já estão indo devagar, mas acho que esse vai dançar porque é para dar uma satisfação para o povo, tem eleições aí. [Mas] se passar a Copa do Mundo e o Brasil for campeão, tá arriscado a esse cara sumir, esquecerem desse cara. Brasileiro não tem memória, depois a festa e tal, Brasil campeão, aquilo tudo, não vai caber notícia para ele.

Vemos que a relação de Mário com a mídia é tensa e cheia de ambigüidade. A grande responsabilidade atribuída aos meios de comunicação, capazes de manter os fatos políticos em evidência ou deixá-los cair no esquecimento que, para ele, caracteriza o cidadão comum, não é correspondida por um comportamento politicamente atuante da mídia. A demanda, no caso de Mário, não é por pluralismo, mas por uma atividade de controle e denúncia das instituições, das quais desconfia. O poder de pautar o entretenimento e a informação a que o cidadão comum tem acesso, “sumindo” e “desfazendo” as notícias e acontecimentos, também prevê a possibilidade de manipulá-la, fazendo e construindo verdade. É o que fica claro na interpretação que Mário faz de uma capa do jornal *O Dia*, considerada “armação”.

A. Sem notícias as pessoas esquecem?

Mário. Claro, eu já esqueci várias. Tem muitas, tem os anões do Orçamento, já esqueci, eu sou um cara de marcar as coisas, imagina quem não marca. A imprensa é a maior culpada dessa situação, porque eles somem com a notícia, desfazem a notícia. [...] Uma coisa que me deixou muito constrangido, aquele cara que apareceu no jornal (*O Dia*), com cocaína em cima da Bíblia, com a mulher e um resto de comida no prato acabando de comer, no colo da mulher, a mulher cheirando. Daqui a pouco caiu em cima da Bíblia. Um cara com roupa de pastor, um terno... Esse repórter deveria ser cassado, você bate de frente numa coisa que não existe. Foi um troço forjado, não é realidade, por que vai bater [cocaína] em cima da Bíblia, forçando para botar a criança no colo, com um prato de comida? Armaram, tinham que ser cassados, se esse governo tivesse vergonha, esse cara ia ser preso.

Para estes cidadãos, a negatividade do noticiário apenas repete as “coisas de sempre”, ou seja, manifestações diferentes das mesmas estruturas fundamentais, da mesma natureza humana. Mário e Wilson reclamam da mesmice do noticiário, dizendo estar “de saco cheio” do jornal. São potencialmente ávidos de informação, tanto que quando lhes cai algo atraente sobre história e política em mãos tendem a ler, marcar e comentar, como os livros que Wilson achou, as revistas católicas e ecológicas de Mário e o *Brasil Nunca Mais* esquecido no táxi do marido de Solange. São pessoas, como diz Mário, “de marcar as coisas”. Só que, por contingências externas, estes cidadãos não têm acesso a quadros de referência especializados, e não se identificam com os meios de massa mais facilmente disponíveis. Adaptam a estas necessidades a oferta dos canais

abertos, como na ficção histórica e socialmente crítica da novela *Mandacaru*, da então Rede Manchete, em que ao menos “tem a parte educativa de uma época”.

A. Você assiste televisão?

Wilson. A única coisa que eu estou assistindo, que eu faço questão de ver – eu gosto ver porque o negócio é cômico – é aquela novela *Mandacaru*. Jornal, eu vejo uma vez ou outra, de dia, eu pego o finalzinho, porque eu já estou de saco cheio do jornal. O jornal não tem mais nada de bom. A sua vida já fica meio flutuando, não tem nada decidido, tipo agora, nosso emprego: não sabe o que vai fazer com esses 30, se vai mandar embora 6, 11 carros [...] A coisa tá me afetando...

A. Você deixa de ver o jornal ?

W. Eu posso até ver, mas a programação dessa comum agora de televisão, não sei a cabo, eu não tenho condições de assinar a Net, talvez pra ver se tem alguma coisa de melhor, né? Tudo do primeiro mundo que sobrou de lixo, jogaram pro Brasil. Porque você tinha de entretenimento, passatempo, não tem mais nada. Você vê a programação aí, desse Ratinho... O cara chegar grávido...

A. Teve um cara que chegou grávido?

W. Tinha um lombriça na barriga de 15 metros de tamanho, mas o cara era homossexual e tinha relações com outro cara, aí achou que tinha ficado grávido, aquela coisa toda, então eu fico olhando pras pessoas perderem tempo com isso... É o tipo de programação pra quem não tem nada na cabeça, não tem em que se enfiar e perde tempo da vida dela com uma coisa dessas.

A crítica aos baixos níveis da programação disponível para o cidadão comum é feita de forma ainda mais severa pelos receptores frustrados, dada a importância que atribuem à mídia no sentido de esclarecer cidadãos potencialmente interessados em política, como eles mesmos. Fontes de informação alternativas ao noticiário, assim, são um substituto, ainda que insatisfatório, para basear a construção de explicações. Estes espectadores vão buscá-las nas novelas, documentários e filmes a que podem ter acesso com os quadros de referência que têm disponíveis. Também, de maneira significativa, na propaganda partidária e eleitoral. A verdade é que fontes de informação que requerem um grande esforço ou mobilização estão fora das considerações destes cidadãos, com o cotidiano tomado pelas questões mais urgentes da vida privada, para todos bastante difícil.

Wilson. Por exemplo, *Mandacaru*, apesar de ser cômico, tem a parte educativa de uma época. O coronel mandando, os caras dizendo: “Pô, a gente tá morrendo de fome, o Nordeste tá passando fome”. Eles não estão falando aquilo porque a novela fez aquela ficção, [mas] porque aquilo foi realidade e continua sendo realidade. É que a gente não tem condição de pegar um avião e ir lá ver essa miséria.

A. Quer dizer que a novela mostra...

W. É, um pouco da realidade. Por exemplo, teve uma cena que ele falou assim: bom, ele era um cara normal, os pais tinham um pedacinho de terra, um poderoso coronel lá foi querendo comprar terra, o pai não quis vender, ele matou o pai e a mãe e tomou as terras na marra. Ele conseguiu fugir e se tornou um cangaceiro. Quer dizer, será que esse cangaceiro é bandido? Olha só o que a novela está mostrando pra gente. [...] Ele não é aquele bandido de fazer aquelas atrocidades. Ele faz aquilo pelo sistema que

encontrou no país. E tem o outro que se aproveita do sistema que se aprontou, que foi o cangaço, pra fazer todas as atrocidades.

Como vemos, Wilson acredita que a televisão tem uma função educativa, de mostrar “um pouco da realidade” às pessoas comuns, muitas vezes sem condições para o conhecimento em primeira pessoa, nem para uma mídia especializada como a das televisões a cabo. Esta necessidade cognitiva, precariamente atendida pelo sistema de comunicação, coloca um problema premente quanto à diversificação interna dos grandes meios de comunicação de massa, padronizados pela busca de uma audiência comum.

Em relação a quadros de referência alternativos, as principais barreiras, nos casos analisados, são, em primeiro lugar, a falta de domínio dos códigos letrados usados nos meios mais especializados. Solange, por exemplo, considera os jornais *Globo* e *JB* “de intelectual”, difíceis de ler pelo “povo”. As limitações econômicas, sociais e culturais restringem o uso de meios mais especializados como a internet e revistas, que poderiam responder mais de perto às demandas específicas destes espectadores insatisfeitos. Desencaixados das tendências predominantes do mercado, eles acabam tornando-se consumidores de escândalos também por falta de escolha.

DESINFORMADOS

Apesar de terem contato ao menos esporádico com a mídia, sua demanda básica é por entretenimento, e não costumam interessar-se por notícias ou informações, preferindo ficção e romance, com alguma tolerância para assuntos muito em evidência. Não assistem regularmente a nenhum telejornal.

Míriam, cujo perfil serviu de base para a definição deste tipo de espectador, constitui, involuntariamente, quase um elemento de controle no grupo. Única analfabeta entre os entrevistados, no momento da seleção assistia diariamente ao *Jornal Nacional*, em companhia do marido. Antes do início das entrevistas, no entanto, separou-se e perdeu, além da guarda do filho, os poucos móveis que tinha, inclusive a televisão. Até setembro, não havia concretizado o plano de abrir mais um financiamento para “tirar” um novo aparelho, devido principalmente a outras prioridades, como os crediários que abriu para comprar fogão e geladeira, e o videogame para o aniversário do filho. Seu acesso à mídia, portanto, ficou restrito a eventuais *flashes* do *Fantástico* e outros programas populares, entrevistados na casa de parentes e amigos, geralmente em ambientes ruidosos e com a atenção dividida com afazeres domésticos. Sem televisão,

sem ouvir rádio – o passatempo, em casa, é ouvir fitas de música sertaneja – e bastante desinteressada do mundo fora das preocupações em relação ao filho e ao amor, central na vida desta nordestina romântica e passional, cujo romance secreto com o vizinho casado alimentava de emoção um cotidiano repetido entre a semana como empregada doméstica na Zona Sul e o fim-de-semana em que, havendo sol, empurrava um carrinho de milho verde pela praia da Barra.

Suas explicações para a política passam à margem dos meios. Um bom exemplo disto é quando, instada a pronunciar-se sobre qual seria o principal problema do país, Míriam lembra-se da inflação – problema ausente dos meios desde o plano Real, em 1994.

O desinteresse pelo mundo público, é claro, desempenha um papel importante neste perfil desinformado, mas não determinante: Míriam nos conta episódios de sua infância e adolescência no interior de Alagoas, e do espírito festivo com que acompanhava o carro de som do candidato a prefeito apoiado por seu pai. Existe margem para uma certa participação, limitada no entanto pela desinformação: afastado dos meios de comunicação, ou com acesso apenas ao entretenimento, o indivíduo desta categoria tem dificuldade em construir explicações sobre as esferas da política mais afastadas de seu cotidiano. No caso de Míriam, a frase-coringa “não sei”, ou “disso aí eu estou por fora” são usadas para se esquivar dos temas cuja ignorância a constrange. Mas algo da política, em seu nível mais local, é recuperado quando descreve as ações de um líder da comunidade em que vive, e principalmente sua morte trágica, assassinado, segundo Míriam, por motivos políticos. Assim, a escolha e a avaliação dos vereadores, por exemplo, assim como outros temas políticos de alçada local, podem encontrar algum eco para estes cidadãos, principalmente através de quadros de referência próximos, interpessoais, marcadamente personalizados e afetivos.

Por outro lado, a força das imagens e das escolhas intuitivas (Silveira, 1998), baseadas no que os políticos “passam” nos programas de TV ou mesmo na expressão das fotos dos santinhos de boca de urna, torna a relação deste grupo com a política extremamente superficial e, por outro lado, também extremamente dependente dos meios; já não, como no caso dos cidadãos mais informados, dos argumentos aí oferecidos, mas das imagens construídas. Assistindo tão esporadicamente às notícias, ainda assim Míriam é atenta para os assuntos que lhe dizem respeito. Recorda espontaneamente uma matéria sobre o novo código de trânsito, com ênfase no desconhecimento, até pelos agentes da lei, do valor das multas; disse ter visto no

Fantástico, em um domingo, na casa de uma amiga. Outra matéria detalhando as novas padronizações adotadas pela prefeitura para os vendedores ambulantes, categoria a que pertence com a venda de milho na praia. O acompanhamento dos processos políticos mais distantes, para pessoas que têm este tipo de relação com os meios, não se dá num fluxo contínuo de notícias, acompanhadas regularmente, mas segundo um padrão de picos de interesse que acompanham a cobertura mais intensa de certos eventos, tal como para os consumidores de escândalos.

3.4. IMPLICAÇÕES PARA A ATITUDE POLÍTICA

Quais as implicações desta variedade de situações de comunicação para as atitudes políticas dos indivíduos? Há tendências predominantes na relação entre consumo de informação política e atitude? De acordo com a proposta inicial desta tese, combinando as características destas pessoas enquanto cidadãos e enquanto habitantes de um determinado universo de comunicação, é possível estabelecer um panorama da cidadania na era da comunicação política de massa. Os padrões de combinação que aparecem em nossas entrevistas sugerem algumas possibilidades e tendências.

QUADRO 2. Atitude política dos tipos de receptor.

<i>Atitude/tipos de receptor</i>	Ávidos	Assíduos	Consumidores de escândalos	Frustrados	Desinformados	Total
Forte/positiva	Joana, Luís	Leonardo	-	-	-	3
Forte/tensa	Felipe, Márcia	Otávio	Pedro	Solange	-	5
Forte/negativa	-	Ivone	Geraldo	Mário, Wilson	-	4
Fraca/positiva	-	Ana, Roberto	Vera, Cláudia	-	Míriam	5
Fraca/negativa	-	-	Cristina, Carlos	-	-	2
Total	4	5	6	3	1	19

QUADRO 3. Intensidade da atitude política dos tipos de receptor.

<i>Atitude/tipos de receptor</i>	Ávidos	Assíduos	Consumidores de escândalos	Frustrados	Desinformados	Total
Forte	4	3	2	3	0	12
Fraca	0	2	4	0	1	7
Total	4	5	6	3	1	19

QUADRO 4. Valência da atitude política dos tipos de receptor.

<i>Atitude/tipos de receptor</i>	Ávidos	Assíduos	Consumidores de escândalos	Frustrados	Desinformados	Total
Positiva	2	3	2	0	1	8
Tensa	2	1	1	1	0	5
Negativa	0	1	3	2	0	8
Total	4	5	6	3	1	19

Um primeiro ponto de atenção revela uma atitude tendencialmente positiva em relação à política, em aparente contradição com as expectativas pessimistas delineadas pela maioria dos autores na seção 1.4. sobre o cidadão brasileiro. Convém lembrar, em primeiro lugar, as características da seleção, que excluíram os candidatos que não afirmaram assistir regularmente a pelo menos um telejornal, além de exigir o cumprimento de um extenso programa de conversas sobre temas políticos, proposta recusada por muitos possíveis entrevistados.

Além disso, no caso dos cinco entrevistados de atitude fraca/positiva, o elemento positivo da atitude indica o mesmo tipo de passividade condescendente vista com simpatia por teorias como a de Easton. A eventual indignação com os escândalos e as críticas genéricas ou específicas ao governo esbarram na generalização de que “o mundo é assim mesmo”, ou na certeza da ineficácia dos resultados de sua participação numa esfera pública que, embora longe da perfeição, é da alçada de seu verdadeiro titular, o Estado, do qual o cidadão não se sente parte integrante. A eventual crença de que algo pode mudar para melhor não inclui um chamamento para participar desta mudança.

Surpreende, ainda, o potencial de vários entrevistados para o interesse nas atividades políticas, evidente na presença maior de entrevistados de atitude forte mesmo entre aqueles de acesso limitado aos meios de comunicação de massa. Tal potencial, no entanto, esbarra num ambiente cognitivo extremamente pobre.

Como era de se esperar, o consumo ativo de informação, que caracteriza os receptores ávidos de comunicação de massa, reflete-se numa atitude política forte: de quatro, dois tendem para o positivo, dois para o tenso. Da mesma forma, todos os cidadãos de atitude forte e positiva distribuem-se entre as camadas mais informadas dos entrevistados – são três: dois ávidos, um assíduo.

O grupo ávido tende a uma visão mais positiva, ou no máximo tensa, enquanto os frustrados são negativos ou tensos. Para os cidadãos de atitude forte e negativa, o consumo intensivo de uma mídia de massa não-especializada, que reforça suas expectativas negativas, é extremamente nocivo para suas possibilidades de voltar a se integrar em um mundo público a que se sentem submetidos e cujas conseqüências negativas denunciam e criticam. Embora em menor escala, pois têm acesso a uma variedade maior de quadros de referência, o mesmo se dá com os cidadãos tensos. Nos dois casos, a alta expectativa em relação ao papel político da mídia vê-se frustrada no consumo de meios não-especializados, como a televisão, que não dá aos assuntos políticos a relevância demandada por estes cidadãos.

Os grupos de assíduos e de consumidores de escândalos tendem a distribuir-se mais equilibradamente entre os tipos de atitude. Trata-se de padrões de recepção, podemos supor, bastante comuns, que envolvem alto consumo mas não necessariamente uma busca ativa por informação específica. A diferença mais marcante entre os dois grupos, passível de uma análise mais acurada, aparece quando desmembramos os dois eixos das atitudes políticas, em sua valência e intensidade. Vemos que os espectadores assíduos são tipicamente mais positivos em relação à política do que os consumidores de escândalos.

A principal diferença entre os dois grupos pode explicar esta distribuição: o consumo intencional, regular e específico de informação jornalística, inclusive sobre a política, é característico dos receptores assíduos, que se mantêm “a par”, acompanhando os altos e baixos da atividade política, e portanto mais propensos a relativizar negatividade dos recorrentes escândalos. Ao mesmo tempo, a fidelidade que dedicam a seus meios de comunicação habituais indica uma limitação de perspectiva, que costuma reproduzir os enquadramentos predominantes, hegemônicos. Essa retroalimentação conservadora de suas atitudes políticas contribui para protegê-los dos conflitos de opinião e das incertezas valorativas que tanto incomodam, como vimos, este tipo de cidadão.

Os consumidores de escândalos, como o próprio nome indica, são receptores preferenciais de outro tipo de mídia, privilegiando o entretenimento e informando-se casualmente, de acordo com a relevância que a notícia em questão assume extra-meios, na conversa, na rua, nas relações interpessoais. Nos programas não-jornalísticos que constituem seu foco espontâneo de atenção – novelas, humorísticos, programas de auditório – também predomina uma visão negativa da política, com ênfase na denúncia, na ridicularização e no escândalo. De modo geral, assim, recebem sobre a política uma informação filtrada pelos critérios mais “espetaculares” do telejornalismo e dos programas de entretenimento, focalizando os acontecimentos que saem da cobertura rotineira para ganhar a rua com status de escândalo. Correspondentemente, os consumidores de escândalos tendem a ter uma atitude fraca, ou seja, distante, desinteressada da política. A pouca informação política a que têm acesso através dos meios de comunicação, predominantemente negativa, escandalosa e personalizada, reforça esta atitude.

É junto a estes receptores que ganha especial relevância, portanto, a exploração iniciada por Venício Lima (1994) em torno do conceito de cenário de representação da política (CR-p). Centrado na análise dos enquadramentos políticos presentes nas telenovelas de grande audiência, o cenário de representação política assim concebido tem especial importância para pessoas cujos esquemas explicativos principais provêm de quadros de referência não-informativos, como, justamente, as novelas, programas de auditório, humorísticos ou, ainda, policiais²⁸. A espetacularização do “caçador de marájas” de Alagoas, Fernando Collor, é outro exemplo do tipo de enquadramento que predomina para estes receptores.

Vemos, aí, uma diferença qualitativa entre os tipos de recepção que dificilmente pode ser reduzida, como em muitos estudos, simplesmente à quantidade de horas passadas em frente ao aparelho televisor. A principal diferença entre os consumidores assíduos, consumidores de escândalos e frustrados é o tipo de comunicação política que recebem e o que valorizam, as expectativas e avaliações correspondentes.

Dentro desta qualificação que é necessário fazer ao consumo dos meios, também destaca-se o papel de quadros de referência plurais, tanto internos quanto externos à mídia de massa, que desempenham um papel fundamental na diferenciação entre cidadãos mais ou menos ativos em sua busca por informação política. Vemos que só as

²⁸ Ver os numerosos estudos de CR-p que analisam novelas brasileiras como “Que Rei sou eu”, “O salvador da pátria” e outras.

pessoas de atitude forte e positiva, ou forte e tensa, valorizam o recurso cognitivo a vários quadros de referência; aqueles com padrão de consumo frustrado, no entanto, não conseguem concretizar esta demanda nos meios de comunicação mais acessíveis, que encontram disponíveis em seu ambiente informativo. Assim, tendem a reforçar uma atitude negativa, geralmente originária de experiências pessoais decepcionantes com suas tentativas de participar da esfera pública, seja na associação de moradores ou empenhando-se como cabo eleitoral de candidatos derrotados ou mal-avaliados. Ou, como no caso de Solange, que não chegou a se decepcionar com a política de forma tão violenta, o receptor frustrado pode mostrar uma atitude tensa em relação à política.

Para cidadãos de atitude forte e tensa como Felipe e Márcia, embora receptores assíduos de informação política, a diversidade que encontram no interior da mídia de massa, uma vez que não recorrem significativamente a quadros de referência externos, não parece suficiente para que se sintam cidadãos plenos, integrados. Joana e Luís, com maior variedade de fontes de informação tanto na mídia quanto fora, têm uma atitude mais positiva em relação à política, assim como Leonardo, para quem o bairro, o partido e o sindicato são quadros de referência importantes, embora em termos de mídia siga o padrão assíduo.

Atitudes políticas e situações de comunicação se reforçam e complementam, num quadro de influências cuja análise ilumina aspectos positivos e negativos da relação entre cidadãos e meios. Constatamos que, embora consumidos de maneira diferenciada, os meios de comunicação perpassam de maneira importante a construção das atitudes políticas de todos os tipos de cidadão e receptor. A influência da televisão enquanto quadro de referência primário vê-se reforçada, ainda, por mecanismos cognitivos de uso comum, presentes no discurso de todos os cidadãos, e cujo funcionamento e implicações serão apresentados no próximo capítulo.

MECANISMOS DE INCORPORAÇÃO: A TELEVISÃO COMO REPERTÓRIO DE EXEMPLOS

Neste capítulo, o objetivo é focalizar o uso recorrente, em todas as categorias apresentadas, da televisão como repertório de exemplos para explicar a política, através de mecanismos específicos de incorporação das explicações, oferecidos especificamente por este meio audiovisual: a “essência dos fatos”, o estatuto visual da verdade e a personalização da política.

É recorrendo a estes prismas, em sua exposição do mundo em geral e da esfera pública em particular, que a televisão influi na estruturação e manutenção das atitudes políticas do cidadão comum. São mecanismos cognitivos que, simplificando os fatos e eventos em modelos e histórias exemplares, aproximam-nos dos esquemas associativos mais corriqueiros, estimulando sua incorporação ao discurso e ao repertório de exemplos de cada cidadão. Estes mecanismos cognitivos podem ser entendidos como a contrapartida, na recepção, das análises de enquadramento, no campo dos estudos das mensagens.

As diferentes situações de consumo de mídia em que encontramos os cidadãos, como vimos, têm implicações políticas relevantes para a reflexão sobre as condições da democracia contemporânea. Outro aspecto que emergiu na presente pesquisa, e que também traz conseqüências políticas importantes, diz respeito, ao contrário, a mecanismos comuns, que perpassam as diferentes categorias, pois são característicos da recepção audiovisual, transcendendo as especificidades dos grupos acima.

Nossa perspectiva de análise muda agora, portanto, de foco, passando a descrever o funcionamento dos instrumentos cognitivos usados por todas as pessoas em suas relações de comunicação. Há diversos mecanismos que suprem a necessidade dos indivíduos de organizar discursivamente o mundo social, público e privado, em que estão inseridos. São processos cognitivos comuns, necessários para a compreensão dos textos bem como das mensagens, dentro das especificidades da linguagem audiovisual (ver Metz, 1972).

Como e por quê alguns dos enquadramentos oferecidos cotidianamente pelos meios de comunicação “colam”, e outros não? Alguns dos principais mecanismos

cognitivos usados pelos indivíduos tornam especialmente relevante o quadro de referência dos meios de comunicação de massa em geral, e da televisão em particular, na alimentação destas elaborações cognitivas. Quanto mais os meios utilizam-se de mecanismos cognitivos de fácil assimilação pelos cidadãos para enquadrar as notícias, maior a probabilidade de influir, na hora da escolha da explicação mais plausível para determinado cenário político; não custa lembrar que o indivíduo, além das justificativas racionais (ou racionalizantes) que precisa encontrar para suas ações, também é obrigado, em maior ou menor medida, a desenvolver justificativas discursivas.

Para os cidadãos entrevistados na presente pesquisa, o noticiário em geral é uma fonte fundamental para o repertório de exemplos recorrentes, vistos como autorizados, com que legitimam suas explicações estruturais sobre o mundo político. Muitas notícias passam a ser usadas pelas pessoas como chaves explicativas, com as quais ilustram suas idéias sobre as instituições, o comportamento dos políticos, grupos organizados ou jornalistas. Muitos destes exemplos provêm dos telejornais, especialmente para os espectadores assíduos. Estes recorrem espontaneamente a mais histórias retiradas do noticiário televisivo para explicar o mundo da política contemporânea, a respeito de temas como o MST, o Congresso e o comportamento dos políticos, a política e a economia nacional e internacional, assuntos distantes do cotidiano, para os quais os enquadramentos fornecidos pela mídia são mesmo os mais convenientes e disponíveis.

A insistência em determinados enquadramentos por parte da mídia encontra respaldo, no receptor, na tendência a incorporar reiteraões e no uso rotineiro de mecanismos cognitivos consoantes com as características discursivas dos enquadramentos oferecidos pelos emissores. A abordagem aqui adotada aponta para o uso do noticiário na construção de explicações permanentes sobre o mundo político. Além da memória episódica de curto prazo, enfatizada por alguns estudos de recepção, os meios de comunicação integram a memória semântica, que serve para atribuir significados a um mundo complexo, sem sobrecarregar intelectualmente o indivíduo com a necessidade de comprovação, evidência e demonstração do processo de julgamento. A televisão colabora ativamente na construção da perspectiva a partir da qual cada pessoa confere significado ao mundo, define a agenda pública e fornece explicações que fundamentam a ação. Pode ser vista, assim, como “uma instituição social que fornece enquadramentos que são incorporados nas narrativas que os cidadãos comuns desenvolvem sobre o mundo da política. Os mídia passam então a serem vistos não mais como condutores

neutros de informação, mas sim como instituições que contribuem para dar significado e interpretar eventos e temas políticos” (Porto, 1999).

Alguns mecanismos presentes na relação entre audiência e informação reforçam esta tendência a incorporar as explicações disponíveis na televisão, sempre levando em conta as especificidades de cada tipo de receptor. Não se trata, aqui, de identificar causas e efeitos, nos moldes das teorias hipodérmicas, ou “culpados” pela manipulação dos telespectadores, mas simplesmente explicitar alguns códigos que facilitam o uso dessa mídia enquanto quadro de referência privilegiado. São mecanismos comuns, condizentes com o próprio formato e economia interna da narrativa em geral e do discurso telejornalístico em particular (Vilches, 1995). Interessa a qualquer emissor incluir na comunicação chaves explicativas, contratos de leitura que ressoem no receptor, na medida em que buscam a identificação e fidelidade de suas audiências (Verón, 1983).

Neste sentido, é difícil determinar em que medida os emissores tentam reproduzir mecanismos psicológicos já predominantes na sociedade ou, ao contrário, estabelecem parâmetros que, graças a sua difusão insistente por parte dos meios, tornam-se hegemônicos. Adotamos aqui uma perspectiva “negociada”, pensando a relação entre emissor e receptor como de interdependência (Entman, 1989). Mais do que a imposição unilateral de enquadramentos, trata-se aí de uma negociação, embora entre partes desiguais. Ao mesmo tempo em que têm interesse em divulgar determinados enquadramentos da realidade, os emissores de informação sobre a política – inseridos em um jogo complexo de relações entre atores políticos – dependem da audiência, precisam cativá-la e conquistar sua fidelidade para atrair anunciantes.

Este capítulo concentra-se nos mecanismos que perpassam as diferentes modalidades de recepção e, embora modulados pelo padrão de recepção de cada um, são suficientemente comuns para generalizá-los. São ferramentas cognitivas de primeira grandeza, usadas pelos indivíduos para construir avaliações “satisfatórias” do mundo, geralmente simplificadas, fundadas em imagens e impressões que se concentram em torno de poucos temas, incorporadas a partir de atalhos que facilitam o acesso às explicações necessárias para agir e também para justificar, através do discurso, a ação. Ao longo das entrevistas, foi possível identificar alguns mecanismos cognitivos que, facilitando a acessibilidade heurística dos indivíduos a determinadas explicações, transformam a mídia, e principalmente a televisão, num quadro de referência especialmente acessível. Trata-se de características psicológicas que facilitam a

retenção, ativando a memória semântica, ou seja, o nível em que as explicações mais estruturais são dadas pelos sujeitos. Os mecanismos cognitivos aqui focalizados nos interessam especialmente porque, ao mesmo tempo em que são predominantes no discurso dos cidadãos, correspondem a enquadramentos e recursos narrativos típicos da linguagem televisiva.

O primeiro mecanismo cognitivo analisado encontra sua justificativa na predileção dos indivíduos, a partir de raciocínios do senso comum, por avaliar situações a partir de esquemas explicativos normativos, conclusivos e moralizantes, definidos e simplificados, que possam servir de guia para a ação. Assim, discursos que, em vez de fatos e estatísticas maçantes, apresentam uma “posição”, encontram ampla aceitação entre a maioria dos telespectadores. Tal mecanismo privilegia o pré-processamento e o enquadramento dos eventos pelos meios, que os apresentam interpretados, transformados no que vamos chamar de “a essência dos fatos”.

O segundo mecanismo remete ao caráter documental atribuído pelos telespectadores ao que podem ver com os próprios olhos, à força das imagens propriamente ditas. É o “estatuto visual da verdade”, que confere à televisão um instrumento a mais para fornecer pistas aceitáveis sobre o funcionamento e orientação do “mundo lá fora”, permitindo-lhe naturalizar a narrativa telejornalística.

O terceiro mecanismo identificado é a personalização dos fatos e eventos políticos, enquadramento tanto mais presente na televisão na medida em que responde à tendência dos receptores a organizarem o mundo público mais em termos de seus personagens do que em termos institucionais ou históricos. Todos estes recursos cognitivos do cidadão comum para se orientar no mundo da política indicam a importância central da questão da audiência e credibilidade dos telejornais e dos jornalistas em geral. É por estes caminhos que o cidadão comum, muito geralmente, dá sentido ao mundo, e constrói justificativas para suas atitudes e ações.

4.1. OS JORNALISTAS E A ESSÊNCIA DOS FATOS

Comparada à percepção direta de eventos e personalidades, a informação que as pessoas recebem sobre a política através da mídia é pré-selecionada pelos profissionais do meio e pouco detalhada. Um sentido previamente processado é oferecido juntamente com a informação propriamente dita, seja na disposição da agenda, seja no enquadramento oferecido como predominante para os diversos problemas. Devido ao próprio formato das notícias veiculadas pelos meios de comunicação, é grande o incentivo para evitar os custos do esforço de processar autonomamente a informação.

Muitas vezes, os fatos que levaram as matérias jornalísticas a determinadas conclusões e julgamentos estão ausentes do produto final, ou são apresentados de forma fragmentada: afinal, o tempo na televisão é contado em segundos. A aceitação do “produto pré-processado” é encorajada, ainda, pelo fato de que ele procura ir ao encontro de idéias e valores já existentes no universo do público, tanto mais quando se trata, como no caso brasileiro, de emissoras comerciais, cujo sucesso em termos de mercado publicitário depende diretamente da audiência que conseguirem cativar.

Nas entrevistas, logo ficou evidente a expectativa comum de que a informação fornecida pelos meios vá além da simples descrição dos fatos, revelando sua “essência” e ganhando uma avaliação moral, aproveitável na elaboração de um esquema generalizante, que permita encaixar o fato num conjunto significativo e coerente de explicações sobre a política. Trata-se de uma demanda, e também de um critério para a aceitação das explicações oferecidas. Por parte da emissão, a tendência dos meios de comunicação em geral, e latino-americanos em particular, para o enquadramento moralista da política tem sido apontada por diversos investigadores (ver, por exemplo, Waisbord, 1996; Aldé e Lattman-Weltman, 2000). Do ponto de vista do receptor, vários entrevistados definem o papel do jornalista como o de passar “a essência dos fatos”, o resumo, o porquê. Os telespectadores privilegiam marcas claras, que orientem a compreensão de uma realidade política complexa²⁹.

O uso de exemplos retirados de matérias recorrentes nos telejornais, assim, é reforçado pela apresentação de chaves explicativas que envolvam valores, mesmo os

²⁹ Neste sentido, é interessante refletir sobre as dificuldades – e também possibilidades – encontradas pelo cidadão comum em sua interação com a internet, caracterizada como um vasto repertório de informação organizada de maneira horizontal, sem muita orientação que mapeie a busca de usuários não-iniciados. Entre os entrevistados, foi possível notar que os que usavam a internet o faziam a partir de orientações e marcações externas, provenientes muitas vezes dos outros meios de comunicação de massa.

mais “humanos” ou abrangentes. No exemplo abaixo, Ana cita, como muitos outros, matéria de descaso no atendimento público de saúde. Tentando lembrar-se de alguma má notícia naquela sessão³⁰, Ana mistura matérias emblemáticas sobre grávidas dando à luz no corredor a outras sobre aborto, construindo uma explicação mais global, que vai além dos casos específicos. Ana constrói, a partir dos enquadramentos televisivos, uma imagem quase arquetípica da grávida em trabalho de parto abandonada num corredor de hospital, que ocorrerá à mente da entrevistada como explicativa para os assuntos “saúde pública” ou “planos de saúde”. Transformados em explicação esquemática, os fatos permitem a identificação humana do receptor.

Ana. Alguém que morreu por falta de atendimento, de socorro, descaso das autoridades com relação às pessoas. Não estou lembrando de nenhum caso específico.

A. Não lembra de nenhuma dessas?

Ana. Esse caso mais recente que teve agora, de uma mulher grávida que foi retirada da mesa de cirurgia anestesiada, porque a criança tinha problemas e ia nascer com defeitos, ia fazer um aborto, uma notícia meio... Foi plano de saúde, foi isso. É uma coisa que você fica pensando “puxa vida isso acontece, pode acontecer com a gente”.

A. Como é que foi a história?

Ana. Ela tinha um plano de saúde e parece que a carência não cobria, ou não dava direito ao atendimento, e ela tinha problemas, não estou me lembrando muito bem. Eu sei que ela estava internada, na sala de cirurgia, e ela foi retirada e foi para uma outra casa de saúde.

A. E o que foi que te irritou?

Ana. Pela marginalização do ser humano, à mercê de uma situação incontrollável... A autoridade governante no caso deveria resolver o caso e não resolve. [...] Até o caso de religião, que não tem direito a fazer um aborto. E teve o caso da moça que ia ter um filho, e tinha um problema e foi retirada, e um outro caso de uma pessoa que soube que o feto que ia nascer, e ia morrer pouco tempo depois. Acho que estou misturando os dois casos. Essa coisa assim da saúde, da humanização, a sociedade fica sempre à mercê...

Da mesma forma, o papel dos apresentadores de telejornal e dos jornalistas passa a ser, muitas vezes, o de fornecer a avaliação, a valência da notícia, conferindo-lhe positividade ou negatividade, respondendo à demanda por opiniões “prontas”, explicações assimiláveis, de preferência julgamentos, sem que seja necessário pesar todos os “fatos”. Para muitos, isso se traduz na importância da expressão de emoção e opinião por parte do âncora, presente, como veremos, nos elogios a Bóris Casoy e nas críticas à frieza e inexpressividade do *Jornal Nacional*. Os jornalistas, individualmente, ganham para vários entrevistados uma aura heróica. São porta-vozes das perguntas e críticas que

³⁰ Procurando identificar os focos de interesse espontâneo dos entrevistados, as primeiras duas perguntas de cada sessão eram sempre: “Você viu ultimamente alguma notícia que o tenha irritado?”

o povo gostaria de fazer, mas não tem acesso aos meios. Ou, ainda, homens corajosos, que obrigam o governo a “contar a verdade” – um estereótipo, ou explicação, que reflete o discurso da própria mídia, auto-promovida como guardiã da verdade, da justiça e da ordem civil³¹. A denúncia reforça a credibilidade do telejornal, do âncora e do repórter. A coragem do jornalista, de falar na imprensa contra os poderosos, é vista com admiração mesmo pelos espectadores mais desconfiados e desinformados.

Geraldo. Eu acho [o Bóris Casoy] um cara ousado. Ele faz uma crítica muito forte, de político ele fala mesmo na cara. Não sei qual é a ligação que ele tem entre eles, só sei que ele faz críticas abertas. O povo tem que saber disso. Ele dá uma notícia sobre a política, diz se é negativa ou positiva na concepção dele e critica nu e cru ali. Ele fala mesmo, “Eu acho isso uma pouca vergonha”. Não sei se ele não tem medo, né? Esses caras devem ser um pouco perseguidos, porque a máfia de político é tudo matador. Isso é o que se tem de experiência por aí, todo mundo vê e ouve. Candidato mata candidato, as brigas eleitorais. Eu acho ele um cara meio ousado, e por aí não tem tantos assim. Porque geralmente na televisão eles são meio artificiais e ficam muito na retranca, pra amanhã ter a possibilidade de estar num lugar e não ser perseguido ou ter mais possibilidade de conseguir uma outra coisa melhor.

Trata-se de uma visão que privilegia a conclusão moral fornecida por um apresentador carismático, ou por uma série exclusiva de denúncias, usadas como explicação suficiente para justificar sua orientação no complexo mundo político. Esse mecanismo é facilmente relacionável à recente ênfase da informação de massa no denunciamento e no jornalismo caracterizado como de serviço, de “utilidade pública”, que vem ganhando cada vez mais espaço, principalmente na programação das televisões abertas. Presente especialmente no telejornalismo local, o jornalista que se arvora em guardião dos direitos do cidadão tem sido visto como uma contrapartida à ausência da esfera pública exatamente neste âmbito (Lima, 1997).

Entre nossos entrevistados, Bóris Casoy, muito elogiado, é um exemplo recorrente de como deve ser o bom jornalista. “O *Jornal Nacional* vai soltando aquelas notícias friamente, é mais pro povão, já o da Record tem mais conteúdo, atinge mais o pessoal esclarecido”, explica Otávio. O *Jornal da Manchete*, mais longo e com vários comentaristas especializados opinando sobre a política, também é elogiado por vários espectadores, que buscam esquemas, chaves para “complementar”, dar sentido aos fatos, buscando um caráter de realidade:

e “...agradado?”.

³¹ Como fica claro em programas como o do *Ratinho* e o *Linha Direta*.

Leonardo. Tem repórter que complementa uma palavra que às vezes acho que é a realidade. Acho que é o certo que eles têm que fazer. É o caso do Bóris Casoy. Toda reportagem que ele faz, ele te dá a síntese daquela reportagem, pode reparar. A Márcia Peltier costuma fazer isso, a Fátima Bernardes faz, mas bem menos já, são os três que eu gosto mais. Eles colocam a opinião deles no ar. Agora, em termos de mostrar, não tem nada a ver com eles, esse é um negócio da produção. Cada emissora tem o seu rabo preso, dependendo do que for, eles vão poder ou não, se for uma notícia que eles têm o rabo preso, eles não vão colocar no ar. A Manchete, ela já não tem muito medo, ela apresenta já a matéria completa. A Globo, você já não interpreta assim.

Em outra ocasião, a multi-informada Joana, também de atitude forte e positiva, serve-se de justificativas cognitivas extremamente parecidas com as de Leonardo para valorizar sua preferência pelo *Jornal da Manchete*, quando aponta para a presença de “verdades” que facilitam “determinadas conclusões”.

A. Entre o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Manchete*, você acha que tem diferenças?

Joana. Tem diferenças [...] O *Jornal da Manchete*, eu não sei se ele é mais completo, mas tem determinadas verdades que facilitam a gente tirar determinadas conclusões. A Manchete muitas vezes tende mais para uma melhor notícia que a Globo. [...] Tem uma discussão, sei lá, uma coisa que ele te induz. Acho que é o mais completo dos jornais.

Luís, mesmo não concordando geralmente com as opiniões do apresentador, considerava o jornal do SBT, quando apresentado por Bóris, o que mais o agradava. Curiosamente, o adjetivo “objetivo”, que usa para qualificar o telejornal, traduz-se na expressão de opiniões, da “visão” dos próprios jornalistas. Os apresentadores do *Jornal Nacional*, por outro lado, são “inexpressivos”, não opinativos.

Luís. Ele era mais objetivo. Ele realmente é um jornal de âncora. Nem sempre as opiniões concordam, mas o repórter tem que dar opinião onde ele deve dar. A notícia em si, friamente colocada, não acho graça. [No *Jornal Nacional*,] eu acho que falta uma visão mais alternativa. Aliás o Arnaldo Jabor está tentando, de vez em quando, preencher isso. Tudo que vem da Globo, a gente desconfia. A Globo é uma mídia muito poderosa. E ela tenta, nem sempre consegue, dirigir a opinião pública. É óbvio que a coisa é muito sutil. Aparece a notícia... o homem lá batendo nas pessoas, em São Paulo – não estou dizendo que seja errado mostrar isso não, mas sempre existe uma mensagem, alguma coisa que o grupo Globo quer passar, quer focar. Os outros, menos. Aí, eu acho que entra uma opinião mais pessoal do próprio jornalista e não de uma organização por trás, que está dirigindo os interesses eventuais. Só que a Globo é Globo, a gente acaba assistindo alguma coisa...

O heroísmo e a vida perigosa do jornalista são indicados de maneiras diferentes pelos telespectadores, sempre com valência positiva, embora trate-se geralmente de características vistas como virtudes pessoais, pertencentes a jornalistas especiais. Em

contrapartida, como nos depoimentos que acabamos de ver, a maioria dos entrevistados aponta para a possibilidade de manipulação da imprensa em geral, e da Globo em particular, por interesses econômicos, políticos ou mesmo por imposição do governo, “direta ou indiretamente”.

A capacidade da mídia de fornecer enquadramentos, no entanto, não é prejudicada por uma perspectiva crítica do sistema, como fica claro no depoimento abaixo. Ana sabe perfeitamente, expressando-a espontaneamente, a “pauta do dia” da imprensa. Ela critica o sensacionalismo da mídia, à espreita de boas oportunidades feito “mosca de padaria”, imagem reforçada pela citação de filme americano recente sobre o assunto. O conhecimento do “discurso” e da experiência do presidente como “pessoa e como cidadão” é justificado, no entanto, a partir de enquadramentos retirados dos próprios meios, fonte da versão escolhida para lembrar, por exemplo, o pronunciamento esclarecedor de Fernando Henrique sobre a polêmica dos aposentados. Esta última versão, em termos muitos semelhantes aos reproduzidos por Ana, encontrou grande repercussão no tratamento dado ao evento por vários entrevistados, inclusive a ênfase no sensacionalismo daninho da mídia para explicar a presença de enquadramentos contraditórios.

A. Outra notícia foi o presidente...

Ana. Ter chamado as pessoas de vagabundos. Isso aí é muito da mídia mesmo, ficam em cima, feito mosca de padaria. [...] Eu tenho clara certeza que ele não quis dizer que todo mundo de 50 anos que se aposenta é vagabundo, lógico que não quis dizer isso, porque eu conheço o discurso dele, a experiência dele como pessoa, como cidadão. Quis se referir àquelas pessoas mais privilegiadas, que têm até uma aposentadoria irregular, que está se lutando contra isso, se aposentar com tantos anos de mandato político. Eu acho que trabalhador que começa a trabalhar com 18, 19 anos tem que se aposentar nessa condição mais cedo. Eu tenho certeza que ele não quis dizer isso. Mas faz parte do processo de ficar esperando acontecer uma coisa, o repórter, o fotógrafo que fica ali.

A. Você viu quando saiu?

Ana. Não sei se foi exatamente no mesmo dia. Eu sei que ele fez um pronunciamento para explicar o porquê que ele usou aquele termo, reforçando que ele acha mesmo vagabundo quem se aposenta aos 50 nas condições que ele quis dizer. E que a pessoa é vagabunda em função da mesma lei, e que é a lei quem tem que ser mudada para não beneficiar determinadas pessoas. Eu não me senti nem um pouquinho atingida, uma das minhas aposentadorias foi antes dos 50, e comecei cedo, com 19 anos. Eu me aproveitei da lei sim, porque a lei me dava direito a licença prêmio de 3 em 3 anos e eu nunca tirei na minha vida.

A. Por que outras pessoas se sentiram atingidas?

Ana. Todas as pessoas que se aposentaram antes dos 50, como eu, que não tiveram tempo de refletir sobre aquilo, não gostam dele, ou não querem a reeleição dele e se aproveitam, tem muito na política. Vi um filme recentemente que fala sobre isso, aproveitando esse caso do Clinton de assédio sexual, o filme é com Robert De Niro e Dustin Hoffman... Eles colocam muito essa coisa da mídia como sendo

a máquina que engendra esse tipo de coisas para a população saber, e no fundo, você pensa, não sabe de nada. Em que é que a gente vai acreditar?

Num primeiro momento, Ana também sente-se atingida pelo despropósito do presidente, rapidamente amplificado pela mídia. Tanto é verdade que tem necessidade de se justificar, esclarecendo que não se sentiu atingida, embora tivesse usufruído de outro privilégio que a lei – esta mesma lei que protege os vagabundos e que Fernando Henrique quer mudar – lhe concedia. Logo, vemos que um conjunto de estereótipos sobre o presidente, resumidos na frase “o discurso dele, a experiência dele como pessoa, como cidadão”, é lembrado via mídia, e a explicação oficial da gafe presidencial se superpõe ao calor do escândalo. Colada como coerente com sua imagem, criada e reiterada na própria mídia, e fortemente incorporada por Ana a seu repertório sobre a política, a explicação sobre o que FH “realmente” pretendeu dizer tem as marcas deste “essencialismo” de que falamos, calcada que está em elementos valorativos, constituindo-se em esquema semântico de explicação para a política. Em outras palavras, embora seja comercialmente inviável ignorar o apelo de noticiabilidade de uma declaração como a do presidente, a mídia logo explicita seu enquadramento preferencial, capaz de amenizar o desconforto (“Em quem vamos acreditar?”) causado pela presença de enquadramentos conflitantes.

O caso alternativo de Solange, que reage de forma semelhante, recusando o enquadramento de pai sofredor enfatizado pela mídia para ACM, por ocasião da morte de Luís Eduardo, nos mostra que estes esquemas semânticos não se originam apenas na mídia, mas são produto de uma rede de comunicação mais complexa, que envolve sujeitos comunicativos em posições distintas. Neste caso específico, o enquadramento “Malvadeza” sempre associado a ACM centra-se em seu vínculo com o regime militar, reforçado e justificado pela leitura “acidental” de um livro esquecido no táxi do marido. Os enquadramentos oferecidos pela televisão, no entanto, contam com um grande incentivo para se tornarem explicações válidas e eficientes: a capacidade de fornecer chaves interpretativas mais permanentes sobre o mundo político, resumindo sua “essência”.

Quando usam como justificativa discursiva o conhecimento da “essência dos fatos” através dos meios de comunicação de massa, os receptores atribuem-lhes o papel de apresentarem uma “posição”, avaliando eventos e situações de forma conclusiva e normativa. Este aspecto encontra-se vinculado à credibilidade e confiabilidade dos meios de comunicação, e é central na determinação e avaliação de seu papel político (Figueiredo, 2000).

Os efeitos deste mecanismo, que tornam especialmente acessível o quadro de referência televisivo, combinam-se com o tratamento conferido pelos telespectadores às imagens, prerrogativa por excelência da televisão, capaz assim de “naturalizar” o mundo da política.

4.2. O ESTATUTO VISUAL DA VERDADE: NATURALIZAÇÃO

De acordo com a lógica predominantemente visual da verdade no mundo contemporâneo, os entrevistados de modo geral acreditam no que vêem, na veracidade dos fatos testemunhados com seus próprios olhos. Vários dizem saber “ver” se um político é honesto, e se apóiam em evidências visuais para comprovar explicações políticas. As imagens da televisão dão cor e sabor ao espetáculo cotidiano das notícias “de sempre”, contribuindo para a sensação de vividez e verossimilhança, facilitando a interpretação, pelos telespectadores, dos temas muitas vezes abstratos da política.

O caráter de verdade documental atribuído ao que é visto fica claro no depoimento de Leonardo, para quem o *Jornal da Manchete* é melhor do que os outros devido ao uso de mais imagens, em vez de comentários de estúdio: “Eles mostram mais as coisas”.

Leonardo. Você pega uma Globo, pega uma TVS, eles mostram um negocinho daqui, dali, eles falam muito, mas mostrar mesmo, quando o pau come, eles praticamente não mostram. Eles podem até mostrar a rua – vamos supor, tem uma multidão concentrada aqui, eles pegam um ângulo de onde tem menos tumulto. A Manchete mostra aquele tumulto todinho.

As imagens que aparecem na televisão têm alto poder de despertar lembranças acerca dos fatos noticiados, o que confere ao meio um poder de prova, evidência factual. Este realismo é específico do meio audiovisual, diferente do poder documental atribuído à mídia impressa, que vimos no capítulo 3. Os jornais funcionam como um argumento de autoridade, de informação aprofundada e de alta credibilidade, habilitando um círculo restrito de cidadãos a emitir juízos autorizados sobre a política. É neste mesmo registro que matérias de jornal, assim como documentos escritos com “jeito” de oficiais, são apresentados como “provas” nos telejornais ou na propaganda política.

Nas reportagens e documentários da televisão, a veracidade é reforçada pela irrefutabilidade do que se vê com os próprios olhos. Felipe explicita o caráter documental do que é visto na televisão, enquanto argumenta, primeiro, a favor de um

“nepotismo qualificado” como o que ele próprio exerceria se ocupasse um cargo público, colocando seus irmãos competentes nos cargos certos. Não é o que fazem os políticos, conclui em seguida, alegando o caráter de prova das filmagens já vistas.

Felipe. Por que não? Porque é meu irmão? O cara é competente... Eu acho errado colocar – por exemplo eu tenho um irmão que é mecânico, colocar na Secretaria de Obras é errado, qual é a qualificação que esse cara tem?

A. Você acha que [os políticos] fazem isso?

F. A toda hora, eu acho não, a gente lê no jornal, se é mentira é mentira da imprensa, e eles provam porque eles filmam, eles mostram folha de pagamento...

É interessante notar, no exemplo acima, que não se trata de uma notícia específica, temporalmente situada, com personagens identificáveis, mas uma conclusão genérica – firme, uma vez que construída sobre bases tidas como verificáveis, documentais: a imagem da folha de pagamento oficial, com os nomes dos parentes e os valores dos salários, confere mais concretude a essa explicação do que qualquer descrição ou narração escrita, constituindo um prisma forte a partir do qual passam a ser enquadrados os critérios de emprego dos políticos em geral, daí em diante. Quando procura uma justificativa para acreditar na imprensa, a “prova” são as imagens vistas na TV.

Assim como em outros estudos da recepção de imagens telejornalísticas (Graber, 1990), constatamos que para a maioria dos telespectadores as imagens veiculadas na televisão conferem às notícias um realismo ausente dos jornais impressos, em que as pessoas não podem julgar com os próprios olhos a expressão, a emoção, o entusiasmo, tristeza, desconfiança, empolgação ou apatia de pessoas, grupos ou multidões. Para a maioria dos entrevistados, as imagens permitem perceber o que cada personagem das narrativas telejornalísticas sobre a política “me passa” diretamente, sejam os próprios repórteres, os políticos e magistrados, os envolvidos em cada evento.

A sugestão de enquadramento pode vir de elementos visuais sutis, como fica claro no depoimento abaixo, em que a expressão do repórter, mesmo que não seja possível arrancar da fonte oficial a informação insistentemente demandada, “mostra que não é”, e o âncora (“o cara da televisão”) deixa clara sua opinião simplesmente pela expressão facial. “O que fica marcante”, nas palavras de Felipe, são as imagens da violência policial, que prevalecem se contrastadas à explicação verbal do coronel. Nenhuma justificativa pode eliminar a evidência cabal das imagens.

A. Entre rádio, jornal e televisão, qual você acha que é o meio mais confiável?

Felipe. Acho que seria a mesma coisa. A televisão tem a vantagem de ver a pessoa falar, tanto que são escolhidos para falar as pessoas que passam confiança para o espectador.

A. Apresentadores, repórteres...

F. Com certeza, tem repórter que está entrevistando esse coronel, você está vendo que não é verdade, você está vendo que tem... Passou a reportagem, o repórter está insistindo e mostrando que não é, o cara da televisão tem uma cara, quer dizer “vai pra merda...”

A. Uma cara irônica?

F. E o cara vendo que está mentindo: “Você acha que sou otário?”. O que fica marcante é o quê? Esse cara falando ou a porrada que nego tá vendo que a polícia tá dando no cidadão? É a porrada, lógico...

Outro aspecto interessante, na comparação entre a recepção dos jornais impressos e a dos noticiários da televisão, é que nesta última o repórter ganha nova presença e subjetividade. O jornal impresso funciona para o leitor como uma espécie de documento escrito, tanto mais confiável por estar disponível para consulta e comprovação. Na televisão, por outro lado, a verificabilidade decorre de seu valor testemunhal. No telejornal, o repórter parece ter mais influência sobre o desenrolar dos acontecimentos. No jornal impresso, o que se apresenta ao leitor é o fato *a posteriori*, elaborado e possivelmente analisado. O *flash* de televisão convida o espectador a participar, e dá uma impressão de imediatismo que reforça seu caráter verídico. Assim, vários falam dos “plantões” das emissoras, notícias da última hora que pegam o público desprevenido, como um momento de tensão, anunciador de algo importante. Estes noticiários curtos, divididos em pílulas informativas, são condicionados pela urgência de contemporaneidade – ao vivo, e em tempo tão real quanto for possível –, que tende a inibir explicações e análises mais demoradas.

Os espectadores que, por leituras ou conhecimentos técnicos, dominam os procedimentos internos de construção das mensagens televisivas, principalmente o processo de edição de imagens, chegam a questionar, eventualmente, o valor documental de poucos segundos de filme, inseridos em montagem veloz com outras imagens, muitas vezes estereotipadas ou redundantes com o texto. A experiência pessoal também pode servir de parâmetro para julgar os elementos de encenação presentes nos relatos telejornalísticos. Pedro, por exemplo, questiona o jornalismo policial a partir da vivência na favela onde trabalhou. Programas como o *Rota*, do SBT, em que o repórter acompanha em tempo real, ofegante, emocionantes perseguições policiais, não condizem com a realidade. “Não é nada disso, porque na hora que cantar mesmo as balas do tiroteio não vai ficar policial pertinho não, vai parar de filmar e vai se esconder. Aí eu fico com pouca vontade de assistir”. Este exemplo reforça a hipótese de que o conhecimento técnico

sobre como efetivamente são feitos os noticiários dá elementos críticos para que o espectador questione a imparcialidade do que vê na TV (Lins e Silva, 1985). Para Pedro, a pouca verossimilhança nas matérias policiais citadas o leva a um certo ceticismo.

O efeito de naturalização é reforçado pelo sentimento dos espectadores de que a televisão, muitas vezes “ao vivo”, corre menos riscos de censura do que o jornal impresso; a empresa tem menos possibilidade de controle e revisão, e é obrigada a “confiar” mais no repórter. Ana mostra suficiente conhecimento das técnicas jornalísticas para perceber que também as imagens da tevê passam por um processo de produção e edição, mas acredita que a necessidade de imediatismo faz com que o contato entre jornalista e espectador seja mais direto, menos mediado.

A. Você acha que o trabalho de um repórter que trabalha na TV é diferente?

Ana. É muito diferente, aquele que escreve tem um tempo para refletir sobre o que vai escrever, [...] ele vai escrever uns tópicos, depois vai reformular, vai pensar melhor aquilo que ele escreveu...

A. E na TV?

Ana. É na bucha. Tem que ser mais verossímil, ter uma capacidade de comunicação maior, a não ser a cobertura ao vivo de uns fatos. Porque várias vezes, você sabe que eles escolhem algumas coisas que eles fazem, posteriormente eles filmam, refilam, param, regravam, voltam, uma coisa até trabalhosa. Na escola mesmo, quando trabalhava, já fui entrevistada, reporterzinhos locais, queriam saber sobre educação, sobre greve, sobre magistério, [...] aí a gente via filmando, fotografando, “para, corta, volta, faz de novo”, tem todo um preparo. A não ser uma cobertura ao vivo, está acontecendo um acidente, uma catástrofe, ou uma denúncia. Foi para um lugar, invadiu, é na hora, vai ter que fazer, é o primeiro mesmo e não tem como.

A. No jornal escrito...

Ana. A pessoa tem um tempo maior – se bem que tem algumas notícias, alguns furos de reportagem, que a coisa deve ser feita assim correndo, de noite e passar de madrugada, não é muito tempo. Mas tem toda uma dinâmica de revisão, tem quem escreve, tem que rever, tem o censor. Tem que ter, quem faz a supervisão deve dar umas dicas, “isso aí bota, isso aí não bota”, acredito que tenha [...] Na TV é ao vivo, não tem como, acho que tem que confiar no repórter mesmo.

O visto vira verdade, especialmente quando o tom das próprias reportagens enfatiza seu caráter de denúncia e documento. Episódios entre os mais lembrados, assim, são por exemplo as imagens do Bispo Macedo instruindo outros pastores sobre como extorquir dinheiro dos fiéis, em reportagem exibida há já bastante tempo no *Fantástico*, ou a violência da polícia na favela de Diadema, em São Paulo. No exemplo abaixo, Felipe ilustra sua explicação sobre o comportamento predominantemente mercenário dos políticos brasileiros recorrendo a imagens que marcaram eficientemente este enquadramento.

Felipe. Então ele vive dentro de um partido que [...] ganhou uma eleição, ganhou mais um crédito, e que se ele trocar de partido, “está vendo, foi comprado por outro partido”. E existe isso, eu vi gravações na televisão ano retrasado, nas últimas eleições, a troca de partido por 50 mil reais. Que um partido também tem seu lado podre, às vezes você é de um partido que é conveniente a legenda daquele partido naquele local, por exemplo eu não gosto nem de PT, de PDT da ala radical, se eu fosse lá pra Iguaba, onde eu tenho casa, e me candidatasse lá, e se eu visse que o PT seria eleito, eu iria pro PT, eu ia usar o partido. Logicamente, muita gente faz isso, também tem pessoa de boa intenção.

A revelação dos bastidores da política também faz parte deste mecanismo de naturalização pertencente ao repertório da comunicação televisiva. Ao mesmo tempo em que focaliza insistentemente o que temos chamado de personagens da política, ela tende a expor suas práticas de modo impensável nos tempos da cobertura exclusivamente impressa, desmistificando os grandes líderes. Na medida em que mostram as imagens do Congresso vazio, caçam a gafe e o ridículo, superexpõem a vida privada, os repórteres da televisão retiram muito da aura que em outros tempos cercou o exercício do poder (Meyrowitz, 1985). A encenação da política, na televisão, minimiza a distância entre a figura pública e sua audiência. Para além das especificidades da comunicação audiovisual, em que a televisão é, em grande medida, herdeira do cinema, este fenômeno é típico da comunicação cotidiana e naturalizada, do noticiário que acompanha o jantar e do humorístico que cristaliza tantos enquadramentos.

Na naturalização dos enquadramentos sobre a política, presente na tendência dos indivíduos a incorporar explicações visualmente “comprováveis”, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, ocupa um espaço próprio, por ser considerado, de modo bastante consensual, um noticiário “frio”, objetivo, sem a opinião e emoção que caracterizam outros jornais e outros apresentadores. Especialmente para os espectadores mais informados, essa constatação reveste-se de um tom crítico – o *JN* não cumpriria o papel fundamental de “passar a essência”, os porquês, avaliando os fatos, permitindo ao espectador incorporar explicações que levem à ação, ou mesmo à reação.

Otávio. O *Jornal Nacional* é como o jornal popular, é tipo *O Dia*. São aquelas notícias mais do dia-a-dia, sem muita essência... Isso não interessa a eles, ter um jornal que vai discutir as coisas com essência. É só aparência. Porque a Globo representa as elites do país. Ela não quer informar ao povo como deveria informar. Fala-se sobre o fato, mas não se comenta o fato, não diz o porquê. Mas eu acabo assistindo mais o *Jornal Nacional* pelo horário. Quem vê a Manchete? Uma minoria. Ele [o jornal da Manchete] comenta, e comentando ele está passando a essência dos fatos. Agora, no momento que você joga as coisas soltas do *Jornal Nacional*, só fica sabendo, mas o porquê de tudo não chega à população. Mesma coisa é a imprensa. *O Dia* – todo mundo lê. É um jornalzinho também. Ele vai passando as notícias. E com isso o povo não vai se esclarecendo.

O que Otávio critica, em um primeiro nível, é a superficialidade deste jornalismo popular; analisando melhor a demanda de “profundidade”, percebemos no entanto que a queixa diz respeito à uniformidade explicativa do noticiário, a ausência de esquemas explícitos de enquadramento que, como no mecanismo anterior, orientem a leitura e forneçam chaves reaproveitáveis cognitivamente, “esclareçam”, enfim, os fatos. Ao simplesmente “ir passando as notícias”, em seu ritmo cotidiano, na cobertura “fria” dos últimos eventos, falta no *Jornal Nacional*, para muitos espectadores, uma tomada de posição mais explícita sobre a política. No entanto, esta visão do “mundo simplificado”, sem os questionamentos presentes nos outros jornais, apresenta-se para muitos como transparência: são os fatos “puros”, objetivos, tal como acontecem.

Longe de significar ausência de enquadramentos, vemos que as imagens emblemáticas e repetitivas dos telejornais têm muitas possibilidades de serem incorporadas aos esquemas explicativos de seus espectadores, através do estatuto visual da verdade, mesmo que não haja um comentário ou ponto de vista explícito por parte do emissor. Ganha nova dimensão, assim, a assepsia do *Jornal Nacional*, que para alguns é sinônimo de frieza e interesses escusos, e para outros é sinal de uma decência saudável. Para Solange, por exemplo, é bom que eles não mostrem em detalhes as pessoas mortas, para não chocar, não constranger o espectador. Em qualquer um dos casos, no entanto, as imagens cotidianas da política oferecem uma certa perspectiva a partir da qual interpretar o mundo e os outros, passível de ser incorporada ao conjunto de explicações e argumentos usados pelas pessoas. A avaliação “técnica” da televisão contribui para atribuir-lhe particular impacto no momento de elaborar explicações para a política, como fica claro no depoimento abaixo.

Pedro. O jornal da Manchete não é tão bom, a maneira das pessoas se expressarem, a imagem da Globo é melhor. A Manchete é uma emissora que os jornais deles são mais agressivos, passa muita violência. Talvez seja costume meu, mas eu acho a Globo bem melhor. Pô, Roberto Marinho, aparelho estético de primeiro mundo, certo? Então ele exige aos funcionários dele o máximo.

Não custa enfatizar que, como nos demais mecanismos aqui expostos, este realismo do que é visto perpassa as diferentes categorias de espectador. O ponto é importante porque, embora muitos espectadores critiquem a manipulação da informação ou a superficialidade deste ou daquele noticiário, não deixam de apresentar boas razões

para assisti-lo com regularidade, e dali extrair explicações recorrentes para fundamentar suas atitudes e ações políticas.

4.3. PERSONAGENS DA POLÍTICA: NOVELIZAÇÃO

O personalismo, entendido enquanto relação subjetiva e afetiva dos cidadãos com os personagens da política, acima e além do jogo político-partidário, não é fenômeno recente na política, que sempre foi marcada, como já assinalavam Maquiavel e Weber, por elementos como o carisma, a oratória e a construção eficiente da imagem pessoal. Em cenário tropical, temos os exemplos mais próximos de políticos populistas como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor. Os meios de comunicação, em particular a televisão, oferecem no entanto características formais que os tornam especialmente férteis para o exercício da personalização da política.

É inevitável ao meio televisivo um certo grau de personalização das notícias (Ver Vilches, 1995, Wattenberg, 1991 e outros). A informação política, em particular, envolve experiências complexas, que chegam indiretamente ao espectador, através de um meio impessoal – seja ele o rádio, a imprensa escrita ou a televisão. Trata-se de temas muitas vezes abstratos, difíceis de traduzir em imagens. Os emissores, assim, costumam recorrer aos indivíduos por trás das leis, políticas públicas e negociações que preenchem o cotidiano da política. Isto se dá especialmente nos níveis mais centrais do governo, para os quais as pessoas possuem ainda menos parâmetros próprios de avaliação do que no caso da administração municipal ou estadual, mais próximas do interesse imediato do cidadão, de sua experiência pessoal. Por outro lado, as atividades do Congresso e do presidente, em Brasília, estão mais sujeitas a só se tornarem conhecidas através dos meios de comunicação de massa.

A personalização da política, tanto nos enquadramentos usados pelos emissores quanto nas explicações elaboradas pelos receptores, obedece a uma lógica afetiva; o que “as pessoas passam”, ao vivo ou na TV, não é construído pela coleta e análise de informações sobre a administração, leis e medidas provisórias, e sim baseado na empatia da figura pública, em seu relacionamento – muitas vezes via mídia – com o telespectador individual. Como podemos perceber, o fenômeno tem relação com o estatuto visual da verdade, tal como esboçado na seção anterior. Míriam, situada nos limites da desinformação, é um caso extremo, mas exemplifica a tendência comum de avaliar os

políticos a partir de atributos subjetivos, como a aparência, a “presença”, marcante deste ou daquele político, muitas vezes percebida pela televisão. O uso deste mecanismo não se restringe a cidadãos extremamente desinformados. A avaliação das instituições, temas e políticas públicas se faz, em muitas instâncias, sobre a percepção de competência, capacidade e autoridade de algum líder. Ana, receptora assídua de informação política, faz o seguinte comentário, quando instada a emitir opinião sobre os partidos políticos brasileiros:

A. Tem algum partido que você ache mais capaz, honesto?

Ana. No momento, o partido do presidente, que é a figura política que no momento mais me agrada, ele tem muita coisa que reflete o ideal de presidente.

A. Quais são as coisas?

Ana. Parece uma pessoa respeitável, competente, inteligente, respeitado lá fora. Aquele que não é respeitado lá fora vai ter muito mais dificuldade de governar o país.

Ana parece acreditar que mesmo qualidades essencialmente pessoais aparentes no presidente possam se refletir no partido a que pertence. De forma semelhante, a responsabilidade do Estado é personalizada pelas pessoas, num processo paralelo à já notada diferenciação entre o governo, entendido abstratamente e do qual se espera uma série de serviços e benefícios, e os políticos, vistos como indivíduos corruptos e nada confiáveis. Nossos entrevistados tendem a explicar a política em termos “dos políticos”. Mesmo na fala de Felipe, um espectador ávido, de atitude política forte e positiva, percebemos sua crença na necessidade de “vontade política” por parte, por exemplo, do presidente, para a obtenção de benefícios públicos mínimos, como o combate à corrupção da política. Para ele, mais do que um problema institucional, esta mostra-se como uma questão passível de ser resolvida entre privados poderosos, os personagens da política tão em evidência nos meios de comunicação:

Felipe. Não sai mais na imprensa, a memória vai apagando, apagando, apagando, acabou. Aí o Marcelo Alencar vendeu o Banerj por 300 milhões, 150 milhões em moeda podre e 150 milhões a perder de vista, um patrimônio de 300 bilhões, por que é que ele fez isso? Negócio danado! Gastar dinheiro como o quê para botar o filho dele nesse cargo vitalício, quem pagou esses 200 milhões? A gente quando lê, quando conversa com pessoas que têm influência, que têm conhecimento também, mata a gente, deixa a gente desanimado. O que eu puder fazer de certo eu faço, mas me incomoda muito essa desonestidade dos políticos. O que me incomoda mais ainda é que as pessoas que poderiam fazer alguma coisa não fazem. Não sei quem é, acho que o presidente, se ele chegar pro governador e falar “não faz besteira não”, acho que ele tem certa forcinha. Não acho que o presidente seja culpado de tudo, você tem que delegar poder nas pessoas, se eu não delegasse não posso fazer sozinho, se eu for lanternar, pintar, fazer mecânica não posso atender o telefone, não posso ir pro banco, você tem que delegar e tem que coordenar aquilo.

O mesmo acontece no momento eleitoral, em que as escolhas são, muitas vezes, orientadas por critérios personalistas e intuitivos que reconhecem nos meios, especialmente na televisão, as construções de imagem correspondentes. Toda a estrutura do argumento apresentado por Ana remete à lógica simbólica e espetacular dos meios, e a características de uma imagem genérica de cada candidato: Garotinho não tem seu voto porque “não inspira confiança”; por Brizola, não tem simpatia; César Maia é apresentado como um cara que faz, mas esta imagem provém, segundo Ana, da observação do que o candidato diz na televisão, transmitindo a imagem de uma pessoa “ativa, que busca fazer as coisas”. Na lógica eleitoral da entrevistada, há ênfase também na estratégia, com cálculos prevendo o segundo turno e considerando o desempenho dos candidatos, uma das principais perspectivas da imprensa, em geral, no tratamento do período de competição eleitoral.

Com alguma insistência e em segundo plano, em relação aos critérios mais afetivos e performáticos apresentados antes, o cálculo pessoal também mostra-se importante: uma das medidas do bom desempenho do governo César Maia é, justamente, o piso salarial dos professores públicos, categoria profissional a que pertence. O interesse objetivo, no entanto, é subordinado, mais uma vez, a um prisma subjetivo: não é pelo dinheiro, mas pela “postura” dos governantes que Ana vai avaliá-los.

Ana. Presidente, Fernando Henrique. Senador, tô pensando. Governador, pela lógica, seria o Luiz Paulo, mas eu tô pensando em termos de segundo turno. Garotinho, não votaria. Por eliminação seria o César Maia, mas eu tô pensando. Vamos ver o Luiz Paulo, como é que vai.

A. O que você acha desses três candidatos ao governo do Rio?

Ana. Não me anima muito não, nenhum dos três. Garotinho não me inspira confiança nenhuma. Não gosto, não gosto do Brizola, não tenho simpatia. César Maia, pelo menos é um cara que faz. É meio demagogo, mas....

A. Como é que você observa as características do César Maia?

Ana. Ah, pela televisão, observando as coisas que ele diz. É uma pessoa ativa, busca fazer as coisas.

A. Na prefeitura você acha que ele fez um bom governo?

Ana. Olha, comparando, né, com o Estado, até a nível de melhoria salarial, acho que ele se mobilizou mais do que o Marcelo Alencar. Veja bem, o Luiz Paulo é vice do Marcelo. Essas coisas pesam. Estou há quatro anos com o mesmo salário de aposentada. Não é só por causa do dinheiro, é a postura. Já a prefeitura tá muito melhor do que o Estado, é impressionante, até em questões de segurança.

Brizola é um bom exemplo desta construção de estereótipos afetivos que encontra no meio audiovisual terreno fértil para se reproduzir. É o caso de Vera, que detesta Brizola mas, ao vê-lo na televisão, recorre a nova imagem para falar do político

(“coitadinho do velhinho”), talvez reproduzindo um novo enquadramento que começa a ter espaço na mídia nacional, curiosamente refletido na própria propaganda do partido. É interessante comparar os trechos abaixo, respectivamente de março e junho de 98, em que a entrevistada Vera mostra algo desta adesão (ou rejeição) marcadamente afetiva pelos personagens públicos que habitam a mídia de massa. Sua “ojeriza” por Brizola, reafirmada com ênfase a cada entrevista, é tão gratuita quanto a antipatia por Angélica, imaginada como rival ou imitadora da adorada Xuxa. O mesmo acontece quando matiza o ódio ao político devido à imagem, afetivamente carregada, do velhinho digno de pena.

A. Xuxa você não acha muito infantil? É mais pra criança.

Vera. Eu tenho uma criança doida dentro de mim pela Xuxa, eu acho ela maravilhosa. Eu tenho uma coisa especial por ela, acho ela demais... Já não gosto da Angélica, é igual o Brizola, não sei por quê, Angélica é uma menina, uma mocinha nova, mas não me desperta nada... Eu não acho que ela passa uma coisa assim espontânea e natural quanto a Xuxa passa, ela tenta imitar, acho ela muito artificial, acho Xuxa superespontânea, Xuxa e acabou.

(...)

Vera. Do Brizola eu tenho ojeriza, tenho antipatia do Brizola. [Mas] não sei por quê, coitado, outro dia eu estava olhando ele na televisão – [...] era propaganda, um garotinho aparece falando alguma coisa, mas não era em horário eleitoral – você entendeu, me deu uma pena dele, sabe aquelas feiçõezinhas dele de velhinho, né...

A. De velho, você achou ele velho?

V. É, me deu uma peninha, que geralmente eu olho para as pessoas assim, eu não sei, aí eu fico pensado como é que as coisas acabam, sabe, fiquei analisando todo mundo assim, aí ele está tão velhinho, que não sei o quê. [...] Fiquei olhando para ele assim, não fiquei mais com aquela raiva, quando ele fazia as políticas dele, que eu achava que era horrível.

Em outro exemplo, a identificação com Leonel Brizola é positiva, mas igualmente afetiva e personalista. A adesão é dada pelo que o político “passa”, em termos bastante emocionais; Brizola é uma lenda, um tipo excêntrico e mítico.

A. Quem você consideraria bons políticos?

Sônia. Bom, eu gosto da Jurema, essa Jurema Batista, eu gosto dos projetos da Bené... Eu tenho visto isso mais pro PT. PDT, eu gosto do Leonel Brizola, não sei por quê. Tá? Não sei por que é que eu...

P. Mas por quê?

R. Não sei o porquê, eu gosto dele, eu gosto da imagem dele, não sei se é aquela imagem sacana dele, ele consegue te levar alguma coisa, mostrar, eu não sei se é aquela influência porque dizem que ele saiu vestido de mulher, e que ele conseguiu até driblar a própria “diplomacia” que tinha na época, a idade dele, que é muito importante. Eu gostava muito do professor Darcy Ribeiro, pelo projeto dele de escolas... Quem mais... Presidente, eu vou te dizer, eu votei pro Brizola, aí depois a gente fez a coligação com o Lula, mas ele não seria meu ideal de presidente.

P. O Brizola ou o Lula?

R. O Lula. Não sei se [é] porque eu nunca tive um contato assim de pessoa a pessoa, pele a pele com ele.

P. Você acha que isso é importante.

R. Eu acho que é muito importante. Porque eu acho que quando você faz aquele lance que eles dizem, o cara a cara, né, dá pra você sentir. Você ‘tando com uma presença com uma pessoa, mesmo, que você veja, você sabe o que é uma pessoa que é honesta, você consegue ver, aquela pessoa que tem mais discernimento pra uma coisa ou outra, você consegue.

Sônia, uma vendedora de loja entrevistada no pré-teste, deixa claro que a impressão que tem de Lula, indireta, poderia ser desfeita por um contato pessoal. O conhecimento pessoal, a experiência em primeira mão são sempre argumentos fortes para a escolha política ou para contrastar versões consideradas pouco realistas. O contato com políticos, ao vivo ou através de conhecidos comuns e histórias familiares, como as lembranças de Lamarca cultivadas por Wilson, continua sendo uma fonte fundamental de explicações personalistas. O conhecimento direto é importante o suficiente para questionar mesmo fontes sempre usadas de explicações, como no caso de Vera, que geralmente recorre aos advogados “intelectuais” para escolher em quem votar. Na eleição de Collor, a experiência pessoal de Vera, nascida e criada em Alagoas, falou mais alto que a orientação, geralmente procurada, dos formadores de opinião.

Mas a personalidade marcante dos políticos não precisa ser fisicamente construída. Míriam diz sentir uma atração especial pelas “pessoas de presença”, que chamam a atenção e sabem falar melhor, geralmente vistas na TV. Na medida em que esta empatia é construída a partir do que o homem político “me passa”, ou do que “dá pra ver na cara”, de maneira bastante afetiva e carregada de imagens visuais, a televisão possibilita, a um público muito maior que o que tem acesso aos políticos em carne e osso, essa vivência de proximidade, ver nos olhos o homem público – ainda que “humanizado”, tal como exposto no último item.

Outra faceta desta personalização da comunicação política é a possibilidade de se identificar pessoalmente no noticiário. Sentir que a situação retratada no noticiário poderia ter acontecido com qualquer um, com ele mesmo, é gancho freqüente para a lembrança e uso do repertório de exemplos telejornalísticos. Assim, o tratamento “humano” dado pela televisão, coerente com seus atributos discursivos, facilita a identificação dos sujeitos com situações “que poderiam acontecer a qualquer um”, validando as explicações oferecidas pelo meio.

A. Que você acha dos impostos?

Cláudia. Dizem que é pra melhorar as coisas, tipo a rua, gari, essas coisas, acho que é legal, não tanto porque tem gente que diz que paga muito imposto, altos...

A. Quem você já ouviu?

C. As pessoas na televisão mesmo, que pagam muito imposto para cada coisa que compram, que não vêem resultados.

A. E das pessoas que você conhece?

C. Não.

“As pessoas na televisão” não são, no caso, os profissionais da emissora, mas o “povo fala” tão usado pelos telejornais. Depoimentos editados – que, como diz o manual do marqueteiro eleitoral, podem ser filmados até que se consiga o que se quer ouvir – são transformados em peças documentais justamente graças ao seu caráter personalizado, íntimo: refletem um sentimento comum, poderiam retratar a situação de qualquer um, nos levam à identificação. A televisão cria um cidadão genérico, emblemático, que dá forma a determinada situação de modo muito mais marcante que a exposição de dados estatísticos. O mesmo acontece com Mário, em relação ao depoimento de um aposentado “qualquer”, retratado na televisão, que ilustra sua revolta com a mudança de idade mínima para receber os benefícios da previdência.

Mário. Uma notícia que me irritou, essa da aposentadoria. Só aos 60 anos agora. Eu vi isso mais ou menos, o cara estava até revoltado na televisão, ele trabalhou não sei quantos anos e agora só vai poder se aposentar com 60, tem que continuar trabalhando... Essa é a maior sacanagem que existe, trabalhar pra caramba, sofrer pra caramba. Agora a idéia desses caras é a seguinte, abrir um negócio para eles e viver uma vida mais tranqüila, agora vai ter que continuar trabalhando mais não sei quantos anos.

Esta perspectiva personalista do mundo público leva vários entrevistados a mostrar uma forte sintonia com o jornalismo local, como demonstra a popularidade do *RJ TV*, rádios e jornais dedicados aos assuntos da cidade. Pedro, por exemplo, gosta de ver o “seu” lugar retratado, pessoas que conhece no noticiário ou, como foi o caso em *Guerra do sem fim*, da Manchete, uma novela gravada na favela onde costumava trabalhar como gari e em que “dizem que eu fui filmado e tudo”. Ele justifica da mesma forma seu interesse pelo jornal *O Dia*. Para Leonardo, que gosta do *RJ TV* mas não costuma chegar em casa a tempo de assistir, os assuntos locais são os primeiros citados

como de interesse, “principalmente quando vão falar de bairros próximos, ou do nosso bairro, porque a gente vive aqui”³².

Este mecanismo cognitivo pode ser visto como uma “novelização” da informação política por parte dos telespectadores, caracterizada pela busca de elementos afetivos, subjetivos e próximos nas mensagens homogeneizadas e “objetivas” do telejornalismo de massa. A novelização reflete a tendência, por parte dos meios, a personalizar a comunicação, omitindo de seu formato e conteúdo as dimensões industriais da audiência para a qual as mensagens são dirigidas. A ilusão de intimidade não se limita aos programas de ficção, mas perpassa também outros gêneros. Nos programas noticiosos, como vimos, âncoras e repórteres podem assumir um papel importante, construindo com o espectador uma relação de confiança e intimidade. Como com os astros das novelas, as fofocas sobre a vida pessoal de jornalistas como William Bonner e Fátima Bernardes são conhecidas do público, que acompanhou o nascimento de seus trigêmeos. Vera ficou tão emocionada com o acontecimento que se lembrava até dos nomes dos três. Seu exemplo de boa notícia, em uma das sessões, foi sobre o assunto. Instada a lembrar uma notícia que a tivesse mobilizado positivamente, Vera alude espontaneamente a este mundo íntimo, os bastidores que humanizam o contato cotidiano com os profissionais do jornalismo audiovisual. A transferência de sentimentos pessoais para personagens que são públicas exclusivamente através da mídia se confunde com a vida pessoal da entrevistada, o filho da amiga de quem cuida às vezes.

Vera. Os três filhinhos que nasceram agora do William Bonner. Nasceu no dia 4 agora, de novembro, a Beatriz, Laura e Vinícius.

A. E por que você gostou?

V. Porque eu adoro criança, não tenho filho, eles tiveram a oportunidade de ter três, eu por gostar de crianças e não sei se vou ter oportunidade de ter... Fico feliz...

A. E por eles serem também pessoas públicas?

V. Não, pra mim é normal...

A. Todo mundo que tem neném, você fica feliz?

V. Fico feliz, tanto que cuido, um filho de uma amiga minha, sabe, está com 2 anos e 4 meses, tudo é pro João Vítor, se for na minha mesa, você vai ver o retrato dele.

A. E que mais você sabe desse nascimento? Como é que foi? Ela teve uma gravidez tranqüila?

V. É... William Bonner e Sandra? Confundo com a outra – Sandra e a outra... Acho que é Sandra... No dia – eu já sabia que estava com trigêmeos, né? E ele ia dar uma entrevista... O William, que já estava prestes o bebê a nascer, acho que arrebitou a

³² Esta preferência pelo telenoticiário local da TV Globo já havia sido notada na análise dos questionários de seleção, que serviram de base para recrutar os entrevistados da pesquisa. Entre os 400 respondentes, o *RJ TV* era o segundo jornal mais visto em termos absolutos, depois do *Jornal Nacional*. Para muitos, era o único telejornal assistido regularmente.

placenta... Aí uma pessoa atendeu, não sei quem foi, que o Antônio Carlos tem mania de dizer assim – “Vamos acordar pulando!”

A. Quem é Antônio Carlos?

V. Da Rádio Globo, que eu assisto de manhã, aí tem uma parte que ele diz – “Vamos acordar pulando!”. Aí queria saber, no dia 3 de manhã, foi no dia 4 ou foi 3, que eles nasceram? Agora estou confusa. Aí, ele falou assim– “Vamos acordar pulando!”, só que ela estava indo pro hospital porque estava furando a placenta, entendeu? Aí a mãe dele falou, agora eu tenho 6 netos. Três, e agora ganhei mais três. Aí eu fiquei feliz!

A. Ficou sabendo só pelo rádio?

V. Só ontem no *Fantástico* que eu vi ou foi sexta-feira na hora do jornal? Foi sábado que vi, só ele, ela não.

Podemos ver que o interesse pela vida pessoal dos apresentadores é estimulado pela própria mídia, que divulga a vida de seus ídolos em publicações especializadas e programas de rádio como o do Antônio Carlos, encarregando-se de alimentar seu próprio “*star system*”. A relação é personalizada, afetivamente carregada.

Nesse sentido, é interessante notar o predomínio de notícias com seqüência, ou seja, que se estendem por vários dias ou semanas, no repertório de exemplos usados pelos espectadores. Cláudia fala das notícias como de uma novela, que se pode acompanhar mesmo perdendo um ou outro capítulo.

A. O que você gosta mais de assistir na televisão?

Cláudia. Eu tento acompanhar. Se for uma coisa grande, que vai dar a semana inteira, uma notícia que abala legal, que nem essa da Jorgina, só que eu não consegui acompanhar.

A. Por que você acha que fica mais interessante?

C. Um cara deu uma entrevista pequena, uma reportagem pequena, acabou. Mas a outra, a gente vai sabendo cada vez mais coisa, detalhes do que aconteceu, cada hora você vai ouvindo mais, eu acho legal.

Seja o principal quadro de referência a vivência pessoal ou o conteúdo do telejornal, o mesmo mecanismo é usado quanto à maneira de incorporar justificativas suficientes às explicações que permitem se orientar no mundo. Trata-se, como já sugerido, de esquemas simples e recorrentes, estereotipados, que organizam para cada indivíduo um discurso do senso comum, não especializado mas suficiente. O que este mecanismo particular sugere é que, muitas vezes, o caminho cognitivo utilizado pelo cidadão comum resume e sintetiza critérios para avaliar o mundo público nas personagens da política, geralmente alçadas a esta posição por sua evidência e visibilidade nos próprios meios de comunicação. A perspectiva personalista, assim, leva Cláudia a considerar relevantes informações sobre “políticos”, quando pensa sobre o que é preciso saber mais em termos de política.

A. Um cidadão comum, se quisesse informação sobre política, onde deveria procurar?

Cláudia. No jornal, depende do que quer saber do político, tem certas coisas que eu acho que não dá.

A. Que tipo de coisas procuraria no jornal?

C. Sobre as obras... Nas revistas também, na Veja é que saem mais essas coisas. Sobre as obras, dos planos que querem fazer.

A. Você procuraria onde?

C. Nas revistas. Minha cunhada, que é jornalista, às vezes sabe alguma coisa assim, meu irmão mais velho, que ele vê mais repórter, mais essas coisas. Porque não teria algum lugar assim diretamente, a Prefeitura, para saber de um político.

Este mecanismo cognitivo, que aproximamos a uma “novelização” da informação política por parte dos telespectadores, reflete a tendência dos meios de personalizar a comunicação, omitindo de seu formato e conteúdo as reais dimensões da audiência para a qual as mensagens são dirigidas.

A política torna-se, com o uso deste mecanismo, um ambiente mais inteligível para o cidadão comum; a personalização aproxima os problemas da esfera pública, dando às pessoas “de fora” a oportunidade de se identificar, positiva ou negativamente, com um mundo geralmente visto como distante e complexo. Trata-se, no entanto, de uma visão estereotipada e simplificada da política, que geralmente, devido aos enquadramentos predominantes nos principais meios, reforça atitudes políticas fracas e negativas.

5

CONCLUSÕES

As conclusões a que é possível chegar após percorrer o caminho desta tese são significativas para o campo de estudos que procura compreender as relações entre comunicação de massa e política democrática. Esta tese subscreve alguns consensos gerais da área: de que os meios de comunicação contribuem para a construção de esquemas explicativos socialmente compartilhados; de que receber mensagens sobre o mundo providas de uma complexa rede comunicativa em que há emissores dominantes dá sentido à existência de nexos entre as pessoas, definidos, justamente, por suas diferenças enquanto receptores. Em função de seu objeto específico – as situações de comunicação e o uso discursivo de mecanismos cognitivos pelos sujeitos no momentos de elaborar explicações para a política – é possível no entanto tentar algumas reflexões específicas sobre as implicações políticas destas situações e mecanismos, e da existência de tipos diferentes de relação entre os indivíduos e a mídia, para uma democracia fundamentalmente dependente dos meios de comunicação.

Difícil superestimar as implicações do uso discursivo de mecanismos cognitivos comuns e recorrentes, bem como das diferentes situações de comunicação, no momento de construir as explicações que permitem aos cidadãos interpretar o mundo político. Os meios de comunicação cumprem hoje um papel fundamental na elaboração e justificação das atitudes políticas. As explicações simplificadas que os sujeitos apresentam para sustentar suas atitudes políticas não são reprocessadas a cada nova informação; nisto, os resultados desta pesquisa convergem com as concepções cognitivistas.

As atitudes políticas, no entanto, são dinâmicas, sujeitas a atualizações e mudanças; suas fontes – os quadros de referência a que os indivíduos recorrem para, discursivamente, construir suas explicações mais recorrentes – são condicionadas pelos mecanismos cognitivos usados pelo cidadão comum. Nesse sentido, podemos afirmar que a maneira pela qual os meios, que aparecem como quadros de referência particularmente acessíveis ao cidadão comum, organizam e apresentam a informação tem efeitos importantes em sua interpretação; seu enquadramento pode ser determinante na interpretação do mundo público.

Em relação às atitudes políticas do cidadão comum, vemos que o predomínio dos interesses e preocupações privados não extingue, em primeiro lugar, a consciência de que a condução dos negócios públicos afeta a vida de cada um. Assim, a curiosidade pelo noticiário político é muito mais comum do que sugerem as concepções que partem da constatação da alienação e desinteresse do cidadão brasileiro. A informação sem dúvida exerce um papel ativo na construção da cidadania, seja positivamente, seja negativamente.

No caso emblemático de Mário, o antidemocrata, a mídia a que tem acesso, e consome abundantemente mesmo que enquanto receptor frustrado, reforça sua atitude política negativa, descrente das instituições políticas e da sociedade em geral. Hostilizado pelo bairro em que nasceu, tornado favela, pela sua cidade, que descreve como invadida por nordestinos, e mesmo pela civilização industrial, que ameaça a natureza que tanto preza, Mário sente-se na posição política do inimigo, discordante do projeto e da realidade dominantes, marginalizado socialmente. O isolamento físico que procura com a família, mudando-se para uma zona rural da periferia carioca, não significa no entanto uma rutpura com seu interesse manifesto pela informação e pelo noticiário, especialmente político. Mesmo sendo contra, Mário faz questão de saber o melhor que pode quem, como, quando e onde, os destinos maiores da nação e do mundo.

Qual é, então, o papel que vem desempenhando a mídia para o cidadão brasileiro comum – destes médios, urbanos, como os que vimos aqui, que podem tipificar o amplo espectro do elemento passivo da democracia de público, mas cujo voto é objeto de tanta indagação e disputa? De modo geral, a resposta é positiva; vemos que o consumo e principalmente a procura ativa pela informação disponível nos meios de comunicação de massa têm relação positiva com uma cidadania mais próxima e otimista em relação à esfera pública, embora sejam raros os arroubos participativos. Quanto maior o consumo regular de informação jornalística sobre a política, e quanto mais diversificada ela for, mais próximo estará o cidadão da esfera pública, e maiores as possibilidades de que a encarar positivamente – como instrumento viável para a solução dos problemas coletivos.

Na medida em que qualificamos este consumo, no entanto, vemos que é preciso fazer algumas retificações a esta primeira impressão, positiva, sobre a presença da mídia como principal quadro de referência sobre a política do cidadão comum. Receptores assíduos, frustrados e consumidores de escândalos, que assistem aproximadamente à mesma quantidade de televisão, dificilmente podem ser entendidos como um mesmo

universo. A passividade na recepção, por parte dos receptores assíduos; a forte demanda insatisfeita dos frustrados e, finalmente, o impacto negativo do enquadramento que a mídia de entretenimento dá à política para os consumidores de escândalos e os desinformados, colocam em evidência as várias condições e qualificações que é preciso fazer a um sistema informativo centrado em critérios de audiência e mercado.

Embora tenhamos encontrado que o consumo dos meios é diferenciado, e os vários tipos de receptor situam-se numa complexa rede de relações de comunicação em que a comunicação interpessoal e midiática se completam e modificam, o fato é que existe uma perturbadora homogeneidade no uso dos mecanismos cognitivos mais comuns. Isto nos leva a uma série de questões sobre seu significado numa democracia em que os meios são crescentemente vistos como centrais, e à consideração de sua situação, particularmente, na atual democracia brasileira. Seu papel nas contemporâneas “democracias de público” vai além do previsto pelo modelo clássico, em que se imagina a participação de um cidadão racional na esfera pública, através de representantes, informado por meios plurais. Se é nos próprios meios que se constroem as representações dos sujeitos sobre a política, a mídia torna-se, em importante medida, a própria arena de constituição – e negociação – da legitimidade política.

Mas a atribuição, por parte dos receptores, de um papel central à mídia na vivência e conhecimento da política, não tem como contraponto, aparentemente, uma mídia que desempenhe este papel democraticamente. Enquadramentos restritos limitam as possibilidades de discurso dos cidadãos sobre a política; a homogeneidade dos atalhos ou enquadramentos disponíveis na esfera pública gera distorções no processo democrático. Dada a predominância da mídia como quadro de referência para interpretar a política, é preciso investigar a variedade de seus enquadramentos e a pluralidade, tanto de acesso quanto de emissão, da informação política. A pluralização dos canais de emissão tem paralelo com a proposta de Wanderley Guilherme dos Santos de incorporar o critério “elegibilidade” como uma terceira dimensão da poliarquia dahlsiana (1998). Da mesma forma como é preciso considerar em que medida os que são eleitores estão habilitados para a circulação democrática do poder entre representantes e representados, para a democratização da comunicação é preciso garantir a disponibilidade pública das condições de emitir comunicações³³.

³³ A analogia entre elegibilidade e emissão é sugerida por Lattman-Weltman (2001).

Se entendemos a comunicação de massa como elemento central na construção de uma democracia adequada às condições contemporâneas, e não apenas periférico, é preciso incorporar à reflexão sobre as relações de comunicação as duas principais demandas que a democracia faz à mídia: sua pluralização e sua desnaturalização.

A democratização da comunicação passa, portanto, pela pluralização dos padrões de produção, o que significa abrir os canais de emissão de mensagens de massa para atores que não têm voz e investir em comunicação com critérios outros que os de audiência. Fundamentalmente, a transformação dos meios em espaços efetivamente produtores de democracia passa pela possibilidade de ruptura com a homogeneidade do quadro de referência midiático, que aparece como um elemento empobrecedor da democracia para o cidadão comum disposto a buscar comparações. Neste sentido, o horário gratuito de propaganda política e eleitoral, com seus critérios representativos e partidários de distribuição do tempo, corresponde a um importante avanço.

A idéia de pluralismo ou possibilidade de oposição, de pensamentos dissonantes e contra-hegemônicos, envolve também a participação. Uma das conclusões desta tese indica, justamente, que não basta que a oferta de emissão seja variada para que seu consumo diferenciado dê origem (como em certos momentos parecem sugerir autores como Canclini, 1995) a um “livre mercado” de conhecimento político, pois o pluralismo sem inclusão é visto, no próprio modelo poliárquico de Robert Dahl, como correspondendo a uma oligarquia, mais ou menos aberta segundo o caso. Ou seja, é preciso não só ter acesso a uma pluralidade de canais de informação, de modo a basear as atitudes numa comparação que permita a elaboração de explicações mais autônomas para a política, mas também o acesso a canais de emissão³⁴.

A tarefa de pluralizar a comunicação de massa desdobra-se portanto em duas dimensões principais, que não parecem excludentes. O pluralismo interno dos próprios meios está relacionado à existência de múltiplos enquadramentos disponíveis com a mesma acessibilidade por parte dos principais emissores; um sistema de comunicação com pluralismo externo, por sua vez, leva em conta a existência de uma pluralidade de canais de comunicação alternativos aos próprios meios de massa, divulgando informação a partir de outros critérios políticos, mesmo que para audiências mais restritas.

³⁴ Iniciativas na pluralização da emissão têm tido resultados animadores em termos de mobilização pública e construção de identidades coletivas, como mostram, entre outras, as experiências da TV Maxambomba, programa televisivo comunitário levado ao ar nas praças da Baixada Fluminense pelo Cecip (Centro de Criação da Imagem Popular), e a Rádio Povo, de Belo Horizonte (França, 2001).

A evidência de efeitos dos meios de comunicação no comportamento social e político tem levado, tradicionalmente, a duas perspectivas principais. Por um lado, a idéia equivocada e elitista de que o consumo de “menos” mídia seja saudável para a cidadania, como se o cidadão apático e desinformado fosse produto da televisão. No outro extremo, em muitos estudos percebemos a aceitação do “mercado” da mídia como algo natural, que funciona satisfatoriamente, capaz de oferecer conhecimento suficiente para a escolha de um cidadão-consumidor racional e consciente – independentemente de desigualdades políticas, econômicas ou culturais; um tipo de “poliarquia midiática”, presente quanto se sugere, por exemplo, que as pessoas que entendem, processam ou usam a mensagem ou serviço oferecido por um sistema de comunicação são as que são “capazes” disso, possuidoras dos recursos, tempo, habilidades e/ou acesso. É claro que o acesso a quadros de referências externos à própria mídia também modula estes efeitos negativos, mas não se deve subestimar a importância deste quadro de referência em particular.

Ora, talvez o principal objetivo, no que diz respeito à perseguição dos ideais democráticos de liberdade e participação também para a comunicação, seja justamente “mais” mídia; mais fontes, mais canais de expressão e diálogo, mais informação sobre o funcionamento e especificidades técnicas e industriais, mais divulgação e transparência quanto a seus vínculos políticos e econômicos. Obedecer mecanicamente aos critérios “de audiência”, tendo em vista as dimensões demográficas deste ou daquele grupo na sociedade e seu potencial aquisitivo, não equivale a estabelecer critérios políticos democráticos para sua concessão, uso e normatização.

Existe uma “demanda latente”, não atendida, por informação e participação na vida pública, representada, em seu extremo, pelos cidadãos de atitude forte e tensa por um lado e, por outro, pelos consumidores frustrados de informação. Aí, não interessam critérios “de audiência” tendo em vista as dimensões demográficas destes grupos na sociedade e seu potencial aquisitivo, mas sim critérios políticos, de coerência com a norma democrática que se escolheu. Não se trata de deixar de fazer “espetáculo”, se assim podemos chamar a linguagem e características formais específicas do meio. Mas sim de pensar alternativas de espetáculo para os cidadãos com demandas não-uniformes em termos de comunicação política, independentemente de sua classe social ou nível educacional. O que quer dizer abrir mais canais, e mais diversificados em termos do formato, dos sujeitos e da agenda. Estas metas, em termos de agenda de uma comunicação de massa democrática, são de primeira ordem, e incluem questões

políticas que partem desde o mais básico, como a estrutura de propriedade e concessões dos meios de difusão. A concretização do pluralismo na comunicação de massa brasileira depende das políticas e idéias correntes no Estado e na sociedade, e é tarefa da pesquisa científica informar e estimular este debate com sua insistente investigação e divulgação.

Se o pluralismo da informação é tarefa urgente para a democracia brasileira, não é aí, contudo, que cabe a principal contribuição de uma reflexão crítica sobre os meios, que precisa ser realizada tanto na pesquisa científica, quanto entre os próprios produtores da comunicação de massa. É com respeito à desnaturalização da mídia que a pesquisa em comunicação e política pode desempenhar um papel crucial para a moderna “democracia de público”.

Pois, em relação à naturalização dos conteúdos noticiosos da mídia em geral, e da televisão em particular, a democratização da comunicação política exige o seu domínio por parte do público, o conhecimento de suas técnicas e possibilidades pelo cidadão que também é audiência. É preciso, portanto, democratizar e discutir os critérios de seleção e exclusão de notícias, a prática de enquadramentos, os recursos tecnológicos que conferem transparência e credibilidade aos meios, para que sua recepção seja cada vez mais informada e menos ingênua.

À medida que se revela a importância dos enquadramentos de mídia para a formação das atitudes políticas dos cidadãos comuns, justifica-se a preocupação com a investigação e avaliação dos próprios emissores. Situando-se entre os estudos chamados de recepção, a presente análise, de modo ao mesmo tempo óbvio e paradoxal, reforça justamente a necessidade de estudar cada vez mais as próprias mensagens políticas com que este público interage, seus conteúdos, personagens, estratégias de produção e, claro, enquadramentos. Trata-se de uma complementaridade difícil de evitar, no campo da comunicação: assim como as análises de discurso e conteúdo ganham força quando complementadas pela evidência de que o receptor não é ficção, é a comparação entre os enquadramentos oferecidos, predominantes e também ausentes dos meios e o que dizem os receptores sobre a política que vai permitir avançar na compreensão do intrincado e precioso quebra-cabeças das opiniões e volições do homem comum.

Não há como negar ao mesmo tempo o valor democrático e a notável influência política dos meios de comunicação em geral, e da televisão em particular. Por um lado, se pudéssemos desejar um cidadão ideal, dentre os que vimos existirem na democracia brasileira concreta das ruas do Rio, escolheríamos sem dúvida aquele de atitude forte e

positiva, de alto interesse, o consumidor ávido de informação política, ciente de seus direitos e deveres, atualizado e participante. Quanto mais tipos variados de mídia ele procura, mais próximo costuma estar deste ideal. Se, além de meios de comunicação de massa, estamos diante de alguém com vivência política em primeira pessoa, por menor que tenha sido sua esfera de influência, melhor ainda para este exercício. Esta constatação, em si, não responde no entanto ao principal problema que enfrenta hoje a comunicação democrática no Brasil: como criar condições para que o número potencial destes cidadãos ideais se aproxime do real?

No que depender dos cidadãos da democracia de público, pelo menos dos entrevistados aqui, os meios de comunicação de massa não só podem, como devem desempenhar um papel importante na política, muito próximo ao de esfera pública. Quando vista positivamente, e também em termos normativos, a mídia cumpre para os cidadãos o papel de intermediar suas relações com a política, promovendo o debate e a transparência. As alternativas programáticas para um sistema político em que a mídia é tão central e que pretende, contudo, estabelecer relações democráticas entre governo e sociedade, entre representantes e representados, passam necessariamente pelo atendimento a essa pluralidade de expectativas.

6

**APÊNDICE METODOLÓGICO:
DESCOBRINDO OS PERSONAGENS**

Esta seção compartilha com o leitor os bastidores da pesquisa. Quais os pressupostos e questões a partir dos quais ela se estabelece, legitimando o tempo e esforço empenhados pelas muitas pessoas, além da autora, que envolveu. Quais os critérios para o recrutamento e seleção dos personagens cuja análise, afinal, é o conteúdo deste estudo. Trata-se de explicitar os procedimentos metodológicos adotados, num momento em que a pesquisa debruça-se sobre si mesma, processo que na verdade dura todo o tempo de trabalho de campo, análise, escritura. À medida que explicita seus códigos e critérios, qualquer sistematização torna-se menos canônica e definitiva, mas em compensação seus achados podem ser relativizados e compreendidos dentro de uma perspectiva realista e informada, que procura despir a observação científica de sua aura mágica.

Para responder às minhas questões sobre o que é ser cidadão numa democracia em que os meios de comunicação de massa desempenham papel preponderante, contei com a ajuda de dezenove cidadãos comuns, que viviam e trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro. Por volta das oito da noite, estavam quase todos, geralmente, assistindo ao telejornal. Alguns, além disso, liam livros, jornais, revistas. Conversavam sobre vários assuntos com pessoas de seu ambiente familiar, profissional e social. Todos extraíam dos seus quadros de referência mais próximos elementos que reforçavam ou questionavam suas atitudes em relação à política. Durante mais de um ano, me encontrei mensalmente com cada um deles, em sessões previstas para durar duas horas mas que às vezes eram mais breves, outras se estendiam horas além das fitas disponíveis, noite adentro ouvindo as lembranças do passado militante de Joana ou nas tardes passadas no apartamento de Wilson, ouvindo seu sentido desabafo sobre a vida pessoal.

Não foi tarefa fácil encontrá-los. Os critérios e expectativas que nortearam a seleção serão úteis para contextualizar estes personagens.

6. 1. SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS: MÍDIA E DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL

O primeiro problema prático levantado pela pesquisa foi: quem seriam estes cidadãos comuns? Como encontrá-los, e como levá-los a explicitar seus processos psicológicos de elaboração de explicações para o mundo político? E, imediatamente: quais as implicações da série de critérios, escolhas e omissões envolvidos no procedimento científico da pesquisa, conscientes ou não, para seu próprio andamento e resultados?

A primeira etapa de recrutamento de possíveis entrevistados consistiu na distribuição de mais de 400 questionários de seleção³⁵ aleatoriamente, entre conhecidos, vizinhos, parentes, alunos e colegas, que cumpriram a função de multiplicadores: foi-lhes pedido que fizessem o mesmo com seus círculos e assim por diante, procurando atingir um raio de variedade social e cultural que nos permitisse trabalhar com um grupo heterogêneo de pessoas³⁶. O primeiro critério de inclusão foi o consumo regular de televisão e, em particular, de telejornais: só foram contatadas pessoas que declararam assistir diariamente a algum telejornal. Também procurei, na medida do possível, escolher espectadores habituais de noticiários diferentes. Foram excluídas, ainda, pessoas que não residissem e votassem no Rio de Janeiro, bem como profissionais da comunicação, da política ou ligados a pesquisas de opinião.

Mas o objeto das entrevistas, em si, já causou extrema dificuldade no recrutamento de candidatos. Falar de política com o cidadão comum exige superar uma difícil barreira: a alegação mais freqüente dos interpelados era falta de interesse e falta de informação sobre o assunto, evitando preencher mesmo o questionário de seleção. Na segunda etapa, a maioria dos selecionados, quando contatados, não aceitou participar de uma pesquisa que os obrigaria a passar duas horas, todos os meses, a responder perguntas sobre política. Política? “Não sei”, “não me interessa” e, principalmente, “não gosto”: o que encontramos foi uma atitude geralmente negativa em relação ao tema. Este desinteresse ficou evidente no caso de duas pessoas que começaram as entrevistas, interrompendo depois da primeira ou segunda sessão. O desconforto com o tema levou José Antônio a alegar a política de privacidade da empresa para parar de falar de política comigo – embora dificilmente os temas tratados pudessem dar margem a

³⁵ Reproduzidos em anexo.

³⁶ Este método está presente em Weiss (1994) como “bola de neve” (*snowball sampling*).

qualquer “vazamento de informação”. A estudante Letícia, entediada e lacônica nas duas primeiras entrevistas, simplesmente deixou de atender e retornar as ligações.

Mesmo buscando mapear as atitudes e processos cognitivos do cidadão comum, a pesquisa padece desta distorção de origem: não considerou os extremamente desinformados, a ponto de não assistirem aos canais abertos de televisão, nem os absolutamente desinteressados da política, a ponto de recusarem-se a participar das entrevistas.

A partir dessas linhas gerais, foi realizado um primeiro pré-teste, em agosto de 1997, com o objetivo de aprimorar o roteiro das entrevistas e verificar a plausibilidade dos critérios e hipóteses adotados até então. Nesta etapa, foram entrevistadas sete pessoas, que participaram de quatro entrevistas de cerca duas horas cada, uma por semana. O objetivo era treinar a técnica de entrevista e refinar o roteiro.

Um outro critério norteou a seleção dos dezenove entrevistados, inspirado em pesquisas semelhantes: distribuir os participantes de acordo com seu interesse (alto ou baixo) em política e seu acesso (amplo ou restrito) aos meios de comunicação em geral. Estas classificações logo se revelaram artificiais, dando origem a tipologias mais complexas, retomadas respectivamente nos capítulos 2 e 3 desta tese. Elas podem, no entanto, servir de fio condutor para entender os critérios que nortearam toda a pesquisa. Assim, o objeto deste estudo delimita-se entre as atitudes políticas dos indivíduos e suas relações com os meios de comunicação de massa.

QUADRO 5. *Características dos entrevistados: alto interesse vs. acesso*³⁷.

	Alto interesse
A m p l o a c e s o	<p>Socorro – 58, médica estatutária, classe baixa, solteira, Glória, 2 hrs TV/dia, JN e Man diário, JB, FSP, Dia, Tribuna, Gazeta Quase diário, Veja e IstoÉ semanal, 4 hrs rádio, muito politizada e com atividade para comunidades carentes.</p> <p>Márcia – 45 anos, executiva de empresa nacional, pós-graduada, classe média-alta, separada com três filhos, Tijuca, uma hora de TV por dia, JN diário, TJ e Man ocasional, JB, Globo, Gazeta e FSP diário, algum interesse em política. Visão econômica da política.</p> <p>Ivone – 59 anos, advogada, ex-procuradora de autarquia, viúva, mora com mãe, irmã e sobrinhos (vizinhos) no Leblon, classe média-alta, uma hora de TV por dia, JN diário, Globo diário, médio interesse em política.</p> <p>Joana - 58 anos, médica estatutária, classe média-baixa, solteira, Glória, 2 horas de TV por dia, JN e Man freqüente, JB, FSP, Dia, Tribuna e Gazeta freqüente, Veja e IstoÉ eventual, 4 hrs rádio diárias. Muito politizada e ativa em comunidades carentes da Baixada através da saúde pública. Juventude de movimento católico e militância de esquerda.</p> <p>Otávio – 46 anos, geógrafo, técnico de pesquisas populacionais, solteiro, classe média, mora com os pais, Realengo, JN diário, TJ, Man e Record eventual, Globo diário, médio interesse em política. Funcionalismo público e sindicato são referências importantes.</p> <p>Luís – 51 anos, economista, gerente financeiro de multinacional (demitido em dezembro), classe média-alta, separado, duas filhas, Botafogo, 2 horas de TV por dia, JN diário, Record eventual, JB diário, alto interesse em política. Literatura política clássica é referência importante. Perspectiva econômica do mundo político.</p> <p>Felipe — 41 anos, sócio de um oficina mecânica, secundário completo, classe média, casado, uma filha, Tijuca, 3 horas de TV por dia, Globo diário, alto interesse em política.</p>
B a i x o A c e s o	<p>Mário – 38 anos, vendedor, classe baixa, casado, Bangu com mulher e duas filhas, superior interrompido, 2 horas de TV por dia, JN/Band e Manchete diário, médio interesse em política. É recorrente o tema antidemocrático, o saudosismo em relação à ditadura militar no que diz respeito ao tema da violência.</p> <p>Leonardo – 27 anos, comerciante, classe média, mora em casa própria de quatro quartos em Acari com mulher e sogra, 2 horas de TV por dia, JN e Man diário. Juventude católica e contato com PT através de ação social na favela de Acari. Irmão no sindicato dos Correios também é referência de exemplos quanto à política. 27.</p> <p>Wilson – 39 anos, mecânico socorrista terceirizado, classe média-baixa, casado, duas filhas adolescentes, mora em apartamento próprio de dois quartos em conjunto habitacional de Benfica, 2 horas de TV por dia, TJ, JN e Manchete freqüente, não lê jornal. Preferência por partidos de esquerda, filiado ao PCB e alto interesse em política.</p>

³⁷ Abreviações utilizadas: JN (Jornal Nacional); JH (Jornal Hoje); TJ (TJ Brasil, SBT); Band (Jornal da Band); Man (Jornal da Manchete); JB (Jornal do Brasil); FSP (Folha de São Paulo); OESP (O Estado de São Paulo).

QUADRO 6. *Características dos entrevistados: baixo interesse vs. acesso*

	Baixo interesse
A m p l o a c e s s o	<p>Ana – 55 anos, pedagoga e professora estadual aposentada, casada, três filhos independentes, Barra, classe média-alta, 2 horas de TV por dia, JN, TJ diário, Globo e JB diário, Veja semanal, pouco interesse em política. Sua vida gira em torno da família, em que assume responsabilidade pelos pais idosos, e da programação cultural e turística que pode ter com o marido, que inclui informação jornalística regular e literatura.</p> <p>Cláudia – 18 anos, estudante secundarista, classe baixa, mora na Gávea em um apartamento de dois quartos com mais nove pessoas. 7 horas de TV por dia, JN diário, Globo e Dia diário, Caras e Raça eventual, baixo interesse em política.</p> <p>Cristina – 43 anos, dona-de-casa, classe média, casada, dois filhos estudantes, mora em um apartamento próprio de dois quartos na Vila da Penha, 5 horas de TV por dia, JH ou JN diário, Globo eventual, baixo interesse em política.</p> <p>Pedro – 40 anos, operador de máquinas em empresa de recolhimento de lixo, classe baixa, casado com dois filhos, mora em Campo Grande, em uma boa casa que ainda está Terminando de construir, sozinho, em novo loteamento, secundário incompleto, 3 horas de TV por dia, JN e Man, JB e Globo diário, algum interesse em política.</p> <p>Roberto – 42 anos, administrador, executivo de empresa nacional, classe média-alta, casado, dois filhos pequenos, mora em luxuoso apartamento duplex, próprio, na Lagoa, 2 horas de TV por dia, JN diário, JB e Gazeta diário, Exame semanal. Pouco interessado em política.</p>
B a i x o A c e s s o	<p>Miriam – 34 anos, ex-auxiliar de embalagem, empregada doméstica, classe baixa, Pedra de Guaratiba em “puxado” na casa da cunhada e sobrinhos; o filho único vive com o ex-marido, na vizinhança. Analfabeta, assistia a 2 hrs TV por dia com o marido, JN diário, 3 hrs rádio (música), mas ele levou os eletrodomésticos. Baixíssimo interesse em política.</p> <p>Solange – 53 anos, inspetora de colégio estadual em horário parcial, casada, dois filhos jovens que moram em casa, classe média-baixa, Gávea, evangélica praticante, 2 horas de TV por dia, JN ou JH diário, Globo e Dia eventual, baixo interesse em política.</p> <p>Vera – 36 anos, secretária, classe média, curso superior em Comunicação interrompido, solteira, mora em um bem cuidado apartamento de dois quartos alugado em Brás de Pina. 3 horas de TV por dia, notícias “que interessam” no <i>site</i> da Globo na Internet, rádio diário, baixo interesse em política.</p> <p>Carlos – 33 anos, corretor, classe média-baixa, solteiro, Coelho Neto com pai e duas irmãs, 1 hora de TV por dia, JN diário, Ratinho, O Dia diário, baixo interesse em política. Os temas que mais o mobilizam são crime e violência, escândalos, especialmente sexuais (prostituição, estupro etc.)</p> <p>Geraldo - 31 anos, auxiliar de portaria desempregado durante a pesquisa, classe baixa, casado com uma mulher inválida e com uma filha de cinco anos, aluga um apartamento de um cômodo na Penha, “na rua”, depois de construir na favela e ser expulso pelo tráfico. 3 horas de TV por dia, JN, TJ, Ratinho, “pouco” jornal (esportes), baixo interesse em política.</p>

Numa amostra deste tipo, mais do que garantir a representatividade estatística em relação à população em geral, o objetivo é maximizar o espectro da pesquisa, procurando tanto quanto possível selecionar entrevistados diferentes em relação a

variáveis que, na origem e dentro do propósito que guia a observação, parecem ter poder explicativo (Weiss, 1995, p. 24). Pode-se imaginar que as categorizações resultantes, assim, corresponderão a diferenças realmente existentes, embora nada se possa dizer sobre as proporções em que tais diferenças se verificam no mundo real. Na verdade, as tipologias que podem ser construídas através de uma abordagem qualitativa repousam na importância conceitual dos casos analisados, ou seja, na sua capacidade explicativa sobre fenômenos – no nosso caso, tipos de espectadores, tipos de inserção política, tipos de relação com os meios, mecanismos cognitivos recorrentes – passíveis de se verificarem no mundo cotidiano das pessoas reais (Glaser e Strauss, 1967).

O objeto desta pesquisa, portanto, são estes cidadãos comuns e suas explicações estruturais sobre o mundo da política. Interessa, em primeiro lugar, nos aproximarmos destas pessoas: um grupo de telespectadores e eleitores plausíveis no contexto da cidade do Rio de Janeiro, entendidos como representantes de uma maioria de pessoas que assiste televisão, entrevistados mensalmente entre outubro de 1997 e dezembro de 1998. São dez homens e nove mulheres comuns, de idades, origens, atividades, situação socioeconômica e nível educacional propositalmente variados, que têm em comum, além de morarem e votarem no Rio, o fato de terem contato habitual com os meios de comunicação de massa. Procurou-se equilibrar, na seleção, moradores das diferentes regiões da cidade. Nenhum deles tem envolvimento profissional com a política, os meios de comunicação ou pesquisas de opinião. Os que não nasceram no Rio já vivem na cidade há mais de quinze anos.

A seleção dos entrevistados, embora empenhada em obter um amplo espectro de variáveis, procurou excluir os extremos da pirâmide social. Assim, não há grandes proprietários nem miseráveis. Dois homens e três mulheres situam-se na classe média-alta; quatro homens e quatro mulheres na classe média; duas mulheres e quatro homens são de classe baixa. A não ser nos casos assinalados, os entrevistados nasceram no Rio de Janeiro. O questionário não incluía o quesito etnia; o resultado, aleatório, é que apenas Cláudia e Pedro são negros.

A partir da análise destas características estruturais dos sujeitos, vislumbramos algumas regularidades que confirmam o quase consenso da sociologia contemporânea em atribuir ao contexto socioeconômico forte poder explicativo em relação à opinião política. Percebe-se, por exemplo, que os entrevistados pior posicionados na escala social tendem a uma atitude negativa em relação à política, enquanto os de classe mais alta tendem a ter uma atitude mais integrada, positiva em relação à política. Também

constatamos que são pessoas relativamente jovens, e principalmente homens, que integram o grupo de atitude forte/negativa. Os entrevistados mais velhos são normalmente mais interessados em política. Os homens tendem a ter atitude mais forte que as mulheres.

Além das características estruturais propriamente ditas, a atitude de cada indivíduo é matizada também por seu grau de coesão social, ou seja, sua participação em esferas sociais variadas, correspondentes a outros tantos quadros de referência a partir dos quais os sujeitos vão construir explicações nas quais apoiar suas opiniões e atitudes. É assim que associações diversas – dando lugar seja à participação formal, seja simplesmente ao exemplo e referência –, a identificação partidária ou com outras instituições, como a igreja, sindicato, associação profissional ou de moradores, e o próprio ambiente de trabalho influenciam o acesso e grau de importância atribuído a diferentes quadros de referência. Estas diferenças de “estilo de vida” (Graber, 1988) se refletem em sua situação de recepção, ou seja, no espaço cognitivo, tempo e centralidade ocupados por cada mídia.

6.2. AS ENTREVISTAS: PEQUENA ETNOGRAFIA CONDUZIDA (OBSERVADOR COMO INTÉRPRETE)

As operações do pesquisador, enquanto autor, situam-se entre os sujeitos observados e os leitores (Handel, 1982, p. 23). O próprio ato de observar e descrever revela a arbitrariedade, mesmo que relativa, de minha própria “versão”, a partir das categorias sugeridas no trabalho de campo, sobre as explicações estruturais em que se apóiam as idéias políticas dos cidadãos comuns. Trata-se de uma escavação discursiva empreendida em parceria com os entrevistados, e cuja importância não custa voltar a enfatizar. Um trabalho de ouvir, e tentar ser sensível à rede de significados tecidos pelos indivíduos.

Uma vez selecionados os entrevistados, elaborados os roteiros para as entrevistas, enquanto ainda telefonava para potenciais substitutos de desistentes, comecei a marcar as primeiras entrevistas. Entre as questões que me ocupavam a mente, naquele momento, a necessária e imprevisível dinâmica do trabalho de campo, em que eu contracenaria com meu objeto de estudo, envolveu uma série de reflexões sobre as possíveis conseqüências das expectativas mútuas de entrevistado e analista.

O recurso a entrevistas é clássico na sociologia e na ciência política, como atesta Tocqueville, que construiu suas principais hipóteses sobre a democracia moderna a partir de observações e entrevistas em um ano de trabalho de campo, nos Estados Unidos. No caso da presente pesquisa, esta abordagem qualitativa aliou-se à ênfase da etnometodologia nas possibilidades do discurso do senso comum como objeto de pesquisa, sua preocupação com uma “microsociologia” do homem contemporâneo. Outra questão, tratada no âmbito da produção mais recente em etnografia, diz respeito ao caráter autoral – e portanto discursivo, construído, artificial, em suma, contextualmente marcado – do trabalho do observador.

Uma abordagem qualitativa deste tipo traz consigo, inevitavelmente, a questão da interpretação ou, em outros termos, a necessidade de explicitar a presença e papel do analista no jogo de perguntas e respostas que constituem as entrevistas, através da reflexão sobre seu próprio trabalho de campo. Para tanto, pareceu-me esclarecedor buscar na etnografia, especificamente em sua ênfase contemporânea na questão da parcialidade de todo relato, instrumentos que me permitissem analisar meu próprio papel de “analista”, tendo em vista as questões e problemas levantados pela interação concreta com os cidadãos comuns entrevistados.

Trata-se, na verdade, da questão recorrente nos trabalhos de campo de etnógrafos: “estar lá”, observando e questionando os motivos e explicações oferecidos pelos sujeitos, implica em modificar, de alguma maneira, a percepção que cada sujeito tem de si mesmo e do mundo e, conseqüentemente, seus próprios motivos e explicações. É preciso, ainda, explicitar a dimensão autoral do cientista social, ou seja, o papel de construtor de sentido que compartilha com seu objeto de pesquisa.

Também esta perspectiva pertence ao paradigma mais abrangente que vê a cultura como composta de códigos e representações em elaboração, dinâmicos e conflituosos, dependentes dos processos históricos e lingüísticos em que estão inseridos (ver capítulo 1). A produção de conhecimento social é portanto arte, no sentido de uma construção humana, uma narrativa, uma “ficção cultural, baseada em exclusões sistemáticas e discutíveis” (Clifford, 1986, p. 6). É preciso escolher, silenciar vozes, falar por outras, transcrever, traduzir – necessariamente recortando a vida real em categorias que, na medida mesma que ganham poder explicativo, transformando-se em teoria (Glaser e Strauss, 1967), perdem aderência, se descolam inevitavelmente da realidade para dar-lhe um sentido. É esta ao mesmo tempo a riqueza e a frustração do relato etnográfico.

O etnógrafo traça uma “verdade parcial”; seu relato constitui-se em mais uma narrativa, uma explicação plausível do mundo, e não verdade científica definitiva, pretensão ainda presente, originária da etnografia evolucionista do século passado. A representação, ainda que se queira científica, não é transparente. A experiência não é imediata, ou seja, o pesquisador informa a pesquisa tanto quanto seu objeto.

É dentro desta limitação essencial que cabe ao etnógrafo, no mundo contemporâneo, tornar estranho o que nos parece familiar, elaborando explicações, com o que têm de arbitrário e literário, que esclareçam os motivos que levam as pessoas a agir como agem, desnaturalizando e analisando o conhecimento implícito que orienta a vida ordinária e as práticas cotidianas, enfim, que subjaz à “atitude do senso comum” já apontada por Schutz (1953).

A constatação da parcialidade, do caráter essencialmente interpretativo da análise cultural, não deve portanto tornar-se paralisante. É o que indica o trecho citado: estar imersos numa “civilização” não pode nos impedir a busca incessante dos seus porquês, dos motivos pelos quais entendemos determinadas práticas e explicações como suficientes ou naturais.

Clifford Geertz toma este caminho ao sugerir uma teoria interpretativa da cultura, de base semiótica, ou seja, significativa: “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (1989, p. 15).

As categorias de tal análise consistem em estruturas significantes a partir das quais os fenômenos culturais são produzidos, percebidos e interpretados, ou seja, ganham sentido. Estruturas superpostas de inferências e implicações, simultâneas, muitas vezes estranhas, irregulares, inexplicadas, empenhadas em construir uma leitura possível de seu objeto. No estudo da cultura, “a análise penetra no próprio corpo do objeto – isto é, começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las” (Geertz, 1989, p. 25). Os relatos antropológicos ou, quanto a isso, qualquer análise da cultura, são interpretações, ficções no sentido de que são construídas, modeladas.

Uma “descrição densa” tal como proposta por Geertz não se resume ao método, mas depende fundamentalmente do esforço intelectual para escolher entre as estruturas

de significação e determinar sua base social e sua importância (1989, p. 19). Uma vez constatado que a cultura envolve a atribuição de significados, o papel do observador é portanto interpretar teoricamente um mundo em que o significado não está previamente inscrito, transformando-se em alguma medida também em autor e inventor. Isso não significa, no entanto, estabelecer que o relato, uma vez que é “apenas” narrativa, deve abandonar toda pretensão teórica. A leitura que se apresenta é sempre a do analista; trata-se, em última instância, de ficção, no sentido de criação, invenção. Mas nem toda literatura é etnográfica; a descrição social não inventa livremente, mas a partir de dados produzidos criticamente. É aí que reside, segundo esta versão da etnografia, o papel ativo do analista: oferecer uma visão dos fenômenos sociais, que não exclui outras, e que inclui o próprio autor no seu campo visual.

Dividir um campo cultural comum, como no caso em que o olhar etnográfico se volta para a mesma sociedade a que pertence, também não é garantia de homogeneidade interpretativa; referências culturais comuns não excluem a possibilidade de desentendimentos (Geertz, 1989). À diferença de outras situações de observação sociológica ou antropológica, neste caso não havia nenhuma diferença específica entre a analista e os entrevistados em relação ao objeto da pesquisa. Em outras palavras, embora os entrevistados soubessem da minha especialização e interesse, as perguntas das entrevistas giravam em torno de temas bastante corriqueiros, os quais compartilho, enquanto consumidora de mídia e moradora da mesma cidade. A conversa sobre política, assim como os comentários sobre as últimas notícias, pressupõe um conhecimento compartilhado, sempre que haja possibilidade de diálogo, o que era difícil, por exemplo, com Míriam, ou, por motivos diferentes, Carlos.

Assim, fica estabelecido um código compartilhado ausente da interação *insider-outsider* que marca a investigação de outros assuntos, mais específicos, quando o pesquisador vê-se numa maior dependência em relação a suas fontes (Coelho, 1978), e estas, conscientemente ou não, podem manipulá-lo. De modo geral, a dinâmica das entrevistas procurava fazer com que o informante falasse à vontade, livre e detalhadamente, com o menor número possível de interrupções. Eu procurava manter uma atitude receptiva, de interesse e expectativa pelo que estava sendo dito. No momento da entrevista, a intenção do entrevistador não é interpretar e duvidar, mas registrar e procurar entender a formulação própria de cada indivíduo, procurando usar e estimulá-lo a usar seus próprios termos.

6. 3. INTERFERÊNCIAS: AMBIENTE E EXPECTATIVAS

A percepção da importância das expectativas mútuas de entrevistador e entrevistado, ao longo de minha própria experiência “de campo”, insere-se na mesma linha de preocupações, que motivaram meu renovado interesse pela abordagem etnográfica. Na medida em que podemos identificá-la como um processo no qual as perspectivas teóricas do pesquisador são alteradas e enriquecidas pela consideração dos pontos de vista da sociedade investigada, essa perspectiva não se limita ao estudo de sociedades distantes da nossa no espaço, no tempo ou no modo de vida, mas também inclui a experiência de lançar sobre nossa própria sociedade um olhar ao mesmo tempo distanciado, porque analítico, e participante, uma vez que informado pela mesma cultura.

A neutralidade sugerida pela postura do entrevistador durante as sessões, no entanto, não transforma minha presença em transparência; uma série de suposições a meu respeito – que incluem o caráter, intenção e finalidade da pesquisa - informam e transformam constantemente a relação com cada entrevistado. Trata-se, como vimos, de uma consequência esperada da investigação qualitativa quanto às explicações dos sujeitos, e potencializada pela duração e repetição das entrevistas.

Em seu extremo, esta incompreensão e especulação acerca dos meus conhecimentos e intenções levou à desconfiança presente na minha relação com Carlos e Geraldo. Carlos desconfiou mais de uma vez que as entrevistas pudessem ser usadas “pra fazer denúncia”, e que houvesse câmaras. Um dos entrevistados mais esquivos atribuiu as suspeitas à irmã, que disse desconfiar das entrevistas. Chegou a pedir que eu não ligasse para sua casa. Ele, no entanto, em mais de uma ocasião ligou para minha casa de manhã cedo e à noite.

Era bastante comum que os entrevistados relatassem a desconfiança como partindo das pessoas que os cercam. É o caso da preocupação expressa pelo chefe de Pedro em relação às entrevistas, com temor de que falasse mal da empresa. Vizinhos e amigos de Míriam desaconselharam-na a participar, argumentando que o material poderia ser usado em seu prejuízo. Cristina escondia do marido a realização das entrevistas, bem como os dez reais que recebia a cada vez. Outros, como Joana, Luís e Solange, diziam-se simplesmente curiosos quanto ao resultado final da pesquisa, a que gostariam de ter acesso.

O desenvolvimento mais dramático da questão da desconfiança se deu com Geraldo e envolve a questão do poder. Sempre considerando insatisfatórias as minhas explicações sobre o que eu “realmente” pretendia com as entrevistas e “aonde eu quero chegar”, perguntava se “é pra fazer denúncia” que o entrevistava, quis ter acesso às fitas com as gravações e fez questão de ter todos os meus telefones, inclusive o do Iuperj, para onde ligou verificando minhas credenciais. Geraldo nunca se convenceu de que eu não tinha nenhuma inserção ou intenção política mais ativa. Na entrevista de junho, chegou a sugerir que, juntos, talvez pudéssemos levar a eles (o governo, os poderosos) aquelas idéias que “discutíamos” ali – na verdade, praticamente só ele falava durante as entrevistas. Geraldo estava me vendo, neste momento como em outros, como um canal, um porta-voz de seus anseios junto aos poderosos, uma maneira de ter acesso ao poder, de tornar conhecida sua opinião, sua “amargura”.

Em julho, ligou para o Iuperj, contando-me que fora demitido no dia anterior. Na última entrevista, dias antes, demonstrara receio de ser atingido pelo enxugamento que a empresa vinha efetuando em todas as filiais. Conversamos um pouco, eu disse que sentia muito. “Eu esperava que você tivesse algo mais pra me dizer”, declarou. Eu disse que emprego eu não tinha, desejei boa sorte. Ele disse que tinha vontade de escrever “as mágoas de um trabalhador” em relação aos empresários. Repeti, como em outras vezes, que eu não era jornalista, mas que podia tentar publicar, se ele escrevesse. Ele disse que eu certamente conhecia melhor do que ele o meio jornalístico. Perguntou também se as entrevistas continuariam, surpreendendo-se quando eu disse que sim.

Só na entrevista seguinte entendi o motivo real do telefonema. Assim que foi demitido, Geraldo desconfiou que eu pudesse ter alguma relação com o fato.

Geraldo. Nesse momento de amargura, de desespero do desempregado brasileiro em geral, eu cheguei a pensar assim: “Pô, a Alessandra é uma espiã da minha organização, que tá ligada à cúpula da direção atual desta empresa, que pra mim, na minha concepção, é ligado à organização dos empresários, e que gravou tudo isso e viu o que penso de tudo isso, da presidência atual do sistema da empresa, e me entregou e me detonou”. O cara nessa hora... Eu pensei muita coisa. Desconfiei inclusive da minha chefia, depois vi que eles não tem nada a ver.

A. Em relação a mim, eu sei que você também teve outras desconfianças.

G. É, sobre governos, que você veio de algum partido pra descobrir o que na verdade a gente pensa pra levar pra eles e dizer: “Olha, eles pensam isso de vocês, entendeu. E a mentalidade deles é assim, dessa maneira”. Aí o cara vai dizer: “Pô, depois de eu fazer tanto projeto, comunidade, hospital e tudo, o cara pensa... Então ele não conhece nada da gente”... Bem, lógico que a gente não conhece mesmo muita coisa deles, porque eles não transparecem mesmo pra gente. Eles falam porque os repórteres dizem: “Presidente, prefeito, quais

o senhor pretende fazer, qual projeto?”. Aí eles colocam ali. Mas que não se expõem. Se expõem no horário político por quê? No interesse político. Não ir diretamente, como alguns poucos fazem, “Ó, eu fiz isso, primeiro faz, depois fala, né?” (...) E eu fiquei pensando, achando que você era uma espiã política que veio descobrir e detonar a gente no aspecto político, sobretudo o que a gente acha do que eles não fazem.

Paradoxalmente, para muitos entrevistados a dinâmica da pesquisa, com longas sessões de conversas pouco estruturadas e a perspectiva de continuidade ao longo do tempo geraram uma sensação de intimidade e uma ilusão de diálogo que guardam semelhanças com o fenômeno psicanalítico da transferência.

No entanto, a mais importante consequência das expectativas mútuas de entrevistado e analista para os resultados da pesquisa, relacionou-se a um aspecto cognitivo: a colocação do entrevistador, por parte dos entrevistados, no lugar do saber. Esta constatação ganha relevância ainda maior no âmbito desta tese, que aponta para a identificação, por parte do cidadão comum, de um elite cognitiva especialmente habilitada para “formar a opinião” dos demais indivíduos. Era comum ouvir dos entrevistados as frases “como você sabe melhor do que eu”, ou mesmo encontrar resistência para falar de um tema, como a política, que dizem dominar pouco.

A reação às entrevistas, às vezes, transmitia a sensação de ter seu conhecimento testado, embora as perguntas fossem essencialmente subjetivas e abertas. Como Cláudia que, já na terceira entrevista, teve comigo o seguinte diálogo: depois de ouvi-la defender um “teste” para limitar o acesso ao voto a eleitores minimamente capacitados, perguntei como seria esse teste: “Como esse que você tá fazendo comigo...”. Solange também manifestou seu medo de “responder errado”: “Quando eu não sei, não respondo”. Cristina, a única que afirmou ter “procurado” respostas para as minhas perguntas (para preencher o questionário, procurou e achou, na revista Manchete, os nomes de Pedro Malan e Bill Clinton), diz: “Eu preciso ler mais jornal pra poder conversar contigo”. Alguns assuntos, como privatização, disputas partidárias e notícias mais específicas sobre o Congresso suscitam a reação: “Eu não sei muito bem, não estou informado...”. Míriam, a única analfabeta do grupo, é a que mais se ressentiu de sua condição “ignorante” e, junto com Cláudia, é a entrevistada mais tímida e sintética do grupo. No entanto, embora afirme sentir-se “cega” por não saber ler nem nome de rua, Míriam ameaçou durante um ano começar a freqüentar um grupo escolar noturno, sem no entanto ter coragem de gastar esta fração de sua reduzida renda.

Minha identificação como professora universitária e o próprio fato de estar realizando pesquisa de “especialista” sobre o assunto faziam também com que os entrevistados mais cultos conversassem usando uma série de suposições sobre meus conhecimentos históricos e teóricos sobre política, olhando-me com ar de cumplicidade, como se repetissem para constar algo que certamente não é novidade para mim. Era comum ouvir: “Mas isso você já sabe”. Vários não entendiam exatamente meu objetivo, ao questioná-los sobre coisas que eu deveria saber melhor do que eles, curiosidade que resistiu a meus pacientes esclarecimentos a todas as perguntas feitas.

Vários achavam que eu me fazia de “sonsa”, fingindo ignorar detalhes de notícias importantes só para ver o que eles lembravam. Muitas vezes tinham razão; em outras, com o tempo tomado pelas entrevistas e outras frentes de trabalho, estava realmente desatualizada.

Francisco, depois de defender um sistema de ensino com ênfase no básico e com universitário privado, parou um instante e disse: “Às vezes eu acho que você tá aí e não tá concordando com nada que eu estou dizendo.” “Mas por quê? Eu fico aqui quieta, sem dizer nem sim nem não...”. “Ah, o seu meio, sociologia, eu sei como é que é. Deve vir me entrevistar pensando: vou lá entrevistar aquele reaçã...”. Ele então diz que não se sente reacionário, e repete sempre que gosta que suas filhas (15 e 17 anos) sejam de esquerda (“se não são de esquerda agora que estão na idade...”), que ele era de esquerda quando jovem etc. Termina a entrevista afirmando que na verdade é um socialista, um social-democrata.

O espaço físico em que se realizam as conversas também é importante para seu andamento. Inicialmente, deixei os entrevistados à vontade para escolher onde seriam realizadas as entrevistas, e vários escolheram o local de trabalho. Apenas dois (Carlos e Cláudia, que não têm uma alternativa à própria casa) me pediram para que os entrevistasse em lugares públicos, como bares do Centro e o saguão de um prédio da UFRJ, no caso do primeiro, e o Jóquei, a PUC e o *playground* de seu prédio, no caso da segunda.

O caso particular de Pedro, que entrevistei nas duas primeiras sessões em seu trabalho, e que da terceira vez pediu que eu fosse entrevistá-lo em casa, no fim-de-semana, me levou a insistir com todos os entrevistados para que fizessemos ao menos uma sessão em casa. Com a camisa semi-aberta mostrando um pesado cordão de prata com símbolos da umbanda, sentado no quintal da casa da mãe, Miguel mostrou-se mais sorridente e falante, relaxando da tensão – perceptível desde os olhares de canto de olho

até os lábios, apertados pensativamente antes das respostas – com que me respondia em seu trabalho. Só nesta visita percebi, entre outras coisas, a possível importância seja da religião, seja da mãe, figura muito ativa na comunidade, nas concepções formuladas por Miguel acerca do mundo público. O ambiente familiar, que dominam, diminui a pressão social que o ambiente de trabalho tem sobre a realização das entrevistas.

Alguns entrevistados resistiram fortemente à idéia: além de Carlos (talvez em função de atrito com a família, que inclusive desconfiava muito, segundo me dizia, das nossas entrevistas) e Cláudia (que morava com mais nove pessoas em um pequeno apartamento de dois quartos), Ivone, Roberto, Felipe e Márcia, que se sentem muito seguros num ambiente de trabalho que chefiam, quase como se se tratasse de uma extensão da própria casa, e Vera, ciosa do pouco espaço e tempo que tem para se dedicar a si mesma e à casa (fim-de-semana é tempo de manicure e faxina).

A tentativa de uma observação mais “participante” me levou a pedir para assistir ao telejornal junto aos entrevistados e suas famílias, ao menos uma vez, idéia recebida com algum estranhamento e divertimento. Só concretizei meu intuito uma vez, em que consegui assistir ao jornal, depois de uma entrevista, com Mário e sua família, o único que insistiu perguntando quando é que eu iria ficar para ver o jornal. Sempre entrevistado em casa, já havia me convidado para almoçar em outras ocasiões. Mário fez questão de frisar que eu não ficasse “por obrigação”. Na verdade, a atenção concedida ao jornal, com minha presença na sala, foi pouquíssima. O casal conversava comigo e entre si, comentando algumas notícias, relacionando-as a outras e puxando todo tipo de assunto, enquanto a filha menor brincava como podia, procurando chamar a atenção dos pais e da visita. Depois, explicaram que fugiram à rotina habitual, em que Mário assiste sozinho a pelo menos três jornais, deitado no sofá da sala, enquanto a mulher cuida da cozinha e de outros afazeres e as crianças ficam “lá pra dentro”.

É importante considerar, ainda, que uma terceira pessoa, mesmo calada, pode inibir o entrevistado, ou levá-lo a projetar observações para o seu consumo. É o caso dos colegas de Pedro na Comlurb, que rondavam nossa mesa de entrevista, curiosos e às vezes participando da conversa, fazendo comentários sobre as perguntas, as respostas e o entrevistado. Filhos, mulher e vizinhos, especialmente nos casos de Mário, Míriam e Luís, também ficavam curiosos e, mesmo que não participassem diretamente das conversas, como aconteceu em algumas ocasiões, projetavam opiniões sobre a própria entrevista e os assuntos tratados que repercutem no que é dito.

Um drama pessoal, às vezes, é tão intenso na vida do entrevistado que passa a ocupar quase toda sua preocupação. A própria oportunidade de ser ouvido parece estimular a confiança, dando oportunidade à liberação de emoções que, sob condições normais, as pessoas têm poucas chances de expressar. É o caso de Wilson que, abandonado pela mulher, teve dificuldade, nas três primeiras entrevistas, em falar sobre os outros assuntos propostos, estendendo-se em lamentações sentidas sobre o mundo bem além das duas horas previstas.

Uma aproximação qualitativa das formulações de cidadãos e eleitores que, em termos de explicações sobre o mundo da política, têm entre seus principais quadros de referência os meios de comunicação, não pode deixar de analisar todos os documentos disponíveis a respeito. Além das entrevistas, como uma forma de me aproximar do universo de informação disponível aos entrevistados, procurei monitorar tanto quanto possível o conteúdo veiculado pelos meios.³⁸

De modo geral, esta pesquisa empenhou-se em fazer falar sobre política pessoas que muitas vezes não o fariam. Neste sentido, foi para mim, como espero tenha sido para o leitor, descobrir que há muito potencial para uma participação ativa e informada destes cidadãos na democracia contemporânea. Quanto ao papel central em que encontramos a mídia, longe de desanimar o projeto democrático, deve indicar uma atenção redobrada a uma esfera que, afinal, depende em enorme medida da concessão, financiamento e aprovação públicos, e pode ser regida por normas que permitam uma abertura e pluralidade hoje insuficientes para que possamos considerar atendida uma parte importante da população.

³⁸ Além de gravar diariamente os três principais telejornais — *Jornal Nacional* (Globo), *Jornal da Record* e *Jornal da Manchete* — a propaganda eleitoral, governamental e partidária, e colecionar os principais jornais diários e revistas do país, o Doxa-Iuperj vem monitorando, em reuniões conjuntas periódicas entre os pesquisadores, a produção da mídia em geral sobre a política.

6.4. ANEXO I: Questionário de seleção

Pesquisa de opinião

Para participar de uma pesquisa sobre opinião e informação, preencha o questionário abaixo e devolva-o a quem lhe entregou, não esquecendo de indicar telefone ou outra forma de contato. A pesquisa será realizada através de entrevistas em data e local a serem combinados com o entrevistado, que receberá R\$ 10,00 por entrevista.

I. Dados pessoais e sócio-econômicos:

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Data de Nascimento: ___/___/_____ Local de nascimento: _____

Estado civil: solteiro (), casado (), convivendo (), viúvo (), separado ().

Quantos filhos tem? _____

Qual o grau de escolaridade:

- Do entrevistado:

- () primário (1º grau) incompleto
- () primário (1º grau) completo
- () secundário (2º grau) incompleto
- () secundário (2º grau) completo
- () superior incompleto
- () superior completo

- Do chefe da família, se não o próprio

- () primário (1º grau) incompleto
- () primário (1º grau) completo
- () secundário (2º grau) incompleto
- () secundário (2º grau) completo
- () superior incompleto
- () superior completo

É eleitor do município do Rio de Janeiro? _____

Profissão: _____ Aposentado ()?

Situação profissional: autônomo (), empregador () ou empregado ()?

Ocupação atual: _____ Há quanto tempo? _____

Renda mensal média: _____

Residência: própria (), alugada () ou outra ()? Quantos cômodos tem? _____

Quantos cômodos servindo de dormitório? _____ Quantos

banheiros? _____ Quantas pessoas moram na casa? _____

Bens duráveis	Quantidade	Bens duráveis	Quantidade
Rádio		Geladeira	
Televisão		Aspirador de pó	
Automóvel		Empregada	
Máquina de lavar roupas		Computador	
Microondas		Freezer	

II. Interesse político e hábitos de informação

Tem preferência por algum partido? _____ Qual? _____

É filiado a algum partido ou sindicato? _____

Qual? _____

É membro de alguma outra associação ou organização? _____ Qual? _____

Votou nas últimas eleições? _____

Em quem? (Indicar se votou nulo, branco ou não lembra)

Para Prefeito: _____ Partido: _____

Para Vereador: _____ Partido: _____

Para Governador: _____ Partido: _____

Para Deputado estadual: _____ Partido: _____

Para Deputado federal: _____ Partido: _____

Para Presidente: _____ Partido: _____

Costuma conversar sobre política? _____ Com quem: parentes (), vizinhos (), amigos (), colegas de trabalho (), patrão (), outros () _____

Com que frequência? _____

- Procura alguém para se aconselhar sobre assuntos políticos? Sempre (), às vezes (), nunca ().

- É procurado para dar conselhos sobre assuntos políticos? Sempre (), às vezes (), nunca ().

Você sabe dizer:

- De quantos anos é o mandato do presidente? _____

- O nome do ministro da Fazenda? _____

- O nome do presidente dos Estados Unidos? _____

Costuma ver televisão? _____ Quantos dias por semana? _____

Quantas horas por dia, em média? _____

Que tipo de programa assiste habitualmente? Novelas (), noticiários (), filmes (), esportes (), auditório (), outros () _____

Qual seu programa preferido? _____

Assiste algum telejornal? _____ Qual/quais? _____

_____ Qual o seu preferido? _____

Este, quantos dias assiste por semana? 5/6 (), 3/4 (), menos de 3 ().

Costuma ler jornal? _____

Qual/quais? _____

Quantas vezes por semana? _____ Qual a parte ou seção de que mais gosta?

Costuma ler revista? _____ Qual/quais? _____

Com que frequência? _____

Lê livros? _____ Que tipo? _____

_____ Quantos, em média, por ano? _____

Costuma ouvir rádio? _____ Quantas vezes por semana? _____

Quantas horas? _____ Quais seus programas preferidos? _____

Sobre que assuntos costuma conversar com seus vizinhos, amigos, parentes e colegas de trabalho? _____

6.5. ANEXO II: Cronograma das entrevistas

<i>Nome</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	
Geraldo	15/11	13/12	01/02	12/04	05/06	25/07	24/09	21/11	11/12	
Otávio	30/10	21/11	30/01	19/05	02/07	13/08	17/09	16/10	01/12	
Luís	03/11	01/12	10/02	23/04	21/05	14/07	26/08	30/09	11/11	
Felipe	02/12	28/01	29/04	24/05	21/07	16/08	04/09	25/09	27/11	
Mário	28/10	12/12	09/02	11/04	28/06	27/07	30/08	21/09	18/10	15/11
Leonardo	06/11	03/12	09/02	28/07	12/11	-	-	-	-	
Wilson	29/01	24/02	04/03	23/05	20/07	21/08	16/09	22/11	10/12	
Pedro	16/10	20/11	01/02	26/04	15/10	21/10	26/11	03/12	15/12	
Roberto	16/12	04/02	24/03	21/05	08/07	02/09	01/10	26/11	12/01	
Carlos	15/10	14/11	15/12	22/05	25/05	25/06	18/08	01/10	07/12	
Joana	14/10	24/11	19/12	05/05	04/07	04/09	30/09	18/11		
Márcia	15/10	19/11	17/12	15/04	22/05	08/07	20/08	26/09	13/11	
Ivone	31/10	02/12	10/02	27/05	22/07	19/08	02/10	13/11	21/12	
Ana	03/11	18/12	12/02	25/05	06/07	21/08	18/09	18/11	08/01	
Cláudia	07/11	27/11	13/04	22/07	19/08	25/08	03/10	28/12	07/01	
Miriam	16/10	19/11	28/01	28/04	02/07	11/08	15/09	20/10	24/11	
Solange	29/10	21/11	18/12	04/05	29/06	29/07	03/09	29/09	10/11	
Cristina	14/11	05/12	30/01	13/04	30/06	14/08	11/09	02/10	12/11	
Vera	10/11	04/12	09/03	15/05	26/07	12/08	19/09	24/10	28/11	
Letícia	17/11	16/12	-	-	-	-	-	-	-	

6.6. ANEXO III: Roteiros das entrevistas

Sessão I

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito na época? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Qual o telejornal que assiste com mais frequência? Por quê? O que gosta nele? O que não gosta? E nos outros? Se lembra do nome dos apresentadores?

4) Com quem assiste televisão? Assiste aos jornais enquanto faz outra coisa? O quê? Qual o tipo de notícia que desperta mais sua atenção? Exemplos.

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou? [Por exemplo, citar matérias específicas sobre: corrupção e conduta ética de políticos; custo de vida; inflação; Real; impostos; emprego; desemprego; recessão; educação; escolas; poluição; eleições; candidatos; reeleição; personagens políticos; Movimento dos Sem-Terra; violência; polícia; drogas; menores. As notícias serão pautadas no decorrer da pesquisa, e consistirão nas que receberem mais espaço e ênfase na cobertura³⁹.]

II.

1) Quais você acha que são os principais problemas hoje no Brasil? O que o governo deveria fazer a este respeito? O que pessoas comuns como nós deveriam fazer a respeito? Quem, ou o quê, tem culpa por esta situação?

2) Da cidade do Rio de Janeiro?

3) Do Estado do Rio de Janeiro?

4) “Como você se sente sobre” ou “o que você acha de”: sindicatos, relações patrões-empregados, corrupção na política.

5) O que você acha que causa a pobreza? Sempre haverá pessoas pobres?

6) Falando em geral, o que você gostaria que fosse diferente no Brasil? Por quê?

7) Você muda de opinião frequentemente sobre questões políticas, ou não muda facilmente de opinião a respeito de questões políticas?

8) Como você acha que as pessoas escolhem em quem votar? E você?

9) O que acha do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral?

³⁹ Exemplos de temas propostos: o Plano Real; o episódio em que o presidente FHC chamava de vagabundos os que se aposentavam com menos de 50 anos; a greve dos professores estaduais; a seca no Nordeste; o episódio dos remédios falsificados; a polêmica em torno da indicação do reitor da UFRJ; as denúncias de grampo no governo FH; denúncias de movimentação e contas em paraísos fiscais contra FHC; a crise das bolsas na Ásia e suas repercussões para o Brasil; o desemprego; os ataques terroristas sofridos por embaixadas americanas; as eleições federais e estaduais, seus candidatos e campanhas; o pacote de medidas econômicas decretado no período pré-eleitoral; os resultados eleitorais.

Sessão II

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Quando e como lê jornal impresso? Qual a parte que mais interessa? [Checar: manchetes, fotos, *leads*, legendas.] Se lembra de alguma matéria específica? O que não gosta de ler?

4) Revistas e livros: quais, como, com que frequência e atenção? Como escolhe? Que parte prefere?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) “Como se sente”, “o que acha” ou “o que são pra você”: partidos, líderes, elites, CUT, padres católicos, pastores evangélicos, militares, associações de empresários, empreiteiras, banqueiros, professores, mídia. [Checar: credibilidade/confiança e agrada/desagrada.]

2) Pense por um minuto sobre como deveria ser um “bom cidadão” ideal, numa democracia. Não importa se uma pessoa deste tipo existe realmente ou não. Que tipo de coisas ele faria? Que atitudes teria com respeito à política? A maioria das pessoas se aproxima deste ideal? E você? [O mesmo para: líder comunitário; congressista; presidente; governador; prefeito.]

3) Como você vê o brasileiro típico, comparado a outros grupos?

4) Algumas pessoas se lembram do nome dos representantes que elegeram, outras não estão interessadas nos nomes. Você saberia dizer o nome: do senador em que votou na última eleição? Foi eleito? Deputado federal? Deputado estadual? Vereador? Presidente?

5) Como escolhe seu candidato?

6) Quem “manda” de verdade na política do Rio de Janeiro?

7) Se você quisesse que algo fosse feito no Rio de Janeiro, como instalar um sinal de trânsito num cruzamento perigoso ou conseguir que uma rua seja asfaltada, o que você faria?

8) Você conhece alguém com influência política que poderia ajudá-lo a conseguir estas coisas?

Sessão III

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Além da televisão e jornal, onde acha que um cidadão comum pode encontrar, se quiser, informações sobre política? Se fosse você, onde procuraria? Sente falta de algum tipo de informação/notícia? Qual?

4) Na televisão, que tipo de programa, em geral, você prefere? Quais são os programas a que mais assiste? Tem algum que você nunca perde? Como seria o mundo se não houvesse televisão?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) “Como você se sente sobre” ou “O que você acha de”: equilíbrio orçamentário, impostos, esquerda, direita.

2) O que você entende por democracia?

3) Quais são as vantagens ou desvantagens da democracia, comparada a outros sistemas?

4) O que aconteceria se mudasse o sistema?

5) Que tipo de coisas você consideraria não-democráticas? Por quê?

6) Se houvesse uma guerra ou outra situação crítica [qual?] que ameaçasse o país, você aprovaria uma ditadura temporária nas mãos do Presidente?

7) Você acha que o sistema democrático cria confusão e atrapalha a realização de coisas importantes? Que coisas?

8) Você acha que organizações como os sindicatos são dirigidas democraticamente? Como assim?

9) Em geral, quem você acha que sabe mais o que é melhor para o país, o povo ou os líderes políticos? Por quê?

10) A democracia, segundo algumas pessoas, significa que qualquer pessoa, não importa o quanto seja pouco preparada ou desligada, deve ter igual direito a votar. Você concorda com isso?

11) Algumas pessoas dizem que, em uma democracia, a maioria das pessoas prefere votar em um homem comum do que em uma pessoa com mais habilidade que ela. O que você acha disso?

12) Você acha certo o governo forçar pessoas a fazer coisas que elas não querem? [Exemplo: serviço militar.] Por quê?

13) Qual você acha que vai ser o futuro da democracia no Brasil?

Sessão IV

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Você assiste novela? Com que frequência? Com que atenção? Qual prefere? Qual a melhor novela que você já viu? Você acha que os personagens das novelas se parecem com as pessoas reais? Em quê (ou qual a diferença)? Qual o nome de [atores e atrizes em papéis principais nas novelas em exibição]? Quais seus atores/atrizes preferidos?

4) Você ouve rádio? Qual(is)? Quando e como? Que programa(s) prefere? Ouve algum programa regularmente? Qual? O que acha?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

II.

1) “Como você se sente sobre” ou “O que você acha de”: socialismo, capitalismo, privatização, reforma agrária.

2) O que você entende pela frase “todos os homens são iguais perante a lei”?

3) O que você acharia se todas as pessoas recebessem o mesmo salário, independente do trabalho que fazem? Você acha que as pessoas em geral não se esforçariam numa situação destas, ou não importaria?

4) Existe algum grupo, no Brasil, que você acha que tem poder demais? Poder de menos? [Checar com: minorias, empregados, empresários, políticos, burocratas etc.]

5) Você acha que todas as raças, classes e religiões deveriam se misturar socialmente no Brasil? Quais? Por quê? Tem algum grupo que você acha que deveria ser mantido fora de posições importantes?

6) O que a palavra “liberdade” faz você pensar?

7) Algumas pessoas acham que deveria haver mais liberdade do que temos hoje; outras acham que deveria haver menos. O que você acha? Que tipos de liberdade?

8) Quais são as vantagens e desvantagens de muita liberdade num país como o nosso? E liberdade de menos? O que acontece quando as pessoas se sentem livres demais?

9) Será que há grupos no país que iriam um pouco longe demais se tivessem mais liberdade do que têm hoje? Quais? Como?

10) Você acha que às vezes escutar todos os pontos de vista diferentes sobre uma questão confunde as coisas? Você preferiria ouvir um só ponto de vista, de alguém que entende do assunto? Por exemplo.

11) Você acha que há alguma forma especial de criar os filhos no Brasil?

12) Você acha que há coisas que seria melhor discutir em particular, em vez de fazê-lo nos jornais e na televisão onde todos podem ver e ouvir? Que tipo de coisas?

Sessão V

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Como você descreveria o trabalho de um repórter de jornal? E de televisão? Como você acha que deveria ser um bom jornalista? Dos que você conhece, quais se aproximam deste ideal? Quais são os jornalistas ou repórteres em que você mais confia? Menos confia? Por quê?

4) Você assiste a programas de auditório? Quais? Com que frequência? Qual o que mais gosta? Por quê? Qual o melhor apresentador de programa de auditório? Por quê? E o pior?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) “Como você se sente sobre” ou “O que você acha de”: participação popular, cidadania, ética, especulação, direitos humanos.

2) Quando você pensa em governo, o que vem em mente?

3) Que tipos de coisas você acha que o governo deveria fazer? Não deveria fazer?

4) Qual parte do governo brasileiro você considera mais importante: o presidente, o Congresso ou o Supremo Tribunal Federal? Por quê?

5) Você se interessa mais por assuntos internacionais, assuntos nacionais ou assuntos locais? Por quê?

6) Como o governo afeta a sua vida? Seu trabalho? Sua comunidade? Que experiências você já teve com o governo? Que experiências seus amigos já tiveram com o governo?

7) Quem você diria que manda no governo?

8) Como você descreveria o trabalho de um deputado?

9) Como você descreveria o trabalho de um funcionário público?

10) Você acha que há alguma diferença no tipo de pessoas que trabalham para o governo, comparadas àquelas que trabalham em grandes empresas?

11) Como você descreveria o trabalho do presidente?

12) O que você entende por “oposição”?

Sessão VI

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Quais são os assuntos que mais o interessam no telejornal: economia, serviços, política, esporte, internacional, personalidades, ciência? Algum outro?

4) Quais são os assuntos que você prefere quando conversa com: colegas de trabalho; amigos; vizinhos; parentes?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) Você sabe quanto dura o mandato de um senador, em Brasília? De um deputado?

2) Com suas próprias palavras, você pode explicar o que é o Congresso?

3) O que é uma C.P.I.?

4) O que é uma medida provisória?

5) Você sabe pra que serve o Supremo Tribunal Federal?

6) O que acontece quando o presidente quer fazer uma coisa e o Congresso, outra?

7) Quantos vereadores tem a Câmara Municipal do Rio de Janeiro?

8) Quanto você acha que um vereador recebe de salário?

9) De quantos em quantos anos há eleições?

10) O que o Congresso tem feito ultimamente? Como você se sente...?

11) O que o presidente tem feito recentemente? O que você acha?

12) O que é a ONU? Você tem idéia do que a ONU tem feito no mundo? O que acha?

13) E quanto à prefeitura da sua cidade? O que tem feito? Como você avalia?

14) O que são os partidos políticos, e pra quê servem? Como você acha que seria o mundo, se eles não existissem?

Sessão VII

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3)

4)

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) Memórias infantis de discussões familiares em casa e atividade política dos pais.

2) Sentimentos para-políticos na infância: políticos “bons” e “maus”, sentimentos patrióticos, medo da polícia, sensação de ser pouco (muito) privilegiado.

3) Experiências cristalizadas: conflito étnico ou religioso, desemprego paterno, encontro com figuras (radicais etc.)

4) Adolescência: quem era “do grupo”, tendência à rebelião. Idéias estranhas.

5) Escola: cursos ou professores especiais? Leituras fora da escola?

6) Primeiro voto: significados especiais

7) Histórico de votações: memória e padrão

8) Formulações acerca de eventos históricos: Impeachment do Collor; movimento das Diretas-Já; Golpe de 64; regime militar; Plano Cruzado; Plano Real etc.

9) Mudanças de posição política ao longo da vida adulta.

Sessão VIII

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Você assiste ao horário eleitoral? Com que frequência? Assiste todo? Sempre assistiu? O que acha? Se lembra de algum programa de que tenha gostado muito? Que não tenha gostado? Acha que ajudam a escolher o candidato? Como?

4) Você já viu os comerciais políticos curtos ao longo da programação? O que acha deles? Se lembra de algum? Descreva em detalhes. Quais foram os melhores que já viu? Acha que são bons para avaliar/julgar o candidato? Acha que ajudam a escolher o candidato? Como? São parecidos com os outros comerciais da televisão? O que é semelhante/diferente?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) Como é o seu trabalho?

1) Quanto você acha que vai ganhar este ano?

2) Você vive bem com isso, ou acha que não dá para tudo? Se não, quanto mais você precisaria?

4) O que você sente mais falta, entre as coisas que não dá para comprar com o que você ganha? Isso é muito importante para você?

5) Qual a coisa mais importante que o dinheiro pode dar para alguém?

6) Algumas pessoas economizam cada centavo; outras gastam tudo o que ganham. Como você é? Você prefere arriscar para ganhar muito ou é prudente com dinheiro?

8) Você acha que pessoas muito ricas são mais felizes do que as pessoas comuns? Por quê?

9) Qual você acha que é a melhor maneira de se ensinar uma criança a lidar com dinheiro?

10) Como você se descreveria para alguém que não o conhecesse, do jeito que você realmente é, com as boas partes e as más? (Checar inteligência, habilidades, conhecimento, temperamento, realização de tarefas, liderança, sorte, aparência física, firmeza de caráter, ansiedade, autocontrole, piedade, moralidade).

11) Quais são as coisas que foram importantes para você, ao longo da vida?

12) Quais são as lições mais importantes que a vida te ensinou?

13) O que torna as pessoas felizes?

14) Quais são as coisas em que você mais acredita, ou acha mais importantes?

Sessão IX

I.

1) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha realmente deixado você com raiva? Por que esta notícia o irritou? Foi culpa de alguém? Quem? Você fez alguma coisa a respeito? Você acha que alguma coisa poderia ter sido feita a respeito?

2) Você assistiu a alguma notícia na televisão ultimamente que tenha deixado você contente? Por quê? Como aconteceu? Quem foi responsável?

3) Você assiste aos debates entre os candidatos na televisão? O que acha? Para avaliar os candidatos, qual é melhor: a propaganda eleitoral, as notícias dos telejornais ou os debates? [Em caso de debate já ocorrido: quais os assuntos mais importantes? Quem você acha que se saiu melhor? Por quê?]

4) Em época de eleição, você participa de atividades políticas diferentes das normais? Quais (comícios, reuniões, panfletagem, boca-de-urna)? Como? Por quê é diferente?

5) Pedir comentário sobre três notícias recentes veiculadas na semana, com o maior detalhamento possível [causas/conseqüências/soluções/responsáveis/explicações]: viu matéria? O que achou?

-
-
-

II.

1) Como você acha que seria a sociedade (comunidade) perfeita?

2) Como as pessoas se comportariam nela?

3) O que as pessoas fariam para viver? Elas teriam que trabalhar?

4) Que tipo de governo haveria, se houvesse? Quem governaria (mandaria)?

5) Que tipos de coisas, entre as que você faz agora, você não precisaria fazer numa sociedade ideal?

6) Você acha que estamos nos aproximando ou afastando dessa sociedade ideal? Estamos próximos ou distantes de alcançá-la?

7) “Como você se sente sobre” ou “O que você acha de”: previdência privada, estabilidade no emprego, sonegação, monopólio do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na TV: a propaganda política na televisão*. Niterói: MCII/UFF, 1999.
- ALDÉ, Alessandra. “A televisão como repertório de exemplos: mecanismos de incorporação de explicações políticas”. In: *Revista Teoria e Pesquisa*, UFSCar, n. 38-39, julho/dezembro de 2001.
- _____. “Rede Globo”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “O MST na TV: Sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso ‘estado de natureza’”. In: *Revista Contracampo*, MCII/UFF, n. 5, 2000/2.
- ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo: Xamã Editora, 1998.
- ARRUDA, Lílian. *O vó das notícias: o Jornal Nacional e as eleições 94*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Lucia Helena Vitalli Rangel. 1995.
- BAQUERO, Marcelo. “Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre: UFRGS/La Salle, 1997.
- _____. “Paradigma de Converse: Sistema de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Vol. 13, 1985.
- _____. (org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.
- _____. (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- BERELSON, Bernard, LAZARSELD, Paul e McPHEE, William. *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.
- BESSION, Jean-Louis (org.) *A Ilusão das Estatísticas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- BIRD, S. Elizabeth & DARDENNE, Robert W. “Myth, chronicle, and story: exploring the narratives qualities of news”. In: James W. CAREY (ed.), *Media, myths and narratives*. Newbury Park & London, Sage, 1988.

- BODEN, Deirdre e ZIMMERMAN, Don. *Talk and social structure: studies on ethnomethodology and conversation analysis*. Los Angeles: University of California Press, 1991.
- BOUDON, Raymond. “L’explication cognitiviste des croyances collectives”. In: BOUDON, BOUVIER e CHAZEL, *Cognition et sciences sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- BRAGA, José Luiz (org.). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1995.
- BRANSFORD, John D. e McCARRELL, Nancy S. “A sketch of a cognitive approach to comprehension: some thoughts about understanding what it means to comprehend”. In: WEIMER, W. B. e PALERMO D. S. (eds.), *Cognition and the Symbolic Processes*. New York: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1974.
- CAMARGOS, Malco Braga. *Do bolso as urnas – a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998*. Orientador: Marcus Faria Figueiredo. Dissertação de mestrado, IUPERJ, 1999.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CLIFFORD, James. *Writing Culture: The poetics and politics of ethnography*. Los Angeles: University of California Press, 1986.
- CONVERSE, Philip. “The nature of belief systems in mass publics”. IUPERJ, reproduzido para circulação interna, 1962.
- COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- D’ADAMO, GARCÍA BEAUDOUX e FREIDENBERG. *Medios de comunicación, efectos políticos y opinión pública*. Buenos Aires: Belgrano, 2000.
- DERVIN, Brenda. “Users as Research Inventions: How research categories perpetuate inequalities”. In: *Journal of Communication*, 39 (3), 1989.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row, 1957.
- EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: University of Chicago, 1965.
- ELIASOPH, Nina. *Avoiding politics: How Americans produce apathy in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- EDELMAN, Murray. *The symbolic uses of politics*. Urbana: University of Illinois, 1964.
- ENTMAN, Robert. *Democracy without citizens*. Nova York: Oxford University Press, 1989.
- FAUSTO NETO, Antônio. “A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura da recepção”. In: SOUZA, Mauro Wilton de (org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- _____. *O impeachment da televisão*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995b.
- FIGUEIREDO, Marcus. “Mídia, mercado de informação e opinião pública”. In: *Informação e democracia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- _____. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1991.
- FINIFTER, Ada. “Dimensions of political alienation”. In: *American Political Science Review*, 64, junho de 1970.
- FISHKIN, James S. *The Voice of the People: Public Opinion and Democracy*. New Haven: Yale University Press, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FRANÇA, Vera R. V. “Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito”, comunicação apresentada no I Seminário Internacional de Ciência Política, Porto Alegre, 2001.
- GAMSON, William A. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GANS, Herbert J. “Reopening the black box: toward a limited effects theory”. In: *Journal of Communication*, Vol. 43, n. 4, agosto de 1993.
- GEERTZ, Clifford. *Works and lives: The anthropologist as author*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GITLIN, Todd. *The Whole World is Watching: mass media and the making and unmaking of the new left*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1980.
- GLASER, Barney e STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Co., 1967.

- GODOI, Guilherme C. de Souza. “Históricos e perspectivas: uma análise da legislação e dos projetos de lei sobre radiodifusão no Brasil”. In: *Cadernos do Ceam*, UnB, n. 6, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. New York: Harper and Row, 1974.
- GOLDMAN, Márcio e SANT’ANA, Ronaldo dos Santos. “Elementos para uma análise antropológica do voto”. In: PALMEIRA e GOLDMAN. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
- GOMES, Wilson. “Opinião pública hoje, uma investigação preliminar”. Comunicação apresentada na IX Compós, Porto Alegre, 2000.
- GRABER, Doris. *Processing the news: how people tame the information tide*. Lanham, University Press of America, 1988.
- _____. “Seeing is Remembering: how visuals contribute to learning from television news”. In: *Journal of Communication*, 40(3), 1990.
- GUANABARA, Ricardo. *Voto e lealdade: a trajetória do trabalhismo na zona oeste carioca*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1999.
- GUIMARÃES, César e JUNIOR, Chico (orgs.). *Informação e democracia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- _____. e VIEIRA, Roberto A. “A televisão brasileira na transição: um caso de conversão rápida à nova ordem”. In: *Série Estudos*, n. 44, IUPERJ, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. “Três modelos normativos de democracia”. In: *Lua Nova*, n.36. São Paulo: 1995.
- _____. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon, 1987.
- _____. *The structural transformation of the public sphere*. MIT Press, 1996.
- HALLIN, Daniel. *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*. New York: Routledge, 1994.
- HANDEL, Warren. *Ethnomethodology: how people make sense*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1982.
- HIRSCHMAN, Albert O. *De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na esfera pública*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- INGLEHART, Ronald. “The Renaissance of Political Culture”. In: *American Political Science Review*, vol. 82, n. 1, dezembro de 1988.

ISRAEL, Joachim. *Alienation: from Marx to modern sociology*. Boston: Allyn and Bacon, 1971.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

_____. “Television news and citizens’ explanations of national affairs”. In: *American Political Science Review*, vol. 81, n. 3, 1987.

JACOB, Cesar R., HEES, Dora R., WANIEZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. “Novo Atlas Eleitoral Brasileiro”. Cd-Rom, *Revista Alceu*, vol. 1, n.1., Rio de Janeiro: PUC-Rio/IRD, jul/dez 2000.

JACKS, Nilda. “História de família e etnografia: procedimentos metodológicos para uma análise integrada”. Comunicação apresentada na IX Compós, Porto Alegre, 2000.

_____ e RONSINI, Veneza M. “Mediações na recepção: estudo comparativo entre receptor urbano e rural”. In: BRAGA, José Luiz (org.), *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1995.

JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

KOTSCHO, Mara Nogueira. *A cabeça do brasileiro: uma análise das pesquisas de opinião pública realizadas pela Folha de São Paulo no período de 5/83 a 9/84*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LANE, Robert. *Political Ideology: why the american common man believes what he does*. New York: The Free Press of Glencoe, 1962.

_____. *Political life: why and how people get involved in politics*. New York: The Free Press of Glencoe, 1959.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Mídia e accountability: dimensões e condições da poliarquia”. Comunicação apresentada na X Compós, Brasília, 2001.

_____. “Justiça, moral e ressentimento: ‘esferas públicas’ e formas discursivas da autoridade midiática na reiteração da promessa do ideal civil”, mimeo, 1998.

LEAL, Ondina Fachel. *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1990.

LENART, Silvo. *Shaping political attitudes*. London: Sage, 1994.

LEVORATO, Maria Chiara. *Racconti, storie e narrazioni. Un quadro organico dei processi che soggiacciono alla comprensione dei testi*. Bologna: Il Mulino, 1988.

LIMA, Venício A. “Notas Preliminares sobre Jornalismo da Rede Globo: Um Estudo de Caso sobre o DF-TV”. In: *Opinião Pública*, vol. IV, n 3, CESOP/UNICAMP, pp. 121-130, 1997.

- _____. “Televisão e política: a hipótese do cenário de representação da política – Cr-P”. In: *Comunicação & Política*, 1(1): 5-22,. Rio de Janeiro: agosto/novembro de 1994.
- LINS E SILVA, Carlos Eduardo. *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. São Paulo: Summus, 1985.
- LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. New York: MacMillan, 1960.
- LIVINGSTONE, Sonia M. “The rise and fall of audience research: an old story with a new ending”. In: *Journal of Communication*, vol. 43, n. 4, agosto de 1993.
- MAGALHÃES, Raul F. *Racionalidade e retórica: teoria discursiva da ação coletiva*. Tese de doutorado (Iuperj). Orientador: Marcus Figueiredo. 2000.
- MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge University Press, 1997.
- _____. “As metamorfoses do governo representativo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, Ano 10, outubro de 1995.
- _____. “On legitimacy and political deliberation”. In: *Political Theory*, vol. 15, n. 3, 1987.
- MARTINS, Beatriz Araújo. *Revisitando as teorias da recepção: uma revisão da literatura, dos paradigmas e modelos*. Dissertação de mestrado, ECO/UFRJ, 1996.
- MATOS, Heloíza. *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo, Scritta, 1994.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- MENDES, Antonio Manuel Teixeira. “Comportamento e recall na audiência de TV”, in: SOUZA, Mauro Wilton de (org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- METZ, Christian. *A significação no cinema*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University Press, 1985.
- MIGUEL, Luís Felipe. “Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação”. *Revista BIB*, n. 49, 2000/1.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

- MOORES, Shaun. *Interpreting audiences: the ethnography of media consumption*. New York: Sage, 1993.
- MORLEY, David. "Active audience theory: pendulums and pitfalls". In: *Journal of Communication*, vol. 43, n. 4, agosto de 1993.
- MURDOCK, Graham e GOLDING, Peter. "Information Poverty and Political Inequality: citizenship in the age of privatized communication". In: *Journal of Communication*, vol. 39, n. 3, 1989.
- NOELLE-NEUMAN, Elizabeth. "Pesquisa eleitoral e clima de opinião". In: *Opinião Pública*, Ano I, vol. 1, n. 2, dezembro de 1993.
- NEUMAN, W. Russell, JUST, Marion R. e CRIGLER, Ann N. *Common Knowledge: news and the construction of political meaning*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- NUNES, Edson Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- OLSON Jr., Mancur. *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. "Os comícios e a política das facções". In: *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- PIANCIOLA, Cesare. "Alienação". In: BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1994, p. 21.
- PINTO, Céli Jardim. "Tendências do Discurso Brasileiro Atual: Os limites dos discursos das soluções milagrosas". In: BAQUERO, Marcelo. *Cultura Política e Democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- POPKIN, Samuel I. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago and London: Chicago University Press, 1994.
- PORTO, Mauro P. *Media Framing and Citizen Competence: Television and Audiences' Interpretations of Politics in Brazil*. Tese de Doutorado, Orientador: Daniel Hallin (UCSD, Estados Unidos), 2001.
- _____. "Making Sense of Politics: TV News and Audiences' Interpretation of Politics in Brazil". Miami: LASA, março de 2000.
- _____. "Interpretando o mundo da política: Perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão". XXIII ANPOCS, Caxambu (MG), outubro de 1999.
- _____. "A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia". In: BAQUERO, Marcelo (org.). *Condicionantes da*

consolidação democrática: ética, mídia e cultura política. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

- RADMANN, Elis. *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação de mestrado defendida na UFRGS, junho de 2001. Orientador: Marcelo Baquero.
- REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RIESMAN, David, DENNEY, Reuel, GLAZER, Nathan. *A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- RUA, Maria das Graças. “Mídia, informação e política: a eleição presidencial brasileira de 1994”. In: *Comunicação e Política*, n.s., vol. 1, n. 3, 1995.
- RUBIM, Antônio A. (org.). *Mídia e Eleições de 1998*. Salvador: Facom/UFBA, 2000.
- SAMPEDRO, Victor. “Efectos de los medios de comunicación sobre la opinión pública: los paradigmas sobre el poder público”. In: *Comunicação e Política*, n.s., vol. 6, n. 1, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. “Poliarquia em 3D”. In: *Revista Dados*, vol. 41, n. 2, IUPERJ, 1998.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, s.d..
- SCHUTZ, Alfred. “Common-sense and scientific interpretation of human action”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 14, n. 1, setembro de 1953.
- SEEMAN, Melvin. “On the meaning of alienation”. In: *American Sociological Review*, vol. 24, n. 6, dezembro de 1959.
- SEMETKO, Holli A. et al. *The formation of campaign agendas: a comparative analysis of party and media roles in recent American and British elections*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1991.
- SILVEIRA, Flavio E. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SMITH, M. Brewster, BRUNER, Jerome e WHITE, Robert. *Opinions and Personality*. New York: John Wiley, 1967.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política Durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, Amaury, LIMA Jr., Olavo Brasil e FIGUEIREDO, Marcus. *A política do carioca*. Documento de trabalho, mimeo., IUPERJ, 1982.
- SOUZA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SWANSON, David e MANCINI, Paolo (eds.). *Politics, Media and Modern Democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Westport: Praeger, 1996.
- THÉVENOT, Laurent. “Cifras que falam: medida estatística e juízo comum”. In: BESSON, Jean-Louis (org.) *A Ilusão das Estatísticas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. “A TV Globo em duas comunidades rurais na Paraíba: um estudo de audiência”. In: BRAGA, José Luiz (org.), *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1995.
- VAN TILBURG, João Luís. “Arquitetura do espaço-tempo televisivo”. In: FAUSTO NETO e PINTO (orgs.), *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1996.
- VEIGA, Luciana F. *Ideologia política, propaganda eleitoral e voto*, tese de doutorado em elaboração, orientada por Marcus Figueiredo, a ser defendida no IUPERJ em 2001.
- _____. “Horário Eleitoral, o Eleitor e a Formação da Preferência”. In: *Comunicação & Política*, vol. V, n. 3, (Nova Série), setembro/dezembro de 1998.
- VENTURI, Gustavo. “Imagem pública, propaganda eleitoral e reeleição na disputa presidencial de 1998”. In: RUBIM, Antônio A. (org.), *Mídia e Eleições de 1998*. Salvador: Facom/UFBA, 2000.
- _____. “Pesquisas pré-eleitorais: legitimidade, influência e contribuições à cidadania”. In: *Opinião Pública*, vol. III, n. 2. Campinas: CESOP/UNICAMP, 1997.
- VERÓN, Eliseo. “Quand lire c’est faire: L’annonce dans le discours de la presse écrite”. In: *Sémiotique II*. Paris: IREP, 1983.
- VILCHES, Lorenzo. *Manipulación de la información televisiva*. Barcelona: Paidós, 1995.
- WAISBORD, Silvio. “Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no caso Collorgate”. In: *Comunicação e Política*, vol. III, n. 2, 1996.

- WATTEMBERG, Martin. *The rise of candidate-centered politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- WEIMER, Walter B. "Overview of a cognitive conspiracy: reflections on this volume". In: WEIMER, W. B. e PALERMO, D. S. (eds.). *Cognition and the symbolic processes*. New York: Lawrence Erlbaum Associated Publishers, 1974.
- WEISS, Robert S. *Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies*. New York: The Free Press, 1994.
- WOLF, Mauro. *Gli effetti sociali dei media*. Milano: Bompiani, 1992.
- WOLLING, Jens. "La influencia de los medios sobre la actitud ante la política". In: *Contribuciones*, 2/2001, Konrad-Adenauer Stiftung/CIEDLA.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. São Paulo: Ática, 1996.
- ZALLER, John Z. *The nature and origins of mass opinion*. New York: Cambridge University Press, 1993.